



Núcleo de Pesquisa Acadêmica | 2008

parte 2

10^o paic

caderno de iniciação científica

Frei Nelson Hillesheim, ofm

Reitor

Regis Ferreira Negrão

Pró-Reitor Administrativo

André Luis Gontijo Resende

Pró-Reitor Acadêmico

Diretor Acadêmico

Eros Pacheco Neto

Secretário Geral

Coordenações Gerais

Carlos Roberto Oliveira Almeida Santos

Diretor de *Campus* – Cristo Rei

José Ivair Motta Filho

Diretor Administrativo – *Campus* Cristo Rei

Valter Pereira Francisco Filho

Diretor de *Campus* – FAE São José dos Pinhais

Julio Kiyokatsu Inafuco

Diretor de *Campus* – Centro

Gilberto de Oliveira Souza

Coordenador dos Programas de Pós-Graduação *Lato Sensu*

Antoninho Caron

Coordenador dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Núcleos e Departamentos

Adriana Pelizzari

Coordenadora do Núcleo de Extensão Universitária

Sérgio Luiz da Rocha Pombo

Diretor do Instituto de Ciências Jurídicas

Rubens Fava

Coordenador do Núcleo de Relações Internacionais e Governamentais

Areta Galat

Coordenadora do Núcleo de Relações Internacionais / ECE-FAE

Marcelo de Araújo Cansini

Coordenador do Núcleo de Empregabilidade

Simone Wiens

Coordenadora do Núcleo de Carreira Docente

Vicente Keller

Diretor de Assuntos Institucionais

Rita de Cássia Marques Kleinke

Coordenadora do Núcleo da Pastoral Universitária

Cleonice Bastos Pompermayer

Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Acadêmica

Soraia Almondes

Biblioteca – *Campus* Centro

Edith Dias

Biblioteca – *Campus* Centro

Vânia Isabel Farias Rusycki

Biblioteca – *Campus* Cristo Rei

Fernanda Périgo Jorge

Biblioteca – FAE São José dos Pinhais

Coordenadores

Marcus Vinicius Guaragni

Administração

Joaquim de Almeida Brasileiro

Negócios Internacionais

Gilmar Mendes Lourenço

Ciências Econômicas

Rosenei Novochadlo da Costa

Ciências Exatas

Aline Fernanda Pessoa Dias da Silva

Direito

José Vicente de Mello Cordeiro

Engenharia de Produção

Fabio Maccari

Engenharia Mecânica

André Luciano Malheiros

Engenharia Ambiental

Carlos Roberto Oliveira de Almeida Santos

Informática – Sistema de Informação

Tecnologia em Sistema para Internet

Eliane Cristine Francisco Maffezzolli

Comunicação Social: Publicidade e Propaganda / Desenho Industrial

Vicente Keller

Filosofia

Jacir Adolfo Erthal

Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos

Tecnologia em Logística

Tecnologia em Gestão Financeira

Bárbara Regina Lopes Costa

Tecnologia em Marketing

Sílvia Iuan Lozza

Pedagogia

Cleuza Cecato

Letras

Ney de Lucca Mecking

Educação Física

Daniele Cristine Nickel

Psicologia

Coordenação Editorial

Cleonice Bastos Pompermayer

Revisão

Danielle Francesca Lopes Lago (revisão de linguagem)

Mariana Fressato (normalização)

Edith Dias (normalização)

Diagramação

Primeira Análise Assessoria Editorial e Eventos

Capa

Officio Desing Escritório Experimental – FAE Centro Universitário

FAE Centro Universitário. Núcleo Pesquisa Acadêmica. Programa de Apoio à Iniciação Científica.

10º caderno de iniciação : PAIC/2008

Curitiba, 2009

472 páginas em duas partes.

1. Administração – pesquisa. 2. Economia – pesquisa 3. Contabilidade – pesquisa.

CDD – 20 ed. 658

330

657

APRESENTAÇÃO

O PAIC é um programa gerenciado pelo Núcleo de Pesquisa Acadêmica da FAE Centro Universitário, e tem por objetivo estimular e incentivar alunos da graduação a participarem do desenvolvimento de pesquisa científica, juntamente com os docentes desta Instituição.

Dentre as nossas propostas está a promoção do debate interdisciplinar das áreas de Ciências Sociais Aplicadas – Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas – Ciências Exatas – Engenharias e Sistemas de Informação – e Ciências Humanas – Direito, Educação, Psicologia e Filosofia.

A publicação do décimo Caderno de Iniciação Científica constitui-se num momento imensamente gratificante e de especial importância e agradecimento a todos que contribuíram durante esta trajetória em que a FAE Centro Universitário, por acreditar no poder transformador das atividades de investigação e desenvolvimento da ciência e tecnologia, investiu na disseminação e no compartilhamento da pesquisa acadêmica.

Diante do infinito que compreende o conhecimento, o ensino tradicional e a transmissão oral das informações, reduzindo o aluno ao mero papel de depositário de informações, já não são suficientes. Sabendo-se também que não existe conhecimento acabado, o desafio que se coloca ao docente é de instigar o aluno/aprendiz na busca autônoma do conhecimento, assim como encaminhá-lo numa postura ética, exploratória e reflexiva.

A pesquisa possibilita a aplicação real do conhecimento, que possui superior relevância à simples reprodução dos saberes. Além de ser um instrumento diferenciado na formação profissional, a pesquisa é também importante para o desenvolvimento local e para o próprio país. Todas essas questões fazem com que a FAE Centro Universitário permaneça dando continuidade a esta trajetória de sucesso.

Assim, nesta publicação, convidamos os leitores a desfrutarem de trabalhos do PAIC/2008-2009, que abrangem temas relacionados às técnicas de gestão em administração e desenvolvimento socioeconômico, investimentos produtivos no Brasil, estratégias de produção, cooperação e alianças internacionais, tecnologia como ferramenta de inclusão, desenvolvimento social, transferência de conhecimento, sustentabilidade ambiental,

observância ao princípio de precaução na liberação de organismos geneticamente modificados, a importância da pedagogia junto ao processo de aprendizagem, semiótica, filosofia da existência, música e ética.

Todos estes temas contemplaram as linhas de pesquisa institucionais e foram produzidos a partir da curiosidade pelo conhecimento, que é ainda a maior e mais excitante aventura do espírito humano.

Cleonice Bastos Pompermayer

SUMÁRIO

A TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DE UMA PEDAGOGIA DO

APRENDER A APRENDER

Everton Luiz Renaud de Paula

Nilson Cesar Fraga _____ 7

E-LEARNING COMO UMA FERRAMENTA DE INCLUSÃO PARA PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Murilo Pedroso

Andréa dos Santos Rodrigues _____ 21

ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS PARA EDUCAÇÃO

A DISTÂNCIA: UM ESTUDO DE CASO

Reginaldo de Castro Hiraoka

Viviane Maria Penteado Garbelini _____ 37

FILOSOFIAS DA EXISTÊNCIA E PEDAGOGIA

Osvaldo Maffei Junior

Jaime Spengler _____ 53

FUNDAMENTOS DA PRISÃO COMO MEDIDA CAUTELAR

Larissa Mayer Pontes

Paulo César Busato _____ 75

IDENTIFICAÇÃO DA LINGUAGEM DA FOTOGRAFIA PUBLICITÁRIA EM SUA RELAÇÃO COM O CONSUMIDOR

Patrícia Beatriz Longo

Paulo Henrique Camargo Batista _____ 97

O PADRÃO DE DESIGN DO SABONETE LUX NA PERSPECTIVA DA SEMIÓTICA

Caio Luiz Fernandes de Souza

Arlene Lopes Sant'Anna _____ 109

OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO NA LIBERAÇÃO DE ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS: UMA ANÁLISE DO CASO BRASILEIRO

David Lourencio Pinheiro

Ana Paula Myszczyk _____ 131

**OS RISCOS AMBIENTAIS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS SOB A
PERSPECTIVA DO DIREITO AMBIENTAL E DA GESTÃO MUNICIPAL**

Camila Ferraz de Paula

Karin Kässmayer 143

PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO NA FORMAÇÃO DO SUJEITO ÉTICO

Ítalo Kiyomi Ishikawa

Vagner Sassi 157

**PROJETO PORTAL DA COMUNIDADE – CIÊNCIA E TECNOLOGIA A
SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES**

Priscila Dranka

Francisco Carlos Lopes da Silva 169

**PROPOSTA DE MODELO PARA GESTÃO DA INFORMAÇÃO COMO
ATIVO PRINCIPAL DE PROCESSOS DE NEGÓCIOS**

Willian Siqueira Rodriguez

Marcos Aurelio Pchek Laureano 187

REFLEXÕES SOBRE A INFLUÊNCIA DAS TECNOLOGIAS NA HISTÓRIA DA MÚSICA

Geovany Nery Mendonça

Solange Aparecida de Campos Costa 201

A TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DE UMA PEDAGOGIA DO APRENDER A APRENDER

Everton Luiz Renaud de Paula*

Nilson Cesar Fraga**

RESUMO

Este trabalho visa demonstrar, por pesquisa bibliográfica, a construção de uma pedagogia necessária para a atuação docente na atualidade. Nos dias atuais, os processos pedagógicos de sala de aula estão desconstruídos em muitos lugares. Para que a educação atinja seu objetivo é necessário que, a cada dia, seja constituída uma pedagogia que tenha conexão com a realidade vivenciada atualmente. Práticas pedagógicas eficazes são aquelas que acompanham o acelerado desenvolvimento social na contemporaneidade. Neste artigo, faz-se uma análise do cenário da educação deste século, habilidades e competências exigidas, e os envolvidos no processo.

Palavras-chave: educação; escola; atualidade; habilidades; competências.

* Acadêmico do 3º ano do curso de Filosofia. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2008) da FAE Centro Universitário. E-mail: evertonrenaud@hotmail.com

** Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR). Professor da FAE Centro Universitário. Orientador do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2008) da FAE Centro Universitário. E-mail: nilsoncesarfraga@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Entende-se a escola como uma organização complexa, e o professor como um agente desta organização que deve, a cada momento, descobrir a melhor maneira de atingir o objetivo da aprendizagem com seus alunos, sendo necessária a criação de novas práticas pedagógicas que sejam capazes de acompanhar o acelerado desenvolvimento e a acelerada disseminação de informações.

O desenvolvimento deste trabalho se fundamentará no estudo de filosofia e pedagogia, partindo da leitura de autores como Heráclito, Santo Agostinho, Paulo Freire e Edgar Morin. Qual é a pedagogia que o professor precisa adotar diante do contexto educacional contemporâneo? Essa é a questão motivadora do trabalho pretendido.

Ao longo das páginas deste trabalho, será analisada a trajetória de construção de uma pedagogia do aprender a aprender na educação escolar.

O desenvolvimento deste trabalho apoia-se no documento da Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura sobre as tendências para o ensino no século XXI, contribuindo com a construção do cenário onde se dá a educação e como ela tende a acontecer.

Utiliza-se os fundamentos teóricos oferecidos por Philippe Perrenoud sobre as competências para o ensino no século atual. Edgar Morin, com a teoria da complexidade aplicada ao processo educativo e a escola como organização complexa.

Diversos outros autores contribuem com a argumentação construída neste trabalho através de suas teorias e a confluência de seus escritos com as ideias aqui apresentadas.

1 CENÁRIO DA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Historicamente, constituíram-se currículos diferentes para as diferentes classes sociais e, ainda assim, nos séculos anteriores, a maioria da população não tinha acesso à escola. Com a ascensão da burguesia, a partir do século XVIII, essa diferenciação curricular se tornou ainda maior, com currículos que privilegiavam o ensino das artes liberais nas escolas formadoras daqueles que seriam destinados às funções de comando; com o ensino das artes manuais para os artesãos ligados às corporações e nenhuma instrução para a maioria da população constituída de trabalhadores das cidades e do campo. Esta forma de organizar a educação é permeada por um discurso liberal, que visa à igualdade de direitos, em especial,

educacionais; um discurso que constantemente aponta para uma igualdade social, mas que na prática mantém as diferenças.

Com base na constituição da educação, percebe-se a escolha de um currículo específico para cada etapa ou instituição. Com isso, vale questionar como surge e como é aplicado um currículo para a educação. Alfredo Veiga Neto, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, que atua na área de Educação, com ênfase em Estudos de Currículo, afirma que currículo é “a porção de cultura – em termos de conteúdos e práticas (de ensino, de avaliação etc.) – que, por ser considerada relevante num dado momento histórico, é trazida para escola, ou seja, é escolarizada” (VEIGA-NETO; CALVO¹, 1997 *apud* PARANÁ, 2008). Esta “porção da cultura” a ser escolarizada é, sempre, uma seleção de saberes a serem socializados, que num arranjo curricular pretende “formar” um determinado tipo de sujeito/indivíduo. Então, essa seleção de saberes que deve compor um currículo nos impõe reflexões como as ressaltadas por Rubem Alves (1994, p.18):

As crianças são ensinadas. Aprendem bem. Tão bem que se tornam incapazes de pensar coisas diferentes. Tornam-se ecos das receitas ensinadas e aprendidas. Tornam-se incapazes de dizer o diferente. Se existe uma forma certa de pensar as coisas e de fazer as coisas, por que se dar ao trabalho de se meter por caminhos não-explorados? Basta repetir aquilo que a tradição sedimentou e que a escola ensinou. O saber sedimentado nos poupa dos riscos da aventura de pensar.

Conforme citado anteriormente, “[...] o corpo não suporta carregar o peso de um conhecimento morto que ele não consegue integrar com a vida” (ALVES, 1994, p.15).

Apresentando esta identidade é possível lembrar-se de Nietzsche, que se horrorizava frente àquilo que as escolas faziam com a juventude: “o que elas realizam é um treinamento brutal, com o propósito de preparar vastos números de jovens, no menor espaço e tempo possível, para se tornarem usáveis e abusáveis, a serviço do governo” (NIETZSCHE², 2002 *apud* ALVES, 1994, p.14). E segundo Alves (1994), se Nietzsche vivesse hoje, certamente faria uma pequena modificação na sua última afirmação. Ao invés de “usáveis a serviço do governo”, diria “usáveis e abusáveis a serviço da economia”.

Desde a primeira metade do século XX, este discurso pela igualdade de direitos à instrução esteve muito presente no pensamento dos educadores e nos textos constitucionais através das propostas da escola pública, obrigatória e gratuita.

1 VEIGA-NETO, A. J.; CALVO, O. F. **Crítica pos-estruturalista y educación**, Barcelona: Laertes, 1997.

2 NIETZSCHE, F. W. **Assim falou Zaratustra**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

Mas, na realidade, o que se apresentou, desde sempre, foi a divisão de uma escola propedêutica e preparatória para a universidade, para os filhos da burguesia; uma educação direcionada às atividades práticas como o ensino industrial, agrícola e comercial para a classe trabalhadora e, ainda, uma não realizada escola pública para a maioria da população. O Ensino Médio figurante na imaginação coletiva será aquele que melhor unir estas duas propostas: a de uma escola propedêutica e técnica.

1.1 Educação no Século XXI

Na época em que vivemos, mais do que nunca, a educação é um processo que compreende dimensões complexas realizadas em grande escala fora do concreto institucional. Segundo Jorge Werthein³ (WETHEIN, 2003), a realização do enfrentamento dos desafios deste tempo necessita de uma reforma de mentes e mentalidades.

É possível observar tendências emergentes que influenciam os rumos da educação. Hoje, vê-se o auge do crescimento de informações disponíveis, bem como o seu acesso e seu uso. Com isso se encontra a redução do tempo entre descoberta e aplicação. A expansão do mercado global, a existência de computadores mais poderosos e mais baratos, banda larga gratuita, expansão da *Internet*, tecnologias compactas, portáteis e poderosas são influências marcantes para a transformação educacional vista nos tempos atuais. Esta transformação exige novas práticas pedagógicas. A educação prepara, portanto, os estudantes para trabalhos que ainda não foram inventados e para saber agir diante das informações existentes e dos conhecimentos novos.

A atual sociedade exige que seus componentes sejam eternos aprendizes. Dos membros da nova sociedade, existe a necessidade de muitas outras competências, quais sejam: iniciativa, perseverança, responsabilidade, flexibilidade, criatividade, capacidade de trabalho em grupo, comunicação, análise e aprendizagem, tomada de decisão, planejamento e cooperação, autoimagem, adaptação e mudança, abertura a novas ideias, motivação, sentido de organização, espírito crítico, autocontrole, liderança, persuasão, autoconfiança, relações pessoais, preocupação e solicitude.

O mais intrigante diante da observação das várias competências exigidas para a nova sociedade é que todas essas habilidades devem ser estimuladas pelo processo de educação realizado na escola. Sendo a escola a maior responsável por este

3 **Jorge Werthein** é Ph.D em educação e desenvolvimento pela Universidade de Stanford (EUA). Foi diretor do escritório da Unesco em Nova York e Washington entre 1994 e 1996. É o representante da Unesco no Brasil desde julho de 1996.

desenvolvimento, o questionamento mais pertinente circunda o modo como a escola deve proceder para realizar tais estímulos.

Sem dúvida, a observação deste cenário questiona a prática docente relacionada ao processo, bem como a prática pedagógica das próprias instituições de ensino. Para que a formação estimule o desenvolvimento dos saberes e afete as dimensões humanas é preciso perceber e efetivar as transformações na prática pedagógica. Uma situação a ser desenvolvida para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem é o ensino personalizado, considerando a heterogeneidade dos alunos e desenvolvendo situações de aprendizagem para cada aluno. Segundo Silva, o ensino é regido por um novo conceito, pois “ensinar é organizar situações de aprendizagem, criando condições que favoreçam a compreensão da complexidade do mundo, de contexto, de ser humano e da própria identidade” (SILVA, 2008, p.11). Este ensino respeita a característica própria de cada um, sem, contudo, anular a coletividade e a edificante experiência do relacionar-se.

Com a compreensão das situações explicitadas anteriormente, é possível falar sobre as dimensões humanas que são afetadas no processo de ensino-aprendizagem. A filosofia compreende a pessoa constituída em suas dimensões afetiva, cognitiva, social e ética (PLATÃO, 2002; CARVALHO⁴, 2005 *apud* VARGAS, 2006b; 2006c; VARGAS; ZIEMER, 2006; VARGAS; DOMINGOS, 2006). A educação que consegue afetar as dimensões de constituição da pessoa está profundamente próxima ao sucesso humano desejado.

Entendendo a educação como um processo de complexidade e com objetivo de apresentar bases teóricas que não, unicamente, as divulgadas pelos órgãos civis responsáveis pela educação e por sua etapa de Ensino Médio, dialoga-se com Morin, teórico da complexidade, que ao tratar da educação e seus saberes considera sensivelmente sua realidade hodierna.

1.2 Pedagogia Humanista na Atualidade com Edgar Morin

Os aspectos tratados até aqui apresentam objetivamente a estrutura das ideias morinianas e sua atualidade de pensamento. Morin pensa a educação como processo fundamental na estruturação da sociedade e apresenta vários meios que, se revistos seus usos, podem contribuir grandemente. Luta contra a fragmentação do conhecimento, nomeando-a miopia. Afirmar que o conhecimento deve ser sempre estimulado e desenvolvido. Isso permite a cada indivíduo assumir melhor o seu destino

4 CARVALHO, O. **Aula de 25 de Janeiro de 2005**. Curso de Ética. Curitiba: PUC-PR, 2005.

individual e coletivo em sua nação e, também, o da espécie humana. Mas não há convicção plena de que o conhecimento possa ser generalizado. Afinal, o futuro é tão incerto, que fica difícil anunciar qualquer previsão. Morin passa a assumir a educação como um componente declarado e fundamental para a re-humanização do planeta. É por ela e nela que pode ser viabilizado um pensar que dê conta da conscientização da natureza inter-relacional do homem.

A fragmentação do conhecimento caracteriza, para Morin, um motivo de crítica, pois tentar analisar o todo através de uma parte torna os espíritos míopes, segundo ele. É como enxergar apenas uma cor do arco-íris. As consequências podem ser irreversíveis através da disseminação de práticas fragmentadas de ensino.

O trabalho pedagógico que se dá através do interesse em não fragmentar o conhecimento faz lembrar que cada indivíduo é humano. Este aspecto humanizador ocorre com o amor, o constante movimento da vida, a ecologia; por isso sua teoria está voltada para a complexidade das organizações. As organizações complexas das quais faz referência são vivas. Organizações vivas mostram que pode haver regeneração, que com amor nunca há envelhecimento, e que cada um dos aspectos utilizados nos processos educacionais, quando permeados de ações humanas, libertam os seres para a visão da importância de novos saberes, de saberes de vida. De conhecimentos conexos com os sentidos, com as necessidades, e não puras buscas de meios de sustento.

O processo educacional não pode ser tratado como um mecanismo que funciona conforme uma operação específica, mas é preciso considerar que é um processo de vida, de organização complexa e viva. Não se podem mecanizar essas relações; todo esforço que concorra para a amenização das relações mecânicas é válido.

2 OS ENVOLVIDOS NO PROCESSO EDUCATIVO NO SÉCULO XXI

2.1 O Profissional do Ensino e da Aprendizagem

Ser professor pressupõe uma atividade que é, também, artística. Compreende a noção de contribuir para a produção de algo no qual fica impregnado um pouco daquele que despendeu energia para sua realização. As máquinas e a tecnologia não são capazes de substituir uma atividade essencialmente humana que pressupõe o exercício de capacidades específicas do Homem.

Atuar na vida docente corresponde a escolher um caminho de vida a ser percorrido diariamente até o fim. Antes de tudo, este caminho implica num preparo pessoal. É preciso conhecer-se e constituir-se enquanto pessoa para poder assumir a

carreira docente. O professor precisa ser virtuoso e fazer a própria busca por despertar o aprendizado em si mesmo. Posteriormente, ser professor implica na atividade de educador, despertar nos alunos a busca pela aprendizagem.

A palavra utilizada pela língua espanhola auxilia na compreensão do que se persegue e se pretende neste caso. O professor, em espanhol, pode ser o *enseñante*, aquele que *enseña*. A palavra preserva a raiz latina muito mais do que o português, *insegnire*: apresentar sinais, por isso aquele que *enseña*, mostra, “o mestre mostra” (TOMÁS DE AQUINO, 2004, p.21).

Assumir a vida docente inevitavelmente implica em relacionar-se com outras pessoas e com outras vidas. Na maioria das vezes, o docente não percebe a presença que tem na vida de seus alunos. Tendo consciência das concepções do parágrafo anterior e do capítulo antecedente, é possível perceber que no encontro⁵ entre professor e aluno ocorre estímulo, quando este observa naquele o tipo de ser humano que deseja ser.

Este vocacionado à vida docente é, também, um profissional da aprendizagem. A matéria de seu serviço é dotada de uma especificidade, todos os profissionais, antes de exercerem suas atividades, traçam uma jornada com um professor. Dessa forma, este profissional tem como objeto de sua atuação o conhecimento, para o qual ele aponta, e ao qual também busca, por isso é o profissional da aprendizagem. Sua busca é contínua, precisa sempre aprender e deixar aprender. Atuar profissionalmente na aprendizagem exige competências que devem ser desenvolvidas por este profissional “aprendente”.

2.2 O Professor como Educador

O termo educador, segundo Juliatto (2007, p.98), designa a pessoa “empenhada em formar o caráter dos seus alunos, em repassar-lhes valores, em oferecer-lhes lições de vida juntamente com lições de ciência”. É ótimo professor aquele que, segundo Fontana (2002), tendo dedicado a vida ao chamado docente, desperta a aprendizagem no aluno fazendo com que este veja nele o ser humano que deseja ser. Segundo Mantegazza e Seveso⁶ (2006 *apud* JULIATTO, 2007, p.95), as diferenciações entre educação e instrução se articulam da seguinte maneira: “a educação é romântica, a

5 Este encontro denota a presença do professor no processo de aprendizagem do aluno como companheiro de jornada. Aquele que caminha ao lado mostrando caminhos possíveis. Assim, recorre-se à imagem de vidas que se relacionam num encontro contínuo.

6 MANTEGAZZA, R.; SEVESO, G. **Pensare la scuola**: contraddizioni e interrogativi tra storia e quotidianità. Milano: Bruno Mondadori, 2006.

instrução é iluminista; a educação é filosófica, a instrução é científica; a educação é sentimental ou racionalista, a instrução é empirista; a educação é religiosa, a instrução é laica”.

Existe uma diferença, portanto, entre ser professor-instrutor e professor-educador, conforme orienta Juliatto (2007). Não é apenas uma diferença semântica ou de estilo, ou prática didática, mas de essência.

O professor-instrutor executa uma função que também é importante. É capaz de transmitir conhecimentos ou de facilitar o processo de aprendizagem. Isso corresponde a uma importante atribuição escolar. Este facilita e fornece o conhecimento. Especialistas apontam que este profissional pode estar com os dias contados, pois computadores, *Internet* e o poder espetacular da mídia podem substituí-lo com facilidade.

O professor-educador é aquele que além de instruir, apresenta e estimula valores em seus alunos. Esta realidade pressupõe possuir, além de grande capacidade técnica e preparo intelectual, um elevado nível de desenvolvimento humano. Segundo Reale, “o ato de educar não se resolve, de maneira alguma, em atos de comando. Iludem-se os professores agressivos, que se colocam num pedestal, e jogam lá embaixo os alunos [...]” (REALE, 1980, p.195). O educador pensa na formação integral e humana de seus alunos, e interpreta o conhecimento, aplicando-o à vida, e por isso vive, também, fora do “pedestal”, vive lado a lado, para que a formação possa ser sempre estimulada.

A diferença entre os dois professores citados pode ser entendida analogamente, na diferença entre conhecimento e sabedoria. “O conhecimento está na mente, enquanto a sabedoria é o conhecimento que passa pelo coração, que transforma, orienta e é incorporado à vida” (JULIATTO, 2007, p.99). A escola precisa, assim, de profissionais que, como verdadeiros educadores, cultivem qualidades e virtudes eternas.

2.3 As 10 Competências do Profissional da Aprendizagem

Ensinar é atividade especial, e o educador não tem folga, jamais tira férias, pois educar é uma atividade de vida. Segundo Perrenoud (2000, p.94), “durante muito tempo a cultura individualista dos professores incitou-os a considerar que seu ambiente começava na porta de sua sala de aula”, no entanto, observa-se no cenário atual e complexo que o ensinar não é encerrado pelas paredes escolares da sala de aula. Recebe-se, também de Perrenoud (2001), a indicação de que a atividade de ensinar prevê uma ação na urgência e decisões na incerteza, e conduz a argumentação apresentando que um grande desafio para a atuação do educador moderno é a relação de sua profissão com a complexidade e situações complexas.

Nesse sentido, Morin, considerado grande teórico do pensamento complexo, contribui com a compreensão de que o conhecimento deve ser sempre estimulado e desenvolvido. Isso permite a cada indivíduo assumir melhor o seu destino individual e coletivo em sua nação e, também, o da espécie humana. Mas não há convicção plena de que o conhecimento possa ser generalizado. Afinal, o futuro é tão incerto, que fica difícil anunciar qualquer previsão.

A prática docente precisa, então, “ir muito além do simples associar teorias a práticas”. O professor precisa ser dialético⁷ e ter um olhar constantemente crítico e questionador sobre a realidade. A capacidade docente de estabelecer um pensamento dialético que contribui para evolução do conhecimento é denominada por Nóvoa (1995) por indagação-reflexão. Nesse sentido, o professor precisa ser um questionador e dinamizador de questões com seus educandos e condutor de reflexões sobre as respostas apresentadas às questões. Por isso, para a realização desta competência, indica-se a necessidade de o educador administrar sua própria formação contínua, pois “nenhuma competência permanece adquirida por simples inércia” (PERRENOUD, 2000, p.155). A mesma compreensão é apresentada como continuum em Nóvoa (1995), que indica ao docente ser inútil deter-se somente ao saber que sua área do conhecimento defende, é necessário pluralidade de conhecimentos.

Hodiernamente, o professor é convidado a responder à realidade global com sua presença e com o encantamento de sua atividade. Para oferecer esta resposta, pede-se a propriedade de algumas habilidades e competências. Perrenoud (2000) define competência por “capacidade de mobilizar diversos recursos cognitivos para enfrentar um tipo de situação”, e enumera dez grupos de competências docentes: organizar e dirigir situações de aprendizagem; administrar a progressão das aprendizagens; conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação; envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho; trabalhar em equipe; participar da administração da escola; informar e envolver os pais; enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão; utilizar novas tecnologias; administrar sua própria formação contínua.

7 O conceito de dialética abordado aqui utiliza como fundamento a ideia de dialética hegeliana, conforme revisto por Ricouer, em “O si mesmo como um outro”, movimento em que o próprio resultado possui o que o ocasionou. Assim essa compreensão corrobora para o esclarecimento de que o professor dialético é aquele que está no constante movimento em relação a si mesmo e seus alunos, e sua teoria não é um “peso morto” (ALVES, 1994).

3 PROFESSOR E ALUNO: ARGONAUTAS DO CONHECIMENTO

É inimaginável que possa ocorrer o processo de ensino-aprendizagem sem a presença dos seus agentes principais. Algumas escolas possuem imagens que acalentam o coração e agradam muito aos olhos: pintura bonita nas paredes, ares agradáveis proporcionados pela natureza que cerca a bem localizada instituição, flores, terra, pássaros, árvores, locais aconchegantes e agradáveis. Existem outras que não são providas desta beleza cênica, não possuem muitas árvores, nem pássaros, nem flores, nem brisa. Em ambas pode haver alunos a gargalhar, abraçar os colegas, provocar confusões, fazer barulho, cantarolar, correr, às vezes até chorar; e professores carregando seus materiais, ávidos de ensinar, rindo, alguns resmungando, outros silenciosos, todos no mesmo lugar.

Nas imagens que foram geradas acima, o que faz com que ambas as escolas sejam ambientes vivos é a presença humana e inigualável dos professores e dos alunos. Até mesmo a escola mais bela, quando está em período de férias, fica horrorosa; torna-se um ambiente triste, vazio, gélido.

Cada um que, por algum motivo qualquer, teve a oportunidade de estar em uma escola em período de férias pôde constatar através da memória que o lugar fica muito sombrio. Recorda-se, com as memórias de Renaud, um dos autores do texto, dos estudos no Seminário Santo Antônio, em São Paulo, escola organizada em regime de internato. O local é mesmo digno da cinematografia da mais alta qualidade, construído em uma fazenda, em cidade de clima agradável, um palácio em meio à natureza. As aulas aconteciam, assim como passava a vida, embaixo dos arcos da construção tradicional, o piso brilhava e tudo era perfeita harmonia. Os alunos animados, tagarelas, brincalhões deixavam energia e muitas histórias para serem contadas por aquelas paredes.

Em uma das férias anuais todos se foram mais cedo embora. A casa, então, murchou. Parece que até o sol brilhava menos pelos corredores. Os ecos dos longos corredores conduziam a frieza na qual se encontrava a casa. O conservatório não emitia som, instrumentos guardados. As salas de estudos organizadas, carteiras fechadas, portas trancadas, tudo parado. A casa estava no mesmo lugar, mas sua essência estava em férias.

As histórias narradas anteriormente contribuem para que se considere novamente o caráter humano da profissão tratada aqui e do grau de envolvimento de cada profissional com seu trabalho, local de trabalho e alunos. Histórias e vivências acontecem entre os agentes do processo e permanecem marcadas eternamente em cada um, em cada coração e em cada lugar.

3.1 A Voz da Comunidade Discente

Os estudantes são o alvo da educação, segundo Juliatto (2007), e sem a presença deles a escola não se justificaria. As experiências em sala de aula, direção ou qualquer trabalho ligado aos estudantes mostram que em princípio os estudantes parecem todos iguais, mas não o são. Possuem, obviamente, características comuns, porém, identidades próprias; nunca é encontrada uma turma que seja homogênea em todos os sentidos. Estudar sempre se caracteriza em tempo de sonhos e esperanças, sejam quais forem as razões dos estudos. A partir destas concepções, considera-se importante a participação dos alunos na pesquisa, afinal, se a pergunta é sobre a influência do professor na aprendizagem do aluno, então o que o aluno sente e fala a respeito disso? Acaso a hipótese da influência está errada? Somente os professores concordam com esta tese? Não. Vê-se que os estudantes, em sua grande maioria, reconhecem de alguma forma a influência de seus professores, seja negativa ou positiva.

Para finalização deste tópico, acolhe-se a contribuição de Juliatto (2007, p.91):

Quando numa família nasce um filho, todas as atenções se voltam para ele e todas as medidas são tomadas para que ele viva, cresça livre, inteligente e responsável e se torne autônomo. Na escola, os estudantes são como filhos que precisam ser conduzidos para a maturidade, responsabilidade pessoal e autonomia. Assim como na família, na escola, as pessoas também precisam ser educadas de modo equilibrado: se forem mimados, permanecerão infantis; se forem reprimidos, crescerão com uma visão negativa da vida, sem razões para viver, sem sonhos para conquistar; se forem bem educados, crescerão fortes e livres e poderão contribuir para a construção de um mundo melhor.

A partir desta analogia, percebe-se que na escola todos os recursos devem estar voltados aos estudantes, desta forma, os professores assumem a função de encaminhá-los para a vida como intelectuais, cidadãos e gente de bem.

CONCLUSÃO

Diante do estudo realizado é possível estabelecer algumas constatações sobre a trajetória de construção de uma pedagogia do aprender a aprender. No mundo contemporâneo, a realidade é diferente e totalmente nova. O que intriga nesta nova realidade é a sua dinamicidade e sua capacidade de se renovar a cada dia e em cada momento trazer novos desafios.

Do momento em que esta pesquisa iniciou até o momento em que foi concluída, os autores encontraram diversos tipos de estudantes e perceberam que a identidade de cada um, posta em coletividade, traz desafios emocionantes e difíceis.

Diante de uma realidade como a apresentada no trabalho, de um século que possui inovações e tecnologias próprias e no qual os estudantes e os professores são outros, a grande questão é justamente saber como se dá esta construção de um aprender a aprender. De outro modo, como pode um professor interagir com toda essa nova e heterogênea realidade? O que é preciso para que isso aconteça? Durante as teorias estudadas surgem algumas pistas.

Inicialmente, o docente precisa reconhecer a realidade em que está inserido. Com isso ver e relacionar-se com as tecnologias próprias deste tempo, sendo delas um usuário capacitado e aliando-se a elas para otimizar sua participação no processo de aprendizagem dos estudantes. Para a atualidade, exige-se o desenvolvimento de habilidades e competências para a vida social e profissional. Essa tendência mostra que para reformular a prática pedagógica existente o professor precisa procurar constantemente a construção destas habilidades em si.

O caminho correto do processo educativo prevê que todos sejam eternos “aprendentes”, e essa realidade tem se mostrado de forma muito clara. Os componentes da sociedade atual devem ser eternos aprendizes. Os professores, assim, devem conservar a habilidade de aprender a cada dia.

Ainda outras competências devem ser assumidas, quais sejam: iniciativa, perseverança, responsabilidade, flexibilidade, criatividade, capacidade de trabalho em grupo, comunicação, análise e aprendizagem, tomada de decisão, planejamento e cooperação, autoimagem, adaptação e mudança, abertura a novas ideias, motivação, sentido de organização, espírito crítico, autocontrole, liderança, persuasão, autoconfiança, relações pessoais, preocupação e solicitude.

A pedagogia que será construída a partir disso depende da resposta que o educador dará ao que encontra. Para isso é preciso que se reconheça, também, como um membro deste processo e que perceba o caráter sagrado de sua profissão e sua atuação específica. Para contribuir com essa realidade, este estudo pontua as competências para o ensino no novo século.

Os estudantes são outra parte importantíssima do processo educativo, são a essência da escola, sem eles não há escola. Sua resposta à participação do professor em suas vidas demonstra seu interesse e seu estado atual. Ou seja, os alunos hoje – a comunidade discente – têm voz e vez e são passíveis de decidir sobre a própria

formação. Interessados ou não pelos estudos, eles têm meios de criar argumentos e desobediência civil, apenas refugando a intervenção do professor. No entanto, uma abordagem que considere esta realidade e que, aliada a ela, desenvolva as habilidades necessárias e as competências requeridas poderá prepará-los adequadamente para o sucesso da vida; sucesso enquanto vivência plena de sua humanidade.

Com isso, pode-se inferir também, que não é a presença das mais altas tecnologias, que isoladamente, garantirá a formação dos estudantes. No entanto, a recusa da existência dessas tecnologias também fracassará. A melhor forma de construir a cada dia práticas pedagógicas eficazes é colocar-se diante à dinamicidade da vida atual e a partir dela criar, de acordo com as necessidades presentes. Com isso não se afirma, de forma alguma, que não são necessárias diretrizes e currículos, mas sim que tudo deve conter uma dose adequada de flexibilidade.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. **A alegria de ensinar**. 3.ed. São Paulo: Ars Poética, 1994.
- CARVALHO, O. **Aula de 25 de Janeiro de 2005**. Curitiba: PUCPR, 2005. (Curso de Ética).
- FONTANA, D. **Psicologia para professores**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- JULIATTO, C. I. **Parceiros educadores**: estudantes, professores, colaboradores e dirigentes. Curitiba: Champagnat, 2007.
- MORIN, E. **Para sair do século XX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- MORIN, E.; LE MOIGNE, J. **A inteligência da complexidade**. 2.ed São Paulo: Peirópolis, 2000.
- _____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 10.ed. São Paulo: Cortês, 2005.
- NÓVOA, A. (Org.). **Os professores e a sua formação**. 2.ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- PARANÁ. Secretaria da Educação – SEED. **Introdução às Diretrizes Curriculares**. Disponível em: <http://www.pedagogia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/OTP/texto_yvelise.pdf>. Acesso em: 03 maio 2008.
- PERRENOUD, P. **10 novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- _____. **Ensinar**: agir na urgência, decidir na incerteza. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- PLATÃO. **Apologia de Sócrates**. 18.ed. São Paulo: Ediouro, 2002.
- REALE, M. **O homem e seus horizontes**. São Paulo: Convívio, 1980.
- SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do Currículo. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- TOMÁS DE AQUINO, S. **Sobre o ensino (de magistro)**: os sete pecados capitais. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VARGAS, C. E. C. A consciência moral sem moralismo: uma introdução ao estudo filosófico da dimensão ética. **Caderno de Filosofia Socrática**. Curitiba: Santa Cruz, 2006a. (publicação interna).

_____. O desenvolvimento das funções filosóficas a partir da Antigüidade. **Caderno de Filosofia Socrática**. Curitiba: Santa Cruz, 2006b. (publicação interna).

_____. As quatro qualidades fundamentais da filosofia socrática. **Caderno de Filosofia Socrática**. Curitiba: Santa Cruz, 2006c. (publicação interna).

VARGAS, C. E. C.; DOMINGOS, J. **Ser pessoa**. Transcrição de aula do professor Luiz de Gonzaga Carvalho Neto. Curitiba: PUCPR, 2006.

VARGAS, C. E. C.; ZIEMER, C. **A dimensão afetiva da vida moral**. Transcrição de aula do professor Luiz de Gonzaga Carvalho Neto. Curitiba: PUCPR, 2006.

WERTHEIN, J. Vinte e cinco anos depois, se... **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 jul. 2003. Disponível em: <http://docs.google.com/gview?a=v&q=cache:IUaYS3ec9Zkj:www.jorgewerthein.com/site/index.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D36%26Itemid%3D+vinde+e+cinco+anos+depois+e+se+werthein&hl=pt-BR>. Acesso em: 20 maio 2009.

E-LEARNING COMO UMA FERRAMENTA DE INCLUSÃO PARA PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Murilo Pedroso*
Andréa dos Santos Rodrigues**

“Não é porque as coisas são difíceis que nós não ousamos; é porque nós não ousamos que elas são difíceis” (Sêneca)

RESUMO

A fim de garantir a igualdade de oportunidades a todos os estudantes, e evitar a variedade de obstáculos que um aluno com deficiência visual encontra em seu caminho, o *e-learning* pode representar um avanço que vai gerar uma nova era da educação sob o conceito de que qualquer um pode estudar em qualquer lugar a qualquer hora. E através das tecnologias assistivas e da acessibilidade, alunos com deficiência visual podem ter mais acesso a oportunidades educacionais do que poderiam ter na forma tradicional. Os requisitos de acessibilidade, estabelecidos pela legislação em vigor, podem ser considerados um importante passo avante; no entanto, ainda são necessários para fomentar aos designs instrucionais seu uso, de forma que pessoas com necessidades especiais possam ter acesso a esta nova forma de educação.

Palavras-chave: acessibilidade; inclusão; educação inclusiva; alunos com necessidades especiais.

* Acadêmico do 3º ano do curso de Tecnologia em Sistemas para a Internet. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2008) da FAE Centro Universitário. E-mail: murilo.pbsi@gmail.com

** Doutora em Informática na Educação (UFRN). Professora do Instituto Federal de Educação do Paraná – IFPR. Orientadora do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2008) da FAE Centro Universitário. E-mail: andrea.rodrigues@ifpr.edu.br

INTRODUÇÃO

O número instituições de ensino que oferecem cursos e programas a distância tem aumentado consideravelmente. As vantagens da aprendizagem *online* têm sido amplamente descritas na literatura. No entanto, a perspectiva prometida com a era digital não se tornou realidade para a maioria das pessoas com deficiência, especialmente no contexto educacional. Os *sites* e ambientes *web* de educação a distância das principais organizações têm revelado um elevado percentual de páginas inacessíveis.

Neste cenário onde muitas instituições de ensino oferecem programas de educação a distância utilizando a *Internet*, é muito importante redesenhar tradicionais abordagens pedagógicas de integração de informações e tecnologias de comunicação, tornando-as acessíveis para alunos com necessidades educativas especiais.

Na sociedade de hoje, onde a informação desempenha um papel importante, ela tem o potencial de abrir oportunidades para a realização social e profissional. É também mais conveniente que os governos, instituições, empresas públicas e privadas utilizem a *Internet* para prover serviços de informação. Além disso, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) oferecem grandes oportunidades de inclusão social, pois permitem às pessoas com deficiência, oportunidades para melhorar a sua qualidade de vida e realizar tarefas que seriam impossíveis de fazer sem o computador, tais como: escrever uma carta, ter acesso a serviços públicos como a educação, bancos, biblioteca. Eles podem adquirir uma vida independente e alcançar a integração social.

No entanto, com o crescimento do *e-learning*, estes alunos deveriam se beneficiar dos avanços na aprendizagem de tecnologias que fornecem acesso interativo abrangente para o texto-base, materiais de áudio e vídeo em qualquer lugar e a qualquer hora, através da *Internet*. Essas tecnologias têm o potencial de melhorar a acessibilidade e consequentemente o desempenho de alunos com necessidades educativas especiais. O objetivo deste trabalho é apresentar alguns estudos sobre a acessibilidade de *e-learning*, tecnologias assistivas e a possibilidade da criação de um ambiente de aprendizagem para os estudantes cegos.

1 POLÍTICAS DE APOIO À EDUCAÇÃO ESPECIAL

Vygotsky (1987) já apontava, nos anos 1930, que as principais consequências da cegueira são os conflitos sociais gerados como efeitos secundários, ou seja, não propriamente decorrentes ao fato de não enxergar, mas às relações ligadas a este fato.

Segundo o Ministério da Educação e Cultura (BRASIL, 1994), a execução adequada de uma política educacional dirigida aos portadores de necessidades especiais possibilita que venham a alcançar níveis cada vez mais elevados do seu desenvolvimento acadêmico. É importante que as instituições de ensino se esforcem, no sentido de se adequar, de criar condições próprias, a fim de possibilitar o acesso desses alunos ao ensino superior e profissionalizante.

As decisões tomadas pela Secretaria de Educação Especial, SEESP/MEC, vêm revelando um interessante movimento em respeito aos direitos dos cidadãos com necessidades especiais, dentro do sistema educacional, certificados pelos dados do Censo Escolar. Dados do Censo Escolar de 2006 (MEC/Inep) registram que a participação do atendimento inclusivo cresceu, no Brasil, passando dos 24,7% em 2002 para 46,4% em 2006 (BRASIL, 2006).

Este crescimento se deve ao fato do MEC, através da secretaria de educação especial, ampliar e fornecer vários programas de apoio à educação de alunos com necessidades especiais, tendo como objetivo garantir o acesso e a permanência desses alunos na escola regular.

Em relação aos deficientes visuais, os principais programas e ações são: os Centros de Apoio para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAPs) e Núcleos de Apoio e Produção Braille (NAPPB). Os Centros de Apoio para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAPs) instalados em parceria com os estados e o Distrito Federal, são equipados com computadores, impressora Braille e *laser*, fotocopidora, gravador e fones de ouvido, circuito interno de TV, CCTV e máquina de datilografia Braille Perkins, e têm como proposta principal a geração de materiais didático-pedagógicos, como livros e textos em braille, ampliados e sonoros para distribuição aos alunos matriculados no ensino regular, bem como a organização de espaços educacionais que sirvam de apoio aos alunos com visão subnormal.

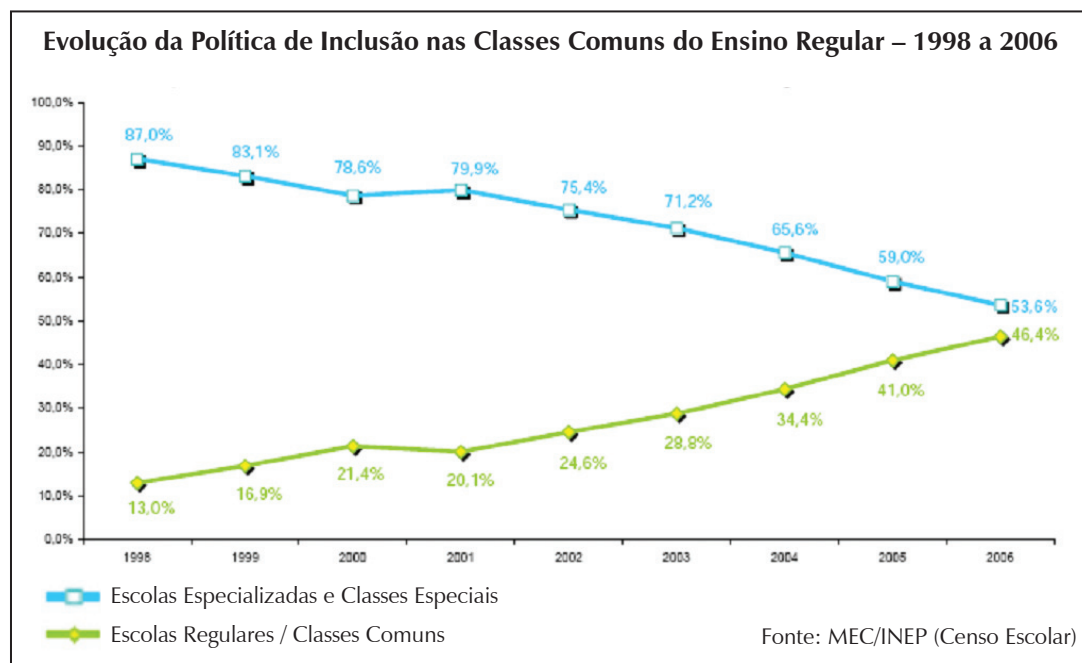
O Programa Nacional do Livro Didático/BRAILLE, PNLD, é uma ação que distribui livros didáticos aos alunos da Educação Básica. Os alunos cegos são contemplados com os livros didáticos em Braille, através da produção de livro didático em Braille. Infelizmente, apesar da iniciativa, segundo relatos de alunos e professores, a entrega desses materiais ocorre com muito atraso, muitas vezes, o livro em braille chega com dois a três meses de atraso, em relação ao livro convencional, e ainda alguns títulos não estão disponíveis. Isso se deve ao fato de não termos ainda uma infraestrutura para atender a uma demanda tão alta.

Segundo Sasaki (2003), um ambiente inclusivo tem, em seus alicerces, a crença de que todas as pessoas têm direito à participação, de viver uma vida tão

normal quanto possível, sem segregação, especialmente no sistema educativo. Trata-se de assegurar igualdade de oportunidades. Em se tratando de educação, o objetivo essencial da inclusão é a equiparação de oportunidades educacionais, com o apoio de recursos e métodos adequados.

Não temos dados com relação à evolução da matrícula de alunos com necessidades educativas especiais na educação a distância, no entanto o gráfico 01 mostra a evolução da inclusão no ensino regular.

GRÁFICO 01 - EVOLUÇÃO DE MATRÍCULAS INCLUSIVAS



FONTE: BRASIL (2009)

2 CARACTERIZANDO A DEFICIÊNCIA

Definir pessoas deficientes é sempre muito mais difícil e complexo do que pode parecer. Um dos problemas mais sérios reside no fato de que qualquer noção ou definição de deficiência implica em uma imagem que nós fazemos (RIBAS, 1997).

Muitos consideram que a palavra “deficiente” tem um significado muito forte, carregado de valores morais, contrapondo-se ao conceito de “eficiência”. A ênfase recai no que falta, na limitação, no “defeito”, gerando sentimentos como desprezo, indiferença, piedade ou pena. Esses sentimentos, por sua vez, provocam

atitudes carregadas de paternalismo e de assistencialismo, voltados para uma pessoa considerada incapaz de estudar, de se relacionar com os demais, de trabalhar e de constituir família.

No entanto, à medida que vamos conhecendo e convivendo com uma pessoa com deficiência, constatamos que ela não é incapaz.; pode ter dificuldades em realizar determinadas atividades mas, por outro lado, em geral possui extrema habilidade em outros (GIL, 2005).

O deficiente, em sua maioria, está posicionado numa classe social que o impede pela pobreza material de comprar aparelhos, de participar de atividades de reabilitação ou ter acesso a uma educação de qualidade. Estará sentenciado, em decorrência disto, à falta de perspectivas, ao estigma e ao preconceito. No Brasil, a deficiência entra em choque com a questão social: grande parte da população é subnutrida, no nordeste o índice de cegueira causada pela falta de vitamina A é alarmante (RIBAS, 1997).

O termo deficiência visual se refere a uma situação irreversível de diminuição da resposta visual, em virtude de causas congênitas, hereditárias ou adquiridas, mesmo após tratamento clínico e/ou cirúrgico e uso de óculos convencionais. A diminuição da resposta visual pode ser leve, moderada, severa, profunda (que compõe o grupo de visão subnormal ou baixa visão) e ausência total da resposta visual (cegueira).

A delimitação do grupamento de deficientes visuais, cegos e portadores de visão subnormal, dá-se por duas escalas oftalmológicas: acuidade visual, aquilo que se enxerga a determinada distância e campo visual, a amplitude da área alcançada pela visão.

É considerado **portador de baixa visão** aquele que apresenta desde a capacidade de perceber luminosidade até o grau em que a deficiência visual interfira ou limite seu desempenho. Sua aprendizagem se dará através dos meios visuais, mesmo que sejam necessários recursos especiais.

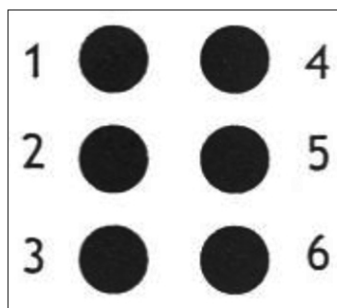
A cegueira total, ou simplesmente amaurose, pressupõe completa perda de visão. A visão é nula, isto é, nem a percepção luminosa está presente. No jargão oftalmológico, usa-se a expressão “visão zero”.

Pedagogicamente, delimita-se como cego aquele que, mesmo possuindo visão subnormal, necessita de instrução em braille (sistema de escrita por pontos em relevo) conforme ilustrado nas figuras 01 e 02. A visão subnormal é caracterizada pelo indivíduo que lê tipos impressos ampliados ou com o auxílio de potentes recursos ópticos. O deficiente visual pode ser educacionalmente cego ou portador de baixa visão.

O sistema Braille é o código tátil de leitura e escrita universalmente adotado pelos cegos. Ele é constituído por 63 caracteres, resultantes da combinação entre 6 pontos em relevo, dispostos em duas colunas verticais, e numerados de cima para

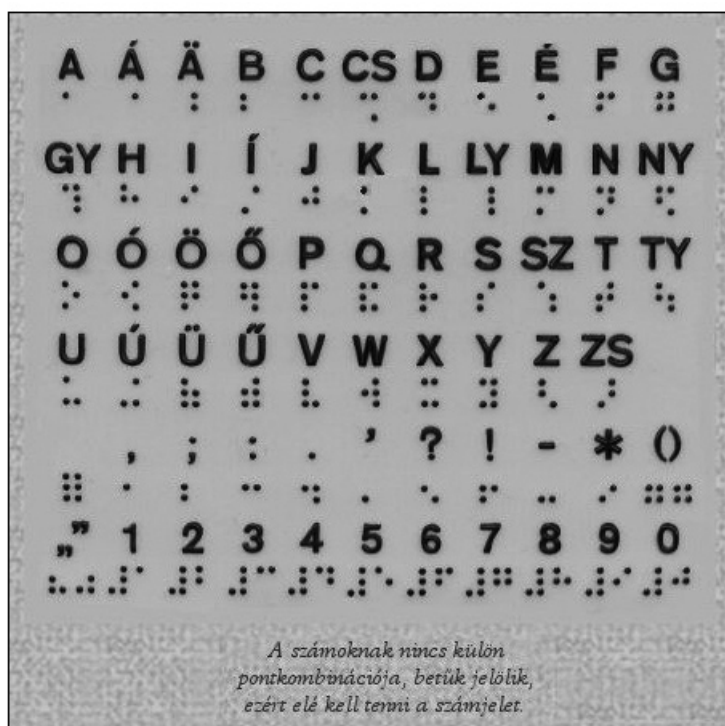
baixo e da esquerda para a direita. O conjunto matricial formado pelo total de pontos dá origem ao sinal fundamental, a partir do qual derivam os demais caracteres.

FIGURA 01 - CÉLULA BRAILLE



FONTE: Todos Nós (2009)

FIGURA 02 - ALFABETO BRAILLE



FONTE: Keréses (2009)

No entanto, a produção de material em braille é cara e de difícil manuseio, devido ao seu volume. Um determinado material pode ser produzido em texto e este através de *softwares* com síntese de voz; este material pode ser transmitido *online* ou gravado em CD com um custo menor.

3 TECNOLOGIAS ASSISTIVAS E A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DO DEFICIENTE VISUAL

Diariamente, observamos pessoas ao nosso redor vivenciando a exclusão social. Os pobres, os negros, as mulheres, os idosos, os portadores de deficiência, dentre tantos outros excluídos, sofrem na luta diária por seus direitos constitucionais de ir e vir, de ter acesso à saúde, ao trabalho, à educação, à cultura, à moradia e ao lazer, que são na realidade, direitos inarredáveis e indivisíveis, característicos dos regimes políticos democráticos.

Hoje em dia, pensar na construção de uma sociedade para todos significa lidar com a diversidade humana e acreditar em princípios norteadores de equidade e solidariedade, para se criar, no seio do povo, atitudes que ajudem a edificar uma sociedade mais justa e equânime.

O objetivo da Tecnologia Assistiva é:

proporcionar à pessoa portadora de deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação da comunicação, mobilidade, controle do seu ambiente, habilidades de seu aprendizado, competição, trabalho e integração com a família, amigos e sociedade. [...] Podem variar de um par de óculos ou uma simples bengala a um complexo sistema computadorizado (CEDI, 2009).

A Tecnologia Assistiva é considerada um ramo da ciência voltado para a pesquisa, desenvolvimento e aplicação de instrumentos que aumentam ou restauram a função humana e que necessita, urgentemente, ser fortalecido no Brasil. Também denominada de Adaptativa ou Ajuda Técnica, é toda aquela desenvolvida para permitir o aumento da autonomia e independência de idosos e de pessoas portadoras de deficiência em suas atividades domésticas ou ocupacionais de vida diária.

A aplicação de Tecnologia Assistiva abarca uma série de possibilidades do desempenho humano, desde tarefas básicas de autocuidado (mobilidade, comunicação, manutenção do lar, preparo de alimentos, tarefas ocupacionais), até atividades de lazer, trabalho e educação. A obtenção de autonomia, ou a máxima autonomia possível, é com certeza, um dos caminhos para a inclusão social dos idosos e das pessoas portadoras de deficiência e deve, portanto, constituir-se em premissa para qualquer intervenção em matéria de reabilitação e inclusão social.

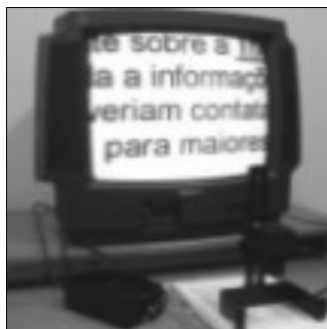
Esta seção se destina a apresentar algumas das principais tecnologias disponíveis ao deficiente visual, com o objetivo de ser um “passo inicial” na busca de alternativas no apoio às mais diversas necessidades educacionais que o cego possa ter. Esses produtos foram pesquisados entre os principais fornecedores nacionais de equipamentos destinados a cegos. A lista não visa ser exautiva, e sim, apresentar os produtos mais utilizados.

Os dispositivos voltados para o usuário cego, na maioria das vezes, também podem ser utilizados por um usuário com visão subnormal; Carvalho (1999) recomenda, no entanto, que se utilize o máximo possível o resíduo visual.

Dentre as tecnologias voltadas ao deficiente visual podemos destacar:

- **Ampliadores de tela de computador:** são aplicativos que ampliam parte da interface gráfica apresentada na tela do computador e, assim, podem facilitar seu uso por pessoas com baixa visão, capazes de enxergar elementos de interface e conteúdo apresentados no tamanho exibido por esses aplicativos.
- **CCTV:** os sistemas de circuito fechado de televisão (CCTV) oferecem a possibilidade de ampliar em até 60 vezes o texto.

FIGURA 03 - CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO



FONTE: Bengala Branca (2009)

- **Lentes:** utilizadas para ampliar textos, imagens ou objetos.

FIGURA 04 - LENTES PARA LEITURA



FONTE: Bengala Branca (2009)

- **Braille falado:** aparelho eletrônico portátil que funciona como agenda eletrônica, editor de textos e outras aplicações. Os dados são armazenados em formato digital, introduzidos via teclado Braille. Os dados podem posteriormente ser transmitidos ao computador acoplado a uma impressora Braille. A comunicação é feita via sintetizador de voz.

FIGURA 05 - BRAILLE FALADO



FONTE: Bengala Branca (2009)

- **Gravadores de fita cassete:** recurso para armazenamento de informação e posterior recuperação auditiva de baixo custo. Tem sido amplamente utilizado para gravar aulas. No Brasil, existem algumas audiotecas que disponibilizam acervos de áudio livro.
- **Sintetizadores de voz:** são aplicativos que viabilizam a leitura de informações textuais via sintetizador de voz e, assim, podem ser utilizados por pessoas com deficiência visual (pessoas com baixa visão, pessoas cegas), por pessoas que estejam com a visão direcionada a outra atividade, ou até mesmo por aquelas que tenham dificuldade para ler. São exemplos de leitores de telas: Jaws for Windows da Freedom Scientific, Virtual Vision da Micro Power e Monitivox.
- **Reconhecimento de voz:** viabilizam a interação com o computador via voz e, assim, podem ser utilizados por pessoas cegas ou que estejam com a mobilidade dos membros superiores comprometida.
- **Impressoras Braille:** imprimem, em papel, informações codificadas em texto para o sistema braille (textos, partituras, equações matemáticas, gráficos etc). Existem impressoras Braille que utilizam um sistema denominado interpontos, viabilizando a impressão nos dois lados do papel.

FIGURA 06 - IMPRESSORA BRAILLE



FONTE: Bengala Branca (2009)

- **Máquinas de datilografia Braille:** equipamento mecânico semelhante a máquina de escrever comum, porém com o objetivo de escrever caracteres Braille em uma folha de papel.

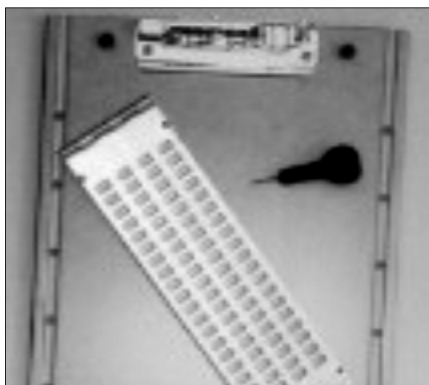
FIGURA 07 - MÁQUINA BRAILLE



FONTE: Bengala Branca (2009)

- **Regletes:** dispositivo portátil amplamente utilizado para a escrita em Braille, devido ao seu baixo custo. É composto por uma prancha de madeira, uma régua de metal, a reglete propriamente dita e um punção, formado por uma pequena haste de metal que perfura o papel.

FIGURA 08 - REGLETE E PUNÇÃO



FONTE: Bengala Branca (2009)

- **Terminais de acesso Braille ou linha Braille:** dispositivos de *hardware*, compostos por fileira(s) de células braille eletrônicas, que reproduzem informações codificadas em texto para o sistema Braille e, assim, podem ser utilizadas por usuários que saibam interpretar informações codificadas nesse sistema (pessoas cegas, pessoas com baixa visão).

FIGURA 09 - TERMINAL BRAILLE



FONTE: Bengala Branca (2009)

- **Copiadoras de alto relevo:** é ideal para duplicação de originais Braille, criando cópias para uso permanente, é indicado, também, para criar auxílios táteis em alto relevo para apoio educacional

FIGURA 10 - COPIADORA EM ALTO-RELEVO



FONTE: Bengala Branca (2009)

4 E-LEARNING PARA DEFICIENTES VISUAIS

E-learning é uma modalidade de ensino a distância que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes tecnológicos de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculado através da *Internet*. Alguns termos, apesar de apresentarem certa diferença conceitual, na prática são utilizados como sinônimos de *e-learning*. São eles: *web training*, *web education*, educação à distância via *Internet*, ensino controlado por tecnologia, ensino dirigido por computador etc. Seus principais objetivos são:

- democratizar o acesso à educação e reduzir custos;
- aumentar a autonomia e independência do aprendiz;
- contextualizar o ensino e incentivar a educação permanente;
- aplicar recursos tecnológicos e de multimídia para o enriquecimento da aprendizagem.

Para que um aluno deficiente visual possa ter acesso a este tipo de ambiente é necessário que ele seja acessível e que ele tenha disponível outros equipamentos, como apresentados na seção anterior.

Acessibilidade significa facilidade de interação, aproximação. A acessibilidade no âmbito das tecnologias de informação está associada a ações que têm como objetivo tornar os computadores mais acessíveis a todos os usuários.

O organismo brasileiro legalmente constituído para cuidar das normas técnicas é a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), afiliada a ISO e atuante desde

1940. A ABNT está dividida em comitês nacionais, entre eles o Comitê Brasileiro de Acessibilidade – CB 40 – que começou a atuar no ano de 2000.

A legislação brasileira (BRASIL,1999) define acessibilidade como:

a possibilidade e condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das instalações e equipamentos esportivos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Segundo a Lei da acessibilidade de 2000 (BRASIL, 2000)

Art. 1º Esta lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzidas, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e comunicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste trabalho constituiu-se em buscar soluções para incentivar a criação de cursos através de *e-learning* para apoiar a inclusão principalmente de alunos com deficiência visual.

Embora o Brasil incentive o sistema educacional inclusivo, faltam recursos básicos, como por exemplo livros, que são necessários. Sabemos que o sistema educacional brasileiro é desigual e certamente ainda longe daquele que todos gostaríamos que fosse, mas com iniciativa de órgãos públicos e privados podemos chegar a um país com a dita “educação para todos”, onde pessoas, independentemente de suas diferenças, possam conseguir acesso ao que lhes é de direito: uma educação de qualidade. E o *e-learning* acessível pode muito contribuir nesse sentido.

Deste modo, com o uso de um ambiente de *e-learning* associado a tecnologias assistivas é possível criar materiais do curso de diferentes maneiras, concretizando diversas formas de ensinar e de aprender, além de proporcionar a implementação de metodologias de ensino de acordo com as necessidades educacionais dos alunos, garantindo seu acesso, sua permanência, e tornando o aprendizado mais significativo. É importante informar que o acesso de alunos com necessidades especiais no ensino superior e técnico ainda é extremamente baixo. A educação a distância pode proporcionar uma nova oportunidade de qualificação profissional.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, L. A. **Pensar a diferença**: deficiência. Brasília: Corde, 1994.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2001.
- BENGALA BRANCA. Disponível em: <<http://www.bengalabranca.com.br/produtos.php>>. Acesso em: 21 set. 2009.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasil, DF, 23 dez. 1996a.
- _____. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasil, DF, 20 dez. 2000.
- _____. Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasil, DF, 21 dez. 1999.
- _____. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta a leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e dá outras providências, e lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasil, DF, 3 dez. 2004.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. **Aviso Circular nº 277/MEC/GM**. Brasília, 08 de maio de 1996b. Solicitação de uma política educacional dirigida aos portadores de necessidades especiais para o ingresso nas IES.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. **Evolução da Educação Especial no Brasil**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dadosed.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2009.
- _____. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial**. Brasília, 1994.
- _____. Secretaria de Educação Especial. **Subsídios para organização e funcionamento de serviços de educação especial**: área de deficiência visual. Brasília, 1995.
- _____. Secretaria de Educação Especial. **Números da educação especial no Brasil**. Brasília, 2006.
- CARVALHO, J. O. F. A tecnologia apoiando os deficientes visuais no ensino superior: a experiência da PUC-Campinas. In: BARZOTTO, V. H.; GHILARDI, M. I. (Org.) **Mídia, educação e leitura**. São Paulo, Anhembi Morumbi e Associação de Leitura do Brasil, 1999. p. 229-240.
- CENTRO ESPECIALIZADO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL – CEDI. Disponível em: <<http://www.assistiva.com.br/>>. Acesso em: 20 set. 2009.
- GIL, M. **Deficiência visual**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/seed/tvescola/pdf/deficienciavisual.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2005.

KERÉSES. Disponível em: <<http://www.sk-szeged.hu/.../braille/braille.htm>>. Acesso em: 16 ago. 2009.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação especial**: história e políticas. São Paulo: Cortez, 1996.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - OMS. Programa para prevenção da cegueira. **O atendimento de crianças com baixa visão**: relatório de consultoria da OMS. Bangkok, NY, 1992 (Relatório).

RIBAS, J. B. C. **As pessoas portadoras de deficiência na sociedade brasileira**. Brasília: Corde, 1997.

SASSAKI, R. K. **Inclusão no lazer e turismo**: em busca da qualidade de vida. São Paulo: Áurea, 2003.

TODOS NÓS: Unicamp acessível. Disponível em: <http://www.todosnos.unicamp.br/Diferencas/Conceitos/braille_html>. Acesso em: 15 jul. 2009.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

WINCKLER, M. A.; PIMENTA, M. S. Avaliação de Usabilidade de Sites WEB. In: NEDEL, L. P. (Org.). **Escola de Informática da SBC SUL**. Caxias do Sul: Sociedade Brasileira de Computação, 2002. p.85-137.

ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS PARA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UM ESTUDO DE CASO

Reginaldo de Castro Hiraoka*
Viviane Maria Penteado Garbelini**

RESUMO

O presente artigo visa analisar os encaminhamentos metodológicos trabalhados em cursos a distância, em uma instituição de ensino superior de Curitiba. Para atingir os objetivos deste artigo, buscou-se estudar historicamente a educação a distância e os principais encaminhamentos realizados hoje no Brasil, com relação a esta proposta. A partir dos dados teóricos analisados, buscou-se verificar os principais modelos de educação a distância adotados pela Instituição de ensino superior analisada, o que possibilitou verificar os encaminhamentos metodológicos que venham contemplar as necessidades e os interesses de seus alunos. Posteriormente à pesquisa realizada, buscou-se sugerir ações que venham contribuir para a melhoria da EAD na instituição, tornando os módulos mais interessantes, evitando possíveis desistências por parte dos alunos participantes.

Palavras-chave: educação a distância; metodologia em EAD; modalidade em EAD.

* Acadêmico do 2º ano do curso de Filosofia. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2008) da FAE Centro Universitário. E-mail: terradomar@yahoo.com.br

** Doutora em Engenharia de Produção (UFSC). Professora da FAE Centro Universitário. Orientadora do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2008) da FAE Centro Universitário. E-mail: vgarbelini@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A vertiginosa evolução da sociedade contemporânea e a incorporação de novos instrumentais tecnológicos no cotidiano pessoal têm fornecido uma infinidade de inovações que se refletem na acelerada mudança que vem ocorrendo nesta sociedade.

Essas transformações radicais influenciam decisivamente o homem na construção de novas concepções de mundo, levando-o à busca constante de novas informações num mundo globalizado, a fim de construir novos conhecimentos.

Os grandes desafios da educação, hoje, estão relacionados intrinsecamente às transformações sociais ocasionadas pela velocidade com que as novas informações têm sido geradas. As demandas da sociedade contemporânea são atendidas por inúmeras tecnologias resultantes da aplicação do conhecimento científico, que deixaram de ser um bem cultural para se tornarem meios de sucesso econômico.

Nesse sentido, cabe à educação, em seus diferentes contextos, a aquisição e a incorporação de novos procedimentos metodológicos que venham proporcionar a formação eficiente dos educandos, tornando-os mais competentes no mercado globalizado, por meio da prática da educação à distância, satisfazendo as exigências de uma sociedade em constante evolução.

Não se trata apenas de incorporar novas formas de ensino, mas, sobretudo, de contribuir com estudos para a incorporação de uma prática pedagógica efetiva no processo de educação a distância, estabelecendo princípios educacionais, propondo referenciais para uma melhor ação pedagógica, formulando metas, definindo projetos de aprendizagem, a fim de possibilitar a construção de um conhecimento efetivo por parte dos educadores e dos educandos, abrindo novos caminhos de aprendizagem.

Sob este enfoque, a formação de profissionais capazes de interagir com a educação a distância, deve refletir novos conhecimentos e novas metodologias que não aquelas embasadas em ações convencionais que se fundamentam no desenvolvimento de habilidades específicas e restritas, ou que trazem fórmulas prontas para solucionar determinados problemas, com uma espantosa e, até certo ponto, tradicional rigidez de ações.

Embasado em observações das atividades educacionais e nas necessidades dos educadores de diferentes níveis, em diversas instituições de ensino superior propôs-se uma análise dos encaminhamentos pedagógicos praticados nos cursos de educação a distância em uma instituição de ensino superior de Curitiba, de modo a

contribuir para uma menor desistência dos acadêmicos quando optam por um curso de educação a distância (EAD).

A questão que se buscou para o desenvolvimento do presente artigo foi, por meio de um estudo de caso, analisar como ocorrem os encaminhamentos metodológicos e o acompanhamento pedagógico dos acadêmicos que realizam um curso a distância?

Essa investigação poderá, por meio de sua divulgação, contribuir com o aprimoramento dos encaminhamentos pedagógicos dos cursos a distância, em instituições de ensino superior, tornando os módulos mais interessantes, evitando possíveis desistências por parte dos alunos participantes.

1 EMBASAMENTO TEÓRICO

Um dos grandes desafios das instituições de ensino superior na sociedade contemporânea é acompanhar a mudança social que hoje se apresenta, o que vem ocorrendo aceleradamente. O processo de ensino, praticado exaustivamente, ainda hoje se baseia numa prática pedagógica tradicional, tendo o professor domínio do conteúdo a ser explorado e o aluno discípulo deste saber acumulado. O processo educativo, concebido segundo a metodologia dialética de (re)construção do conhecimento, fundamenta-se no diálogo, na interatividade com o outro e com saberes diferentes.

No âmbito da educação a distância, esse diálogo ocorre mediatizado por diversas ferramentas de comunicação síncrona e assíncrona, modificando os espaços de convivência e as formas de interação. Nesse sentido, torna-se fundamental a existência de educadores preparados para que a ação educacional se efetive sem, no entanto, perder o caráter social, articulando, orientando, problematizando e instigando o aluno à pesquisa, tendo como base um novo ambiente relacional.

1.1 Histórico da Educação a Distância

Saraiva (1996) menciona que a comunicação educativa tem suas origens no intercâmbio de mensagens, por via escrita, desde a antiguidade. Após a imprensa, houve um grande avanço no acesso às informações (ALVES, 2009). A partir do século XXI, alguns países passaram mais efetivamente a aderir à educação a distância, através de correspondências, como uma metodologia de ensino (SARAIVA, 1996). A partir de algumas iniciativas surgiram vários multiplicadores no mundo dessa nova tecnologia ampliando as formas de obtenção de novos saberes.

1.1.1 A Educação a Distância no Brasil

No Brasil não existe, oficialmente, um marco histórico do início da educação a distância. As correspondências e o rádio foram, inicialmente, os principais meios de se realizar o ensino a distância, utilizados a partir de 1939, pelo Ministério da Educação (ALVES, 2009).

A Marinha, através do sistema de correspondência, buscou expandir seu ensino. O Exército passou a utilizar material impresso e algumas mídias diversificadas viabilizando a preparação de seus oficiais (SARAIVA, 1996).

Um marco pioneiro no país, com relação à EAD, foi o surgimento do Instituto Brasileiro em 1941 (SARAIVA, 1996).

Somente a partir da década de 1960 é que surgiram alguns registros de educação a distância com algumas mídias mais tecnológicas, como a televisão. Neste período, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) criou o Programa Nacional de Teleducção (Prontel) e sua sucessora, a Secretaria de Aplicação Tecnológica, porém ambos acabaram sendo extintos (SARAIVA, 1996).

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (IMPE) teve a iniciativa de criar o Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares (Projeto Saci), a partir dele, houve a implementação de um curso de mestrado em Tecnologia Educacional (SARAIVA, 1996).

A partir de 1979, o Centro Educacional de Niterói passou a oferecer vários cursos, incluindo módulos instrucionais com tutoria e momentos presenciais. Um convênio entre o Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro e a Secretaria de Educação Média e Tecnológica do MEC permitiu a oferta de um curso de especialização didática aplicada à educação tecnológica, iniciando assim, a oferta de uma educação individualizada no ensino a distância (SARAIVA, 1996).

A TV Escola foi lançada em 1995 pelo MEC, a qual valorizava o aperfeiçoamento dos professores de rede pública. As aulas eram transmitidas em circuito aberto para todo o Brasil, sem codificação, por via satélite da Brasilsat. As aulas eram recebidas por antena parabólica e gravadas em vídeos cassetes para uso didático. Além dessa tecnologia, integrava materiais impressos, cartazes com a programação mensal e catálogo da TV Escola (SARAIVA, 1996).

Os diferentes meios onde são veiculadas as informações para educação a distância melhoraram e diversificaram ainda mais, ao longo dos anos. Os Correios, um serviço estatal, tiveram grande e eficaz abrangência neste processo de EAD.

Hoje, a Internet se torna a grande responsável pelos diferentes cursos e capacitações a distância, possibilitando o acesso ao ensino de pessoas em diferentes lugares e com diferentes interesses. Além disso, as redes de televisão, abertas e por assinatura, têm um grande impacto na veiculação das informações, mudando definitivamente a forma de aprender.

Neste sentido, para Sclater (2006, p.31):

Com a Internet, as universidades não têm mais controle sobre o conhecimento, que agora é distribuído a milhões de computadores e disponibilizado através do acionamento de algumas teclas e cliques de um mouse, ao invés de trancado em nossas bibliotecas ou encapsulado em fontes textuais estáticas e dispendiosas. Ao invés de entregar o conhecimento aos alunos em bandejas, as universidades podem complementar seus materiais com um direcionamento de como os alunos podem encontrar informações sozinhos [...]. Enquanto os conteúdos perdem seu valor, as instituições precisam construir sua expertise para dar apoio a grandes números de alunos a distância, para se diferenciar de seus competidores. Os modelos de apoio (*support models*) precisam ser aprimorados e divulgados, pois materiais de curso excelentes não serão suficientes para atrair alunos.

1.2 A Regulamentação da EAD no Brasil

A legalização da educação a distância no Brasil ocorreu em 1993, a partir da estruturação, por parte do governo, de uma política nacional criando o Sistema Nacional de Educação a Distância, através do Decreto nº 1.237, de 06/09/94 (SARAIVA, 1996).

A EAD tomou impulso, no Brasil, a partir da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional, Lei nº 9.394, aprovada em vinte de dezembro de 1996. Outros decretos, resoluções e normas foram implantados após a LDB. A partir daí, os cursos que envolvem a tecnologia de educação a distância, e em especial no ensino superior, deverão estar devidamente regulamentados, conforme o Art. 30º do Decreto nº 5.622/05 (BRASIL, 2009).

No sentido de unir as universidades brasileiras para fortalecer as redes da educação a distância, em 1989 foi criada a Rede Brasileira de Educação Aberta e a Distância (READ) (ALVES, 2009).

1.3 A Educação a Distância no Brasil Hoje

Para Floes *et al.* (2009, p.1):

Hoje um novo paradigma desponta alterando a visão de homem e de mundo que vem sendo dimensionada pela globalização, pelos avanços técnico-científicos das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) que estão se integrando como suporte de aprendizagem com ambientes digitais e acessos a Internet. Este novo dimensionamento provoca mudanças no entendimento do que seja a educação por trazer uma dinâmica diferenciada à já estabelecida.

Neste sentido, o Brasil é um país que vem se adaptando às novas tecnologias de educação, e isso tem otimizado as instituições que oferecem a educação a distância (MORAN, 2009).

Existem, hoje, vários fatores que colaboram para a expansão da procura e oferta dos cursos em EAD. Entre esses fatores, a existência de um grande número de instituições privadas favoreceu o acesso de muitos indivíduos à educação, que antes não poderiam entrar em uma faculdade.

A educação a distância pode ser considerada um caminho revolucionário para o processo educacional, capaz de romper as inúmeras barreiras que até o momento dificultaram os indivíduos na busca de uma formação específica, capaz de melhorar suas condições profissionais e pessoais. Sabe-se hoje, que a educação a distância é, sem dúvida, um dos principais meios para o pleno desenvolvimento educacional do país, dada sua dimensão continental, onde nem todos têm acesso à educação tradicional.

1.3.1 Modalidades de EAD no Brasil

Por ser uma modalidade relativamente nova, as instituições de ensino, ao adotarem a EAD procuraram, a princípio, capacitar o seu corpo docente, possibilitando menos insucessos durante o percurso. Ao buscarem cursos que pudessem ter uma melhor resposta ao modelo a distância, os de licenciatura foram os que tiveram mais investimentos, em função de um perfil mais adequado a este tipo de ensino. Hoje os cursos que mais crescem no formato a distância, são os de especialização, por encontrarem um aluno mais maduro, motivado e preparado.

A partir dos personagens definidos, as formas de trabalho passaram a diversificar, de modo a possibilitar um melhor acompanhamento por parte dos alunos. Entre esses modelos, pode-se destacar alguns:

- a) Cursos individuais: a flexibilidade e a agilidade são pontos fortes nos formatos de cursos individuais em EAD.

[...] baseados em materiais on-line, em cases, animações, pequenos vídeos e atividades que o aluno realiza durante um período determinado e que envia os resultados das atividades a um centro que as corrige, normalmente, de forma automática e atribui um conceito que permite o avanço do aluno para uma nova etapa. A grande vantagem destes cursos é a flexibilidade de tempo. [...] O curso pode acontecer a qualquer momento. Não precisa reunir uma turma específica, com determinado número de alunos. Isso facilita para a instituição e para o aluno. [...] Muitos cursos utilizam só materiais textuais disponibilizados na Internet. Outros acrescentam apresentações em PowerPoint, trechos de vídeos, gravações em áudio, um design para a Internet mais leve, de fácil navegação e com formatos hipertextuais e multimídia (MORAN, 2009, p.1).

- b) Cursos para pequenos grupos

Outros cursos preparam os materiais, as atividades, mas acontecem simultaneamente em grupos e permitem que se organizem atividades individuais e coletivas, incentivam a participação em determinados momentos. São preparados, mas dependem para o seu sucesso do envolvimento real dos alunos. [...] São cursos mais centrados na colaboração dos alunos do que no professor e pressupõem alunos com muita maturidade, motivação e capacidade de aprender juntos. Em geral são para um número relativamente pequeno de alunos (MORAN, 2009, p.2).

- c) Cursos para grandes grupos

Até agora a televisão continua imbatível para atingir a milhares de alunos ao mesmo tempo. O modelo mais aperfeiçoado foi o tele-curso, com programas produzidos por equipes profissionais, com apoio de material impresso e recepção organizada em salas com um tutor (MORAN, 2009, p.2).

1.3.2 Ferramentas de EAD

Além das modalidades, as ferramentas são variadas, tendo suas diferentes frequências conforme Moran (2009, p.1):

A maior parte das instituições utiliza o material impresso como mídia predominante (84%). A Internet vem crescendo, e ocupa o segundo lugar, com 63% de instituições que a utilizam em EAD. O auxílio mais oferecido como suporte aos alunos é o e-mail, com 87%; na sequência vem o telefone, com 82%; depois destaca-se o auxílio do

professor presencial com 76%; e do professor on-line, com 66%. Alternativas como o fax chegam a 58%; cartas, a 50%; reuniões presenciais a 45%; e reuniões virtuais, por último, com 44%.

Além dessas ferramentas, algumas instituições de ensino superior oferecem cursos em formato de EAD, na categoria de tecnólogos. A metodologia utilizada é a de tele-aulas, com material didático de apoio (que inclui tanto o conteúdo disciplinar quanto as avaliações de aprendizagem) e tutorias. Os conteúdos são realizados em ciclos, permitindo novos alunos entrarem no curso. As aulas são feitas ao vivo, em simultaneidade com a presença do aluno. Existe a presença de um professor conteudista e o acompanhamento é feito por um tutor, através do ambiente virtual de aprendizagem. As avaliações são presenciais, a necessidade de presença nas teles-aulas de 75%, sendo solicitada para a conclusão de curso a defesa de uma monografia.

2 MÉTODO DA PESQUISA

A presente pesquisa, de caráter qualitativo, possibilitou a compreensão e a interpretação dos fatos a partir de suas próprias situações. O tipo da pesquisa mais apropriado ao objeto deste estudo foi a de campo de natureza exploratória, cuja finalidade foi levantar hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com o ambiente, fato ou fenômeno o qual pode, futuramente, realizar uma nova pesquisa, aprofundando-a (LAKATOS; MARCONI, 1999).

A presente pesquisa envolveu levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado, assumindo as formas de pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Com o objetivo de obter dados, nesta pesquisa, utilizou-se a técnica de entrevista semiestruturada (LAKATOS; MARCONI, 1991).

2.1 Caracterização da Instituição Pesquisada

Para fins de verificação da metodologia trabalhada em cursos de EAD, em instituições de ensino superior de Curitiba, optou-se por trabalhar com uma única instituição privada, visto que os programas de EAD ainda sem encontram em sua fase inicial em muitas das IES, não sendo, portanto, possível obter informações significativas.

A instituição de Ensino Superior (IES) pesquisada existe há mais de 50 anos, sendo considerada pelo MEC como o melhor Centro Universitário do Paraná. Transcorridos mais de cinquenta anos de sua implantação como instituição de ensino superior,

período ao longo do qual ela se consolidou com uma forte identidade regional, com reconhecido impacto na formação de quadros profissionais, sólida inserção comunitária e significativa interlocução acadêmica no campo da pesquisa científica e da inovação tecnológica, a IES se impõe, uma vez mais, o desafio de pautar pela adoção de práticas pedagógicas contextualizadas e críticas, que são promotoras da cidadania e que consideram homens e mulheres em suas necessidades globais.

Em decorrência disso, vem formando alunos criativos, empreendedores, capazes de problematizar com competência e responsabilidade o meio no qual se encontram inseridos. E para que isso aconteça de forma diversificada, a Instituição tem buscado diferenciar suas práticas metodológicas, acompanhando a evolução não só do meio educacional, mas, sobretudo, do mercado de trabalho e, neste sentido vem implantando sistematicamente o ensino a distância.

A IES pesquisada representa, hoje, um marco na sociedade paranaense no que diz respeito à formação de profissionais qualificados para um mercado cada vez mais exigente. Tem oferecido recursos humanos altamente capacitados não só em relação às questões de ordem científica, como também humanística. Por esses motivos, tem sido capaz de subsidiar as inúmeras empresas e indústrias que se instalam em Curitiba com a presença de profissionais qualificados e integrados à comunidade.

Oferece hoje 21 cursos de graduação, 25 na área de especialização *lato sensu*, três programas de MBA e um programa de Mestrado, todos na modalidade presencial. No que se refere à EAD, essa IES é credenciada pelo MEC desde 2001, oferecendo programas em EAD por meio de duas disciplinas, sendo a disciplina de Português Instrumental, para os cursos de graduação, e de Metodologia da Pesquisa, nos cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Como primeira etapa da pesquisa, buscou-se verificar, no sítio da IES pesquisada, algumas informações já disponibilizadas sobre os programas de EAD em andamento. Posteriormente, buscou-se maiores informações as quais vieram complementar o presente artigo. As informações mais detalhadas foram coletadas por meio de uma entrevista semiestruturada com o coordenador geral de EAD da instituição pesquisada.

2.2 Análise dos Dados Coletados

Para que a coleta de dados fosse efetiva, buscou-se, como citado anteriormente, trabalhar com uma entrevista semiestruturada, a qual foi composta de 5 perguntas, respondidas pelo coordenador geral de EAD da instituição pesquisada. Terminada a entrevista, buscou-se transcrevê-la, mantendo a fidedignidade das respostas obtidas, sendo as mesmas abaixo descritas:

a) Qual o modelo de educação a distância adotado pela instituição de ensino superior analisada?

“Baseado na plataforma web, pois o aluno vai buscar o conteúdo por meio de um ambiente virtual que é o Moodle, que tem os instrumentos de oferta e procura e também de relacionamento com os docentes, [...] você disponibiliza o conteúdo e a interação com o professor, com o docente para mediar essa transferência de conhecimento da instituição para o aluno, onde o aluno por meio de atividades, por meio de tarefas, por meio de produção, caminha para sua evolução na questão do conhecimento; ele entende que o processo metodológico se faz principalmente para adulto por aprendizagem administrativa, se ele tem o interesse, vai aprender”.

Segundo Paquette¹ (1998 *apud* SIMÃO NETO, 2002), os tipos ou modelos em EAD são basicamente cinco: a sala de aula virtual, as mídias educacionais, a internet educativa, a rede colaborativa e o sistema de suporte integral. O modelo adotado pela instituição estudada se enquadra no sistema de suporte integral. Esse modelo valoriza a autonomia e iniciativa do aluno, respeitando seu tempo e a liberdade de buscar informações que necessita ou deseja, viabilizando o processo pessoal de ensino aprendizagem, diferindo-se totalmente da abordagem da educação tradicional (SIMÃO NETO, 2002). Além disso, há

a observação constante dos procedimentos e atividades executadas pelos alunos é realizada pela equipe de professores, tutores e instrutores, os quais cabem a tarefa de trazer informações, indicar caminhos, oferecer apoio, motivar indivíduos e grupos, incentivar a colaboração e participação, sempre visando o melhor rendimento possível nas medidas das capacidades e das condições de cada aluno, assim como a interação do e entre o grupo (SIMÃO NETO, 2002, p.64).

O modelo acima conceituado é o que a IES pesquisada adotou para a prática metodológica das disciplinas ministradas a distância. A referida informação foi coletada em entrevista realizada com o coordenador da área de EAD da instituição, o qual é formado em Informática pela Universidade Federal do Paraná, com pós-graduação na área de análise, pós-graduação em EAD e mestrado em Engenharia de Produção.

1 PAQUETTE, G. Distance education models. In: CONGRESSO MUNDIAL DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O PROCESSAMENTO DA INFORMAÇÃO, 8., 1998. Viena e Budapeste. **Anais...** Viena e Budapeste, 1998.

b) Qual o perfil do aluno de EAD existente na instituição?

A escolha de implantação da EAD ocorreu inicialmente a partir de curso de pós-graduação, em função do perfil dos candidatos, os quais, em sua grande maioria, apresentam maior maturidade para gerir sua própria aprendizagem, possibilitando uma melhor interação com o trabalho a distância.

Segundo o coordenador de EAD da instituição, *“justamente o aluno de pós-graduação tem uma maturação suficiente sabendo exatamente aquilo que vai procurar. Ele quer o curso então ele se interessa, eu diria que é mais que um autodidatismo, seria uma gestão da própria aquisição de conhecimento, ele controla, ele é o gestor da aquisição do conhecimento dele.”*

Muito embora não haja uma presença efetiva do aluno, como ocorre nos cursos presenciais, ele tem em comum um objetivo a ser atingido. Exige uma outra forma do aluno se organizar, no tempo e no espaço, desenvolvendo seu próprio horário de estudo. Além disso, um dos ganhos é o seu deslocamento, que por meio de um ensino a distância, o aluno poderá se conectar no lugar em que trabalha ou em sua própria casa, não precisando ir à instituição de ensino. Essa metodologia vem, em termos estatísticos, ganhando presença no mercado educacional, comparado com o ensino tradicional.

“A distância você não tem uma presencialidade, mas você tem uma meta, você tem objetivos a serem atingidos, então neste perfil ele está até com a própria família. [...] – olha meu horário de estudo é este, então eu não estou saindo e indo para a faculdade estudar, mas agora eu preciso ter esse tempo. Então ele ganha no traslado, ele ganha na locomoção, ele ganha esse tempo de deslocamento que ele não vai ter, ele teria ganhado em casa [...] E já alguns trabalhos que a gente tem visto, que chega a ser o estudo a distância [...] 30% a 40% a mais do que o presencial, quando a pessoa está bem ambientada”.

c) Quais as ferramentas utilizadas para essa modalidade?

A ferramenta utilizada para os cursos em EAD na instituição é o Moodle, tendo em vista ser um programa livre e sem custos. O código-fonte é aberto, permitindo a liberdade de cada design de curso organizar e executar suas diretrizes.

“[...] pelo ambiente ser [...] genérico, o Moodle é um ambiente em que você não tem custo, é um software livre na plataforma Linux em que não precisa pagar por ele, você tem o código fonte. Os demais [softwares] eles são proprietários então existe certo custo atrelado a eles ainda”.

d) Como os alunos são atendidos?

Inicialmente, quando o aluno ingressa no curso, é realizado um encontro presencial para que o aluno possa ser ambientalizado na metodologia, a primeira disciplina tem esse objetivo, isso pode ajudar a garantir o sucesso da continuidade e aproveitamento do aluno.

“[...] um encontro presencial inicial para você dar parametrização do curso, dar as boas vindas, receber esse aluno, dar as orientações iniciais. [...] para o aluno obter um sucesso num curso a distância ele tem que ter uma certa adaptação, uma ambientação, e esta ambientação se faz necessária para que ele tenha as habilidades e competências necessárias para o perfil que o aluno a distância precisa ter [...] para uma maior probabilidade de sucesso no curso. [...] tem uma correlação estatística de sucesso no curso. O aluno não obtendo sucesso, não significa que ele não terá sucesso, mas ele terá mais dificuldades, ele precisará desempenhar um trabalho maior, uma carga horária de estudo maior do que um aluno que tem perfil com certo conhecimento.”

e) Qual o papel do tutor no curso de EAD da instituição?

Um dos agentes importantes no desenvolvimento do EAD é o tutor. Ele ajuda o aluno nas etapas pedagógicas das disciplinas. A orientação do desenvolvimento das atividades, as tarefas a serem atingidas, os esclarecimentos das dúvidas e a interação ocorrem mediados pelo papel do tutor.

A partir do projeto pedagógico, o tutor é o profissional que esclarece o aluno em suas dúvidas, através das ferramentas que a EAD oferece, tais como fóruns, telefone, videoconferências, entre outros, previstos no *design* do curso.

“O tutor no encontro presencial se apresenta e também nas imediações dos encaminhamentos pedagógicos da disciplina, porque o tutor é referência do aluno enquanto a disciplina está transcorrendo, porque embora seja a distância ela tem um prazo de rendimento, está certo, a disciplina começa em uma data e termina em uma data, este período em que o aluno está transcorrendo a disciplina ele precisa de uma orientação, ele precisa desenvolver, e este desenvolvimento se faz com interação e, interação melhor dizendo, com o tutor [...].”

Além dessas atividades, o tutor está mediatizando processos de construção de conhecimentos, dessa forma necessita estar atualizado com os conteúdos teóricos e técnico-pedagógicos, pois participa das avaliações institucionais (BRASIL, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o artigo realizado, verificou-se que a instituição analisada está caminhando para a excelência na modalidade a distância. Esta evidência se apoia em fases de concretização de seus primeiros passos na área de EAD, que seriam: a) credenciamento da instituição em EAD no MEC; b) capacitação do seu corpo docente; c) aplicação de seu modelo em disciplinas em cursos, de graduação e de pós-graduação.

A pesquisa possibilitou a verificação dos modelos metodológicos em EAD em andamento na instituição pesquisada, tendo em vista a melhoria de formas de acesso ao aluno, o que permite maior possibilidade de sucesso, por parte do mesmo. Isso poderá otimizar, além da procura de novos alunos, a redução de possíveis desistências. Sugere-se a introdução de novas metodologias que venham possibilitar maior interação entre o aluno, o conteúdo e o professor, o que, poderia ser um modelo de educação semipresencial. Outra sugestão à instituição é de que a mesma diversifique suas ofertas de cursos na modalidade à distância, tendo em vista a existência de vários interesses do mercado, como cursos para pequenos grupos, grandes grupos e, em especial os cursos individuais como já citados no corpo do artigo.

Sendo a instituição pesquisada uma referência em cursos na área empresarial, sugere-se cursos a distância voltados, especificamente, para os interesses das empresas, formatados de acordo com o interesse das mesmas, com momentos presenciais com *experts* do mercado.

Como a instituição pesquisada possui cursos na área de licenciatura, na modalidade presencial, sugere-se que também invista na modalidade EAD, assim como, para outros cursos da instituição, que não necessitam de laboratórios.

Com isso, acredita-se que a instituição estudada poderá ser referência de mercado também na modalidade semipresencial, pois sua seriedade e comprometimento com a qualidade, em cursos presenciais, é uma realidade, tendo em vista as análises institucionais do governo.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. R. M. **Educação a distância e as novas tecnologias de informação e aprendizagem.** Disponível em: <<http://www.engenheiro2001.org.br/programas/980201a1.htm>>. Acesso em: 07 maio 2009.

BARRETO, L. S. A teoria da distância transacional, a autonomia do aluno e o papel do professor na perspectiva de Moore. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, São Paulo. 30 ago. 2002. (Seção Cartas ao Editor). Disponível em: <http://www.abed.org.br/revistacientifica/_brazilian/cartas_editor/documentos/teoria_distancia.htm>. Acesso em: 14/abr./2009.

BRASIL. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 20 dez. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.br/seede/arquivo/pdf/dec_5622.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2009.

_____. Ministério da Educação. **Referenciais de qualidade para educação superior a distância**. Brasília/Ministério da Educação, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/referenciaisead.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2009.

_____. **Legislação de EAD no Brasil**, Brasília/Ministério da Educação, 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed>>. Acesso em: 14 mar. 2009.

FLOES, S. C. S. et al. **Educação a distância no Brasil**: leitura da transformação dos princípios paradigmáticos conservadores e inovadores. Disponível em: <http://www.dge.uem.br/semana/eixo9/trabalho_60.pdf>. Acesso em: 07 de maio de 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LEMOS, D. C. **Educação corporativa**: pesquisa de soluções em e-learning e modelos de universidades corporativas. 2003. 147p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

LITTO, F. M. **Fredric M. Litto fala sobre o fechamento de mais de 1000 pólos educacionais**. São Paulo: Associação Brasileira de Ensino a Distância (ABED), 04 dez. 2008. Disponível em: <http://www2.abed.org.br/visualizaDocumento.asp?Documento_ID=375>. Acesso em: 19 maio 2009.

MAIA, M. C.; MEIRELLES, F. S. Educação a distancia e o ensino superior no Brasil. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, São Paulo, v.2, n.1, p.1-18, dez. 2003. Disponível em: <http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2003_Educacao_Distancia_Ensino_Superior_Marta_Maia.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2009.

MOORE, G. M. Teoria da distância transacional. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, São Paulo, v.1, n.1, p.1-14, jul. 2002.

MOORE, M. G.; KEARSLEY, G. **Educação a distância**: uma visão integrada. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MORAN, J. M. **Avaliação do ensino superior a distância no Brasil**. Disponível em: <<http://www.eadnobrasil.com.br/noticia.php?id=203&secao=2>>. Acesso em: 19 jun. 2009.

PALLOFF, R. M.; PRATT, K. **Construindo comunidades de aprendizagem no ciberespaço:** estratégias eficientes para a sala de aula online. Porto Alegre: Artmed, 2002.

_____. **O aluno virtual:** um guia para trabalhar com estudantes on-line. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SARAIVA, T. Educação a distância no Brasil: lições da história. **Em Aberto**, Brasília, ano 16, n.70, abr./jun., 1996.

SCLATER, N. Putting the open university on the internet. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 21., 2006. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2006.

SIMÃO NETO, A. Planejando EAD: uma tipologia das formas de educação a distância com base nos meios utilizados e no grau de interação entre os agentes. **Colabora**, Santos, v.1, n.4, p.51-67, maio 2002. Disponível em: <http://biblioteca.ricesu.com.br/ler.php?art_cod=748>. Acesso em: 10 mar. 2009.

FILOSOFIAS DA EXISTÊNCIA E PEDAGOGIA

Oswaldo Maffei Junior*

Jaime Spengler**

*“... Se a educação sozinha não transforma a sociedade,
sem ela tampouco a sociedade muda”.*

Paulo Freire

RESUMO

O objetivo deste trabalho é, a partir das indicações das filosofias da existência, procurar ressaltar elementos que implicam na atividade pedagógica. Para tanto, far-se-á a apresentação geral de alguns pensadores que marcaram a filosofia da existência, ou o existencialismo, com o objetivo de destacar aspectos do humano e seu modo de ser no mundo. Em seguida, orientados por Bollnow, procurar-se-á criar relações com a obra própria da atividade pedagógica. Através da pesquisa analítico/bibliográfica o artigo explora alguns conceitos das filosofias da existência, para então, traçar algumas possíveis implicações dos mesmos na atividade pedagógica.

Palavras-chave: filosofias da existência; existência; existencialismo; indivíduo; pedagogia.

* Acadêmico do 2º ano do curso de Filosofia. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2008) da FAE Centro Universitário. E-mail: freimaffei@hotmail.com

** Doutor em Filosofia (Pontificia Università Antonianum, PUA). Professor da FAE Centro Universitário. Orientador do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2008) da FAE Centro Universitário. E-mail: jaimes@fae.edu

INTRODUÇÃO

O nosso mundo atual é marcado por anseios, inquietações, insegurança, confusões acerca de questões fundamentais da vida, crise de valores, convulsões, e-versões de costumes; também é caracterizado pelo consumismo desenfreado, pela perda da identidade humana. Essa realidade pode conduzir os menos atentos a uma espécie de pessimismo, senão desânimo. Trata-se certamente de uma época – a nossa – de mudanças, e mudanças profundas. Tais mudanças podem ser denominadas com a expressão “transformação epocal”.

O termo “epocal”, vem do grego *epoché*, e significa parada, suspensão a modo de contenção de um movimento ou impulso. Tal termo (*epoché*) deriva do verbo *epochein*, que significa: ter, manter, segurar, demorar, parar, manter-se contido, ater-se a, assumir. Assim, quando falamos de “transformação epocal” estamos indicando um tempo de expectativas, de concentração, de possibilidade de eclosão do novo. Trata-se de um movimento que não aparece aos olhos da publicidade, mas retraído da mesma, no fundo do subterrâneo do tempo presente, permanece na tenaz e silenciosa labuta do pensar.

Na atividade do ensino e da aprendizagem, especialmente em nível superior, essa labuta do pensar, subterrânea epocal, pode aparecer de modo sempre e cada vez incoativo nos diferentes modelos pedagógicos ali presentes, no trabalho engajado, fazendo frente aos inúmeros desafios, dificuldades que caracterizam a educação e a formação humana. Na base dos diferentes modelos pedagógicos encontramos contribuições oferecidas pelas diferentes escolas ou correntes filosóficas.

O século XX – e porque também não já incluir os inícios do século XXI – foi marcado por inúmeras e terríveis vicissitudes. Poder-se-ia, talvez, caracterizar o tempo atual como sendo um tempo de transição. No bojo dessa realidade, está sendo forjada uma nova compreensão do ser humano e de sua condição no mundo. A leitura que se faz da tradição tem a tarefa de reconquistar essa mesma tradição em sua essência para o futuro. Contribui nessa tarefa aquele modo de pensar denominado *Filosofia da Existência*, ou o *Existencialismo*. Sob o título “Filosofia da Existência” se entende usualmente tanto o movimento denominado *Existencialismo*, quanto o que se cunhou com o termo *Fenomenologia*. São muitas as correntes, escolas, pensadores que fazem referência a essa escola filosófica. Por isso, um dos pontos da presente pesquisa tem como objetivo destacar entre os tantos pensadores dessa escola, alguns que podem ser de auxílio da compreensão do que seja propriamente *Existência*. Realizado esse trabalho, procurar-se-á determinar uma compreensão do conceito de *Existência*, a fim de evidenciar o que o próprio conceito pressupõe. Desse modo, acreditamos ser

possível perceber que no subterrâneo da nossa época moderna está acontecendo um processo de inovação e renovação, decisivo para a compreensão do próprio ser humano.

É a partir deste processo de renovação e inovação, que sentimos a necessidade de destacar e avaliar alguns aspectos atinentes ao processo educacional. Educadores e educandos precisam ser despertados novamente para alguns elementos que caracterizam a *Existência*. Até porque não se pode desvincular a educação da condição humana.

A Filosofia da Existência, ou o Existencialismo, trouxe e traz luzes novas sobre o fenômeno humano, sobre o existir humano. Tal situação requer um repensar a própria atividade educativa. Atividade educativa não é aqui confundida com letramento, adestramento, controle e especialização. Por isso, a presente pesquisa visa tecer indicações para uma reflexão aprofundada do característico da atividade pedagógica, a fim de buscar uma mais adequada compreensão do que, seja, educação e formação de adolescentes e jovens.

1 EXISTENCIALISMO

Compreender a própria existência é para o ser humano um desafio contínuo, é olhar num espelho e contemplar o que há de mais escondido em seu ser. Muitos pensadores e filósofos se colocaram neste caminho de autocompreensão, investigando a existência humana. A este modo de filosofar denominou-se “Existencialismo”.

O Existencialismo, ou Filosofia da Existência, marca a trajetória da filosofia dos últimos dois séculos. É marcada pelo esforço em elucidar a existência individual com suas características irreduzíveis; empenha-se em refletir com eficácia a existência tal como ela nos é dada, tal como ela é vivida. Para o Existencialismo, a vida humana é marcada por perdas irreparáveis. Necessário é encarar esse fato de frente. As frustrações, os sofrimentos e a insegurança geram valores; e os valores são algo verdadeiramente dignos de serem perseguidos (OLSON, 1970). Em outros termos, o Existencialismo é empenho decidido em refletir a possibilidade da existência (CHIODI, 1998). Existência é aqui entendida como modo de ser próprio do ser humano, enquanto ser situado no mundo, marcado por possibilidades; a existência é empenho, tarefa, decisão. O Existencialismo se empenha em propor uma análise existencial, isto é, análise das situações comuns e fundamentais nas quais o ser humano se encontra. Para essa corrente da filosofia, existência, existir significa relacionar-se com o mundo, com as coisas, com os demais seres humanos.

O Existencialismo é uma corrente filosófica que surgiu em meados do século XIX, difícil de definir. Por isso, não raramente é considerado mais um “clima filosófico”,

uma “atmosfera”; sua finalidade poderia ser descrita como aquela de apontar indicações para uma compreensão aprofundada do ser humano. Em que poderia esse “clima filosófico” auxiliar na compreensão do ser humano? Seria para esclarecer o que significa bem viver? Ou suprir suas angústias e inquietações? Essas questões tornam possível compreender outras interrogações que o próprio ser humano se faz: por que existo? De onde vim? Para onde vou? Por que do sofrimento, da dor, da morte? A própria existência possui uma finalidade? Tais perguntas acompanham o ser humano ao longo de toda a vida.

Para responder a esses questionamentos, faz-se necessário compreender como a existência humana é concebida na atualidade. A existência humana, propriamente dita, é concebida sob o prisma do seu bem estar, isto é, sob o prisma da satisfação pessoal de cada indivíduo.

Para compreender a existência humana, o ser humano sente a necessidade de vislumbrar o que motiva tal existir. É possível uma existência sem significados, sem entrelaçamentos com o que está a sua volta? O homem poderia simplesmente existir e estar imerso em inúmeras realidades que o afastem desse entendimento, palmilhando estradas obscuras; em sua existência, o ser humano pode ver somente a finitude das coisas. Uma existência marcada por uma visão finita de tudo conduziria o ser humano a um vazio exacerbado. Um possível exemplo dessa situação pode ser o método de produção intitulado “fordismo”, em que o trabalhador deve se preocupar somente com o que está fazendo; o fato de estar montando uma peça ou fundindo outra, não implica saber o significado de sua ação, basta-lhe fazer.

O Existencialismo se propõe a resgatar a significância de cada coisa, a fim de recordar ao ser humano que suas ações devem ser realizadas a partir de um significado, resgatando uma existência sólida, congregada a tudo que se faz presente em sua vida diária, além de lhe apresentar a importância de vislumbrar cada coisa nela mesma.

Assim como há sentido nas ações humanas sobre as coisas do mundo, há também sentido na relação do ser humano com a comunidade que o circunda. Para o pensamento existencialista não seria possível uma sólida compreensão da existência humana, sem entender a relação intrínseca do Eu e do Tu, e do Eu e do Isso, isto é, compreender a existência humana em si mesma como uma complexidade com o todo envolvente. Esta complexidade do Eu se dá a partir da relação com o Tu, denominado por alguns filósofos como coexistência.

Todas as formas da coexistência se fundam sobre a natureza finita do homem como possibilidade de relação com o ser. Só coexistindo pode o homem buscar o ser ou relacionar-se com ele. Não pode retornar a encontrar-se a si mesmo e constituir-se

como eu, nem reconhecer a realidade e a ordem do mundo, se não no ato de vincular-se com os outros, de reconhecer a originalidade e a essencialidade de seu vínculo com os outros e de decidir-se consequentemente pela fidelidade à comunidade a que pertence, ao amor e à amizade (ABBAGNANO, 1964, p.22, tradução nossa¹).

É nesta ótica que os filósofos existencialistas, desde Kierkegaard até Sartre, procuraram repensar a existência, que por sua singularidade é plena gratuidade, resgatando, assim, o homem da náusea ofegante na ânsia de reviver uma vida plena.

Desde a aurora da modernidade até o século XIX, acreditava-se na verdade absoluta, em que reinava a razão clara e distinta. Com o positivismo, o homem se deparou com uma nova realidade: a ciência positiva se impunha como único meio de conhecimento possível; o método científico moderno como o único meio válido para se chegar à verdade; e este, por sua vez, deveria ser estendido a todos os campos de indagação e da atividade humana.

Essas novidades propostas pelo positivismo não coincidiam com os anseios mais profundos do homem. Consequentemente, o ser humano do século XX desacreditou de toda promessa feita pela nova corrente de pensamento, desacreditando até mesmo de si.

Em resposta a tais consequências, o existencialismo se propôs possibilitar ao homem um caminho de autoentendimento, partindo de si mesmo para talvez atingir todas as áreas da existência humana. Pois, só quando o ser humano se encontra e se entende é que poderá alcançar e esclarecer os urgentes e vitais problemas que o circundam.

Em suma, o ser humano em sua existência só poderá ser compreendido plenamente quando este começar a filosofar autenticamente. Visto que a proposta dessa corrente de pensamento denominado “existencialismo” é subtrair o ser humano da indiferença anônima, da indisposição e da infidelidade para consigo mesmo e com os outros, restituindo-lhe a liberdade, esta corrente oferece não poucas indicações para uma análise e compreensão profícua do ser humano.

1 “Todas las formas de la coexistencia se fundan sobre la naturaleza finita del hombre como posibilidad de relación con el ser. Sólo coexistiendo puede el hombre buscar el ser o relacionarse con él. No puede volver a encontrarse a sí mismo y constituirse como yo, ni reconocer la realidad y el orden del mundo, sino en el acto de vincularse con los otros, de reconocer la originalidad y la esencialidad de su vínculo con los otros y de decidirse, en consecuencia, por la fidelidad a la comunidad a que pertenece, al amor y a la amistad” (ABBAGNANO, 1964, p.22).

2 ALGUNS EXPOENTES DAS FILOSOFIAS DA EXISTÊNCIA

As filosofias da Existência no decorrer dos últimos dois séculos foram pensadas de diferentes formas e modos. Seus adeptos se deixaram envolver pela questão do existir que por si só evoca o sair de si, o manifestar-se, sair de um domínio e mostrar-se. A partir desse processo que a própria palavra “existir” evoca, é possível desenvolver a atividade do pensar, o filosofar.

2.1 Sören Aabye Kierkegaard²

Kierkegaard, considerado o pai do Existencialismo, elaborou uma compreensão da existência a partir da categoria do indivíduo. Cada indivíduo na sua singularidade é instado a viver em função de uma ideia que se torne para ele ideal de uma existência assumida em primeira pessoa. É do movimento de ir e vir, expandir e retrain, que o homem vivencia a consonância com os opostos na junção heterogênea dos contrastes, isto é, a condição de existir consiste em viver harmonicamente com o que circunda o indivíduo. Este é energia ativa autodeterminante, que se faz presente a partir de situações concretas de opção e que ressoarão por toda sua vida (GILES, 1989). A essa categoria da singularidade está ligada a possível importância histórica de cada um.

Kierkegaard (1972) apresenta ainda a existência humana se dando em três estádios ou estágios: o primeiro é o estético, que está intrinsecamente relacionado ao que pode ser chamado de imediatismo, ligado aos prazeres que o homem busca vivenciar, permanecendo sob o domínio completo dos sentidos e dos sentimentos em um mundo criado ilusoriamente. O segundo é o ético, enraizado na consciência que o indivíduo deve ter em relação às suas falhas, para assim controlar a vontade imediata. E por último, o religioso, em que Deus é a regra do indivíduo e nada mais. Neste último, o homem age sem necessitar de justificativas de ordem racional, uma vez que tal estágio não se fundamenta em consequências sociais e históricas. A passagem de um estágio para outro, segundo Kierkegaard (1972), só é possível por meio de um salto.

A filosofia kierkegaardiana é um estudo profundo das diversas formas de luta que o próprio homem enfrenta consigo mesmo, em razão da interioridade, em que o “eu” não é a relação em si, mas o voltar-se sobre si mesmo. Este processo de interioridade ou autoconhecimento do “eu”, só é possível, segundo Kierkegaard (1972), a partir da realidade na qual o indivíduo está inserido. Para isso, a filosofia da existência kierkegaardiana aborda a necessidade de ousar sermos nós mesmos.

2 Kierkegaard nasceu em Copenhague em 1813, e faleceu no ano 1855.

2.2 Martin Heidegger³

Heidegger se propôs a realizar uma analítica da existência, empenhando todo o seu pensamento na abordagem de uma única questão, a saber, a questão do “Ser”. Essa não é uma questão criada por Heidegger, mas sim, a questão que orienta a própria filosofia; somente que ele procurou apresentar a questão de forma totalmente nova, além de por em destaque as possibilidades mesmas, que a própria questão trás. O Ser é sempre o ser de um ente. Entre os muitos entes passíveis de serem interrogados a respeito do Ser, “o ente que nós mesmos já sempre somos, e que possui entre tantas possibilidades aquela de questionar”, revela ter um seu primado, ancorado no fato de que a questão do Ser é um modo de ser deste ente. À indagação entorno desse ente se denominou “analítica da existência”. Esta indagação tem como objetivo interpretar a partir de seu fundamento o todo originário e originante do “ente que nós mesmos já sempre somos” efetivamente, em relação às possibilidades do autêntico e inautêntico existir.

Nesse trabalho, Heidegger teve contato intenso com as obras de Aristóteles, Kierkegaard, Nietzsche⁴ e Husserl⁵. Ele sugere e desenvolve uma análise ontológica do “ente que nós mesmos já sempre somos” como libertação do horizonte para uma possível compreensão do sentido do Ser.

Através de suas análises, Heidegger tenta caracterizar propriedades características do ser humano. Estas são necessidades fundamentais da condição humana que precisam ser preservadas para não se degradarem. Em primeiro lugar, aparecem as categorias básicas da existência humana: sentimento ou afetividade, entendimento e linguagem. Em segundo lugar, o ser humano está diretamente presente no mundo, – é um ser-no-mundo – e deve viver sua vida na e através de sua relação com o mundo. Por fim, o ser humano embora presente no mundo, não está fadado a perder-se no mundo e se rebaixar ao nível dos objetos materiais brutos. Ele tem modo próprio de ser-no-mundo. Poder reconhecer essa condição entre o humano e o não humano caracteriza o próprio ser humano (OLSON, 1970).

3 Heidegger nasceu no sul da Alemanha em 1889 e faleceu no ano de 1976.

4 Friedrich Wilhelm Nietzsche decisivamente influenciou o existencialismo contemporâneo, cujo pensamento apontado para o homem e sua realidade afirma a necessidade que o indivíduo possui, de “voltar-se para si mesmo”, assim como Sócrates havia ensinado: “Conheça-te a ti mesmo”. O homem fatalmente é estranho a si próprio, afirmava Nietzsche, e sua tarefa fundamental era de fazer com que sua existência não fosse um simples acidente, mas sim um alcançar a verdadeira existência.

5 O filósofo Edmund Husserl, considerado pertencente ao movimento fenomenológico-existencialista, proporcionou o instrumento metodológico a esta corrente filosófica. Sua filosofia propõe uma ruptura para com a separação entre o que se pode chamar de idealismo e de realismo, uma vez que é possível entrar em contato direto com o fenômeno em si, sem preconceitos ou mediações. Sua contribuição para a corrente existencialista foi uma nova consideração do próprio espírito humano.

2.3 Martin Buber⁶

Buber aborda o indivíduo em sua totalidade enraizada na situação relacional do homem, enfatizando a necessária disposição que o homem deve ter em sair do próprio egoísmo, desmascarando-se, para assim se engajar na vida dialogal. O filósofo apresenta em sua obra de maior destaque, “Eu e Tu”, que o indivíduo está essencialmente numa contínua relação, seja consigo próprio (Eu - Eu)⁷, seja, com o outro (Eu - Tu), seja com as coisas (Eu - isso), ou ainda com o Absoluto (Eu - Tu Eterno)⁸.

Ao olhar para o homem na sociedade, Buber considera a despersonalização como sendo o grande mal de sua época, visto que o próprio indivíduo deixa de ser si mesmo, vestindo máscaras e se camuflando. O homem só pode dizer “eu” de fato quando se encontra a si mesmo, caso contrário estará fadado ao fracasso existencial.

O apelo de Buber está no que ele mesmo chama de “princípio dialogal”, isto é, o homem em sua realidade existencial se coloca na atitude de escuta confiante no Tu, e nesta confiança afirma e confirma uma comunhão recíproca.

Ser indivíduo é comunicar-se com a verdade, ou seja, com a verdade humana. A verdade, segundo Buber, não é algo que existe só em nossas mentes; também não é uma projeção do ser humano; e ainda menos se pode dizer que ela não exista, uma vez que não existiria nada que vá além do indivíduo. A verdade não pode ser considerada como *posse*; também não é um objeto. Existe sim um relacionamento do ser humano na sua totalidade com a verdade não possuída e não possessível, quando ele é capaz de suportar o impacto do encontro existencial que se dá na autorreflexão. É o ser humano solitário, – não o ser humano isolado –, ou seja, aquele que é capaz de permanecer a sós consigo mesmo e suas inquietações é que está apto, a nessa solidão vazia, no encontro consigo mesmo, a des-cobrir⁹ o ser do ser humano, com suas inquietações, desafios, possibilidades e limites.

Nossa época sofre, segundo Buber, de um grande mal: a despersonalização. Esta tende a se intensificar sempre mais, devido ao fato de a ciência querer aplicar o método experimental a todos os âmbitos da realidade. Somente que existem

6 Buber nasceu em 1878, em Viena. Escreveu numerosas obras entre elas a de maior destaque: “Eu e Tu” (publicado em 1928), faleceu no ano de 1965 em Jerusalém.

7 “O homem se torna Eu na relação com o Tu” (BUBER, 2003, p.32).

8 “A finalidade da relação é o seu próprio ser, ou seja, o contato com o Tu. Pois, no contato com cada Tu, toca-nos um sopro da vida eterna” (BUBER, 2003, p.73).

9 Des-cobrir: tirar o que cobre; des-velar.

dimensões da realidade onde esse método não pode encontrar repercussão. Existem aspectos da realidade humana que não podem ser submetidos a técnicas de experimentação. Um destes âmbitos é o do significado humano do relacionamento Eu-Tu, que envolve elementos de espontaneidade ausentes da experimentação e das técnicas laboratoriais (GILES, 1989).

2.4 Jean-Paul Sartre¹⁰

Sartre (1973) também se ocupou com a questão da existência; segundo ele, o próprio homem deve se responsabilizar por suas opções. Sendo o ser humano condenado a ser livre, ele carrega sobre os ombros o peso do mundo inteiro. Condenado porque ele não se criou a si mesmo; e, porque lançado no mundo, é livre, ou seja, é responsável por tudo que empreender. A liberdade é por natureza criativa, pois em sua incessante atualização, o sujeito deve escolher, e em escolhendo, engajar-se. Por isso, o ser humano é responsável pelo mundo e por si mesmo quanto ao modo de ser. Ele é, de fato, aquele pelo qual algo como mundo seja (CHIODI, 1998).

Mediante o método fenomenológico¹¹ o filósofo procurou unificar as quatro dicotomias presentes em sua época: a dicotomia ontológica entre as substâncias, ex.: espírito – matéria, reduzindo tudo a uma das categorias; a segunda é a dicotomia epistemológica, ex.: realidade – aparência; a terceira é a dicotomia antropológica, cuja tentativa era de dividir o homem em dois comportamentos, aquele que está sujeito ao determinismo e aquele do livre arbítrio; e por último a dicotomia metodológica, racionalismo – irracionalismo.

Para Sartre (1973, p.12), “existir é estar aí”, viver de forma consciente a respeito de tudo que envolve o ser humano; excluindo e purificando todas as desculpas que costuma inventar, para deste modo viver covardemente sem enfrentar a realidade, deixando de engendrar-se com a sua vida, uma vez que tudo é gratuidade¹². Portanto, o sentido da vida humana é uma contínua responsabilidade do próprio homem.

No desdobramento da história das filosofias da Existência, a questão pulsante sempre foi a existência humana, que não pode ser pensada, refletida e meditada sem o respaldo da realidade em que se está inserido. A existência é aqui entendida como

10 Jean-Paul Sartre nasceu em Paris no ano de 1905 onde veio a falecer em 1980.

11 Sartre estudou a fundo a fenomenologia de Husserl.

12 O filósofo possuía uma visão de que tudo era gratuidade, desde uma simples cadeira, quanto à própria vida, e sendo assim o ser humano deveria compreender tudo a partir desta gratuidade, a gratuidade da existência.

modo de ser próprio do ser humano, enquanto ser situado no mundo, marcado por possibilidades.

Kierkegaard (1972) e Buber apresentaram o existir a partir do indivíduo e suas relações; Heidegger desenvolveu uma analítica da existência, qual porta de entrada para a compreensão do Ser; Sartre descobre que o mundo é humano, é gratuidade e total liberdade; nele o ser humano deve se responsabilizar pelas suas opções.

As filosofias da Existência, desenvolvidas por diversos autores convocam todo existente a ingressar no caminho da filosofia que só se faz filosofando, em busca de um possível significado do que seja propriamente existir. Para essa corrente da filosofia, existência, existir, significa relacionar-se com o mundo, com as coisas, com os demais seres humanos. Por isso, para além das diferenças que separam esses autores acima apresentados, o ideal por eles buscado continua a ter sua valência, ou seja, compreender e trazer à fala antes de tudo o ente que o ser humano já sempre é.

3 POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DAS FILOSOFIAS DA EXISTÊNCIA À PEDAGOGIA

A existência humana está inter-relacionada com tudo que diz respeito ao ser vivente enquanto pessoa. A concepção de pessoa humana deve ser compreendida a partir de um caminho peculiar e intrínseco que o ser humano estabelece nas relações essenciais de sua vida: consigo mesmo, com o outro, e com tudo aquilo que pode ser denominado de “coisa”, isso. O ser-próprio do ser humano, sua essência, o seu “quem” se revela nos feitos, nas ações, nas palavras; revela-se também quando ele se vê situado na história e é capaz de narrá-la. Nisso se expressa a sua singularidade, a sua dignidade que “só pode ser pensada em relação com a estatura do homem no mundo, sua importância, seu lugar e seu valor” (AGUIAR, 2008, p.23).

Bollnow (1971, p.37) “concebe o ser pessoa como sendo aquele ser que em seu desenvolvimento psicossomático é guiado por um processo descontínuo e instável”, esta afirmação se respalda em análises detalhadas da Biologia e da Psicologia. O conceito “ser pessoa” se encontra no âmbito da crise, a qual é algo necessário ao homem, uma vez que a crise se dá sempre num processo descontínuo e instável que propicia a passagem de uma velha ordem a uma nova ordem. No entanto, para que isto ocorra são necessários saltos, os quais proporcionam à pessoa que os vive, um sentimento de angústia frente ao seu posicionamento no mundo (BOLLNOW, 1971).

O homem, enquanto indivíduo, busca compreender a crise como algo pertencente ao seu ser, isto é, a crise é uma condição necessária para a vida humana, uma vez que “cada vida inicia-se com uma crise” (BOLLNOW, 1971, p.53); crise esta que se origina no parto do indivíduo; começa no parto, porque passa de uma condição dita estável para algo totalmente estranho e instável. Mas, o que vem a ser propriamente a “crise”?

A palavra crise, no termo grego “*Krinein*”, significa separar, crivar, escolher; num sentido mais lato: julgar, ajuizar, avaliar, decidir. Todas essas possíveis significações estão relacionadas à sua raiz “sânskrita, onde o termo indica limpar, purificar” (BOLLNOW, 1971, p.43). Este purificar e limpar são, de certo modo, o ofício da crise, que por sua vez estabelece um novo estado de equilíbrio, ou certa harmonia.

A vida se origina a partir de uma crise, em que o indivíduo a partir de uma condição dita estável, em que recebia alimentação, carinho, aconchego maternal, deve “vir à luz”; e este vir à luz para tal indivíduo é algo violento. O vir à luz de um indivíduo é marcado pelo fenômeno da crise, ou seja, representa uma passagem de um estado para outro. Esta passagem é para a condição humana algo de natural, próprio do desenvolvimento biológico do ser humano (BOLLNOW, 1971). Este desenvolvimento, cuja origem pode ser situada no momento da concepção, não é linear, mas marcado por discontinuidades:

[...] chama-se a atenção para o fato de o desenvolvimento suceder-se em “arranques”: depois de um período de relativa inércia, de repente ativa-se um crescimento mais intensivo, que, depois de um avanço nitidamente perceptível, volta de novo a um certo estado de descanso (BOLLNOW, 1971, p.38).

“O caráter de instabilidade da vida pode ser intimamente relacionado com a ocorrência de tais ‘crises’” (BOLLNOW, 1971, p.40), ou discontinuidades. A crise faz parte da condição humana, isto é, a crise pertence essencialmente à vida humana¹³. Se pertence à vida humana, então, precisa ser considerada no processo educacional. Mas, de que forma a crise poderia colaborar com o processo educacional do ser humano? Faz-se necessário, antes de tudo, compreender a dinâmica da crise, que é a de proporcionar uma passagem de um estado velho a um estado novo. A colaboração

13 Esta característica da vida humana, certamente traz implicações no processo de aprendizagem de qualquer indivíduo. Por isso a instituição escolar está atenta para não cair naquela “postura modernista que associa educação a letramento, adestramento, controle e a especialização, mesmo quando associada à cidadania ou ao trabalho” (AGUIAR, 2008, p.24).

da crise para o processo educacional, talvez, possa ser a de libertar o indivíduo de certas gangas, atuando como uma peneira, uma purificação, que consequentemente irá conduzir o indivíduo a uma tomada de decisão (BOLLNOW, 1971).

A crise, no processo educacional, assume um papel relevante no processo do desenvolvimento natural do ser humano. Bollnow (1971, p.59) assegura que

O educador não pode provocá-la ou dominá-la. Ele pode tão-somente assistir, estar ali ao lado, ajudando, se um dia tal acontecimento, qual uma fatalidade, atinge o homem. Ele pode tentar ajudá-lo a compreender claramente o sentido da crise, a suportá-la até o fim. E muitas vezes será esta proximidade cheia de compreensão, sem que nada se faça de especial, a melhor coisa que o educador pode realizar.

A crise é percebida na própria condição do indivíduo. Embora, o termo “indivíduo” não seja usado por Bollnow, sua compreensão está presente em suas reflexões. Certamente, o termo se refere ao ser humano, ou ao homem como sendo ser que necessariamente a partir de seu nascimento é obrigado a se voltar para o mundo que o recebe de forma bastante estranha.

A palavra “indivíduo” diz respeito a um ser vivo, ou seja, a um ser humano possuidor de vida, que por si mesmo é um único ser, diferente de qualquer outro; a filosofia caracteriza o conceito de indivíduo como sendo aquele que se distingue de outro e possui ser próprio (ABBAGNANO, 2000); a palavra indivíduo, do grego “átomon”, significa: separado, singular, o que é em si e por si; Boécio compreendeu o conceito de indivíduo como “o que não se pode dividir, o que, pela solidez, é indivisível, o que não se pode predicar de outro semelhante” (SUMARES, 1997, p.1410); também, em sentido físico, indivíduo é o que é indivisível, isto é, não pode ser dividido, separado em partes.

O conceito de indivíduo, apreendido por diversos modos, conduz à compreensão de ser humano; o ser humano compreendido como indivíduo é aquele ser caracterizado como único, particular, singular e diferente de qualquer outro ser; sendo-no-mundo é sempre o responsável maior por sua própria vida e pela condução da mesma.

O conceito de indivíduo está intrinsecamente relacionado ao conceito de crise, referido anteriormente. Quando, no processo educacional, o educador compreende que está trabalhando com seres individuais, isto é, com indivíduos essencialmente diferentes entre si, e que, por isso, no modo de trabalhar se faz necessária atenção própria, então sua tarefa como educador aparece em toda sua

grandeza e singularidade. Tal situação exige do mesmo, sempre e de novo, um modo de trabalhar, de educar, característico e apropriado, atento e distinto.

Assim, se compreende a importância de se reconhecer a individualidade de cada ser humano. Como afirma Sartre (1973, p.12):

[...] o homem primeiramente existe, se descobre, surge no mundo; e depois se define. [...] O homem é, não apenas como ele se concebe, mas como ele quer que seja, como ele se concebe depois da existência, como ele se deseja após este impulso para a existência; o homem não é mais do que ele faz.

O termo “existência” indica o vir-a-ser, sair de si, vir a existir; o verbo existir deriva do latim “existere”, cujo significado é mostrar-se, aparecer, sair de (ABBAGNANO, 2000). Neste sentido, compreende-se que só o ser humano pode existir; em outros termos, o ser humano enquanto indivíduo é caracterizado, especificamente, por sua condição humana de existir, ou seja, de ser, de atuar como aquele que desenvolve o próprio viver, dando a cada momento de sua vida um significado diferente, um sentido novo.

Existir, talvez, pudesse ser entendido como um relacionar-se com o mundo, com as coisas, com os demais seres humanos; ou ainda, o ser humano em sua própria condição de ser, enquanto indivíduo, já é um existir, pois quando se diz que este ser é indivíduo, por ser indivisível necessariamente precisa se afirmar enquanto detentor de uma identidade, que exige dele próprio um sair de si, um vir-a-ser, um ser presença frente ao diferente que o interpela. Assim compreendia Lévinas (2005).

Assim, existência pode ser entendida como um modo de ser próprio do ser humano enquanto ser situado no mundo se mostrar, aparecer, sair de si, marcado por possibilidades. Ou melhor, existência pode ser apreendida como a possibilidade de ser, ou não ser si mesmo:

Chamamos existência ao próprio ser com o qual a pre-sença pode se comportar dessa ou daquela maneira e com o qual ela sempre se comporta de alguma maneira. [...] A pre-sença sempre se compreende a si mesma a partir de sua existência, de uma possibilidade própria de ser ou não ser ela mesma. [...] a existência só se decide a partir de cada pre-sença em si mesma. A questão da existência sempre só poderá ser esclarecida pelo próprio existir (HEIDEGGER, 2006, p.39).

A partir desta indicação de Heidegger, pode-se apreender que existir é, pois, escolher esta ou aquela possibilidade de ser. Mais ainda, o ente que o ser humano já sempre é, é constitutivamente atravessado pela possibilidade de relacionar-se autenticamente com o próprio ser e com o ser em geral. Esse ente é sempre um

poder ser, é, portanto, possibilidade¹⁴. Nisso se expressa sua “existência”; ela não é algo de estático, mas ela sempre, cada vez, tem de ser; esse ente precisa se tornar aquilo que é.

[...] O homem se encontra sempre e estruturalmente na crise, de tal sorte que, fora da crise, somente conhece o estado de uma existência inautêntica. Conforme a consideração mais adequada da vida humana, no entanto, são somente determinados momentos marcantes da existência, as ocasiões em que a vida se agrava e culmina na crise. Passados esses momentos agudos, quando a crise abriu o caminho para a solução libertadora, pode começar um trecho da nova e fecunda vida numa forma purificada, num outro nível (BOLLNOW, 1971, p.55).

Assim, compreende-se a importância da crise como sendo algo de extrema relevância para a condição humana, cheia de sentido, pois é na crise que o ser humano se descobre como indivíduo responsável pela sua própria existência. No entanto, esta condição de crise por si só acaba por proporcionar angústia. A angústia difere do medo, uma vez que este sempre se refere a alguma coisa determinada, e que por sua vez se pode prevenir.

A angústia tem por raiz a existência como possibilidade e que não se refere a nada preciso. O indivíduo vive no mundo de pura possibilidade, já que a possibilidade é a dimensão do futuro, e o ser humano vive continuamente debruçado sobre o futuro. No entanto, as possibilidades que se apresentam ao homem não possuem nenhuma garantia de realização; e, talvez, seja sob este ponto que se dê a angústia na vida humana.

Kierkegaard (1972, p.85) assegura que:

Pode comparar-se a angústia à vertigem. Quando o olhar mergulha num abismo, há uma vertigem, que tanto nos vem do olhar como do abismo, pois que nos seria impossível deixar de o encarar. Tal a angústia, vertigem da liberdade, que nasce quando, ao querer o espírito instituir a síntese, a liberdade mergulha o olhar no abismo das suas possibilidades e se agarra à finitude para não cair.

O abismo das possibilidades é que proporciona ao ser humano a angústia, a qual, por uma ordem interna, causa nele certa estranheza e insegurança diante do novo. A crise em consonância com a angústia propiciam a condição existencial de ser do indivíduo.

14 É importante considerar esse aspecto de “possibilidade” do ser humano, de seu modo de existir: o ser humano é possibilidades. Porque desta importância? – “Se, na tradição literária e filosófica clássica, a educação relaciona-se à condição humana, a tendência a romper com essa condição prevalece no experimentalismo científico, na técnica, na economia, na política e nas demais instituições surgidas na modernidade” (AGUIAR, 2008, p.29).

Deste modo, a condição existencial de indivíduo, enquanto sujeito à crise e à angústia, aponta para a necessidade de acompanhamento e orientação em seu processo de desenvolvimento educacional integral, a fim de que o novo possa se dar. Mas, o que vem a ser este novo? Consiste na passagem, através da crise, de um estado para outro. Este outro estado é o novo, que em sua novidade inesperada, marcada por possibilidades, causa a angústia.

A orientação e o acompanhamento que o indivíduo aqui necessita, é tarefa da educação. Educação, aqui, deve ser vista como todo o processo educacional do ser humano, isto é, desde a idade infantil até a educação superior. Mas, o papel da educação seria apenas o de orientar? Claramente não. Caso se restringisse à orientação, estar-se-ia abreviando demais o papel da educação, que em si, possui uma competência assaz maior.

O ser humano se desenvolve a partir de seu interior, de seu íntimo segundo leis que lhe são próprias, a fim de atingir o fim presente nele mesmo. Nesse processo de desenvolvimento a educação é compreendida como “arte de cultivar e de deixar-crescer, arte de ‘não-estorvar’ esse processo natural” (BOLLNOW, 1971, p.25). Deste modo, apreende que a educação, enquanto arte de cultivo está sempre voltada para o educando como se este fosse uma pequena planta, que, à medida que se desenvolve, precisa de cuidado, a fim de poder crescer e se desenvolver na fluidez de sua própria natureza. Aqui aparece a dinamicidade do cuidar, que por si só é arte, porque integra técnica, intuição e sensibilidade. O conhecimento técnico tornará possível uma fundamentação sólida do “como” (modo) se deva proceder, neste caso, em relação ao desenvolvimento do educando. No entanto, o conhecimento técnico, em se tratando do ser humano, só poderá ir até certa altura; o humano também se dá a conhecer através do conhecimento intuitivo que não se desenvolve no âmbito lógico-argumentativo; o conhecimento intuitivo, a intuição não é produto de uma cadeia de argumentos lógicos, mas tem modo próprio de se apresentar. Assim como a intuição e a técnica, a sensibilidade torna possível para o ser humano contemplar a beleza de algo e também perceber as minúcias desta beleza (ROSELLÓ, 2009).

A arte de cuidar integra técnica, intuição e sensibilidade; tal arte não está no dizer algo, mas em fazê-lo (LELOUP, 2007). Em cuidando por exemplo da planta, o cuidador deve possuir o conhecimento técnico de como proceder em relação ao cultivo da mesma; também deverá possuir a intuição para perceber os sinais que ela irá mostrar, se necessita de adubo ou água; também necessitará ter um toque de sensibilidade para contemplar a pequena planta e perceber a beleza que há nela e, desta contemplação manter o cuidado.

Leonardo Boff em sua obra *Saber Cuidar* narra a fábula do cuidado, recontada por Julius Hyginus, há cerca de dois milênios:

Certo dia, ao atravessar um rio, Cuidado viu um pedaço de barro. Logo teve uma idéia inspiradora. Tomou um pouco do barro e começou a dar-lhe forma. Enquanto contemplava o que havia feito, pareceu Júpiter. Cuidado pediu-lhe que soprasse espírito nele. O que Júpiter fez de bom grado. Quando, porém, Cuidado quis dar um nome à criatura que havia moldado, Júpiter o proibiu. Exigiu que fosse posto o seu nome. Enquanto Júpiter e o Cuidado discutiam, surgiu, de repente, a Terra. Quis também ela conferir o seu nome à criatura, pois fora feita de barro, material do corpo da Terra. Originou-se então uma discussão generalizada. De comum acordo pediram a Saturno que funcionasse como árbitro. Este tomou a seguinte decisão que pareceu justa. “Você, Júpiter, deu-lhe o espírito; receberá, pois, de volta este espírito, por ocasião da morte dessa criatura. Você, Terra, deu-lhe o corpo; receberá, portanto, também de volta o seu corpo, quando essa criatura morrer. Mas como você, Cuidado, foi quem, por primeiro moldou a criatura, ficará sob seus cuidados enquanto ela viver. E uma vez que entre vocês há acalorada discussão acerca do nome, decido eu: esta criatura será chamada Homem, isto é, feita de húmus, que significa terra fértil” (BOFF, 2004, p.46).

Esta fábula insita a perceber que o educador possui o papel de “cuidador”, como aquele que irá cultivar e ou deixar-crescer, sem estorvar. O educador na arte de cuidar estará atuando junto ao educando, cuidando, acompanhando-o para que não esmoreça; além disso, o educador tem a função de despertar, de exortar e de aconselhar seu educando.

O conceito de despertar é retirado da tradição cristã; despertar é:

[...] um ato de acordar, de despertar do sono. [...] O despertar é necessariamente um acordar para a consciência-desperta, portanto o acordar de um estado de privação dessa consciência-desperta, o acordar de um sono. [...] O homem, [...] quando está dormindo, se encontra num estado de ausência de si. Ele não está, por assim dizer, em si mesmo. Ao acordar, volta de novo a si. Portanto, ao acordar é despertado para si mesmo. Despertando, vem de novo à consciência. E somente na posse plena de sua consciência, o homem é ele mesmo (BOLLNOW, 1971, p.71).

Deste modo, compreende-se que o ser humano quando dormindo “se encontra num estado como ele não deveria ser; somente depois de acordar, ele é, assim, como deveria ser. Despertar é, portanto, acordar de um estado de inautenticidade para um estado de autenticidade” (BOLLNOW, 1971, p.72). Nesse sentido, educador é aquele que desperta seu educando para a vida na sua facticidade, para que ele por si mesmo possa vislumbrar a vida e preservá-la. Assim, o processo educacional consentiria em conduzir o indivíduo a sair de si, para que venha a ser ele mesmo; no entanto, esse processo de

acordar alguém “é sempre um processo duro e cruel” (BOLLNOW, 1971, p.73).

O conceito “despertar” para a educação aponta para a passagem de um estado de não-dever-ser-assim para um estado de dever-ser-assim; esta passagem é sempre uma ruptura brusca, repentina, instável e descontínua:

Despertar é, portanto uma categoria toda especial, que deve mostrar a sua proficiência no campo pedagógico. A melhor maneira de ver essa sua utilidade é de ressaltar a estrutura específica desse fenômeno contra o produzir e o deixar-crescer, [...] Em contraste com o produzir ou o fazer, no ato de despertar não posso produzir o que eu quero. Despertar pode somente o que já existe no estado de sono. É pois a atualização de algo já existente potencialmente. Em contraste com o deixar-crescer e com todas as categorias do crescimento orgânico-vegetativo, o arranque inicial do processo ‘despertar’ é somente possível através do auxílio externo do educador. Esse processo se realiza somente num acontecimento instável, que sucede repentinamente, arrancando o homem, com uma certa violência, das tendências de inércia da sua atual situação (BOLLNOW, 1971, p.83).

Percebe-se, assim, que o ato de despertar é sempre um evento exigente, que por sua vez, “corresponde na pessoa a ser-despertada um processo de crise subterrâneo, que está vinculado a uma conversão radical de um estado de inautenticidade para o estado de autenticidade” (BOLLNOW, 1971, p.83). Poder-se-ia afirmar que a crise leva o indivíduo à autenticidade. Este estado de autenticidade, de estar-desperto, é temporário. “Por isso o educador pode ser compreendido e se auto compreender como quem possui uma função de extrema proeminência, uma vez que é reservada a ele a função de não consentir que o educando permaneça num único estado” (BOLLNOW, 1971, p.92). Maria Montessori¹⁵ (1913, *apud* BOLLNOW, 1971, p.84), expressa a importância de o educador orientar continuamente o educando após ter sido despertado, pois, ao contrário este indivíduo ficará desorientado:

A atividade do educador é “despertar”, isto é, o desencadeamento do movimento que, uma vez em marcha, se desenvolve na própria criança a partir do seu interior. A atuação do educador vai somente até esse toque desencadeador, isto é, ele atua só o necessário para que o movimento entre como tal em ação. O que segue, todo o desenvolvimento posterior, deve ser efetuado pela própria criança. O educador, portanto, não exerce propriamente uma função formadora (BOLLNOW, 1971, p.87).

O despertar requer o exorta:

A exortação, dirige-se diretamente ao futuro. Nesse sentido talvez esteja mais próximo da repreensão que do louvor. Pois, também a exortação, pela sua própria

15 MONTESSORI, M. **Pedagogical anthropology**. London: W. Heinemann, 1913.

constituição, pressupõe que o homem se encontra numa situação da qual deve ser arrancado por meio da ação educativa. [...] Com isso não se nega que, na prática, ambas as formas, a da exortação e a da repreensão, estejam intimamente ligadas: repreensão começa por causa de um comportamento do passado e termina com uma exortação, dirigida para o futuro (BOLLNOW, 1971, p.99).

Pode-se, pois, apreender que pela exortação o educador, ao despertar o educando para um acordar, possa assumir uma tomada de consciência, para que o educando por si mesmo decida adotar um posicionamento frente ao futuro. Consequentemente, o educador ao atuar deste modo, estará auxiliando este indivíduo no desenvolvimento de sua liberdade, pois todo indivíduo necessita sempre ser exortado para fazer o que precisa ter feito.

A exortação está intimamente ligada ao castigo e ao aconselhamento. O castigo é uma “medida de educação, cuja ação é instável, à semelhança da exortação” (BOLLNOW, 1971, p.123). “Como a exortação quer induzir o homem a recuperar o que negligenciou, assim também o castigo quer coagi-lo a expiar o erro e a começar depois uma nova vida” (BOLLNOW, 1971, p.123). Uma vida nova após o castigo irá começar, e nesta nova vida o educador terá o papel de orientar este indivíduo para que não caia de novo no erro. Em outros termos, quando o indivíduo estava no “erro” vivia numa vida velha, numa velha ordem; após a exortação e o castigo ele passa a assumir uma nova vida, uma nova ordem, uma nova postura frente às novas possibilidades que lhe são propostas.

No aconselhamento o educador terá a função “de colocar-se generosa e desinteressadamente a serviço da decisão a ser tomada pela outra pessoa” (BOLLNOW, 1971, p.124). O âmbito do aconselhamento está numa relação educador-educando, que por sua vez, deve promover certa reflexão ao aconselhado, a fim de aclarar sua decisão e posteriormente promover uma ação que deverá ser encarada e assumida com responsabilidade.

Partindo, então, dos conceitos de despertar, exortar e aconselhar, atribuídos à função própria do educador, apreende-se que o processo educacional deve propiciar o desenvolvimento natural do ser humano, em vista de um crescimento evolutivo, em que o próprio indivíduo possa se reger com responsabilidade.

Este indivíduo se encontra sempre imerso num mundo, num contexto, numa época; ele não está sozinho, pois convive com outros indivíduos. Assim, nota-se que a condição existencial deste indivíduo passa pelas suas relações, as quais Bollnow, remetendo a Buber (2003), denomina de encontro.

O aspecto do encontro é mais bem compreendido a partir do conceito de “despertar”, que por sua vez coincide com o conceito existir. Os conceitos encontro,

despertar e existência, podem ser assinalados como característicos da condição humana. O conceito encontro pode ser qualificado como sendo um tornar-se um com o outro, em contato com o outro, sem assimilar esse outro; do mesmo modo, numa perspectiva socrática este conceito pode ser percebido como um tornar-se eu mesmo através do outro. Este outro é o Tu; “o Tu me encontra” (BOLLNOW, 1971, p.141). É o Tu que possibilita vida, pois “toda vida real é encontro” (BOLLNOW, 1971, p.141). Ao que Bollnow (1971, p.141) explica:

[...] não se pode compreender a vida real a partir de um sujeito da vivência, existente isoladamente. A vida, pelo contrário, baseia-se na concorrência de duas realidades, por princípios iguais em direitos e igualmente poderosas, a saber, do Eu e do Tu. Essa confluência é necessariamente um processo de mútua correlação. Pois enquanto um Tu me encontra, eu encontro simultaneamente um Tu como seu Tu. Segundo Buber, é nesse encontrar-se correlativo que consiste a vida.

O encontro se dá através das co-relações que o indivíduo desenvolve, pois, a vida só tem sentido quando se relaciona com o Tu, com este outro que me interpela. O encontro do indivíduo com outro indivíduo é o centro da existência humana; este não é necessariamente marcado por um caráter, digamos, suave; a surpresa, o sobressalto, a estranheza não raramente se fazem presentes; sim, “é a estranheza do outro que nele se experimenta, num sobressalto repentino” (BOLLNOW, 1971, p.144). Aqui, pode-se captar a relevância desse princípio na educação, uma vez que, o processo educacional se dá sempre mediante um possível encontro entre um Eu e um Tu, isto é, entre o educador e o educando. E é, talvez, deste encontro que nasce o estímulo para a aprendizagem.

Bollnow citando Guardini afirma que “no encontro com a situação-única, brota de mim o que somente aqui pode surgir. Na decisão única eu me torno [...] pessoa. Esta pessoa consiste na subjugação criativa e auto-responsável do encontro” (GUARDINI¹⁶, 1953 apud BOLLNOW, 1971, p.147).

Encontro não é simples contato que o indivíduo faz com outro; é uma situação onde cada um pode ser autenticamente ele mesmo.

Portanto, o próprio homem é colocado à prova no encontro. Diante da força do outro que me defronta, se decide o que em mim é autêntico. Nesse abalo devo-me confirmar. Eu posso subsistir ou fracassar. Assim, o encontro é uma prova da minha própria autenticidade. [...] Somente no encontro com o Tu o homem pode portanto vir a ser ele mesmo (BOLLNOW, 1971, p.159).

16 Guardini, R. **Grundlegung der Bildungstheorie**, Jetzt in: *Weltbild und Erziehung*, Würzburg, 1953.

Assim sendo, o conceito “encontro é decisivo para as ciências do espírito” (BOLLNOW, 1971, p.188); é o encontro que possibilita pela linguagem, a instauração do diálogo autêntico: “

[...] Quando o homem, no profundo íntimo de sua alma, entra em contato interior com a realidade que lhe vem ao encontro na obra de um outro homem, como impacto; ou, resumindo: a compreensão autêntica surge no relacionamento da existência para a existência (BOLLNOW, 1971, p.175).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pedagogia compreendida como prática ou profissão de educador, ou mais especificamente, como teoria da educação, pode encontrar nas intuições e indicações oferecidas pelas Filosofias da Existência, material rico para aprofundar a reflexão em torno de questões que lhe são inerentes. Nesse sentido, a reflexão proposta tentou conduzir necessariamente às duas vertentes que marcam a atividade pedagógica: o empenho por trazer à evidência os pressupostos éticos que a norteiam e orientam, e o empenho elementar por preparar o ser humano para a vida.

Bollnow (1971) se empenhou em trazer para dentro da reflexão própria da pedagogia elementos que as Filosofias da Existência evidenciaram. Considerando que a educação é um dos fenômenos fundamentais do humano, as intuições elaboradas por tais filosofias se tornam caminho privilegiado de trabalho para conduzir o ser humano a si mesmo, libertando-o da perplexidade, senão confusão na qual se encontra.

A educação é um processo constitutivo da existência humana; o ser humano precisa cunhar-se e ser cunhado. Ele está radicalmente implicado em seu auto-desempenho. A realização de sua existência requer clareza em torno de categorias como pessoa, indivíduo, mundo, existência, Eu, Tu, Nós, Isso, Absoluto. Por isso, pode-se perceber que não existe comportamento humano que não tenha um componente pedagógico, ou que não esteja implicado na atividade pedagógica.

Somente a obra da educação, feita de corpo e alma, livremente, deve ser o lugar, o chão, a terra, onde a instituição escolar lança todo o seu empenho, cuidado, disposição e generosidade para a formação dos educandos. Mais ainda: a instituição escolar precisa assumir com toda a positividade, declarada e proclamada como algo inteiramente responsável e essencial, a finitude. Finitude esta que se expressa em não querer e não poder fazer senão o somente ela pode fazer, isto é, instruir, educar e formar; e nisso consiste sua tarefa específica.

Trazer alguns desses aspectos para o centro do diálogo filosófico-pedagógico foi o objetivo da presente pesquisa, com o intuito de levantar algumas questões que possam fomentar a indagação e provocar a discussão, a fim de propiciar frescor em torno de questões pertinentes à atividade pedagógica.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Existencialismo positivo**. Buenos Aires: Paidós, 1964.
- _____. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fonte, 2000.
- AGUIAR, O. A. Condição humana e educação em Hannah Arendt. **Educação e Filosofia**, Urbelândia, v.22, n.44, p.23-42, jul./dez. 2008.
- BOFF, L. **Saber cuidar**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BOLLNOW, O. F. **Pedagogia e filosofia da existência**. Petrópolis: Vozes, 1971.
- BUBER, M. **Eu e tu**. São Paulo: Centauro, 2003.
- CHIODI, P. **L'esistenzialismo**. Torino: Loescher, 1998.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- GILES, T. R. **História do existencialismo e da fenomenologia**. São Paulo: E.P.U., 1989.
- GOULART, I. B. **Psicologia da educação**: fundamentos teóricos, aplicações à prática pedagógica. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- JASPERS, K. **La filosofia dell'esistenza**. Bari: Laterza, 1995.
- KIERKEGAARD, S. **O conceito de angústia**. Lisboa: Presença, 1972.
- LELOUP, J. **Uma arte de cuidar**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- LÉVINAS, E. **Entre nós**: ensaios sobre a alteridade. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- OLSON, R. G. **Introdução ao existencialismo**. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- PIAGET, J. **O estruturalismo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- ROSELLÓ, T. F. **Antropologia do cuidar**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- SARTRE, J. **O existencialismo é um humanismo**. Lisboa: Presença, 1973.
- STEGMÜLLER, W. **A filosofia contemporânea**. São Paulo: E.P.U., 1977.
- SUMARES, M. Alteridade. In: **Logos**: Enciclopédia Luso-brasileira de Filosofia. São Paulo: Verbo, 1997.

FUNDAMENTOS DA PRISÃO COMO MEDIDA CAUTELAR

Larissa Mayer Pontes*

Paulo César Busato**

RESUMO

Este trabalho tem como finalidade oferecer um novo ponto de vista para a análise das hipóteses autorizadoras da prisão cautelar, partindo não das regras específicas processuais que disciplinam o tema, mas dos princípios inerentes a um Estado Social e Democrático de Direito, principalmente aqueles relativos ao fundamento da pena. A pesquisa tem como foco, portanto, a custódia cautelar como medida que deve estar amparada na razão de ser da pena enquanto legitimadora das decisões que versam sobre a matéria.

Palavras-chave: prisão cautelar; Estado Social Democrático de Direito; princípios; fundamento da pena.

* Acadêmica do 5º ano do curso de Direito. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2008) da FAE Centro Universitário. E-mail: larissamayerp@hotmail.com

** Doutor em Problemas Atuais do Direito Penal (Universidad Pablo de Olavide – Sevilha, Espanha). Professor da FAE Centro Universitário. Orientador do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2008) da FAE Centro Universitário. E-mail: pbusato2005@yahoo.com

INTRODUÇÃO

As regras gerais de aplicação da prisão cautelar e liberdade provisória fixadas no Código de Processo Penal são constituídas por conceitos abertos, ficando ao arbítrio do julgador a construção do significado de cada hipótese autorizadora da custódia cautelar. Em função disso é que a discussão se intensifica na jurisprudência pátria, numa eterna briga para definir, com base nas regras gerais, quais casos estão abrangidos pela legislação.

O intuito deste trabalho é trazer à superfície a análise desta questão de um outro ponto de vista, qual seja, seguindo as balizas estabelecidas pelo Estado Social e Democrático de Direito. Uma tratativa simples, mas esquecida pelos aplicadores do direito. Assim, a solução passa pelo exame dos valores regentes deste modelo de Estado, tocantes à prisão cautelar quanto à necessidade de observância dos preceitos que determinam a prisão como exceção à regra geral de liberdade, terminando com a necessária correlação entre a decisão sobre decretação da custódia cautelar (ou liberdade provisória) e o fundamento da pena.

Com isso, pretende-se demonstrar a insuficiência das regras específicas processuais, mormente num Estado no qual o controle social da criminalidade se faz mediante a pura aplicação do sistema penal¹. Assim, a aplicação das regras que disciplinam a prisão cautelar deve ser precedida de uma análise acerca de qual é o fundamento da pena para que se determine, no caso concreto, se sua antecipação cumprirá ou não com este fundamento.

1 A PRISÃO PROCESSUAL E A PRISÃO-PENA: HISTÓRICO

O ponto de partida deste trabalho é a apresentação de um panorama geral acerca da evolução da pena de prisão e da prisão processual. Trata-se de uma etapa importante para que se saiba, desde já, qual é o lugar que a custódia cautelar ocupa em relação à pena definitiva de prisão. Aqui, faz-se referência ao princípio

1 Em análise que precede o estudo da pena, Juarez Cirino dos Santos faz a seguinte consideração: “No Brasil, e de modo geral, nos países periféricos, a *política criminal* do Estado exclui políticas públicas de emprego, salário digno, escolarização, moradia, saúde e outras medidas complementares, como programas oficiais capazes de alterar ou reduzir condições sociais adversas da população marginalizada do mercado de trabalho e dos direitos de cidadania, definíveis como determinações estruturais do crime e da criminalidade; por isso, o que deveria ser a *política criminal* do Estado existe, de fato, como simples *política penal* [...]” (SANTOS, 2007, p.453).

da proporcionalidade, que impõe um limite à intervenção do Estado no exercício do *ius puniendi* e do *ius perseguendi*. Sobretudo no direito penal, este princípio deve ser sempre objeto de análise pelos aplicadores do direito, já que se põem em conflito o interesse do Estado e a liberdade individual. Sua observância remete à aplicação da prisão cautelar somente nos casos em que esta se mostrar necessária e adequada ao que se pretende com o resultado final do processo, garantindo vigência aos direitos fundamentais do acusado.

Abordar o instituto da prisão cautelar, determinando seus contornos quanto à necessidade e adequação, exige uma análise histórica dos fundamentos da pena de prisão.

Inicialmente, há que se dizer que elucidar a história da pena de prisão é tarefa difícil, tendo em vista a carência de linearidade². Assim, muito embora seja possível lançar mão de uma gama de fatos que apontam para uma situação predominante, afirmá-los como suficientes poderia gerar conclusões equivocadas. Considerando-se este dado, a exposição do tema se fará em obediência aos períodos da história da humanidade, deixando claro que seguir uma tal ordem é apenas uma forma de dar sentido à exposição e não uma garantia quanto à regularidade dos acontecimentos.

O primeiro período a que se faz referência é a Antiguidade. Nesse momento histórico imperava o desejo de vingança como uma reação coletiva ao mal causado pelo agressor, buscando-se, com a punição, a reparação perante a divindade. A evolução política da comunidade deu conta de implementar sanções até então inexistentes, como a morte, a mutilação, o banimento temporário e a perda de bens. Emergiam, nesse novo tempo, a Lei de Talião – marco do princípio da proporcionalidade, já que a punição era aplicada na intensidade do mal causado – e a *composição*, que possibilitava o pagamento e reparação do dano em situações mais brandas.

Posteriormente, em resposta a uma nova visão de pena, decorrente da reação coletiva de uma sociedade organizada politicamente, passa-se a utilizar a privação de liberdade como forma de preservar o corpo do acusado até a aplicação da pena de morte.

Pode-se concluir, deste período, que a prisão era *tão somente uma forma de contenção e guarda do réu até o momento de execução da pena*, quando então eram aplicadas as mais variadas formas de punição. Esta é a conclusão a que se chega diante

2 “A carência de continuidade é quase total. Há muitos exemplos. Os retrocessos, a dificuldade de fixar indicadores e perseguir sua evolução, a confrontação das tendências expiatórias e moralizadoras (estas últimas nem sempre bem definidas), dificultam qualquer pretensão narrativa de ordem cronológica” (BITENCOURT, 2004, p.03).

dos resquícios históricos deixados pelas civilizações mais antigas, ou seja, a prisão do acusado era apenas uma cautela que se adotava para assegurar que, num momento posterior, fosse aplicado o castigo correspondente ao crime.

Mesmo distante de assumir caráter de sanção penal, é na Antiguidade que se situa a proposta de Platão relativa à privação de liberdade, estabelecendo nitidamente a distinção entre prisão-pena e prisão como custódia³. Neste mesmo período, na Grécia e em Roma, já se utilizava a prisão por dívida, ficando o devedor à mercê do credor, como seu escravo, até que pagasse o que devia. Há que se ressaltar, contudo, que a prisão por dívida era meramente uma forma de coerção.

Embora Platão já tivesse escrito sobre a distinção entre os tipos de prisão, na Idade Média a custódia do acusado continuava existindo como mera contenção do corpo do réu para o posterior apenamento. Neste período, as sanções criminais eram estabelecidas conforme a posição social do acusado e impostas ao arbítrio dos governantes.

Na Idade Média, a prisão continua a ter finalidade cautelar, ou seja, apenas para assegurar o sucesso da execução da pena, que poderia consistir em amputação, mutilações, queima de carne a fogo e morte. Não obstante estas formas de cumprimento da pena, é neste período que surgem a prisão de Estado e a prisão eclesiástica⁴: a primeira era destinada àqueles que cometiam delitos de traição e aos adversários políticos dos governantes⁵; a segunda – internamento – se aplicava aos Clérigos rebeldes como uma forma de impor a penitência e a meditação. Justamente por aplicar-se a reclusão como forma de castigo pela infração de normas eclesiásticas é que esta punição, denominada *detrusio in monasterium*, mostra-se como o primeiro sinal da pena de prisão, uma exceção ao sistema até então predominante – a prisão como custódia.

Aliás, a Igreja já apresentava algumas características que permitem identificá-la com a prisão moderna. A cela destinada ao confinamento dos clérigos deixaram seus

3 César Bitencourt faz referência a esta passagem da Antiguidade citando o entendimento do filósofo no livro *As Leis*: “Platão, contudo, propunha (...) o estabelecimento de três tipos de prisões: ‘uma na praça do mercado, que servia de custódia; outra, denominada *sofonisterium*, situada dentro da cidade, que servia de correção, e uma terceira destinada ao suplício que, com o fim de amedrontar deveria constituir-se em lugar deserto e sombrio, o mais distante possível da cidade” (BITENCOURT, 2004, p.5).

4 “A Igreja via no delito a expressão do pecado e para redimir a culpa o infrator deveria sujeitar-se à penitência que poderia aproximá-lo de Deus: *quoties inter homines fui, minor homo redii*. Daí então cumprir-se o internamento em prisão de conventos: *detrusio in monasterium*” (DOTTI, 1998, p.33).

5 Como exemplos, podem ser citadas a *Torre de Londres*, a *Bastilha de Paris*, *Los Plomos*, etc. (BITENCOURT, 2004, p.09).

traços arquitetônicos e psicológicos nas penitenciárias modernas, o que se percebe pela ideia de recuperação dos faltantes, mais tarde traduzida na tentativa de recuperação do delinquente. Também decorre do direito canônico a palavra penitenciária, fazendo referência à penitência cumprida pelos clérigos quando internados nos mosteiros.

A partir do século XVI, tem início a Idade Moderna, em meio a um sem número de desafortunados, produto da pobreza deixada pelas guerras religiosas. A situação de miséria, de crimes praticados para sobrevivência, a escassez, dentre outros problemas iniciados neste século, perduraram até o início do século XVIII. A consequência foi o surgimento de um alto número de delinquentes, o que tornou conveniente a expulsão dos segregados das cidades e sua utilização como mão-de-obra para trabalhos em encanamentos, entre outros trabalhos forçados, como forma de sanção criminal. Sobre este momento, salienta Bitencourt: “por razões de política criminal era evidente que ante tanta delinquência, a pena de morte não era uma solução adequada, já que não se podia aplicar a tanta gente” (BITENCOURT⁶, 2001 *apud* SHECAIRA; CORRÊA JUNIOR, 2002, p.34).

Mas a situação se tornou insuportável já em meados do século XVI. Os delinquentes representavam verdadeira ameaça ao Estado, obrigando as minorias a criar instituições de correção para os crimes mais brandos. A primeira delas, instituída no Castelo de Bridwell, deu origem às *houses of correction*, que por sua vez inspiraram a criação de outros estabelecimentos – *workhouses* – com a mesma finalidade. Não obstante isso, o sistema de penas permanecia calcado nas penas pecuniárias, corporais e na pena de morte.

Mais tarde, com o advento do Iluminismo e por influência das ideias propagadas pelos pensadores que marcaram este período, tais como Montesquieu, Rousseau, Diderot, D’Alembert etc., a pena deixou de ser uma resposta com finalidade teológica para assumir contornos mais utilitários e humanitários⁷.

Merece destaque neste trabalho o fato de que a prisão como pena não existia num período pré-capitalista. Não se pode negar, é verdade, que a prisão por dívida já havia sido instituída. Porém, a prisão como pena autônoma nasce somente em resposta

6 BITENCOURT, C. R. **Falência da pena de prisão**: causas e alternativas. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

7 “As correntes iluministas e humanitárias das quais Voltaire, Montesquieu, Rousseau seriam fiéis representantes, realizam uma severa crítica aos excessos imperantes na legislação penal, propondo que o fim do estabelecimento das penas não deve consistir em atormentar a um ser sensível. A pena deve ser proporcional ao crime, devendo-se levar em consideração, quando imposta, as circunstâncias pessoais do delinquente, seu grau de malícia e, sobretudo, produzir a impressão de ser eficaz sobre o espírito dos homens sendo, ao mesmo tempo, a menos cruel para o corpo do delinquente” (BITENCOURT, 2004, p.32)

à exclusão social gerada pelo capitalismo. E a razão para o aparecimento da pena de prisão como resposta ao delito é simples: até então não havia uma correlação entre o trabalho humano e o tempo despendido nesta atividade. O tempo, como medida de trabalho, ainda não era um valor capaz de ensejar a construção de uma reprimenda nele baseada⁸. A pena assumia contornos mais cruéis porque a intenção não era outra que intimidar a sociedade para que não fosse quebrada a expectativa de manutenção da organização social.

Mesmo no direito canônico, o internamento dos clérigos não se dava pelo tempo perdido de trabalho, mas como uma forma de impor a reflexão e a penitência. O tempo indeterminado de internamento era destinado à purificação daquele que cometia uma falta. Como salientam Melossi e Pavarini (2006, p.25), a privação da liberdade era uma oportunidade para que, isolado da vida social, o clérigo pudesse se arrepender da falta cometida, não mais. Por isso que, a finalidade da pena no direito canônico era a retribuição voltada para a gravidade do delito, não para a periculosidade do acusado.

Juarez Cirino dos Santos (2007), ao analisar as questões inerentes ao surgimento da prisão como pena, explica que, ante as mudanças econômicas vividas nos séculos XV e XVI⁹, houve um acúmulo de capital que acabou por deslocar os camponeses para as cidades. Ao mesmo tempo em que a manufatura desenvolvida na época não deu conta de absorver a mão-de-obra ofertada, os camponeses não conseguiram se adaptar ao trabalho assalariado. Toda essa massa acabou por se transformar em um conjunto de delinquentes, impondo assim a criação das já referidas *workhouses* – instituições de trabalho forçado. Assim que, o surgimento das penitenciárias é menos uma alternativa voltada para os acusados e muito mais uma solução encontrada para resolver a exclusão social gerada pelo capitalismo. Sobre o surgimento das penitenciárias, o autor comenta:

A correlação cárcere/fábrica – ou, de modo mais geral, a correlação capital (estrutura social) e prisão (controle social) – é a matriz histórica da sociedade capitalista, que explica o aparecimento do aparelho carcerário nas primeiras sociedades industriais (Holanda, Inglaterra, Estados Unidos e França), além de permitir explicar a origem e decadência dos múltiplos sistemas de exploração da força de trabalho carcerária (SANTOS, 2007, p.495).

8 “O equivalente do dano produzido pelo delito se realizava, ao contrário, na privação daqueles bens socialmente considerados como valores: a vida, a integridade física, o dinheiro, a perda de *status*” (MELOSSI; PAVARINI, 2006, p.22).

9 Em meados do século XVI o quadro econômico era extremamente favorável, já que nesta época tomaram força os descobrimentos marítimos, a expansão colonial das potências europeias e o progresso das operações comerciais (SANTOS, 2007).

Embora esta visão marxista acerca do surgimento da pena de prisão prevaleça na doutrina dos referidos autores, é importante salientar que a pena de prisão foi instituída também por outros motivos, resumidamente:

- a) valorização da liberdade e destaque para o racionalismo a partir do século XVI;
- b) necessidade de ocultação do castigo para evitar a disseminação do mal causado pelo delito;
- c) aumento da pobreza e da mendicância causadas pelas mudanças socioeconômicas, e ineficácia da pena de morte;
- d) razões econômicas da classe burguesa em ascensão, que precisava ensinar o modo de produção capitalista e, ao mesmo tempo, controlar os trabalhadores, além de garantir mão-de-obra barata em épocas de pleno emprego e altos salários (BITENCOURT¹⁰, 2001 *apud* SHECAIRA; CORRÊA JUNIOR, 2002, p.35).

Todo esse histórico nos serve a concluir, necessariamente, que a prisão como custódia sempre assumiu a mesma finalidade, qual seja: a contenção do acusado até o momento da execução penal. As coisas não sucederam neste compasso com a prisão-pena, como é de se perceber.

Significa dizer que, entre a pena definitiva e a prisão cautelar, como *forma de assegurar a execução penal*, existe uma relação de hierarquia. Esta sempre serviu àquela. É justamente esta a razão que nos permite dizer que a decretação da prisão cautelar deve ser determinada, necessariamente, tendo em vista as razões e objetivos que justificam a aplicação da pena ao final do processo.

2 A EVOLUÇÃO DA PENA

É conclusão incontroversa no estudo da pena que “a evolução social atingida por um povo, além de se apresentar na maneira como é tratado e punido aquele que cometeu o ilícito penal, caracteriza-se também ao verificarmos as razões, motivos e fins para os quais são aplicadas as sanções” (SHECAIRA; CORRÊA JUNIOR, 2002, p.129).

Assim, o estudo da pena (qual sua função, sentido e finalidade) é de salutar importância para que se determine, no contexto histórico em que se enquadra, se a aplicação ou manutenção da prisão cautelar guarda coerência com aquilo que o Estado pretende com a aplicação da pena definitiva.

Considerando-se que as normas devem ser fixadas em observância a um Estado Social e Democrático de Direito, a pena deve seguir as concepções filosóficas

10 BITENCOURT, C. R., op. cit.

e os princípios deste modelo de Estado, estendendo-se esta obrigação às decisões que decretam a prisão cautelar, já que a prisão-custódia se encontra em grau de submissão em relação à prisão-pena. Para que se compreenda como é criada esta relação, percorre-se um caminho traçado pela evolução das teorias acerca de qual é o fundamento da pena.

A mais antiga função atribuída à pena é a retribuição, seja sob a forma de *expição* ou sob a forma de *compensação* da culpabilidade. A primeira decorria do que era o Estado em tempos antigos: absoluto e representado pelo soberano, que reinava legitimado por Deus. Qualquer ofensa a este poder absoluto e divino era reprimido com a pena que, como consequência do próprio Estado, assumia conotação religiosa. A segunda refletia a retribuição pelo mal causado como forma de alcançar o ideal de justiça, finalidade buscada por meio da punição baseada na culpabilidade individual, impondo assim um limite ao poder punitivo do Estado.

O pensamento de Kant (1788) se enquadra nesta teoria, pois afirmava a pena como imperativo categórico. Significa dizer que somente se apenava porque o delito afrontava um valor moral social. Fica claro, portanto, que se tratava de aplicar a pena como um juízo moral e não racional. Ao contrário do que defendia Kant, a visão de Hegel (1821) acerca do porquê aplicavam-se penas era pautada em um juízo estritamente jurídico. A pena era a negação da negação do direito (delito). Deste modo, a pena deveria ter a mesma intensidade que a negação do direito.

Muito embora o retribucionismo não seja compatível com o modelo de Estado vigente, essa teoria trouxe como principal contribuição a limitação da aplicação da pena conforme a culpabilidade individual. A crítica sobre esta primeira *função* atribuída à pena vem da ideia de se “somar um mal a outro”, tornando a pena carente de qualquer finalidade. Como salienta Juarez Cirino dos Santos, “retribuir, como método de expiar ou de compensar um mal (o crime) com outro mal (a pena), pode corresponder a uma crença – e, nessa medida, constituir um ato de fé – mas não é democrático, nem científico” (SANTOS, 2007, p.457). Considerando que a pena existe justamente para cumprir a tarefa de proteção de bens jurídicos, não há como admitir a existência de uma finalidade pautada unicamente em crenças, sem observância aos fins sociais da punição, pressuposto de aplicação da pena em um Estado Social Democrático de Direito.

Com o advento do Estado Social, regido pelos ideais do Iluminismo e do Contrato Social, a pena passou a ter também uma finalidade social, passou a ser um instrumento útil e necessário à *prevenção* da criminalidade. Sob o viés da prevenção, a pena poderia assumir duas funções: a de causar uma sensação de desagrado, impedindo a comissão de um novo delito (prevenção geral); e a de ressocializar o agente que cometeu o delito, evitando assim novos crimes (prevenção especial).

Os idealizadores da teoria da prevenção negativa da pena atribuíram à sanção a finalidade de intimidar a sociedade¹¹ (BUSATO; HUAPAYA, 2007, p.186), coagindo as pessoas a pensarem nas consequências do delito. Esta prevenção da criminalidade poderia ser atingida de duas maneiras. A primeira, por meio da criminalização primária, ou seja, pela criação de leis estabelecendo uma punição para aqueles que transgredissem as regras. A segunda, por meio da criminalização secundária, aplicando a pena àqueles que efetivamente cometeram o delito, mandando assim uma mensagem de intimidação à coletividade.

Aqui se perde uma das maiores contribuições do retribucionismo: a pena conforme a culpabilidade individual. A função do apenamento era apenas intimidar, de modo que não havia um *quantum* determinado para cada delito; a medida da pena era aquela suficiente para intimidar. O que se percebe com esta teoria, e aí reside o motivo do fracasso na tentativa de explicar a pena por meio deste discurso, é que os criminosos habituais ou profissionais não eram atingidos pela intimidação, não importando o *quantum* de pena que era aplicado, o que comprova ser a pena com função intimidatória impassível de reduzir a criminalidade. Também deve ser destacado, em relação a esta teoria, que o fator de decisão pelo cometimento ou não do crime não é a pena cominada ao delito, mas sim a probabilidade de haver responsabilização pelo crime, pelo que a intimidação não geraria os efeitos desejados. Ademais, a demonstração empírica do fracasso da teoria é a ocorrência de novos crimes, de modo que a coação psicológica apenas ensejou a criação de penas mais graves, sem resultados satisfatórios. E a explicação é simples: o ilícito não tem relação com a prevenção, mas sim com a situação econômico-social da época.

Consolidada no final do século XIX com a Escola Sociológica, a prevenção especial – voltada ao determinismo e à periculosidade dos sujeitos – é destinada não à sociedade de uma forma geral, visando a impedir novos crimes, mas ao próprio agente autor do delito. Com esta nova concepção acerca da função da pena, o que se busca é ressocializar o indivíduo, visando especificamente evitar a reincidência daquele que cometeu o delito. Esta teoria entende possível e necessário corrigir o desviado (autor do delito) e readequá-lo aos valores sociais, pelo que se percebe que o foco é o próprio delinquente, não o delito.

11 Fundamentos desta concepção propostos por Feuerbach: “todas as infrações têm sua causa psicológica na sensualidade, na medida em que a concupiscência do homem é o que impulsiona, por prazer, a cometer a ação. Este impulso sensual pode suprimir-se dependendo de que cada qual saiba que ao seu fato se seguirá certamente um mal que será maior que o desgosto derivado da insatisfação de seu impulso ao fato” (BUSATO; HUAPAYA, 2007, p.186).

Conforme Liszt¹² (1927 *apud* BUSATO; HUAPAYA, 2007, p.190), a pena pode atuar de três formas, quais sejam: a intimidação, a correção e a inocuização. A ideia é que, ante a tentativa frustrada de intimidação com o cometimento do delito, o indivíduo seja corrigido. Somente a impossibilidade de ressocialização do sujeito é capaz de ensejar sua inocuização, meio pelo qual se extrai o “inadaptável” da sociedade e se garante a neutralização de sua periculosidade social.

A prevenção especial aponta o delinquente como um indivíduo que, por violar deveres sociais, apresenta-se como potencialmente perigoso, sendo necessário ressocializá-lo. Ocorre que, como se sabe, a finalidade ressocializadora da pena é suprimida pela estrutura falha do sistema penal, principalmente quanto às prisões, que apenas reforçam os valores negativos do apenado. Outra crítica que se mostra pertinente é o questionamento acerca de se o Estado goza de legitimidade para adequar o delinquente aos valores sociais, donde surge, inclusive, a hipótese de se tratar de mais uma ferramenta de Estados totalitários para submissão de inimigos políticos (BUSATO; HUAPAYA 2007, p.193). Ademais, determinados agentes não precisam ser ressocializados, haja vista que algumas categorias de delitos – como os culposos, aqueles cometidos em circunstâncias especiais – demonstram que a reincidência é algo absolutamente improvável. É preciso comentar, ainda, a análise desta teoria desde um ponto de vista garantista. Nesse tocante, a ressocialização representa uma violação aos direitos individuais, já que submete o indivíduo à recuperação por tempo indeterminado: basta a constatação da periculosidade do agente para que se torne possível aplicar uma pena absolutamente desproporcional a um condenado pelo cometimento de delitos considerados leves.

Diante do insucesso das teorias retributivas e preventivas, surgiram as teorias da união, propondo a mescla dos fins propostos em cada uma das teorias até então criadas. Assim, as teorias da união conciliam o princípio da culpabilidade com os fins preventivos, ou seja,

[...] reclamam uma pena proporcional à culpabilidade, no marco da culpabilidade, se bem que dentro deste âmbito admitem que possam operar os princípios preventivos; o que, a efeitos da graduação da pena, significa: pena ajustada a um fim, mas só no marco que oferece a ‘retribuição justa’; a pena justa ou, dito de outro modo: a retribuição será o “límite máximo” da prevenção (GARCÍA-PABLOS DE MOLINA¹³, 2000 *apud* BUSATO; HUAPAYA, 2007, p.195).

12 LISZT, F. V. **Tratado de derecho penal**. Madrid: Instituto Editorial Reus, 1927.

13 GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, A. **Derecho penal**: introducción. Madrid: Servicio de publicaciones de la facultad de Derecho de la Universidad Complutense de Madrid, 2000.

Claus Roxin, expoente da “Teoria Dialética da União” (BUSATO; HUAPAYA 2007, p.196), afasta a finalidade retributiva da pena dos fins preventivos. O autor entende que a culpabilidade é elemento essencial para a aplicação da reprimenda, mas não como espelho da retribuição, pelo que o resultado é a conciliação entre as propostas de prevenção geral e especial unicamente.

A crítica às teorias da união deriva da impossibilidade de mescla dos fins retributivos e preventivos. Isto porque, é impossível afirmar que a mesma pena sirva para, em primeiro lugar, promover a intimidação da sociedade, visando impedir o cometimento de delitos e, em segundo lugar, para demonstrar a esta mesma sociedade o que sucede com o transgressor. Num terceiro momento, se mostra insustentável que a pena se justifique, também, pela ressocialização do agente. É evidente, portanto, que estes três propósitos distintos são incompatíveis, sendo impossível sustentar sua convivência nos momentos de elaboração da norma, aplicação da pena e posterior execução.

As teorias retributivas e preventivas não lograram êxito, o que se evidenciou com a evolução dos estudos sociais, demonstrando a inviabilidade de promoção de qualquer das finalidades até então previstas. Assim, tiveram espaço as teorias abolicionistas e funcionalistas. As primeiras, propondo a redução do Direito Penal ao controle privado, já que a criminalização é vista como o resultado da ação conjunta de órgãos e instâncias do controle social que gera a estigmatização do agente; as segundas, subdivididas em prevenção geral positiva fundamentadora e limitadora.

A prevenção geral positiva deriva de estudos sociológicos acerca da organização da sociedade quanto ao aparato de controle social. As bases desta teoria foram formuladas, primeiramente, por Talcott Parsons, segundo o qual o controle social exige a domesticação do cidadão para neutralização das condutas desviadas. Neste sentido, a pena era aplicada no intento de adequar o indivíduo ao sistema social, de modo a manter a harmonia e estabilidade deste sistema. A ideia fica ainda mais clara com as proposições de Nicklas Lumann, segundo o qual as modificações provocadas no sistema social interferem neste sistema e o afetam, gerando a quebra das expectativas.

Nessa ordem, o cometimento do delito representa a quebra da harmonia do sistema, no que se refere às expectativas de uns em relação aos outros. Para manter o sistema estável, faz-se necessário promover o castigo do infrator, de modo a mostrar que a regra violada continua em vigor, pois, do contrário, a expectativa criada seria de violação da regra.

Jakobs (2006) aplicou esta teoria ao Direito Penal, concluindo que a função da pena é a prevenção geral para estabilização da norma. Assim, o crime representa a

contradição, a violação aos valores contidos na norma, ensejando a aplicação de uma pena para que se promova sua estabilização.

A base da prevenção geral positiva é, portanto, a estabilização da norma, vista sob dois ângulos. De um lado, a corrente mais radical, liderada por Jakobs (prevenção geral positiva fundamentadora); de outro, a corrente moderada, que concilia a prevenção geral com os postulados garantistas, limitadores do *jus puniendi* (prevenção geral positiva limitadora).

Os comentários que podem ser propostos acerca da teoria da prevenção geral positiva dizem respeito ao conteúdo da norma. Isto porque, “as normas não se estabilizam [...] nas pessoas nem nos grupos pela intimidação, e sim, ao contrário, pelo convencimento social de que são idôneas, ou seja, que servem para melhorar a convivência” (BUSATO; HUAPAYA, 2007, p.205). Assim, a norma deve ensejar a resposta social, não apenas dispor regras que não levem em conta a realidade social.

Também há que se considerar que, se o objeto de proteção desta teoria é a norma, a consequência necessária é a expansão do direito penal, com a criação de normas “a pedido do consumidor” (BUSATO; HUAPAYA, 2007, p.204), retirando mais uma vez o foco do indivíduo. Dentro desta possibilidade de elaboração ilimitada de normas, há que se questionar outro aspecto: o conteúdo. A fidelidade à norma se concretiza na medida em que seus destinatários identificam no Poder Legislativo a representação de seus anseios sociais, o que não raro não corresponde à realidade.

Ainda quanto à evolução da pena, deve-se fazer referência a duas teorias resultantes de uma análise cujo ponto de partida é a criminologia crítica. Juarez Cirino dos Santos (2007) dedica parte de seu estudo sobre a teoria da pena para explicar o que chama de “discurso crítico da teoria criminológica da pena”. Neste tópico, o autor discorre acerca das duas principais teorias deste discurso, quais sejam: a *negativa/agnóstica* e a *materialista/dialética*.

O que parece é que, ao longo dessa discussão acerca do porquê aplicam-se penas, perdeu-se o foco do estudo. A análise que deve permear a evolução da pena deve se dar sobre qual é a razão de ser da pena no momento histórico, político e filosófico em que é aplicada, e não sobre seus efeitos, como tem sido feito até agora. Conforme bem concluído por Busato e Huapaya:

Buscou-se sempre definir a pena sob a impressão que provoca sua aplicação. Assim, ao Estado absoluto pré-iluminista era perfeitamente lógica a associação da pena ao castigo. Estava-se verificando que, quando se punia alguém, a impressão que se tinha era que esta pessoa estava sendo castigada. Com as concepções científico-humanistas, onde se buscou dar crédito à lógica humana, percebeu-se que o que

quer o Estado é que não haja mais delitos e se tentou justificar a pena pela idéia de que se ameaçava para evitar crimes. Do mesmo modo, quando se funda mais claramente a idéia de funcionalidade do homem para a sociedade, justifica-se a pena pelo intento de recuperá-lo. [...] desde o ponto de vista das impressões que causa a aplicação da pena, todos estes pontos de vista estão corretos. Porém, nenhum deles buscou efetivamente a razão pela qual se pune. Nem mesmo as teorias da união foram capazes de abordar o ‘por que’ da pena ‘desde um ponto de vista totalizador’ (BUSATO; HUAPAYA, 2007, p.206).

O autor, além de definir os contornos do problema diagnosticado em sede de aplicação da pena, oferece uma resposta à questão. Em linhas gerais, a proposta é que se identifique, em primeiro lugar, quem pune, já que as razões para a punição se compreendem por meio dos motivos que levam a tal. No tocante ao Direito Penal, a titularidade do poder punitivo se concentra no Estado, que, em última análise, está encarregado de garantir a convivência em sociedade.

O controle social apto a evitar que a sociedade se autodegrade é realizado mediante a criação de normas que definem os delitos e suas respectivas penas. Assim, assegura-se a tutela dos bens jurídicos cujo ataque é considerado intolerável, ou seja, dos bens considerados indispensáveis para o desenvolvimento do indivíduo em sociedade; e ao mesmo tempo impede-se a autotutela, já que é o Estado quem assume a função de persecução penal.

Se o Estado existe para regular as relações interpessoais de modo a manter o controle social, então esta é a razão pela qual se pune, ou seja, *aplicam-se penas para manter o controle social*. O Direito Penal alcança esta finalidade (ou ao menos pretende alcançar) com a proteção seletiva de bens jurídicos. Disso pode-se concluir que o controle social do intolerável por meio da proteção seletiva de bens jurídicos é a *missão do direito penal*.

Se o Direito Penal e a aplicação da pena visam à mesma finalidade – controle social; se a norma penal e a pena aplicável àquele que incorre em sua violação são definidas no mesmo momento; e, por último, se o conteúdo das normas é que determina qual será a pena aplicada em cada caso concreto, impossível dissociar os fundamentos da pena e do Direito Penal.

Assim, a finalidade da pena não é mais do que manter o controle social. Todo o demais, o sentido de castigo, da retribuição, a idéia de cura expressa na ressocialização, a ameaça coercitiva e a motivação à norma são impressões provocadas como efeito da atuação no sentido de preservação do controle social (BUSATO; HUAPAYA, 2007, p.208).

3 O RECORTE NECESSÁRIO DO FUNDAMENTO DA PRISÃO CAUTELAR

3.1 Proporcionalidade

O processo penal brasileiro disciplina cinco espécies de prisão cautelar, quais sejam: prisão em flagrante, prisão preventiva, prisão temporária, prisão decorrente de pronúncia e prisão decorrente de sentença condenatória recorrível. Embora estas últimas duas não tenham sido recepcionadas pela Constituição Federal de 88, por ferirem o princípio da presunção de inocência, permanecem em vigor (com algumas modificações) no Código de Processo Penal.

O fato é que não se admite mais o automatismo das prisões provisórias. Para que seja decretada a custódia cautelar do acusado, é necessário que seja demonstrada a existência dos requisitos e pressupostos legais das cautelares, sem o que a prisão não será legítima.

Independentemente da medida cautelar prisional aplicável ao caso concreto, esta medida deve ser orientada pelo princípio da proporcionalidade. É deste princípio que decorre a possibilidade de aplicação de medidas mais brandas, ficando ao julgador a incumbência de ponderar se há adequação e necessidade de encarceramento cautelar do acusado.

Assim, o princípio deve orientar não apenas o julgador quando da criação da norma, como também o intérprete do direito, para a correta aplicação da medida cautelar, de modo que seja aplicada somente quando imprescindível para assegurar a aplicação da pena ao final do processo e o comparecimento do réu às etapas processuais.

É possível perceber, portanto, que a prisão-custódia não pode perder de vista o provimento final do processo, em homenagem ao princípio da proporcionalidade. É o que salienta Fábio Delmanto, ao afirmar que “o princípio busca legitimar o uso da medida cautelar mediante a demonstração das razões pelas quais a aplicação da medida tornou-se necessária em relação ao fim que se busca alcançar” (DELMANTO, 2008, p.62). Continua o autor:

[...] o juiz deve utilizar, como regra mínima para a manutenção ou aplicação da prisão provisória, a pena prevista em abstrato para o delito [...], com o que estará adequando o tratamento relativo à prisão provisória àquele conferido pela legislação penal à prisão-pena (DELMANTO, 2008, p.81).

A medida cautelar no processo penal assume o papel de garantir a futura execução da pena. Sendo assim, não há como estabelecer uma medida que não se

justifique pelos fins que pretende. Ora, se a tutela cautelar visa a assegurar o direito que seria aplicado ao final do processo, deve-se ter como ponto de partida para o encarceramento provisório a pena que seria cominada na hipótese de condenação. É necessário que seja verificado se a prisão provisória vai ao encontro do fundamento pelo qual se apenaria o acusado, das razões e objetivos pelos quais se aplicaria a pena definitiva.

Por este motivo é que deve ser ponderado, adicionalmente, o interesse estatal em promover a punição do acusado, com a seguinte indagação: a aplicação de uma pena ao final do processo será imprescindível para o controle social do intolerável? O sacrifício da liberdade individual antes da sentença condenatória irrecorrível é imprescindível para o cumprimento da função estatal alcançada com a aplicação da pena? Se a resposta for positiva, então a medida cautelar prisional restará justificada pelos fins que se pretende alcançar.

O fundamento da pena, ou seja, a razão pela qual se pune, representa para o julgador um filtro na análise das situações em que o encarceramento provisório do acusado se mostra como única opção, respeitando-se assim os princípios de um Estado Social Democrático de Direito, que impõe como regra a liberdade e como exceção a sua restrição.

3.2 Os Fundamentos Legislativos da Prisão Cautelar sob o Filtro dos Objetivos e Razões do Castigo

A análise da história da prisão cautelar e da prisão-pena, somada ao que já se sabe sobre os efeitos e sobre o fundamento do encarceramento, permite dizer que os pressupostos legislativos da custódia cautelar previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal (garantia da ordem pública, garantia de aplicação da lei penal, conveniência da instrução criminal e garantia da ordem econômica), devem ser revistos à luz dos princípios inerentes ao Estado Democrático de Direito e do fundamento da pena, estabelecendo-se assim sua correta aplicação face ao caso concreto.

O critério mais polêmico instituído no processo penal brasileiro, pela possibilidade de amplificação de seu conceito, é a garantia da ordem pública. Em primeiro lugar, deve-se rever o que se entende por garantia da ordem pública. Dizer que este é um pressuposto da prisão preventiva é um tanto controvertido, já que um delito, sempre que cometido, gera perturbação desta ordem. De consequência, a restauração da ordem pública é finalidade do processo principal, não da medida cautelar. Viola-se,

por óbvio, o princípio da presunção de inocência, já que se admite a utilização de uma medida restritiva de liberdade sem natureza cautelar¹⁴.

Outro ponto que merece ser destacado é o fato de que se trata de um pressuposto de caráter repressivo, pois os responsáveis pela “desordem pública” são, via de regra, os socialmente excluídos. No entanto, este elemento é muito utilizado nas decisões para fundamentar a custódia preventiva do acusado.

Os Tribunais Superiores têm utilizado este pressuposto, geralmente, quando presente uma das seguintes situações: a) o acusado apresenta personalidade violenta ou voltada para a prática delitiva (BRASIL, 2008c; BRASIL, 2008h); b) verifica-se a periculosidade do réu (BRASIL, 2008b; BRASIL, 2008f); c) a prisão é necessária para evitar a reiteração criminosa (BRASIL, 2008i; BRASIL, 2008g); e d) justifica-se pela gravidade da conduta delituosa (BRASIL, 2008a; BRASIL, 2008e).

Em verdade, qualquer destas proposições visa unicamente a demonstrar à sociedade que o sistema penal está funcionando satisfatoriamente. Trata-se de um conceito aberto, que dá ao julgador a oportunidade de aplicar a sua vontade ao caso concreto, criando cada vez mais “fundamentos” autorizadores da prisão cautelar, violando-se assim o princípio da legalidade.

Não bastasse a violação a dois princípios de extrema importância no ordenamento jurídico, a decretação da prisão cautelar com arrimo na garantia da ordem pública, sob os argumentos que se tem empregado, não se justifica sob a ótica do fundamento da pena.

Quanto à conveniência da instrução criminal, trata-se de requisito que assume, basicamente, duas funções, quais sejam: utilizar o réu como prova no processo e evitar que, de alguma forma, o acusado dificulte a produção de provas. Justamente por isso é que a prisão não se justifica quando finda a colheita da prova. Somente um novo motivo será capaz de autorizar a custódia cautelar do réu com base neste pressuposto.

As Cortes Superiores empregam este fundamento, geralmente, nas seguintes hipóteses: a) quando há ameaças às testemunhas e/ou suas famílias (BRASIL 2008j; BRASIL, 2008g); b) quando o acusado procura eliminar vestígios do crime (BRASIL, 2008d); c) para realização de diligências (BRASIL, 2008e).

Nesse tocante, a sugestão de Ferrajoli é que seja feita a condução coativa do acusado:

14 “Ordem pública pode ser a simples vontade subjetiva do juiz no caso concreto, sustentada por seu discurso dialético, pode ser a pressão midiática ou ainda a conturbação orquestrada de uma massa desvairada, mas jamais a imperiosa necessidade de proteção do conteúdo probatório ou da garantia da aplicação da lei penal” (WEDY, 2006, p.169).

una exigencia de esta clase puede verse satisfecha, mejor que por la prisión cautelar, por el simple traslado coactivo del imputado ante el juez y su detención por el tiempo estrictamente necesario – horas o al máximo días pero no años – para interrogarlo en una audiencia preliminar o en un incidente probatorio y quizá para realizar las primeras comprobaciones acerca de sus disculpas (FERRAJOLI, 2000, p.557).

A prisão cautelar do acusado com base na conveniência da instrução criminal cerceia a defesa pessoal do acusado que, encarcerado, não é de grande ajuda à promoção de uma defesa técnica mais elaborada. Ademais, diante da possibilidade de aplicação de medidas alternativas à prisão, parece-nos que esta não se mostra adequada aos fins da pena, já que não há intolerabilidade, o controle social do intolerável, nestes casos, poderia ser realizado por outros meios.

No que se refere à garantia de aplicação da lei penal, quer-se tutelar as situações em que o acusado, para esquivar-se da aplicação da lei, procura ocultar sua origem e seu destino (BRASIL, 2008j; BRASIL, 2008h). Nestes casos, em que é evidente a fuga do réu, a prisão preventiva deve ser decretada para assegurar que o processo chegue ao fim e a lei seja aplicada ao caso concreto. Este pressuposto não pode ser invocado quando as provas (ou mesmo sua ausência) indicam que, ao final, o réu será absolvido, que receberá pena distinta da privativa de liberdade ou que a pena pode ser cumprida em regime aberto ou semi-aberto.

Não obstante este requisito seja largamente utilizado pelos julgadores, trata-se de hipótese em que seria possível a aplicação de alternativas como a proibição de ausentar-se do país e o recolhimento domiciliar. Assim, com o emprego de uma vigilância maior sobre o acusado, ou seja, com o uso da liberdade vigiada, seria possível o afastamento da prisão cautelar. Mais uma vez, a aplicação da prisão é desconstruída com base no fundamento da pena, já que, nesta hipótese, não há necessidade de encarcerar o acusado para que se promova o controle social do intolerável.

Por último, faz-se necessário analisar a aplicação da prisão cautelar para garantia da ordem econômica. Este pressuposto foi introduzido no processo penal pela Lei nº 8.884/1994 (Lei Antitruste), modificando o artigo 312 do Código de Processo Penal de modo a acrescentar a “garantia da ordem econômica” como legitimadora da prisão preventiva do réu.

As condutas que caracterizam agressão à ordem econômica estão descritas no artigo 20 da referida Lei e consistem nas seguintes ações: limitar, falsear, ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa; dominar mercado relevante de bens ou serviços; aumentar arbitrariamente os lucros e exercer de forma abusiva posição dominante. Além destes comportamentos, são reprimidos com a

prisão preventiva aqueles previstos como crime pela Lei nº 8.137/90 e também os delitos contidos na Lei nº 7.492/86 (Crimes contra o Sistema Financeiro). Ainda, merece a custódia cautelar o acusado que incorre nos delitos previstos na Lei nº 1.521/52, que define os crimes contra a economia popular.

A razão para a decretação da prisão preventiva, nestes casos, é simples: trata-se de uma categoria de delitos que assume contornos de crime organizado, cuja lesão é muitas vezes de difícil dimensionamento, causando danos de elevada magnitude. As ações são complexas, sórdidas, praticadas por pessoas de elevado poderio econômico e socialmente reconhecidas, dificultando assim sua identificação. Infelizmente, nosso direito penal não é tradicional em punir os criminosos de “colarinho branco”, ficando em cheque a norma que estabelece a prisão preventiva como medida necessária à repressão da continuidade delitiva.

Muito embora parte da doutrina se manifeste negativamente a essa hipótese prevista no Código de Processo Penal, a intenção do legislador ao incluir este pressuposto na lei processual penal foi justamente reduzir a sensação de impunidade em relação aos crimes de colarinho branco. Isto porque, devido aos recursos que os sujeitos ativos desta categoria de delito possuem, torna-se fácil dissimular as provas, ausentar-se do distrito da culpa etc.

Quanto a este último requisito, propõe-se, como medida alternativa, o sequestro e arresto de bens como forma de repelir a agressão à ordem econômica sem lançar mão da prisão. A aflição ao bem jurídico nestes casos, via de regra, não se mostra como algo intolerável a ponto de ensejar o encarceramento do acusado.

CONCLUSÃO

De todo o exposto nesse trabalho, a conclusão que se pode inferir é que não há mais espaço para uma política de emergência do Direito Penal. Porém, enquanto não sobrevêm normas compatíveis com o modelo de Estado, cabe aos magistrados a aplicação de critérios mais precisos e coerentes com um Estado Social e Democrático de Direito.

A política criminal do Estado brasileiro é calcada, basicamente, na consequência jurídica do delito. Medidas elementares ao combate da criminalidade, tais como a geração de empregos, investimentos em cultura e educação, desenvolvimento social etc., são quase que completamente olvidados.

No que toca a prisão cautelar, foi demonstrado nesta pesquisa que as hipóteses autorizadoras da prisão preventiva não dão conta de delinear as situações em que é possível a custódia antecipada do acusado. Isto porque, diante de critérios abertos, sem definição pela legislação, os réus ficam ao bel prazer dos aplicadores do direito que, deparando-se com a norma, fazem um preenchimento da regra partindo de suas próprias convicções.

Assim, da mesma forma que um magistrado que opere conforme convicções de cunho mais liberal pode entender pela inoperância da prisão cautelar em um caso extremamente grave, pode ocorrer que um magistrado de raízes conservadoras imponha a prisão cautelar em casos extremamente brandos, onde não haveria necessidade de restrição à liberdade individual.

Conforme já referido neste trabalho, as consequências de uma prisão são devastadoras, situação esta que se agrava diante da fragilidade do sistema carcerário brasileiro. No que se refere à custódia cautelar, o número de presos que já deveria ter saído dos estabelecimentos prisionais é incomensurável. Em atenção a esta circunstância, foi criado um mecanismo de controle estatístico dos casos de prisão provisória para um melhor acompanhamento de Juízes e Tribunais¹⁵.

Nota-se, portanto, a urgência na definição de um novo critério que embase as decisões em sede de prisão cautelar. Este critério se forma mediante a análise do fundamento da pena aplicada ao final do processo, ou seja, mediante a verificação de que a prisão cautelar, como medida que visa à garantia de eficácia do resultado do processo, justifica-se pelo resultado que se espera, qual seja, o controle social do intolerável. Esta é uma medida que se propõe, para, em sede de decretação da prisão cautelar ou da liberdade provisória, extirpar o arbítrio dos julgadores e reduzir os índices de prisão indevida.

Não se está dizendo, contudo, que a prisão provisória, em qualquer de suas modalidades, não deve ser aplicada no processo penal brasileiro. Apenas se reputa necessário sejam observados os princípios basilares da Constituição e o fundamento da pena, pois esta somente produzirá efeitos se adequada ao modelo de Estado que a abriga. Assim que, a prisão cautelar somente se justificará se compatível com a verdadeira função da pena, que, por sua vez, deve estar vinculada a um Estado Social e Democrático de Direito.

15 Resolução nº 66, de 27 de janeiro de 2009 (Aprovada na 77ª Sessão Ordinária, de 27 de janeiro de 2009. Publicada no DJ-e, edição nº 17/2009 de 30 de janeiro de 2009).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus nº HC nº 91825**, Brasília, 15 de agosto de 2008a. Disponível em: <[http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=HC\(91825.NUME.%20OU%2091825.ACMS.\)&base=baseAcordaos](http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=HC(91825.NUME.%20OU%2091825.ACMS.)&base=baseAcordaos)>. Acesso em: 25 maio 2009.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus nº 94556**, Brasília, 19 de dezembro de 2008b. Disponível em: <[http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=habeas%20adj%20corpus\(94556.NUME.%20OU%2094556.ACMS.\)&base=baseAcordaos](http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=habeas%20adj%20corpus(94556.NUME.%20OU%2094556.ACMS.)&base=baseAcordaos)>. Acesso em: 25 maio 2009.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus nº 95353**, Brasília, 19 de dezembro de 2008c. Disponível em: <[http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=\(HC\\$.SCLA.%20E%2095353.NUME.\)%20OU%20\(HC.ACMS.%20ADJ2%2095353.ACMS.\)&base=baseAcordaos](http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=(HC$.SCLA.%20E%2095353.NUME.)%20OU%20(HC.ACMS.%20ADJ2%2095353.ACMS.)&base=baseAcordaos)>. Acesso em: 25 maio 2009.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus nº 99259**, Brasília, 19 de dezembro de 2008d. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=RESUMO&livre=Habeas+adj+Corpus&processo=99259&b=ACOR>. Acesso em: 25 maio 2009.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus nº 106872**, Brasília, 19 de dezembro de 2008e. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=RESUMO&livre=Habeas+adj+Corpus&processo=106872&b=ACOR>. Acesso em: 25 maio 2009.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus nº 112241**, Brasília, 19 de dezembro de 2008f. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=RESUMO&livre=Habeas+adj+Corpus&processo=112241&b=ACOR>. Acesso em: 25 maio 2009.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus nº 113408**, Brasília, 19 de dezembro de 2008g. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=RESUMO&livre=Habeas+adj+Corpus&processo=113408&b=ACOR>. Acesso em: 25 maio 2009.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus nº 114746**, Brasília, 19 de dezembro de 2008h. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/ita.asp?registro=200801943223&dt_publicacao=19/12/2008>. Acesso em: 25 maio 2009.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso em Habeas Corpus nº 95891**, Brasília, 14 de novembro de 2008i. Disponível em: <[http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=RHC\(95891.NUME.%20OU%2095891.ACMS.\)&base=baseAcordaos](http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=RHC(95891.NUME.%20OU%2095891.ACMS.)&base=baseAcordaos)>. Acesso em: 25 maio 2009.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso em Habeas Corpus nº 95906**, Brasília, 14 de novembro de 2008j. Disponível em: <[http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=RHC\(95906.NUME.%20OU%2095906.ACMS.\)&base=baseAcordaos](http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=RHC(95906.NUME.%20OU%2095906.ACMS.)&base=baseAcordaos)>. Acesso em: 25 maio 2009.

BITENCOURT, C. R. **Falência da pena de prisão**: causas e alternativas. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. **Novas penas alternativas**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

- BUSATO, P. C.; HUAPAYA, S. M. **Introdução ao direito penal**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.
- DELMANTO, F. M. A. **Medidas substitutivas e alternativas à prisão cautelar**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.
- DIAS, J. F. **Questões fundamentais do direito penal revisitadas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- DOTTI, R. A. **Bases e alternativas para o sistema de penas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.
- FERRAJOLI, L. **Derecho y razón: teoría del garantismo penal**. 4.ed. Madrid: Trotta, 2000.
- HEGEL, G. W. F. **Filosofía do derecho**. 5.ed. Buenos Aires: Editorial Claridad, 1968.
- JAKOBS, G. **La pena estatal: significado y finalidad**. Madrid: Civitas, 2006.
- KANT, I. **Principios metafísicos de la doctrina del derecho**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1978.
- LISZT, F. V. **Tratado de derecho penal**. Madrid: Instituto Editorial Reus, 1927.
- MELOSSI, D.; PAVARINI, M. **Cárcere e fábrica: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI - XIX)**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- MORETTO, R. **Crítica interdisciplinar da pena de prisão**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.
- OLIVEIRA, E. P. **Curso de processo penal**. 11.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
- ROXIN, C. **Derecho penal**. Madrid: Civitas, 1997.
- _____. **Política criminal e sistema jurídico-penal**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.
- SANTOS, C. J. **Direito penal: parte geral**. 2.ed. Curitiba: ICPC; Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.
- SHECAIRA, S. S.; CORRÊA JUNIOR, A. **Teoria da pena: finalidades, direito positivo, jurisprudência e outros estudos de ciência criminal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- WEDY, M. T. **Teoria geral da prisão cautelar e estigmatização**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- ZAFFARONI, E. R. **Em busca de las penas perdidas**. Buenos Aires: Ediar, 1989.

IDENTIFICAÇÃO DA LINGUAGEM DA FOTOGRAFIA PUBLICITÁRIA EM SUA RELAÇÃO COM O CONSUMIDOR

Patrícia Beatriz Longo*

Paulo Henrique Camargo Batista**

RESUMO

Considerando as dificuldades da sociedade em perceber as diferentes intencionalidades presentes na fotografia publicitária, buscou-se identificar, em imagens publicitárias, a aplicabilidade dos conceitos da *fotografia como espelho do real* e da *fotografia como transformação do real*. Com isso, procurou-se entender como estes conceitos são transmitidos aos espectadores e percebidos por eles ao consumirem essas imagens. Para compreender esses conceitos, além da consulta e da observação de imagens publicitárias, foi realizada a leitura de bibliografias e periódicos relacionados ao tema, tendo como base o estudo teórico da ontologia da imagem fotográfica, partindo, inicialmente, da leitura do livro *O ato fotográfico* de Philippe Dubois, de 1993, e seguindo com os estudos de Arlindo Machado (2001) sobre a fotografia e as observações feitas por Roland Barthes (1999) acerca da imagem publicitária. O estudo e a análise das imagens permitiram o entendimento da relação entre os conceitos ontológicos da imagem fotográfica, bem como observar como a linguagem fotográfica publicitária tira partido desses diferentes conceitos para induzir no consumidor uma determinada percepção, com a intenção de estimular a venda de um produto ou serviço e, conseqüentemente, gerar consumo.

Palavras-chave: fotografia publicitária; ontologia da fotografia; percepção e consumo de imagens.

* Acadêmica do 4º ano do curso de Comunicação Social/Publicidade e Propaganda. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2008) da FAE Centro Universitário. E-mail: patbia22@yahoo.com.br

** Mestre em Tecnologia (UTFPR). Professor da FAE Centro Universitário. Orientador do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2008) da FAE Centro Universitário. E-mail: paulo.camargo@fae.edu

INTRODUÇÃO

Para a realização deste artigo se fez necessário entender as dificuldades da sociedade em perceber as características da fotografia como reprodução fiel e como transformação da realidade e assim entender como essa sociedade aceita e recebe essa diferença no dia a dia.

Existe certo consenso acerca da fotografia que entende que ela é cópia fiel de um objeto e/ou cena real, sendo considerada a imitação mais perfeita da realidade (DUBOIS, 1993). Porém, a fotografia envolve um significado muito mais amplo que apenas registrar uma imagem ou cena, pois é repleta de significações (SAMAIN, 2005). Por esse motivo, estudamos a fotografia sob dois pontos de vista principais: um deles é a verossimilhança entre a imagem e o objeto/pessoa da cena fotografada; outro é o grau de interferência da gênese mecânica¹ **no ato fotográfico**.

O presente artigo tem como objetivo identificar os conceitos fotográficos por meio de anúncios publicitários que visualmente utilizem essas técnicas e estéticas da fotografia. E, a partir dos conceitos, identificar a aplicabilidade da fotografia como espelho do real e da fotografia como transformação do real com ênfase na publicidade.

O artigo está dividido em 3 seções, além da introdução e conclusão: na primeira seção, apresenta-se o contexto histórico e marco da fotografia envolvendo o conceito principal do estudo; na segunda seção, abordam-se os conceitos acerca da ontologia da imagem fotográfica; na terceira seção são apresentadas análises de imagens publicitárias fundamentadas pelos conceitos da imagem fotográfica.

1 CONTEXTO HISTÓRICO

A fotografia tem como conceito técnico a captura, gravação ou reprodução, por meios mecânicos, químicos ou digitais, de uma imagem.

Para Dubois:

Foi-lhe atribuída uma credibilidade, um peso de real bem singular. E essa virtude irredutível de testemunho baseia-se principalmente na consciência que se tem do processo mecânico de produção da imagem fotográfica, em seu modo específico de constituição e existência: o que se chamou de automatismo de sua gênese técnica (DUBOIS, 1993, p.25).

1 Utiliza-se o termo gênese mecânica para se referir à natureza mecânica da geração de imagens no processo fotográfico.

O conceito de fotografia foi evoluindo, com o passar dos tempos, devido à mudança da utilização da fotografia pela sociedade, sendo, a princípio, apenas como gravação de um momento, servindo como a perpetuação de uma situação, guardada como relíquia de antepassados, reconstituindo uma cena passada.

Com quase duzentos anos de existência, a fotografia se encontra em um estágio de expansão, tanto tecnologicamente quanto conceitualmente. Entender a fotografia é importante para compreender as demais mídias contemporâneas, uma vez que a mesma se apresenta como base e modelo de percepção das imagens produzidas na atualidade.

Machado (2001a) explora a fotografia como sendo uma essência importante das mídias contemporâneas:

A fotografia é a base tecnológica, conceitual e ideológica de todas as mídias contemporâneas e, por essa razão, compreendê-la, defini-la é um pouco também compreender e definir as estratégias semióticas, os modelos de construção e percepção, as estruturas de sustentação de toda a produção contemporânea de signos visuais e auditivos, sobretudo daquela que se faz através de mediação técnica (MACHADO, 2001a, p.1).

Atualmente, a fotografia envolve um significado muito mais amplo que apenas registrar uma imagem ou cena, “há muito mais por trás de uma imagem fotográfica do que o mero ato de capturar um momento no tempo. De um lado, a reprodução estática de realidade. De outro, os sentidos que aguça, a forma como é recebida e interpretada pelo espectador” (SAMAIN, 2005).

De acordo com Dubois (1993, p.25), existe certo consenso acerca da fotografia que pretende que o verdadeiro documento fotográfico “presta contas do mundo com fidelidade”, a foto, quase sempre, é percebida como prova real da existência de um objeto ou do acontecimento que se propõe a mostrar. Ao mesmo tempo em que é necessária, é suficiente, sendo considerada a imitação mais perfeita da realidade.

Os estudos sobre a ontologia² da imagem fotográfica, voltados à fotografia e ao ato fotográfico, proporcionaram uma análise sob dois pontos de vista principais: um é a verossimilhança entre a imagem e o objeto/pessoa da cena fotografada; o outro é o grau de interferência da gênese mecânica no ato fotográfico.

Dubois (1993) apresenta três pontos de vista sobre a ontologia da imagem: o primeiro deles é **a fotografia como espelho do real** (o discurso da *mimese*) no qual

2 Ontologia é um estudo que faz parte da filosofia que diz respeito à natureza do ser, da realidade, da existência. A ontologia trata do ser enquanto ser, ou seja, da concepção de uma natureza comum que diz respeito a todos e a cada um dos seres.

se refere ao efeito de realidade da imagem fotográfica, à semelhança existente entre a foto e seu referente (objeto); o segundo é **a fotografia como transformação do real** (o discurso do código e da desconstrução) este discurso defende que a fotografia não é um espelho neutro, e sim, um instrumento que interpreta e transforma a realidade; o terceiro ponto de vista é **a fotografia como traço de um real** (o discurso do índice e da referência) a imagem fotográfica produz um “efeito de real”, pois, não há uma semelhança explícita de realidade, mas sim traço entre o índice e a referência.

No século XIX, antes da gênese mecânica, as pinturas e os desenhos estavam ligados à habilidade e à criatividade do artista. Com a invenção da câmera fotográfica e da fotografia, os pintores viam a fotografia como uma forma favorável de auxiliar e servir a pintura, de forma que facilitasse o processo de pintura com a captação automática da imagem. Porém, com os estudos aprofundados que se voltaram para o ato de fotografar, começou-se a perceber a fotografia também como um meio de expressão artística.

Desde o nascimento da fotografia (em 1826) permanece a ideia de *mimese*, que entende a fotografia como espelho do real, imitação perfeita da realidade.

No século XX, discutiam-se dois conceitos sobre a ontologia da imagem. Paralelamente ao discurso da *mimese* surgem os discursos contrários, os de desconstrução da realidade, ideias que consideram que a fotografia também transforma o real, ou seja, que a fotografia é uma interpretação da realidade. Esses discursos passaram a considerar a presença humana na interferência do registro da realidade. Já, ao final do século XX, os pensadores começaram a pensar a fotografia como um índice, ou seja, ela passou a ser estudada considerando ser um “traço do real”.

Dubois (1993) diz que, na classificação semiótica indicial de Charles Peirce, a fotografia pertence à sua segunda classe de signos, o índice, que são os signos assim classificados por possuírem conexão física com o referente. No entanto, segundo Machado (2001), o que a película fotográfica registra não é especificamente a ação do objeto ou cena, pois não há o contato físico entre o objeto e a película, o que ocorre é a absorção e a reflexão da luz que posteriormente é interpretada pela emulsão sensível.

Machado define fotografia da seguinte maneira:

A definição clássica de fotografia como índice constitui, na verdade, uma aberração teórica, pois, se considerarmos que a “essência ontológica”³ da fotografia é a fixação do tráfico ou do vestígio deixado pela luz sobre um material sensível a ela, teremos obrigatoriamente de concluir que tudo o que existe no universo é fotografia, pois tudo, de alguma forma sofre a ação da luz (MACHADO, 2001a, p.6).

3 Expressão tomada de André Bazin (1991).

De alguma maneira tudo sofre a ação da luz, porém, o que ocorre é que cada objeto registra de forma diferente o resultado dessa ação. Machado (2001a) cita exemplos como: uma pele exposta a luz “registrando” a queimadura; um disco exposto à luz do sol e “registrando” o resultado de ficar empenado, ou seja, se fotografia é o ato de obter registro de luz, tudo poderia ser “chamado de fotografia”. Porém, a fotografia é muito mais do que essas representações de registros, a fotografia está repleta de representação, de significado, de intenções. É composta por jogo de luz que provoca um contraste entre o claro e o escuro; o enquadramento que recorta a cena; o jogo de foco e desfoque responsável pelos detalhes apresentados em uma imagem fotográfica.

[...] uma foto não é somente o resultado de uma impressão indicial de um objeto, mas também das propriedades particulares da câmera, da lente, da emulsão, da(s) fonte(s) de luz, do papel de reprodução, do banho de revelação, do método de secagem etc. (MACHADO, 2001a, p.7).

Conforme os conceitos estudados acerca da ontologia da imagem fotográfica o índice é caracterizado como a fotografia como traço do real, defendido no discurso do índice e da referência.

2 CONCEITOS

Jacques Aumont (1993), em suas teorias, diz que um dos problemas centrais da representação é entender em que medida a representação pode ser confundida com o objeto a ser representado. A palavra representação é dotada de intenções e significações de acordo com a forma na qual for empregada. “Mas de todos esses usos das palavras, pode-se reter um ponto comum: a representação é um processo pelo qual institui-se um representante que, em certo contexto limitado, tomará o lugar do que representa” (AUMONT, 1993, p.103).

No sentido de representação, uma imagem pode representar qualquer referente, desde que assim seja pré-determinado, por exemplo: a pintura de uma paisagem que representa uma natureza, ou um jardim; assim a representação se dá pelo nível de semelhança e/ou de realismo.

Aumont (1993) explica ainda que a representação pode ser arbitrária e pode ser motivada. Quando a representação é arbitrária acontece – por parte do interpretante – o julgamento das imagens por serem mais semelhantes ou não. Por outro lado, ela pode ser motivada pela utilização de algumas técnicas de representação que são consideradas mais “naturais” do que outras, principalmente quando se trata de imagens (AUMONT, 1993).

Quando se fala em representação por imagens fotográficas, considera-se que esta reproduz inúmeras características do referente natural, porém, a representação passa a ser bidimensional e se perde muito de sua característica de perspectiva tridimensional, apresentada pela realidade.

Aumont (1993), em seus estudos, defende que existem dois níveis de problema sobre a questão do realismo entre a imagem e o objeto/ícone. Um deles é o nível psicoperceptivo, que entende que a reação dos seres humanos às imagens é amplamente comparável. O segundo nível de problema é o sócio-histórico, através do qual algumas sociedades atribuem às imagens semelhantes uma importância particular, o que as leva a atribuir critérios rigorosos de semelhança, instituindo uma hierarquia de aceitabilidade dessas imagens.

Abaixo, Aumont (1993) explica:

É pois fundamental não confundir, mesmo que sejam conexas, as noções de ilusão, de representação e de realismo. A representação é o fenômeno mais geral, o que permite ao espectador ver “por delegação” uma realidade ausente, que lhe é oferecida sob a forma de um substituto. A ilusão é um fenômeno perceptivo e psicológico, o qual, às vezes, em determinadas condições psicológicas e culturais bem definidas, é provocado pela representação. O realismo, enfim, é um conjunto de regras sociais, com vistas a gerir a relação entre a representação e o real de modo satisfatório para a sociedade que formula essas regras (AUMONT, 1993, p.105).

Sendo assim, a representação é o ato que possibilita ao espectador uma substituição do ausente, enquanto a ilusão depende da percepção, do psicológico e do cultural e que muitas vezes provem da representação.

No campo da semiótica, teóricos como Sonesson⁴ (1993 *apud* SANTAELLA, 2005, p.107) acreditam que a característica semiótica mais notável da fotografia reside no fato de que a foto funciona, ao mesmo tempo, como ícone e índice. Esta característica permite analisar a fotografia por dois lados: um deles reproduz a realidade através da semelhança e o outro tem uma relação causal da realidade.

Entretanto, conforme mencionado inicialmente, este trabalho se propõe a analisar a fotografia publicitária tendo como base principal os conceitos da ontologia da imagem fotográfica apresentados por Dubois (1993) e que se relacionam com os conceitos da semiótica de Peirce (2003).

4 SONESSON, G. **Die semiotik des bildes**: zum forschungsstand am anfang der 90er jahre. Zeitschrift Für Semiotik, 1993.

Os principais conceitos envolvidos e suas relações são:

- A fotografia como espelho do real que está ligada à semelhança entre a foto e seu referente, entendendo a fotografia como um espelho perfeito da realidade, que Dubois (1993) intitula de “o discurso da mimese” e Peirce (2003) classifica como “ícone”.

Espelho do real ↔ Mimese ↔ Ícone

- A fotografia como traço do real aborda a relação causal entre a imagem fotográfica e o objeto, ou seja, não há semelhança explícita, mas há uma relação de causa e consequência. Dubois (1993) define como “o discurso do índice e da referência” e Peirce (2003) como “índice”.

Traço do real ↔ Índice e Referência ↔ Índice

- A fotografia como transformação do real é caracterizada por Dubois (1993) como “o discurso da desconstrução” que defende que a fotografia sofre interferências. Ao invés da foto espelhar a realidade ela interpreta e transforma a realidade. Para Peirce (2003), esse conceito é classificado como “símbolo”.

Transformação do real ↔ Desconstrução ↔ Símbolo

Mediante estes conceitos, a imagem fotográfica passa a ser pensada como um signo – composição de ícone, índice e símbolo. Assim, mais recentemente, várias abordagens pensam a imagem fotográfica dentro da semiótica de Charles Sanders Peirce (2003).

A fotografia possibilita interpretações que envolvem sua semelhança com objeto e sua característica como *espelho do real*. O aparato fotográfico, sem dúvida, proporciona grande reflexo acerca da imagem fotográfica, pois, a partir dele o fotógrafo constrói os traços e características do resultado, ou seja, da foto. A construção do fotógrafo sofre a interferência – se assim podemos chamar – de sua própria posição, olhar e característica, podendo ser estas conscientes ou inconscientes e até mesmo com base em sua ideologia. Assim, para Dubois (1993), é impossível dissociar a imagem fotográfica do ato que a define.

Sobre a desconstrução, Philippe Dubois (1993, p.40) diz que “a caixa preta fotográfica não é um agente reprodutor neutro, mas uma máquina de efeitos deliberados. Ao mesmo modo que a língua é um problema de convenção e instrumento de análise e interpretação do real”.

Neste trabalho, a imagem fotográfica publicitária será estudada através dos parâmetros de comparação entre os conceitos de *espelho do real* e *desconstrução do real*, levando em consideração a fotografia como *traço do real*.

3 ANÁLISE

As imagens publicitárias possuem grande carga de significação, por essa razão, este artigo propõe identificar as mensagens que uma imagem pode conter. Esta análise será fundamentada pelos conceitos da ontologia da imagem que classifica a fotografia como *espelho do real* (discurso de mimese), como *transformação do real* (discurso do código e da desconstrução) e como *traço do real* (discurso do índice e da referência), abordados por Philippe Dubois em seu livro “O Ato Fotográfico”. Sendo assim, a proposta é de identificar como a sociedade percebe, interpreta e consome essas imagens, que são compostas por construções técnicas e ideológicas.

A imagem fotográfica construída para a publicidade não desempenha a função básica de indicial ou de espelho do real, mas sim, é apresentada também de forma a envolver o espectador a um conceito e/ou objetivo, que na maioria das vezes possui como intuito principal a venda, ou seja, gerar consumo.

Roland Barthes diz que:

[...] em publicidade a significação da imagem é, certamente intencional: são certos atributos do produto que formam a priori os significados da mensagem publicitária, e estes significados devem ser transmitidos tão claramente quanto possível: se a imagem contém signos, teremos certeza que, em publicidade esses signos são plenos formados com vistas a uma melhor leitura: a mensagem publicitária é franca, ou pelo menos enfática (BARTHES, 1999, p.28).

A publicidade tem adquirido um papel cada vez mais importante na economia das empresas para conquista de mercado.

O consumo torna-se essencial para a manutenção da vitalidade econômica. Cria-se um ciclo de crescimento econômico: publicidade gera consumo, consumo gera vendas, vendas geram rendimentos e rendimentos geram mais possibilidades de consumo (CONSUMO RESPONSÁVEL, 2009).

É na publicidade que a imagem fotográfica se constrói para deixar de ser meramente informativa e passa a envolver desejo, sonhos e fantasias; os fotógrafos “preparam” o objeto, cenário ou produto a ser captado na imagem.

Assim, o conceito de fotografia publicitária está intimamente ligado à ideia de divulgação comercial.

A fotografia especialmente produzida para a difusão comercial de um produto, independente do suporte escolhido pelo anunciante, que tanto pode ser a mídia impressa – jornais, revistas, cartazes, *outdoors*, ou folhetos – quanto audiovisual, como multivisões e anúncios transmitidos pela televisão ou pelo cinema (ENCICLOPÉDIA..., 2005).

Como Dubois (1993) diz que é impossível dissociar a imagem do ato que a define, neste trabalho, ao analisar uma fotografia publicitária, buscamos considerar e identificar dois pontos de vista: a percepção do observador/consumidor e a do fotógrafo, buscando entender a ideia inicial da formação da imagem, a qual é idealizada e pré-concebida por um conjunto de profissionais – diretor de arte, produtor, fotógrafo, entre outros – comprometidos com um resultado estratégico de sedução e venda.

[...] Na fotografia publicitária, de modo geral, a concepção prévia da imagem é esboçada pelo diretor de arte da agência que detém a conta do cliente em questão e a tomada da foto é respaldada na atuação de um produtor que reúne o material necessário, podendo inclusive chegar a organizar pessoalmente os elementos constitutivos da composição. Nestes casos, estes profissionais podem ser legitimamente considerados como parceiros do fotógrafo na realização da fotografia final (ENCICLOPÉDIA..., 2005).

Desta forma, podemos dizer que é a fotografia final que nos permite explorar os conceitos e estratégias que se encontram nos “bastidores” da produção da imagem e que tanto envolvem os espectadores. Dessa forma, com a análise, visamos entender como a imagem final pode influenciar na percepção do espectador.

FIGURA 1 - ANÁLISE: BIG MAC - MC DONALDS



FONTE: MC Donalds (2009)

A fotografia a ser analisada mostra um combinado do Mc Donalds composto por sanduíche, batata frita e refrigerante. Porém a foto publicitária apresenta o sanduíche em primeiro plano, o que faz com ele tenha um destaque na imagem. O Big Mac exaltado enfatiza todas as suas qualidades: o pão macio com o gergelim crocante, a alface e os pickles fresquinhos, cebola picadinha, o queijo bonito e transbordando para fora do sanduíche. A batata é mostrada como nunca foi, todas as tiras inteirinhas e crocantes, e o refrigerante geladinho, transbordando gelo.

Na publicidade do sanduíche Big Mac do Mc Donalds, percebemos que o fotógrafo constrói a imagem, ou seja, “maquia” o produto para que este se pareça melhor e mais apetitoso do que ele o é na realidade, com o intuito de causar sedução e desejo, estimulando o espectador a consumir o produto após o contato com a imagem.

O consumidor, em sua percepção, identifica o produto na imagem como sendo real, ou o mais próximo possível, pois, mesmo sabendo que o sanduíche não é igual ao da foto em sua realidade, ele, que observa o anúncio, aceita a *transformação do real* como *espelho do real*. Discurso no qual os teóricos se apoiam para defender que a fotografia é tida como uma prova fiel do objeto registrado, “imitação mais perfeita da realidade” (DUBOIS, 1993, p.27).

FIGURA 2 - ANÁLISE: LASANHA DE PEITO DE PERU SADIA



FONTE: Drops (2009)

A embalagem da Lasanha de Peito de Peru da Sadia apresenta uma imagem do produto preparado e pronto. A foto da lasanha esta em destaque ocupando metade da embalagem, com intuito de obter realce e assim, mostrar os atributos e qualidades oferecidos pelo produto. Ao lado da lasanha são mostradas fatias fresquinhos de peito de peru, transmitindo que a lasanha foi feita com presunto da Sadia: que é de qualidade, é sadio e fresco para o consumo.

Os produtores – fotógrafo e diretor de arte – ao idealizarem a imagem fotográfica para a embalagem de um produto que é congelado realizaram a composição da fotografia envolvendo o cenário, o peito de peru do qual é feito o recheio da lasanha e a própria lasanha pronta, para mostrar ao consumidor que o produto congelado, depois de preparado, fica tal como o da embalagem.

Com a composição e o resultado da imagem fotográfica, percebe-se o intuito de demonstrar o produto contido na embalagem e assim estimular o desejo e venda através da *transformação da realidade (desconstrução)*, pois, a fotografia da embalagem não é um espelho da realidade (*mimese*) ela está interpretada e transformada, pois “sofreu” interferências artísticas, como escolha e composição do quadro e interferência mecânica.

O espectador da imagem, em sua percepção de consumidor, identifica na imagem os atributos e qualidades do produto, e aceita o anúncio publicitário como sendo uma fotografia real do produto contido na embalagem (*mimese, espelho do real*), por mais que saiba, através de experiências de consumo, que a foto e o produto real não são semelhantes (*mimese*), e sim, são adaptados e transformados para o devido fim de sedução e venda.

CONCLUSÃO

Neste artigo foi observado em imagens publicitárias o efeito dos conceitos de fotografia, visando identificar a interferência dos mesmos no processo de criação e recepção da imagem.

As imagens fotográficas publicitárias possuem grande repertório de significação intencional, são compostas e produzidas não com intuito apenas de espelho do real (*mimese*), mas sim, produzidas e apresentadas para envolver o espectador ao encanto e desejo, com a intenção de estimular a venda de um produto ou serviço e, conseqüentemente, gerando consumo.

Nas análises realizadas neste artigo buscamos considerar, identificar e entender sob dois pontos de vista pré-determinados como principais, sendo um deles a percepção do público espectador e consumidor e, o outro, o fotógrafo que idealiza e produz a imagem.

No exemplo da análise do Big Mac, o fotógrafo escolhe os enquadramentos e planos para cada produto enfatizando o principal, o sanduíche, e assim mostrar todos os atributos e qualidades oferecidos para o público-alvo, exaltando de forma a iludir e fazer com que aquela publicidade seja um espelho real do Big Mac vendido na lanchonete.

Concluímos que, no geral, as imagens publicitárias são uma interpretação e transformação da realidade, pois, visam mostrar o produto de forma a fazer com que o consumidor aceite como imagem fiel da realidade, mas que numa primeira percepção sejam atraídos por um encanto e sedução.

REFERÊNCIAS

- AUMONT, J. **A imagem**. Campinas: Papirus, 1993.
- BARTHES, R. A retórica da imagem. In: _____. **O óbvio e o obtuso**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p.27-43.
- BAZIN, A. Ontologia da imagem fotográfica. In: _____. **O cinema: ensaios**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991. p.19-26.
- CONSUMO RESPONSÁVEL. **Sociedade de consumo**. Disponível em: <http://www.consumoresponsavel.com/wp-content/rncr_fichas/RNCR_Ficha_D3.pdf>. Acesso em: 01 maio 2009.
- DROPS. Disponível em: <<http://cabecadecuia.com/drops/>>. Acesso em: 05 jun. 2009.
- DUBOIS, P. **O ato fotográfico**. Campinas: Papirus, 1993.
- ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Artes Visuais. **Fotografia Publicitária**. 2005. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=termos_texto&cd_verbete=3868>. Acesso em: 10 maio 2009.
- MACHADO, A. **A fotografia como expressão do conceito**. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2001a. Disponível em: <<http://www.studium.iar.unicamp.br/doi/1.htm>>. Acesso em: 19 set. 2008.
- _____. **O quarto iconoclasmo e outros ensaios hereges**. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2001a.
- MC DONALDS. Disponível em: <http://www.mcdonalds.com.mt/mcdonalds/wallpapers/big_mac_01_1280x1024.jpg>. Acesso em: 05 jun. 2009.
- PEIRCE, C. S. **Semiótica**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- SAMAIN, E. **O fotográfico**. São Paulo: Senac, 2005.
- SANTAELLA, L. **Imagem: cognição, semiótica, mídia**. São Paulo: Iluminuras, 2005.

O PADRÃO DE DESIGN DO SABONETE LUX NA PERSPECTIVA DA SEMIÓTICA

Caio Luiz Fernandes de Souza*

Arlene Lopes Sant'Anna**

RESUMO

Em tempos de globalização, a concorrência dos mais diversos produtos e serviços tem se tornado acirrada, mesmo com produtos de tradição sólida, é necessário rever as estratégias a fim de garantir a posição no mercado. Assim é com o sabonete Lux que, mesmo tendo um histórico de empreendedorismo por parte dos irmãos Lever e fazendo parte da tradição de ser o primeiro sabonete comercializado, ainda investe em inovação dos produtos frente à concorrência. A estratégia foi investir no padrão de *design* da embalagem e se mostrar direto ao consumidor no ponto de venda. Considerando que embalagem é comunicação, instiga saber quais os valores que subjazem na comunicação que as diferentes embalagens do sabonete Lux transmitem. Para isso, é na esteira da semiótica que se busca o universo comunicacional e relacional dos signos apresentados nas caixas de sabonetes Lux.

Palavras-chave: embalagem; semiótica; comunicação; valores; sabonete.

* Acadêmico do 2º ano do curso de Desenho Industrial. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2008) da FAE Centro Universitário. E-mail:caio_souza001@hotmail.com

** Mestre em Linguística (USP). Professora da FAE Centro Universitário. Orientadora do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2008) da FAE Centro Universitário. E-mail:arlenesantanna@uol.com.br

INTRODUÇÃO

Com a expansão do sistema capitalista, o mundo se interliga e se globaliza e, com isso, a concorrência se acirra, pois esta é um elemento de desempenho e inovação. A concorrência permite que se possam escolher os produtos ou serviços e, assim, as empresas devem investir na inovação, na qualidade, nos méritos dos mesmos. A tradição dos produtos/serviços oferecidos não é mais fator de segurança no lucro certo. Assim é o caso, por exemplo, do sabonete Lux frente ao mercado até os dias atuais.

Antes de 1900, a sociedade brasileira, em geral, não tinha o costume de se banhar usando sabonete. As pessoas utilizavam para sua higiene corporal o mesmo sabão que usavam para as tarefas domésticas em geral.

Em 1929, os irmãos Lever vieram para o Brasil diretamente da Inglaterra e se instalaram em São Paulo que, na época, contava com uma população de 900.000 habitantes. O que eles pretendiam era conquistar o mercado brasileiro com o sabão Sunlight e o sabonete-desodorante Lifebuoy. Apesar do sucesso destes empreendedores no exterior, aqui no Brasil eles não tinham grande destaque haja vista que a população não estava acostumada com produtos industrializados. Além disso, as camadas mais abastadas, que eram uma minoria, só consumiam artigos de higiene importados. Todavia, os irmãos empreendedores continuavam firmes no propósito de se expandirem aqui. Em 1932, o sabonete Lifebuoy passou a se chamar Lever, dessa maneira, os irmãos Lever se solidificavam como marca no mercado. A partir daí, os empreendedores decidiram que era necessário mudar comportamentos e para isso, trouxeram a linha, *Lever International Advertisement Service*, agência de propaganda das empresas Lever, uma *house agency*. A empresa Lever só começou a decolar com o avanço das indústrias no Brasil, com a queda dos preços e com as campanhas maciças de publicidade. Em 1972, o sabonete Lever, que já era conhecido no mercado, recebe o nome Lux, “o sabonete das estrelas”. As campanhas de publicidade contavam com a participação das estrelas de cinema, elas seriam o elemento principal para instigar ao consumo, uma vez que a publicidade é especular da sociedade, mostrar que as estrelas mais famosas usavam o sabonete Lux seria garantia de que o produto era de qualidade excelente. O público-alvo passou a ser persuadido a usar também, haja vista que as celebridades sempre davam o depoimento da satisfação para com o produto e, com tal argumento autoritário, levou as pessoas a acreditarem, pois seja no passado, seja atualmente, o argumento autoritário produz efeito de sentido de verdade reconhecido pelo senso comum. As campanhas de publicidade se tornaram tradição com o passar

dos anos; é tanto a tradição como identidade do produto que o jargão é ainda bastante conhecido, quem não lembra “O sabonete das estrelas de cinema” ou “9 de cada 10 estrelas, usam Lux”?

Entretanto, a partir do final da década de 1980, a concorrência se tornou acirrada, haja vista que surgiram outras empresas oferecendo sabonetes das mais variadas formas, com os mais diferentes apelos: sabonete hidratante, sabonete antiperspirante, sabonete para peles sensíveis, sabonete de fragrância suave etc. e, nem todos têm investido em campanhas publicitárias. Os concorrentes estavam lá, à disposição do cliente, no ponto de venda, nos tablóides de promoção de supermercados. Assim, já não bastavam somente as campanhas para fidelizar ou ampliar o público-alvo, era necessário investir em outras estratégias, como, por exemplo, um contato mais direto com o consumidor. Este contato mais direto seria no ponto de venda onde o produto se mostra por si só, isto é, com embalagens mais atraentes, além até da própria tradição da marca.

A partir da década de 1990, a Lever começou a investir em novas versões do sabonete Lux nas fragrâncias, na composição química e nas embalagens. Recentemente, a brasileira Rex Design criou a nova identidade global da marca de sabonetes Lux. A agência foi contratada para reestruturar todo o portfólio de Lux, unificando o design das embalagens nos mais de cem países em que a marca atua. A remodelação das embalagens tem por objetivo harmonizar a linha do Brasil com a dos demais mercados da América Latina.

Após esta breve exposição da trajetória do sabonete Lux com o fito de contextualizar o objeto de aplicação do estudo, faz-se necessário esclarecer que esta pesquisa quer saber quais são os valores investidos na construção das embalagens do sabonete Lux. Considerando que embalagem é comunicação, instiga saber qual a comunicação que as diferentes embalagens do sabonete Lux transmitem. Para isso, é na esteira da semiótica que se busca o universo comunicacional e relacional dos signos apresentados nas caixas de sabonetes Lux. É por meio da análise semiótica que se buscarão os investimentos significativos aplicados como forma de comunicação do produto a ser consumido, assim como os valores tratados que subjazem. Essas análises serão realizadas na perspectiva da semiótica de Charles Pierce e seus seguidores, ou seja, a perspectiva do estudo dos signos. É a partir dos pressupostos da semioticista Lucia Santaella, seguidora dos ensinamentos do pai da semiótica americana, Charles Pierce, que este estudo vai buscar suporte para justificar a intenção da pesquisa assim como a sua realização.

1 O UNIVERSO RELACIONAL DOS SIGNOS

Santaella (2002) explica que o estudo das linguagens e dos signos tem seu início na antiga Grécia, entretanto, foi no século XX que a semiótica foi reconhecida como a ciência dos signos e da significação. É uma ciência que investiga a natureza dos signos, da significação e da comunicação, assim como estuda como são os signos apreendidos pela sociedade. O estudo dos signos só começou tendo em vista a sociedade humana.

Vale destacar que a semiótica não abre portas para a elucidação das inquietações acadêmicas, mas esta ciência aliada com outras áreas pode sim oferecer soluções ou respostas aos problemas delineados.

Para este estudo, vai-se buscar o suporte teórico desta ciência, haja vista que são as análises das linguagens, manifestas nas embalagens dos sabonetes Lux, que podem nortear a busca dos valores sociais subjacentes.

[...] a semiótica nos fornece as definições e classificações gerais de todos os tipos de códigos, signos, linguagens, sinais de qualquer espécie e dos principais aspectos que os envolvem, a saber: significação, representação, objetivação e interpretação (SANTAELLA, 2002, p.47).

Portanto, esta ciência instrumentaliza com o método de análise dos signos e favorece a aproximação dos reais significados propostos para a mensagem. Sabe-se que toda mensagem se refere à outra mensagem além daquela superficialmente exposta, isto é, a referencialidade deriva da sugestão proposta.

Nas palavras de Niemeyer (2003, p.26), “a semiótica permite a compreensão do jogo complexo de relações que se estabelecem numa semiose”. É na semiótica que se busca compreender o *fazer* no mundo do ser humano.

Sabe-se que os signos são organizados em códigos, que formam o sistema de linguagem que, por sua vez, é a base de toda e qualquer forma de comunicação. Levando em conta a embalagem como comunicação, esta é constituída por linguagens: linguagem verbal formada por palavras, linguagem não verbal que é formada por elementos imagéticos e a linguagem sincrética formada por códigos de naturezas distintas (verbal e não verbal). Além disso, não se deve levar em conta, na embalagem, os seus aspectos sensoriais, qualitativos correlacionados à iconicidade apresentada. Vale lembrar que a comunicação construída é oriunda da cultura e dirigida para a cultura, estabelecendo, renovando ou fortalecendo os valores cultivados em uma sociedade.

2 CULTURA E VALORES

Niemeyer (2003) afirma que o produto/embalagem carrega expressões concernentes à cultura e quando ele entra em circulação passa a ser elemento de comunicação, ou seja, ele difunde valores e características culturais no âmbito que atinge.

Na configuração do produto se mostram os atributos que constituem a sua possibilidade de comunicação, a sua “cara”. O produto diz de si próprio: suas qualidades e características, o seu modo de produção, o que serve, para quem se dirige (NIEMEYER, 2003, p.21).

Para Dondis (2000, p.25), “a expressão visual significa muitas coisas, em muitas circunstâncias e para muitas pessoas. É produto de uma inteligência humana de enorme complexidade”.

3 MENSAGEM E SEMIÓTICA

Santaella (2002) ensina que qualquer análise semiótica permite que se introduza no interior da mensagem e possibilite a compreensão dos mecanismos e recursos empregados nas palavras, imagens enquanto signos e nas relações mantidas entre eles. As mensagens podem ser analisadas nos seus aspectos qualitativos no que concerne à comunicação visual, sejam cores, formas, linhas etc. Esses aspectos são encarregados pela primeira impressão que um produto provoca no receptor. As mensagens podem ser, também, analisadas quanto ao aspecto de sin-signos, aspecto existencial do aqui e agora à disposição da percepção. O produto é analisado relacionado ao contexto em que está inserido, o que indica? A que se destina? Que funções desempenha? E, por fim, as mensagens podem ser analisadas quanto ao nível de legi-signos em que o signo analisado pertença a algo de uma classe de coisas. O produto é analisado em sua representação cultural, ou seja, que valores foram agregados? O que representa no âmbito cultural? A que tipo de usuário o produto vai atender? Em face do mencionado, vale ressaltar que a análise deve ser realizada levando em contas todos os aspectos abordados para que se tenha a visão do todo.

Levando-se em conta a interpretação das mensagens, a autora ensina que existem três níveis nos tipos de efeitos que as mensagens podem produzir: efeitos emocionais interpretativos, efeitos reativos em que a interpretação é levada a uma ação, e efeitos de raciocínio, quando a interpretação tem um caráter lógico.

Municiado do suporte teórico dado, pode-se proceder às análises propostas na busca da construção comunicacional e significativa das embalagens do sabonete Lux. Com relação às análises, estas serão realizadas da seguinte forma: serão analisadas as embalagens pioneiras do produto, Lifebuoy e Lever e 10 embalagens do sabonete Lux caixas.

4 AS ANÁLISES

Em 1925, nos Estados Unidos, surgiu a marca Lux. O nome Lux, apesar de significar “luz” em latim, não foi o que deu origem à marca, estando esta origem na palavra “luxury”, do inglês, que quer dizer luxo. A marca Lux se destaca por suas linhas retas e simples, mas com uma curva suave ligando as letras “L” e a “X”, trazendo uma percepção de movimento como se fossem gestos deslizando, enquanto a letra U fica suspensa e protegida entre as duas letras, L e X.

As embalagens caixas são em papel cartonado, de forma retangular, reta e simples, com 8 cm de comprimento, 3.5 cm de altura e 3,3 cm de profundidade. Segundo Dondis (2000), ao formato quadrado ou retangular se associam retidão, honestidade e esmero. Quando vista de frente, a caixa sugere um sabonete maior e mais pesado do que o realmente existente e, em todas as embalagens, uma opção de abertura fácil, mas pouco notável que, quando aberta, através do lacre, este se rompe em volta da caixa, até a abertura total. Na parte da frente, em alguns sabonetes, há informações técnicas do sabonete, endereço da empresa e recomendações sobre o produto e em outros, os dados estão na parte lateral da embalagem. Estas informações têm fonte arial na cor preta. A distribuição dos elementos é uniforme e harmônica. O sabonete Lux estabilizou o formato por décadas, porém o que difere de cada um, que se verá, são as diferenças de cores para cada segmento de utilização do sabonete. Dondis (2000) afirma que a cor é fonte de valor inestimável com relação à informação e é “uma das mais penetrantes experiências visuais que temos em comum”.

Lifebuoy

O primeiro sabonete-desodorante criado pelos irmãos Lever em 1894.

FIGURA 1 - LIFEBOUY



FONTE: Unilever Brasil (2009)

a) Ponto de Vista Qualitativo-Icônico - Cores, Imagem e Forma

Levam-se em conta as cores e a imagem na totalidade. A embalagem do sabonete Lifebuoy apresenta quatro variações de cores, entretanto a predominante, que chama a atenção ao primeiro olhar, é a cor vermelha, seguida das cores bege, bege mais claro e branco, na parte inferior da embalagem. A cor vermelha já sugere atividade, ação, vida, por outro lado, as cores beges se estendendo ao branco sugerem maciez e limpeza.

A família tipográfica é a Modern nº 20, de aspecto vertical e abundante no traçado das letras utilizadas (*Lifebuoy Toilet Soap*), no entanto a família tipográfica para *For Family Health* é de fonte Bell MT. O logotipo, Lifebuoy, em branco, centralizado um pouco acima do ponto central, seguido abaixo por "*Toilet Soap*" e, na parte em branco, "*For Family Health*" escrito em preto. Quanto à forma, apresenta-se em forma retangular, reta, simples e fechada, o que sugere proteção. Há de se considerar as três faixas do bege, do bege mais claro e do branco em formas sinuosas que lembram a liquidez do sabonete em contato com a água, o que sugere o movimento também do toque do sabonete à pele ao se tomar banho.

b) Ponto de Vista Singular Indicativo

A principal mensagem é do sabonete para toda a família afirmado pelos termos "*Toilet Soap*" e "*For Family Health*". Este é o índice, ou seja, a principal indicação do produto. A mensagem traz em seu significado a assepsia do corpo, representada pelas cores brancas, em maciez, representada pelas formas sinuosas de liquidez de sabonete e as cores em degradê do bege para o branco e, por fim, a cor vermelha, em predominância, na embalagem. Entretanto, com os estudos a respeito de cromatismo que tiveram início a partir da década de 1960, com relação à linguagem instalada, o vermelho não traduz a mensagem concernente ao uso de sabonete, pois vermelho tem

sua significação voltada à energia, tensão, força, atividade, vida etc. o que não entra em conformidade às atribuições do produto sabonete.

c) Ponto de Vista Convencional Simbólico

O padrão da distribuição da informação é o do nome do sabonete “Lifebuoy” que vem na parte em destaque na embalagem. Note-se que além do nome, as outras informações sobre o sabonete estão em inglês, o que já poderia elevar à categoria de produto exportação, muito e sempre prestigiado pela sociedade brasileira como símbolo de ascensão social. Vale lembrar que em 1894, a Inglaterra era um dos países da Europa que já ditavam comportamentos, normas sociais e modas, e aqui, no Brasil, as famílias abastadas prestigiavam tudo que vinha de fora.

Lever

É precedente do sabonete LUX. Sua criação e divulgação datam de 1958.

FIGURA 2 - LEVER



FONTE: Unilever Brasil (2009)

a) Ponto de Vista Qualitativo-Icônico - Cores, Imagem e Forma

Com relação às cores do sabonete Lever, há apenas 2 variações de cores. A principal característica da marca é a cor bege clara e sua família tipográfica é a *Gill Sans Ultra Bold*. O nome LEVER está centralizado na embalagem e se apresenta em cor marrom claro e, em torno do nome, pequenos ramalhetes de flores silvestres. Os tipos gráficos aparecem em letras maiúsculas. A marca Lever se destaca por suas linhas retas e simples, destacando a simplicidade da marca que é para todos.

b) Ponto de Vista Singular Indicativo

A proposta de um tom de bege claro sugere uma imagem de limpeza, hidratação, delicadeza, leveza e faz referência ao produto de forma natural, sendo assim, uma embalagem com poucos elementos. A cor marrom sugere estabilidade, constância,

responsabilidade e maturidade. As flores silvestres remetem à natureza e à suavidade das flores do campo. O *design* indicava um sabonete mais ligado à natureza, com a cor mais suave do que o Lifebuoy.

c) Ponto de Vista Convencional Simbólico

Pode-se considerar uma comunicação em que a praticidade, a maturidade do produto tenham estes significados no design, porém ainda não comunica o produto associado. O idioma inglês é utilizado por ser reconhecido mundialmente, assim era o tipo exportação e solidificava o nome dos irmãos Lever, transparecendo a sensação de que o sabonete é vendido e utilizado em vários países.

Lux

Sucessor de Lifebuoy e Lever, o sabonete Lux surge em 1963, Lever virou Lux, com novo formato, fragrância. Por décadas, a marca Lux tem se mantido com novas fragrâncias e oferecendo diversificados benefícios para a pele. Em meados dos anos 1990, foi incorporada a linha Lux Skincare, de cuidados com a pele, oferecendo, além de limpeza e perfume, também hidratação prolongada. Depois veio o Lux Shower Gel, versões em sabonete líquido. Em 2002, o lançamento de Lux Glicerina seguidos pelo sabonete massageador Lux Firmassage, Lux Sedução do Chocolate e a versão étnica Lux Beleza Negra, entre outros.

Lux Seduza-me

FIGURA 3 - LUX SEDUZA-ME



FONTE: Unilever Brasil (2009)

a) Ponto de Vista Qualitativo-Icônico - Cores, Imagem e Forma

A embalagem é marrom, tom de chocolate. No plano de fundo, linhas em formato de elipse de marrom avermelhado como calda de chocolate sendo preparada. Em primeiro plano, lado direito, o desenho definido de uma mulher insinuante em

meio corpo com cabelos castanhos avermelhados. Além disso, vale lembrar que as cores escuras remetem ao mistério. Logo abaixo do logotipo Lux Luxo em fonte dourada, centro esquerdo, a palavra “Seduza-me!” e a frase: “Com mousse de chocolate, uma pele sedutora”. Na parte de trás da embalagem, há uma foto do sabonete e da embalagem do sabonete líquido para divulgação. E ainda uma frase em branco contrastando com fundo da mesma cor da parte da frente: “Já imaginou vestir sua pele em veludo líquido?” Experimente o novo Lux Gotas de Beleza Seduza-me. Na parte abaixo dos desenhos vem uma frase: “Ultra feminino em cada detalhe.”

b) Ponto de Vista Singular Indicativo

A marca se destaca na cor marrom chocolate, sugere confiança interior, segurança, assim, afina-se com a proposta do sabonete, pois sugere maciez, hidratação e relaxamento. O visual em si, tem a indicação de sedução de uma pele macia seja do rosto, como do corpo. Usando o sabonete, a consumidora “veste sua pele em veludo líquido” e pode seduzir.

c) Ponto de Vista Convencional Simbólico

O sabonete propõe pertencer à classe de sabonetes de luxo. Este padrão busca o público-alvo caracterizado pela mulher moderna que busca seduzir e que quer um produto que apresente, em sua composição, substâncias modernas e benéficas para sua pele.

Lux Provocateur

FIGURA 4 - LUX PROVOCATEUR



FONTE: Unilever Brasil (2009)

a) Ponto de Vista Qualitativo-Icônico - Cores, Imagem e Forma

A embalagem tem, em plano de fundo, a cor preta e sobre esta cor, formas aparentes de tecido suave (cetim, veludo ou seda) em azul-marinho. Em primeiro plano, a fotografia parcial de uma mulher insinuante na parte esquerda envolta no

busto por linha sinuosa dourada. Na parte superior direita, envolvendo a expressão “edição especial” outra linha sinuosa em dourado. Abaixo da logomarca Lux Luxo em fonte dourada, a palavra francesa “Provocateur” em fonte *lucila handwriting* branca. Na parte de trás da embalagem, o desenho do produto.

b) Ponto de Vista Singular Indicativo

Sugere um produto com benefícios de uma pele tratada com sofisticação, haja vista perceber uma imagem de noite, provocativa, sedutora enfatizada pela palavra francesa que remete ao país, conhecido mundialmente por suas fragrâncias. Daí, relacionar-se com as substâncias contidas, que são extrato de rosas negras e violetas e ainda, as linhas sinuosas que remetem ao deslize do produto no corpo.

c) Ponto de Vista Convencional Simbólico

A embalagem remete a eventos culturais sofisticados, luxo e sedução proporcionados por um produto fabricado com extrato de rosas negras e violetas, o que mostra a sua singularidade. Este padrão busca o público-alvo caracterizado pela mulher sofisticada que busca seduzir e que quer um produto que apresente, em sua composição, substâncias inovadoras e benéficas para sua pele.

Lux Sedução do Chocolate

FIGURA 5 - LUX SEDUÇÃO DO CHOCOLATE



FONTE: Unilever Brasil (2009)

a) Ponto de Vista Qualitativo-Icônico - Cores, Imagem e Forma

A embalagem tem, em plano de fundo, a cor marrom avermelhada. Com formas circulares na cor e a fotografia de uma mulher com partes das costas descobertas, insinuante e sensual. Em primeiro plano, linhas retilíneas levemente curvadas em cor dourada que perfariam triângulos se estivessem ligadas tanto para cima como para baixo. A logomarca Lux Luxo com a fonte em preto circulado por linha dourada. Abaixo

da logomarca, a frase referencial “mousse de chocolate e vitaminas do morango”. Há de se levar em conta, que, na atualidade, muitos produtos de higiene e cosméticos estão oferecendo o chocolate na sua composição química.

b) Ponto de Vista Singular Indicativo

A menção do chocolate sugere que tem propriedades para maciez, hidratação e relaxamento. Considerando o morango, em sua fórmula, sabe-se que, por ser fonte de vitamina C e A é benéfico para pele, tecidos etc. As formas circulares sugerem mistura. A modelo se insinua. O visual complementa o verbal.

c) Ponto de Vista Convencional Simbólico

A embalagem remete a tratamento de pele proporcionado pelo produto. Este padrão busca o público-alvo caracterizado pela mulher que busca seduzir, que se insinua e que quer um produto que apresente, em sua composição, substâncias modernas e benéficas para sua pele.

Mais Visual e Menos Verbal

As análises que se seguirão, apresentarão as embalagens de forma minimalistas, com menos informações sobre as propriedades oferecidas pelos produtos, ou seja, mais linguagem não verbal e menos linguagem verbal. É necessário registrar que as embalagens abaixo trazem, em seu padrão, linhas douradas que, se ligadas, perfarão triângulo e, segundo Dondis (2000), ao triângulo é atribuído o significado de ação. Pode-se então observar que o produto está acondicionado no retângulo, ao qual é atribuído o significado esmero e, ao mesmo tempo, traz em seu padrão, o triângulo, o que remete ao esmero e à ação aliados agora. A comunicação muda e o público-alvo também.

Lux Esfoliação Luminosa

FIGURA 6 - LUX ESFOLIAÇÃO LUMINOSA



FONTE: Unilever Brasil (2009)

a) Ponto de Vista Qualitativo-Icônico – Cores, Imagem e Forma

A embalagem é rosa, o que já indica feminilidade e delicadeza reforçada pelas bolhas de espuma que parecem pérolas sobre a cor. Neste plano de fundo, ao centro, a fotografia de uma moça sentada de cabelos aparentemente molhados e costas desnudas. Em primeiro plano, linhas retilíneas levemente curvadas em cor amarela que perfariam triângulos se estivessem ligadas tanto para cima como para baixo. A logomarca Lux Luxo com a fonte em preto circulada por linha dourada e abaixo a expressão “Esfoliação luminosa”. Na parte de trás, a imagem do sabonete.

b) Ponto de Vista Singular Indicativo

O visual de bolhas/pérolas complementa o verbal de esfoliação de pele, ou seja, a espuma teria a propriedade de esfoliar e renovar a pele, além da suavidade indicada pela cor e a feminilidade da modelo.

c) Ponto de Vista Convencional Simbólico

A embalagem remete a tratamento de pele, tais como: esfoliação, renovação e juventude. Estes são valores agregados à embalagem em sua mensagem. Este padrão busca o público-alvo caracterizado pela jovem que tem cuidado pela pele, mas quer um produto convencional nas suas propriedades.

Lux Perfeição Cremosa

FIGURA 7 - LUX PERFEIÇÃO CREMOSA



FONTE: Unilever Brasil (2009)

a) Ponto de Vista Qualitativo-Icônico - Cores, Imagem e Forma

A embalagem apresenta a cor branca no plano de fundo com formas circulares centrífugas na cor e, ao centro a fotografia de uma jovem. Em primeiro plano, linhas retilíneas levemente curvadas em cor amarela que perfariam triângulos se estivessem

ligadas tanto para cima como para baixo. A logomarca Lux Luxo com a fonte em preto circulada por linha dourada. Abaixo da logomarca, a expressão “Perfeição cremosa”. Na parte de trás, a imagem do sabonete.

b) Ponto de Vista Singular Indicativo

O visual de cremosidade sugere hidratação na base de cremosidade láctea, o que complementa o verbal para pele hidratada e macia, além do aspecto de assepsia.

c) Ponto de Vista Convencional Simbólico

A embalagem identifica a classe do produto que remete à hidratação por propriedades do leite. Este padrão busca o público-alvo caracterizado pela jovem que tem cuidado pela pele tanto na assepsia quanto hidratação, mas que prefere um produto convencional nas suas propriedades.

Lux Nutrição Radiante

FIGURA 8 - LUX NUTRIÇÃO RADIANTE



FONTE: Unilever Brasil (2009)

a) Ponto de Vista Qualitativo-Icônico - Cores, Imagem e Forma

A embalagem apresenta a cor amarela. No plano de fundo, flores margaridas e, ao centro, a fotografia de uma jovem sorrindo. Considerando em torno da imagem da jovem, o amarelo é mais claro e radial, com luz irradiando nas costas da jovem. No primeiro plano, linhas retilíneas levemente curvadas em cor amarela que perfariam triângulos se estivessem ligadas tanto para cima como para baixo. A logomarca Lux lux com a fonte em preto circulada por linha dourada. Abaixo da logomarca, a expressão “Nutrição Radiante”. Na parte de trás, a imagem do sabonete.

b) Ponto de Vista Singular Indicativo

O visual sugere leveza, e suavidade representadas pelas margaridas, o que remete a fragrâncias silvestres. Sugere também liberdade em vista do cabelo solto esvoaçando e a cor em radial e nutrição do referencial verbal para a pele tanto do rosto como do corpo.

c) Ponto de Vista Convencional Simbólico

A embalagem identifica a classe do produto que promete nutrição, leveza para jovens femininas que gostam de natureza e simplicidade.

Lux Vitalidade do Guaraná

FIGURA 9 - LUX VITALIDADE DO GUARANÁ



FONTE: Unilever Brasil (2009)

a) Ponto de Vista Qualitativo-Icônico - Cores, Imagem e Forma

A embalagem apresenta a cor vermelha tendendo para o alaranjado, a cor amarela em radial de luz e borbulhas. No plano de fundo, ao centro, a fotografia de uma jovem sorrindo. Considerando em torno da imagem da jovem, o amarelo é mais claro e radial, com luz irradiando nas costas da jovem. No primeiro plano, linhas retilíneas levemente curvadas em cor dourada que perfariam triângulos se estivessem ligadas tanto para cima como para baixo. A logomarca Lux Luxo com a fonte em preto circulada por linha dourada. Abaixo da logomarca, a expressão “Vitalidade do Guaraná”. Na parte de trás, a imagem do sabonete.

b) Ponto de Vista Singular Indicativo

O visual sugere energia e vitalidade em vista das borbulhas e a cor vermelha, assim como irradiação representada pela luminosidade ao fundo. A vitalidade

representada pela jovem aliada às cores e luminosidade ao fundo. Sabe-se que guaraná é fonte de energia e vitalidade, daí a complementação do verbal.

c) Ponto de Vista Convencional Simbólico

A embalagem identifica a classe do produto que promete energia e vitalidade para jovens ativas.

Delicadeza das Pétalas

FIGURA 10 - DELICADEZA DAS PÉTALAS



FONTE: Unilever Brasil (2009)

a) Ponto de Vista Qualitativo-Icônico - Cores, Imagem e Forma

A embalagem apresenta a cor rosa em tonalidades distintas, do rosa mais forte ao rosa mais claro. No plano de fundo, pétalas de rosas e, ao centro, a fotografia de uma jovem com um leve sorriso. Nesta parte da imagem da jovem, a cor rosa é mais clara. No primeiro plano, linhas retilíneas levemente curvadas em cor dourada que perfariam triângulos se estivessem ligadas tanto para cima como para baixo. A logomarca Lux Luxo com a fonte em preto circulada por linha dourada. Abaixo da logomarca, a expressão “Delicadeza das Pétalas”. Na parte de trás, a imagem do sabonete.

b) Ponto de Vista singular Indicativo

O visual de pétalas de rosas indicam feminilidade, delicadeza e suavidade. Um sabonete delicado para peles delicadas e jovens.

c) Ponto de Vista Convencional Simbólico

A embalagem identifica a classe do produto que remete a jovens femininas, delicadas e românticas.

Lux Fashion Pink

FIGURA 11 - LUX FASHION PINK



FONTE: Unilever Brasil (2009)

a) Ponto de Vista Qualitativo-Icônico - Cores, Imagem e Forma

A embalagem apresenta a cor cinza claro, com linha cor de rosa definida em torno ao longo da embalagem. No plano de fundo, à direita, a fotografia de uma jovem, de quem só se vê parte do rosto e busto, segurando um colar rosa igual ao que ela ostenta ao redor do pescoço. O braço da jovem, que segura o colar, estende-se até o lado esquerdo da embalagem. No primeiro plano, a logomarca Lux Luxo com a fonte em rosa circulada por linha banca. Abaixo da logomarca, a expressão *"fashion pink"*. Na parte de trás, a imagem do sabonete.

b) Ponto de Vista Singular Indicativo

O visual de uma jovem com um acessório na mão, próprio de jovens adolescentes, aliado ao verbal do *"fashion pink"* sugere um produto específico para adolescente, uma configuração discursiva própria para *"teenagers"*, para as meninas vaidosas na adolescência que aprovam produto exportação. O visual complementa o verbal.

c) Ponto de Vista Convencional Simbólico

A embalagem identifica a classe do produto que remete a adolescentes femininas, vaidosas e que levam em conta a exportação de costumes.

Lux Brilhe

FIGURA 12 - LUX BRILHE



FONTE: Unilever Brasil (2009)

a) Ponto de Vista Qualitativo-Icônico - Cores, Imagem e Forma

A embalagem é na cor amarela como um todo, entretanto no plano de fundo e frente, há a imagem gráfica feminina com os lábios levemente rosados. A imagem gráfica feminina irradia brilho que faz efeito de cor radial. Em primeiro plano, ao centro, o logotipo Lux em fonte preta e abaixo da letra X, em fundo dourado, Luxo. Abaixo, a palavra “Brilhe!” e a seguinte frase: “Com o brilho dos cristais e gotas hidratantes, uma pele desejável”. Um segundo conjunto de informações vem logo abaixo, destinado ao tipo de ação que o produto oferece (por exemplo, para peles morenas). Na parte de trás da embalagem, há um desenho do sabonete sólido e em líquido. Na parte de baixo dos desenhos vem uma frase: “Ultra feminino em cada detalhe” e o logotipo “Lux”.

b) Ponto de Vista Singular Indicativo

Como já mencionado, cada cor define o segmento de utilização. No caso do Lux Brilhe, a proposição é para o brilho e hidratação da pele. Se a consumidora busca estes benefícios, este é o sabonete adequado às suas necessidades. A imagem gráfica feminina sugere que o produto tanto pode ser utilizado para o rosto, como para o corpo.

c) Ponto de Vista Convencional Simbólico

A marca se destaca na cor amarela, que por si só é estimulante, com a finalidade proposta do sabonete. A cor reforça, em nível visual, a informação, que é complementada pelo verbal. O sabonete propõe pertencer à classe de sabonetes de luxo. Este padrão busca o público-alvo caracterizado pela mulher jovem, moderna que busca se destacar.

5 CONSIDERAÇÕES DAS ANÁLISES

Na analogia concernente às embalagens pioneiras, Lifebuoy e Lever, pode-se constatar que em Lifebuoy havia uma proposta para agradar a família e dar segurança, haja vista a ênfase dada à importância da higiene corporal como fundamental para a saúde familiar. Além disso, cabe uma observação a respeito da cor vermelha utilizada no padrão de *design*. A cor vermelha tem predominância na embalagem, entretanto o vermelho não traduz a mensagem concernente ao uso de sabonete, pois vermelho tem sua significação voltada à energia, tensão, força, atividade, vida etc., o que não entra em conformidade às atribuições do produto sabonete. Considerando o sabonete Lever, constata-se o propósito de solidificar o nome dos empreendedores e a proposta comunicativa não restringia o segmento, somente solidificava a marca e oferecia ao público em geral um sabonete de fragrância suave como flores silvestres.

No que diz respeito às embalagens Lux caixa, o que se pode constatar é que existem duas propostas de comunicação para o consumidor final no padrão de *design* das embalagens. Entre estas 10 embalagens, pode-se separar dois grupos: o grupo de sabonetes indicados para mulheres e o outro grupo indicado para jovens. No grupo do produto para mulheres, destacam-se: Sedução do chocolate, Seduza-me e Provocateur, os quais trazem a proposição de sedução, sensualidade e mistério, por meio de uma pele hidratada, macia e irresistível, pois mostram cores fortes, escuras, modelo fotográfica com trajes insinuantes, olhares provocativos e contextos indiciais de noite. Neste grupo, o padrão de *design* está centralizado mais na transformação (ser sedutora e sofisticada) que pode ser operada pelo uso do sabonete, do que nos benefícios substanciais do produto. Os valores tratados apresentados se restringem ao modo de vida de sedução e sofisticação da usuária e não a algum tratamento de pele que o produto poderia proporcionar. O perfil desta usuária é da mulher que gosta de seduzir, viver em eventos culturais e sofisticados. Considerando o formato retangular, o valor tratado se restringe ao esmero. Neste padrão, a comunicação verbal ganha mais espaço.

No grupo do produto indicado para jovens, destacam-se: Brilhe, Renove-se, Perfeição cremosa, Nutrição radiante, Vitalidade do guaraná, Delicadeza das pétalas e *Fashion pink*. Neste grupo, a proposição é de energia, feminilidade, suavidade, delicadeza, modernidade, simplicidade, juventude, renovação, convencionalidade, nutrição, luminosidade. Neste grupo, o padrão de *design* está centralizado mais na proposta comunicativa do produto em si, no oferecimento dos benefícios do sabonete que serão indicados para jovens femininas e suaves. Há mais valores apresentados em benefício da usuária no que concerne à pele tratada e ao modo de vida em várias

instâncias (vida ao ar livre, intimidade, atividade). O sabonete é benéfico para a usuária que aprecia a convencionalidade, a simplicidade, a suavidade, reforço da juventude, feminilidade, vitalidade etc. Mesmo que aparentemente o padrão de *design* seja minimalista, a comunicação visual ganha mais espaço do que a comunicação verbal. Além disso, há de se ressaltar que, excetuando o sabonete Lux Brilhe e o sabonete Lux Fashion Pink, os demais devem ser considerados no que concerne ao formato retangular e mais as linhas triangulares na comunicação visual, o que remete ao esmero e à ação ao mesmo tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1894, a Inglaterra era um dos países da Europa que já ditavam comportamento, normas sociais e modas e aqui, no Brasil, as famílias abastadas prestigiavam tudo que vinha de fora. Em 1932, com a vinda dos irmãos Lever, o lançamento do sabonete Lifebuoy foi um acontecimento, pois oferecia um produto exportação à sociedade sem que esta precisasse viajar para buscar produtos inéditos. O sabonete Lifebuoy foi o primeiro sabonete comercializado no Brasil; este tentava se estabelecer frente ao consumidor, pois com o nome do produto escrito em inglês já remetia ao produto exportação e ainda trazia a expressão “*For Family Health*” (para a saúde da família). O produto, além de higiene corporal, prometia saúde, o que traduzia, a limpeza aliada à saúde da família. Pode-se dizer que traduzia uma boa proposta para a restrita sociedade que podia se dar ao luxo de usar sabonete ao invés de sabão.

Este mesmo sabonete mudou para sabonete Lever em 1932, era uma forma dos irmãos Lever se tornarem conhecidos. A embalagem mudou assim como o nome, tornava-se mais simplificada e mais brasileira, pois não remetia claramente aos produtos exportados. O *design* indicava um sabonete mais ligado à natureza, com flores silvestres ao longo da embalagem, com a cor mais suave do que o Lifebuoy (vermelho e branco). O sabonete Lever mudou para Lux em 1972.

Considerando tais mudanças, pode-se dizer que houve um grande aperfeiçoamento no padrão de *design* até a atualidade. O padrão de *design* do sabonete Lux se estabelece como um produto para classe mais privilegiada em vista de que, em todas as embalagens, a logomarca está com fontes douradas, o que já indica o diferencial do produto e é convencional a utilização de cor dourada para definição de público-alvo.

Constata-se que existe uma preocupação com o tipo de consumidora e o que esta consumidora precisa, procura ou se vê usando para higiene ou tratamento de pele. Entretanto, é uma linha que visa ao segmento de mulheres adultas, na faixa etária

de 25 a 30 anos, e jovens na faixa etária de 18 a 20 anos, o que se pode constatar pela modelo fotográfica nas embalagens, exceto o Lux Brilhe, por se tratar de uma imagem gráfica feminina e o Lux Fashion pink, por ser uma jovem indefinível, mas pressupostamente uma adolescente em vista dos acessórios utilizados. A modelo fotográfica é a mesma moça, entretanto, em vista do tratamento de imagem dado a mesma em certas embalagens, pode-se pressupor a faixa etária, seja pela forma do penteado, seja pela forma de vestuário. Dessa forma, Lux restringe o seu segmento, o que difere de outros tipos de sabonetes que não especificam, no seu padrão de *design*, a faixa etária aproximada de usuária, tal como Lux, ou não definem o sexo ou grupo de uso. Os sabonetes Dove e Vinólia, por exemplo, são da Unilever, a mesma empresa do sabonete Lux, entretanto não se pode definir tão claramente o tipo de segmento. O padrão do sabonete Vinólia traz, em sua embalagem, imagens de flores e o padrão do sabonete Dove é bastante minimalista, a não ser um padrão que remete à hidratação da pele, pela cor láctea.

Constata-se que o sabonete Lux é bastante específico no que concerne ao público-alvo visado, ou seja, ao público feminino. É indicado especificamente para jovens e mulheres para satisfazer, imprescindivelmente, as necessidades femininas, mas não se trata de um produto indicado para a família de maneira geral.

REFERÊNCIAS

- DONDIS, A. D. **Sintaxe da linguagem visual**. São Paulo: M. Fontes, 2000.
- FARINA, M. **A psicodinâmica das cores em comunicação**. São Paulo: E. Blucher, 1990.
- MUNDO das marcas. Disponível em: <<http://mundodasmarcas.blogspot.com/2006/05/lux-o-sabonete-das-estrelas.html>>. Acesso em: 03 abr. 2009.
- NIEMEYER, L. **Elementos de semiótica aplicados ao design**. São Paulo: 2AB Editora, 2003.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. Centro de Estudos Peirceanos. **Semiótica: perguntas e respostas**. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/pos/cos/cepe/semiotica/semiotica.htm>>. Acesso em: 25 maio 2009.
- SABOEIRO. Disponível em: <<http://www.saboeiro.pt/sabonete.php#origens>>. Acesso em: 20 mar. 2009.
- SANTAELLA, L. **O que é semiótica**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- _____. **Percepção: uma teoria semiótica**. 2.ed. São Paulo: Experimento, 1999.
- _____. **Semiótica aplicada**. São Paulo: Thomson, 2002.
- SODRÉ, M. **Reinventando @ cultura: a comunicação e seus produtos**. São Paulo: Vozes, 1999.

UNILEVER BRASIL. Disponível em: <<http://www.unilever.com.br>>. Acesso em: 15 de jan. 2009.

_____. **Nossas marcas**. Disponível em: <<http://www.unilever.com.br/ourbrands/>>. Acesso em: 10 abr. 2009.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Grupos de Estudos Semióticos. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dl/semiotica/>>. Acesso em: 25 fev. 2009.

OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO NA LIBERAÇÃO DE ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS: UMA ANÁLISE DO CASO BRASILEIRO

David Lourencio Pinheiro*

Ana Paula Myszczyk**

RESUMO

O presente artigo buscará responder, ainda que de forma parcial, uma questão de inegável relevância tendo em vista a cautela diante de certos riscos potenciais para a saúde pública e para a segurança do meio ambiente, qual seja: o Estado brasileiro tem seguido o princípio da precaução no tocante à liberação de alimentos geneticamente modificados? Para responder a esta complexa questão, será feita uma breve análise da atual conjuntura brasileira referente aos organismos geneticamente modificados (OGMs), expondo a importância do Brasil na produção de alimentos geneticamente modificados (GMs). Seguirá por resgatar, ainda que de forma breve, a origem da tecnologia do DNA recombinante e seus principais responsáveis, sua conceituação e suas várias aplicações. Na sequência, apontará quais são as principais ameaças apontadas pela doutrina que podem decorrer das culturas GMs. Por fim, será analisado, no âmbito de sua observância em nosso país, o princípio da precaução e, criticará o mau uso de Medidas Provisórias nesta matéria.

Palavras-chave: biotecnologia; organismos geneticamente modificados; DNA recombinante; princípio da precaução.

* Acadêmico do 3º ano do curso de Direito. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2008) da FAE Centro Universitário. E-mail: diluviusaureus@yahoo.com.br

** Mestre em Direito Econômico e Social (PUCPR). Professora da FAE Centro Universitário. Orientadora do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2008) da FAE Centro Universitário. E-mail: ana.paulamy@uol.com.br

INTRODUÇÃO

O Brasil ocupa hoje o terceiro lugar no *ranking* de países produtores de transgênicos, obtendo crescimento de 5,3 % de área plantada em 2008, atingindo 15,8 milhões de hectares segundo a ISAAA (Serviço Internacional para a Aquisição de Aplicações Agrobiotecnológica, na sigla em inglês), sendo superado apenas pelos Estados Unidos (62,5 milhões de hectares) e pela Argentina (21 milhões de hectares) (SALLES, 2009). Apesar dos dados acima, ainda continua sendo muito difícil para o cidadão comum entender os transgênicos de forma satisfatória, impossibilitando, assim, que este forme uma opinião sobre o assunto. Isso em virtude da própria complexidade do tema, e devido à enxurrada de informações tendenciosas e quase sempre contraditórias, difundidas pela mídia, geradas especialmente por dois grupos antagônicos: os favoráveis aos transgênicos (indústria biotecnológica, fazendeiros) e os contrários aos transgênicos (militância verde, associações de defesa do consumidor).

Para auxiliar na solução deste conflito, o Estado brasileiro deveria promover e facilitar a conscientização, educação e participação do público a respeito da segurança da transferência, manipulação e uso dos organismos vivos modificados, como reza o artigo 23 do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança¹, ao qual o Brasil é signatário desde 24 de novembro de 2003.

Vejamos alguns argumentos de ambos os lados: os favoráveis alegam que os cultivos GMs são mais produtivos e, conseqüentemente, teriam uma importância fundamental para combater a fome no mundo. O lado contrário contesta, dizendo que não falta alimento no mundo, o problema está na sua má distribuição, relacionada às desigualdades regionais e sociais. A indústria biotecnológica promete que culturas GMs reduziram a utilização de agrotóxicos, causando menores danos ao meio ambiente, porém, os que combatem a tecnologia alegam que em pouco tempo ervas invasoras e insetos deverão, através da seleção natural, adquirir resistência aos agroquímicos utilizados em seu controle (MENASCHE, 2005).

1 BREVE HISTÓRICO

A biotecnologia tradicional ou clássica é aplicada, ainda que de forma empírica, há milênios pela humanidade, pois o ato de selecionar as melhores sementes para o plantio ou, promover a cruzamento dos animais de maior força e saúde já caracterizavam

1 Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, firmado em Montreal, Canadá, em 28 de janeiro de 2000, entrou em vigor em 11 de setembro de 2003.

uma prática de melhoramento genético. Porém, essas práticas, por não transporem as barreiras das espécies, sempre foram de resultados previsíveis e sem maiores riscos, contudo, limitado, ao contrário da biotecnologia moderna (GUERRA; NODARI, 2001).

Acerca do início da biotecnologia moderna, Claudine Guérin-Marchand relata que:

Nos Estados Unidos, Paul Berg e seus colaboradores tinham realizado o primeiro híbrido molecular, composto de um DNA do vírus do macaco e de um DNA do fago λ . Esta quimera havia sido introduzida no colibacilo, graças às propriedades de penetração natural do fago λ (vírus parasita natural de *E. coli*), e ali havia se multiplicado de forma autônoma (GUÉRIN-MARCHAND, 1999, p.78).

Mas a biotecnologia moderna, propriamente dita, tem início de fato somente no ano de 1973, pelo trabalho dos pesquisadores Stanley Cohen (Universidade Stanford) e Herbert Boyer (Universidade da Califórnia, em São Francisco), por ocasião de um grande feito. Os mencionados geneticistas conseguiram reatar os trechos de DNA da bactéria *Escherichia coli* depois de terem incluído na sequência um gene de sapo africano *Xenopus leavis*. Provaram com isso que o código genético era de fato universal, já que, o DNA de espécies tão distantes era compatível entre si. Desta forma nasceu a técnica do DNA recombinante ou engenharia genética, em decorrência da biotecnologia moderna, que lançou as bases de uma nova indústria: a indústria biotecnológica.

Logo após o surgimento da engenharia genética, um grupo de cientistas desta área, especialmente preocupados com as possíveis consequências envolvendo a recém criada técnica do DNA recombinante, exigiu uma moratória das experiências, por meio de publicações ocorridas no ano de 1974, pela revista americana, *Science* e a inglesa, *Nature*. Estes eventos culminaram na Conferência de Asilomar, ocorrida em fevereiro de 1975, reunindo 140 cientistas americanos e estrangeiros, com o objetivo de regulamentar a questão da segurança dos experimentos. Após se enquadrar em severas medidas de segurança, estes puderam ser retomados. Todos os países participantes acataram as recomendações do RAC (*Recombinant DNA Advisory Committy*). Os pesquisadores se comprometeram a impedir que os micro-organismos manipulados saíssem dos laboratórios, tomando as precauções físicas e biológicas apropriadas (GUÉRIN-MARCHAND, 1999).

As primeiras plantas geneticamente modificadas surgiram em 1983, já as primeiras autorizações para plantio experimental ocorreram na República Popular da China, em 1990, primeiramente com o tabaco resistente a vírus, seguido pelo tomate igualmente resistente. Em 1992, a empresa Calgene obteve a primeira aprovação nos EUA para comercializar um alimento geneticamente modificado, o tomate *Flavr-Savr*, que apresentava o amadurecimento retardado e, dois anos depois, a soja *Roundup Ready* (GUERRANTE, 2003).

2 CONCEITO DE OGM E TRANSGÊNICOS

Infelizmente, ainda não há consenso em relação à definição de alguns termos referentes à manipulação genética, a exemplo disso: Rafaela Di Sabato Guerrante chama a atenção para uma diferença semântica pouco observada, transgênicos e OGMs não são sinônimos:

Conceitualmente, todo transgênico é um OGM, mas nem todo OGM é um transgênico. Isto ocorre porque se considera transgênico o organismo cujo material genético (genoma) foi alterado, por meio da técnica do DNA recombinante, pela introdução de fragmentos de DNA exógenos, ou seja, provenientes de organismos de espécie diferente da espécie do organismo alvo. [...] Os organismos geneticamente modificados, por sua vez, podem ser transgênicos ou não. Se o organismo alvo for modificado geneticamente por um ou mais genes provenientes de um organismo da mesma espécie do organismo alvo, este é considerado um organismo geneticamente modificado (GUERRANTE, 2003, p.04).

Em sentido contrário, Quirino (2008) prefere evitar estas nuances, usando a palavra “transgênico” e “organismo geneticamente modificado” como equivalentes.

A distinção é necessária quando se leva em conta a avaliação dos riscos, pois, em tese, um OGM que não ultrapassa a barreira das espécies é menos imprevisível, consequentemente, menos perigoso que um transgênico, desta forma é impróprio considerar ambos como idênticos.

Por sua vez, a nova Lei de Biossegurança Lei nº 11.105/05 (BRASIL, 2005), em seu artigo 3º, inciso V, simplesmente conceitua: “organismo geneticamente modificado – OGM: organismo cujo material genético (DNA/RNA) tenha sido modificado por qualquer técnica de engenharia genética”.

3 APLICAÇÕES E RISCOS DOS OGMS

Os OGMs podem ser divididos por gerações ou ondas. Os de primeira geração possuem aplicações agrônomicas de resistência a herbicidas, a pestes, a vírus e estresses ambientais, sendo estes os mais comuns. Já os de segunda geração equivalem àqueles OGMs que têm um melhoramento nutricional, seja qualitativo e/ou quantitativo. Finalmente, os de terceira geração se destinam à composição de produtos especiais, tais como anticorpos, hormônios e vacinas (GUERRANTE, 2003).

Em contrapartida, são vários os pesquisadores, cientistas e ambientalistas que apontam para os riscos decorrentes da produção e consumo de alimentos GMs, seja

de que geração for. Os riscos mais aparentes e citados são: eliminação de insetos e microorganismos benéficos ao equilíbrio ecológico, decorrente da exposição à substâncias tóxicas produzidas pelos vegetais GMs; fluxo gênico que ocorre quando da contaminação de plantios convencionais, por meio de troca de pólen entre culturas de polinização aberta, convencionais e geneticamente modificadas; transferência horizontal de genes que consiste na transferência de material genético entre células e genomas de espécies que não se relacionam naturalmente na natureza, por processos diferentes do reprodutivo; geração de “superpragas” pois o uso de biopesticidas pode favorecer o desenvolvimento de resistência na população alvo; aumento do uso de defensivos; redução da produtividade das colheitas; surgimento de novas substâncias ou aumento nos níveis de concentração de substâncias já existentes; oligopolização do mercado, permitindo a grandes empresas terem o controle do preço final dos produtos, levando ao aumento dos preços desses, tendo em vista a vulnerabilidade dos mecanismos estatais de controle; dependência e exclusão dos pequenos agricultores.

4 PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Etimologicamente, a palavra princípio, de matriz grega, tem a origem do latim “*principum*”, que significa início, começo, são regras jurídicas fundamentais de um sistema, que lhe apontam a direção a ser seguida e que orientam na interpretação e na aplicação das demais normas jurídicas (BARRETTO, 2001).

Nas palavras de Celso Antônio Bandeira de Mello:

Princípio é, por definição, mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas compondo-lhe o espírito e servindo de critério para sua exata compreensão e inteligência exatamente por definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmônico (MELLO, 2003, p.817).

Na sequência, o autor nos alerta para a importância dos princípios em nosso ordenamento dizendo: “Violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos” (MELLO, 2003, p.818).

Portanto, fica manifestada a importância dos princípios em nosso ordenamento, porém, algumas medidas e interpretações por parte de determinados setores do Estado brasileiro estão aquém desta importância, deixando que interesses econômicos predominem sobre garantias constitucionais, como ficará evidenciado nas próximas linhas.

Dentre os diversos princípios aplicáveis ao uso de OGMs, o da precaução se destaca. O princípio da precaução (*vorsorgeprinzip*) está presente no Direito alemão desde os anos 1970, ao lado do princípio da cooperação e do princípio do poluidor-pagador (MACHADO, 2001). E mesmo tendo sido largamente utilizado no mundo desde então, não há uma uniformidade em sua conceituação, pois as Declarações, Tratados, Cartas e Leis se limitam a indicar que o princípio da precaução deve ser aplicado a questões ambientais e de saúde pública (CERÂNTOLA, 2006), mas não há dúvidas que sua concepção é uma das maiores inovações do Direito Ambiental do século XX. Depreende-se que, quando uma atividade suscitar a possibilidade de causar danos à saúde humana ou ao meio ambiente, medidas precautórias devem ser tomadas, mesmo sem comprovação científica de causa e efeito.

Antes do princípio da precaução, tinha-se que ações para prevenir danos eram normalmente tomadas somente depois que as provas significativas de dano fossem estabelecidas, muitas vezes sendo tarde demais. Neste sentido, o princípio da precaução é um método de proteger a saúde e o meio ambiente, quando ainda existe a incerteza científica sobre causa e efeito. Vejamos um caso prático, ainda que muito singelo, no entanto atual: nos últimos meses, temos observado uma massiva utilização de máscaras para cobrir boca e nariz para sair nas ruas do México, nos aeroportos ou mesmo em outros países atingidos pela *influenza A (H1N1)*, mesmo que ainda não haja evidências científicas que comprovem a efetiva proteção deste dispositivo. Segundo o professor John Oxford, um virologista de um destacado hospital de Londres, o *Barts and the London*, “na realidade, há muito poucas provas de que as máscaras dão proteção real contra a gripe” (SOCIEDADE BRASILEIRA DE INFECTOLOGIA, 2009).

Convém ponderar que a ausência de comprovação não equivale à comprovação da ausência.

Quanto a sua previsão, o princípio da precaução está consagrado expressamente na Declaração do Rio de Janeiro², escrita em seu princípio nº 15:

De modo a proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deve ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaça de danos sérios ou irreversíveis, a ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada com razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental (MACHADO, 2001, p.50).

2 Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, tendo se reunido no Rio de Janeiro, de 3 a 14 de junho de 1992, reafirmando a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, adotada em Estocolmo em 16 de junho de 1972.

A aplicação do princípio da precaução se relaciona intensamente com a avaliação prévia das atividades humanas (MACHADO, 2001), neste sentido a Declaração do Rio de Janeiro/92 preconizou também a necessidade de estudo de impacto ambiental, dizendo no princípio nº 17:

A avaliação de impacto ambiental, como instrumento nacional, deve ser empreendida para atividades planejadas que possam vir a ter impacto negativo considerável sobre o meio ambiente, e que dependam de uma decisão de uma autoridade nacional competente (DECLARAÇÃO..., 2009).

A nova Lei de Biossegurança (BRASIL, 2005) também faz referência expressa ao princípio da precaução em suas disposições preliminares e gerais no seu artigo 1º, quando traz “como diretrizes o estímulo ao avanço científico na área de biossegurança e biotecnologia, a proteção à vida e à saúde humana, animal e vegetal, e a observância do princípio da precaução para a proteção do meio ambiente”. É sobremodo importante assinalar que a Constituição Federal no seu artigo 225 é implícita quanto ao princípio da precaução, mas explicita quanto à necessidade de estudo prévio ambiental estabelecendo:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. [...]

1§, II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; [...]

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente (BRASIL, 2006, grifo nosso).

Da dicção do artigo acima citado, extrai-se que não há qualquer discricionariedade para a Administração Pública, quanto a exigir ou não o estudo do impacto ambiental, na hipótese de pedido de licenciamento de atividade ou obra potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente; a palavra “potencialmente” abre espaço não apenas ao dano conhecido, mas principalmente ao dano incerto.

5 CONFUSA CRIAÇÃO DA COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA (CTNBio)³

Em janeiro de 1995, nos primeiros dias do mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Congresso Nacional aprovou a primeira lei a tratar de biossegurança, a Lei nº 8.974 (revogada posteriormente pela lei nº 11.105/05), que estabeleceu normas para uso das técnicas de engenharia genética e liberação de organismos geneticamente modificados no meio ambiente. A primeira lei de biossegurança tentou regular também a criação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), mas foi parcialmente vetada pelo chefe do poder executivo em dois artigos essenciais, o que criava a CTNBio e o que definia sua composição. A lacuna legal decorrente deste veto precisou ser regulada pelo decreto nº 1.752/95, que deu competência e composição à CTNBio, conferindo-lhe competência para emitir parecer técnico prévio conclusivo sobre “qualquer liberação de OGM no meio ambiente”, bem como “uso, transporte, armazenamento, comercialização, consumo, liberação e descarte de produto ou derivados” (CERÂNTOLA, 2006, p.89) . Mas permaneceu uma dúvida, no sentido de quem seria a competência final para autorizar as atividades envolvendo OGMs, seria da CTNBio ou dos Ministérios por meio de licenciamento.

Durante a conturbada e contestável existência da CTNBio, houve a emissão de inúmeras instruções normativas, pareceres técnicos prévios conclusivos e certidões de qualidade em biossegurança. Ao apreciar o pedido da Monsanto para liberação da soja RR, a CTNBio dispensou o estudo de impacto ambiental, e conseqüentemente, Relatório de Impacto ao Meio Ambiente – EIA/RIMA. A CTNBio tomou esta decisão com base no decreto nº 1752/95.

A Ação Civil Pública promovida contra a União pelo Instituto de Defesa do Consumidor – IDEC impossibilitou que tal medida fosse colocada em prática.

Em 16 de setembro de 1998, a decisão da Justiça Federal, baseando-se no princípio da precaução, foi favorável à Ação Civil Pública proibindo a União de autorizar o plantio comercial de soja transgênica enquanto não regulamentasse a comercialização

3 A CTNBio é uma instância colegiada multidisciplinar, criada através da lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, cuja finalidade é prestar apoio técnico consultivo e assessoramento ao Governo Federal na formulação, atualização e implementação da Política Nacional de Biossegurança relativa a OGM, bem como no estabelecimento de normas técnicas de segurança e pareceres técnicos referentes à proteção da saúde humana, dos organismos vivos e do meio ambiente, para atividades que envolvam a construção, experimentação, cultivo, manipulação, transporte, comercialização, consumo, armazenamento, liberação e descarte de OGM e derivados. Disponível em: <<http://www.ctnbio.gov.br/index.php/content/view/2.html>>. Acesso em: 10 jun 2009.

e realizasse o estudo de impacto ambiental. Apesar da proibição judicial, a CTNBio concluiu, em 24 de setembro de 1998, que não havia razões científicas para a proibição do uso comercial da soja RR.

Para resolver esta questão, em 2001 foi editada a Medida Provisória nº 2.191-9, que deu nova redação a alguns artigos da Lei 8.974/95, determinando que os órgãos da administração devam acatar o parecer da CTNBio, todas as ações que dependeram de decisões da CTNBio foram paralisadas ou atrasadas neste período. O impasse somente foi definitivamente resolvido com a edição da nova Lei de Biossegurança em 2005. Que estabeleceu como competência da CTNBio, dentre outras, emitir o Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB), designar as atribuições da Comissão Interna de Biossegurança (CIBio) das instituições com a CQB e os pareceres técnicos conclusivos para autorizar experimentos ou uso comercial de OGM, criou o Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS) como instância máxima para dirimir divergências quanto aos pareceres da CTNBio relativos ao uso comercial de OGM (QUIRINO, 2008, p.109).

6 SOJA CONTRABANDEADA, MAS LEGITIMADA POR MEDIDAS PROVISÓRIAS

Em 1996, os Estados Unidos colheram as primeiras safras de soja transgênicas; pouco tempo depois, muitas sementes de soja GM chegaram ao Brasil, contrabandeadas do Paraguai e Argentina. Sem fiscalização eficaz, as plantações irregulares se espalharam pelo sul e centro-oeste do Brasil. Essa situação se repetiu ano a ano, os agricultores, em total desrespeito à legislação vigente na época, continuaram sistematicamente a plantar sementes de soja transgênica contrabandeada, aumentando exponencialmente as áreas plantadas safra a safra. Só este fato por si já evidencia o despreparo e/ou a falta de cuidado de nossas autoridades frente ao tema, mas o cúmulo somente ocorreu em 2003, quando começou o mau uso de medidas provisórias para legalizar essa soja, como se verá nas linhas que se seguem. A Medida Provisória está prevista na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 62, com a seguinte redação: “Em caso de **relevância e urgência**, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional” (BRASIL, 2006, grifo nosso).

Em 2003, o Presidente da República, cedendo às pressões exercidas por parte dos produtores rurais, edita a Medida Provisória (MP) nº 113, de 26 de março de 2003, sendo posteriormente convertida na lei 10.688, de 13 de junho de 2003. Essa MP legalizou a comercialização da safra de soja da variedade *Roundup Ready* de 2003,

produzida pela Monsanto⁴ e, indiretamente, autorizou o emprego do glifosato⁵, na medida em que esse tipo de soja fora geneticamente modificada justamente para resistir ao aludido herbicida. Variedade até então ilegal no Brasil, devido à falta de estudos que demonstrassem sua segurança ambiental e a saúde do ser humano, a MP/113 dispensou ainda o devido Estudo de Impacto Ambiental – EIA, exigido pelo artigo, 225, § IV da Constituição Federal, quando da instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação ao meio ambiente, sem dúvida sendo este o caso.

Em 25 de setembro de 2003, foi aditada mais uma medida provisória, a MP131/2003, convertida na Lei 10.814 de 15 de dezembro de 2003, que estabelece as normas para a comercialização da safra de soja de 2004, legalizando mais uma vez a soja *Roundup Ready*.

Pouco tempo depois, objetivando regularizar também a safra de soja de 2005, o Presidente Lula editou a provisória nº 223/04, de 14 de outubro de 2004, convertida na Lei 11.096 de 12 de janeiro de 2005.

As medidas provisórias editadas para legalizar a liberação das safras de soja transgênicas em oposição à decisão da Justiça Federal que determinou a suspensão do plantio, pesquisa ou comercialização de produtos transgênicos até que fossem apresentados estudos de impacto ambiental sugerem ofensa à independência e harmonia entre os Poderes, princípio previsto no artigo 2º da Constituição Federal de 1988 (CERÂNTOLA, 2006).

Como se depreende acima há novamente a mais completa falta de respeito ao princípio básico do Direito Internacional Ambiental, pela não adoção ao princípio da precaução, estampado nas três medidas provisórias editadas pelo chefe do poder executivo federal, além de inconstitucional, tendo visto que, não existe urgência em editar três MPs em espaço tão curto de tempo sobre o mesmo tema, fica claro que se priorizou pelo julgamento econômico em detrimento das garantias constitucionais. Ademais, antes de qualquer interesse econômico, principalmente quando interessar a poucas pessoas ou empresas, deve predominar a proteção à vida e à saúde dos membros da sociedade em geral.

4 A Monsanto é uma empresa americana, fundada em 1901, com sede em St. Louis, Missouri, (GUERRANTE, 2003, p.110) chegou ao Brasil em 1951 e sua sede no país localiza-se em São Paulo, mesmo estado onde foi instalada a primeira fábrica, na cidade de São José dos Campos (SP), em 1976, atualmente dedica-se a produzir herbicidas e sementes de milho, soja, algodão e hortaliças, e variedades de cana-de-açúcar.

5 O glifosato (N-(fosfonometil) glicina, C₃H₈NO₅P) é um herbicida sistêmico não seletivo, desenvolvido para matar ervas. Segundo a Monsanto, o glifosato liga-se fortemente ao solo, portanto não vai para os aquíferos. No solo, é rapidamente metabolizado por desfosforilação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o advento da biotecnologia moderna no final do século XX, nasceu também um grande desafio a ser enfrentado pelos Estados em suas três esferas, executivo, legislativo e judiciário. Deve-se acompanhar o rápido evoluir desta tecnologia de incertezas e de riscos, sem olvidar de promover e facilitar a conscientização, educação e participação da sociedade neste processo. Não se pode deixar que esta empreitada fique nas mãos das próprias empresas biotecnológicas, ou mesmo deixar de realizar o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente.

Analisando as Medidas Provisórias nº 113/03, 131/03 e 223/04, fica manifesto que o princípio da precaução não tem sido observado a contento em nosso país, tais medidas poderiam ter resultados desastrosos para o meio ambiente e para a saúde humana.

Fica nítido que durante todo o polêmico processo de disputa, o executivo tem tomado uma posição bastante favorável à liberação de organismos geneticamente modificados, de forma a acelerar sua aprovação em detrimento da precaução.

O princípio da precaução é fundamento basilar das normas de biossegurança, portanto, não pode ser esquecido ou abandonado no debate sobre segurança alimentar ou prevenção de riscos ambientais em hipótese alguma.

No atual momento, os OGMs são imprevisíveis e continuarão a ser por muito tempo, visto que a humanidade ainda está obtendo os dados iniciais, decorrentes desta tecnologia revolucionária, e sua aferição demanda uma análise cuidadosa a logo prazo.

Por fim, não há dúvidas que este é um tema que merece uma melhor análise, reflexão e debate.

REFERÊNCIAS

BARRETTO, V. P. **Dicionário de filosofia do direito**. Rio de Janeiro: Unisinos, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 38.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005. Estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 mar. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11105.htm>. Acesso em: 28. Set. 2009.

BRASIL. Tribunal Regional Federal (4. Região). Disponível em: <<http://www.trf4.jus.br/trf4/>>. Acesso em: 10 jul. 2009.

CERÂNTOLA, A. P. C. **O princípio da precaução e sua aplicação na biotecnologia moderna: uma medida de biossegurança**. 2006. 226p. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental) – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, São Paulo, 2006.

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA - CTNBio. Disponível em: <<http://www.ctnbio.gov.br/index.php/content/view/55.html>>. Acesso em: 04 jun. 2009.

DECLARAÇÃO do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/documentos/convs/decl_rio92.pdf>. Acesso em: 28 set. 2009.

GUÉRIN-MARCHAND, C. **Manipulação genéticas**. São Paulo: Edusc, 1999.

GUERRA, M. P.; NODARI, R. O. Avaliação de riscos ambientais de plantas transgênicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.18, n.1, p.81-116, jan./abr. 2001.

GUERRANTE, R. D. S. **Transgênicos: uma visão estratégica**. Rio de Janeiro: Interciência, 2003.

LEITE, M. **Os alimentos transgênicos**. São Paulo: Publifolha, 2000. (Série Folha Explica).

MACHADO, P. A. L. **Direito ambiental brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2001.

MATTE, Úrsula. **Histórico de fatos relevantes em genética**. 1999. Disponível em: <<http://www.bioetica.ufrgs.br/crogen.htm>>. Acesso em: 04 mar. 2009.

MELLO, C. A. B. **Curso de direito administrativo**. 15.ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

MENASCHE, R. Os grãos da discórdia e o trabalho da mídia. **Opinião Pública**, Campinas, v.11, n.1, p.169-191, mar. 2005.

MONSANTO. Disponível em: <<http://www.monsanto.com.br/index.asp>>. Acesso em: 10 jul. 2009.

QUIRINO, B. **Revolução dos transgênicos**. Rio de Janeiro: Interciência, 2008.

SALLES, Y. Plantação de transgênicos cresce 5,3% no Brasil em 2008. **Folha Online**, São Paulo, 11 fev. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u502291.shtml>>. Acesso em: 04 mar. 2009.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE INFECTOLOGIA – SBI Disponível em: <http://www.infectologia.org.br/default.asp?site_Acao=mostraPagina&paginaId=134&mNoti_Acao=mostraNoticia¬iciald=5793>. Acesso em: 25 jun. 2009.

OS RISCOS AMBIENTAIS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO AMBIENTAL E DA GESTÃO MUNICIPAL

Camila Ferraz de Paula*

Karin Kässmayer**

RESUMO

Este artigo tem como base a análise da responsabilidade jurídica do município como ente federativo no tratamento dos resíduos sólidos urbanos, assim como sua competência legislativa e a eficácia de instrumentos já utilizados nesta atividade. A exemplo da situação de Curitiba, com o aterro do Caximba em seu nível máximo de utilização, questiona-se como os riscos urbano-ambientais acarretam o repensar da gestão urbana, que em vários municípios, tal qual Curitiba, demandam uma escala metropolitana. Neste aspecto atinente à competência da gestão de resíduos sólidos, os consórcios públicos contribuem para uma gestão conjunta de problemas urbanos que ultrapassam a escala local e demandam institutos de gestão associada e cooperação entre os entes federados, como os consórcios, disciplinados na Lei 11.107 de 2005.

Palavras-chave: resíduos sólidos; gestão urbana; urbanização; direito ambiental.

* Acadêmica do 3º ano do curso de Direito. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2008) da FAE Centro Universitário. E-mail: camilaferraz@gmail.com

** Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR). Professora da FAE Centro Universitário. Orientadora do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2008) da FAE Centro Universitário. E-mail: karin.kassmayer@fae.edu

INTRODUÇÃO

O interesse e a busca necessários de soluções para o destino e a responsabilidade pelos resíduos sólidos urbanos geram um grande debate, na atualidade. O uso de forma ilimitada dos aterros chega a seu auge e, na região metropolitana de Curitiba, o único aterro sanitário está prestes a ser desativado, por ter alcançado o seu limite máximo de capacidade.

Num país que descarta, segundo o IBGE, 70% de seu lixo a céu aberto (geração estimada de 100 mil toneladas/dia), a necessidade de se estabelecer políticas para reverter este quadro é urgente. O crescimento descontrolado das cidades e o aumento do volume do lixo se apresentam como algumas das maiores ameaças à existência humana e representam uma difícil tarefa ao gestor público. A esta questão estão atreladas outras problemáticas de cunho socioambiental: em primeiro lugar, a efetividade das cidades sustentáveis, prevista no Estatuto das Cidades (Lei 10.257 de 2001), em segundo, o desafio de uma gestão metropolitana eficaz, uma vez que o lixo urbano é uma questão de interesse espacial que ultrapassa os limites dos territórios municipais, e, por fim, a difícil tarefa de imputar a responsabilidade dos danos gerados pelos resíduos sólidos descartados sem o tratamento adequado.

Por estas razões, denota-se uma tendência mundial na busca de soluções técnicas que minimizem a geração de lixo. Políticas de reciclagem e re-uso de materiais demandam o apoio e a cobrança de políticas públicas que contemplem o estímulo e a conscientização da população, o desenvolvimento de programas de coleta seletiva pelos órgãos governamentais, a ação responsável das empresas e a inclusão social dos catadores de papel, que possuem papel relevante na seleção dos resíduos¹.

Além das iniciativas de ordem preventiva, outro fator de preocupação é o destino final dos resíduos urbanos. O alcance de metas ambientais previstas por órgãos internacionais e a sustentabilidade jamais serão alcançadas se não houver o compromisso dos governos municipais com a efetiva e eficaz gestão dos resíduos urbanos, que, quando não tratados adequadamente, possuem o condão de transformar nossas cidades em verdadeiros lixões a céu aberto. Os impactos decorrentes da má gestão dos resíduos urbanos não são apenas ambientais, mas principalmente sociais, já que a saúde, a qualidade de vida, o bem estar da coletividade e das futuras gerações estão em jogo.

1 Estas são as diretrizes previstas para o Consórcio Intermunicipal de Lixo Urbano de Curitiba e Região Metropolitana. No Rio de Janeiro, a Usina Verde, situada próxima ao Hospital Universitário, é um exemplo de tecnologia limpa de tratamento do lixo, através da incineração. Por fim, exemplos de cidades que possuem políticas públicas de inclusão social dos catadores são Uberlândia – MG e Ribeirão Preto – SP. Curitiba iniciou na década de 1990 uma política de separação do lixo reciclável.

A legislação da União Europeia é modelo de uma tendência de criação de planos estratégicos com metas a serem cumpridas pelos países membros. O Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (Persu) foi aprovado em 1997 e considerado um plano de referência na área dos resíduos sólidos urbanos.

Os objetivos do Persu são voltados à sustentabilidade ambiental e redução do volume de lixo destinado a aterro sanitário. Visam o encerramento das lixeiras, a criação de sistemas multimunicipais e intermunicipais de gestão de RSU (sistemas plurimunicipais), a construção de infraestruturas de valorização e eliminação e a criação de sistemas de coleta seletiva. Muito embora o considerável nível de estruturação e regulamentação do setor, houve a revisão deste plano, por diversos fatores, tais como as evoluções recentes ao nível da política comunitária de resíduos, novos regimes de gestão de resíduos, a percepção da necessidade de uma reflexão sobre a estratégia a adotar tendo em vista o cumprimento dos objetivos comunitários de desvio de resíduos urbanos biodegradáveis de aterro; a necessidade de assegurar o cumprimento dos objetivos de reciclagem e valorização, decorrentes das diretivas comunitárias e da legislação nacional; a importância de uma política de resíduos sólidos urbanos ajustada aos compromissos de redução das emissões de gases com efeito estufa assumidos no âmbito do Protocolo de Quioto, além da necessidade de articulação com outros documentos de orientação estratégica aprovados pelo Governo, relevantes para o enquadramento da política específica para os resíduos sólidos urbanos.

A revisão do Persu, designado por PERSU II, foi aprovada através da publicação da Portaria nº 187/2007, de 12 de fevereiro, em Portugal. Segue uma tendência de metas a serem alcançadas, sobretudo no tocante à entrada de novos países à União Europeia. O grande desafio é justamente alcançar estas metas, que muito embora elaboradas, são dificilmente alcançadas.

O papel dos municípios e das comunidades é de extrema importância para a implantação de um sistema que minimize os impactos causados pela disposição errônea do lixo. Ademais, o ordenamento jurídico brasileiro demanda uma ação preventiva e a responsabilidade dos municípios na gestão dos resíduos sólidos urbanos.

O artigo 225 da Constituição Federal, a Lei 10.257 de 2001, que dispõe sobre a Política Urbana e a Lei 6938/81, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente são a base legal que exige a implementação de tecnologias sustentáveis em busca da solução do lixo urbano. Não obstante, o Conama, Conselho Nacional do Meio Ambiente, órgão integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente, por meio de suas resoluções, estabelece as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos.

Faz-se importante mencionar a discussão a respeito do que se compreende por resíduo. Há diversas categorias de resíduos: urbanos, da construção civil, de

saúde, industriais, cada qual com tecnologias de tratamento e destinação próprias. O Conama estabeleceu, através de resoluções, tais diretrizes, como a Resolução n. 307/2002, n. 404/2008.

Este estudo, ao analisar esta problemática de gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos no município de Curitiba e sua região metropolitana, tendo como referência as leis ambientais vigentes, vem atender a uma necessidade desta região, bem como pode ser, em vários de seus aspectos, generalizado como referência para outras regiões metropolitanas do Brasil.

1 ASPECTOS GERAIS DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL E DA ÁREA DO ESTUDO

No município de Curitiba, vivenciamos a desativação do aterro sanitário que recebe os resíduos de Curitiba e sua região metropolitana. O aterro da Caximba situa-se a 23 km do centro da cidade, no bairro do Caximba, localizado entre os municípios de Araucária e Fazenda Rio Grande. O aterro recebe resíduos de quinze municípios da região metropolitana, além da capital: Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Contenda, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Pinhais, Piraquara, São José dos Pinhais, Mandirituba e Quatro Barras, que constituem o Consórcio Público de Resíduos Sólidos da região (Conresol). Hoje, há previsão de outros municípios participarem do Consórcio, elevando-se aquele número para 18 municípios.

O aterro recebe em média 1500 toneladas de resíduos diariamente, e até maio de 2004 já havia recebido 487 milhões de toneladas de lixo. Em maio de 2004, a falta de espaço físico no aterro acabou por impedir o depósito de lixo dos caminhões da prefeitura de Curitiba, o que a obrigou a construir um anexo que proporcionaria capacidade para apenas mais quatro anos.

A solução desta problemática pela Prefeitura de Curitiba foi de instituir uma data limite de recebimento de resíduos dos grandes geradores de lixo, supermercados, *shopping centers* e fábricas, por exemplo. Os demais municípios, a exemplo de Curitiba, deverão elaborar em breve legislação municipal para impedir que os grandes geradores (que produzem mais de 600 litros de resíduo) possam se utilizar do sistema de coleta do município e, por consequência, dispor seu lixo no Caximba.

O Conresol destina os resíduos sólidos urbanos coletados pelos municípios que fazem parte do Consórcio Intermunicipal para a gestão dos resíduos sólidos urbanos e que dispõe do Aterro do Caximba para destinação de seus produtos. O Caximba é o

único aterro sanitário da região metropolitana e já existe há quase 20 anos, tendo sido estabelecido em 1989 juntamente com o Programa de Reciclagem da capital.

O Conresol enfrenta sérias dificuldades de encontrar uma nova área passível de licenciamento ambiental para a instalação e implantação do novo Sistema Integrado de Processamento e Aproveitamento de Resíduos (Sipar). Este é um dos fatores de grande risco e geradores de inseguranças políticas e jurídicas.

Atualmente, há três áreas em estudo na região metropolitana de Curitiba passíveis de serem licenciadas pelo órgão estadual ambiental, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Estas áreas encontram-se no bairro da Caximba, em Curitiba, no município de Mandirituba e a última no município de Fazenda Rio Grande. Ocorre que há imbróglis jurídicos capazes de dificultar o licenciamento ambiental destas áreas.

A exemplo, a associação Aliança para o Desenvolvimento Comunitário do Bairro da Caximba ajuizou uma ação civil pública cujo pedido é a revogação da licença prévia no bairro da Caximba, devido aos impactos ambientais já existentes no local. O Município de Mandirituba, por sua vez, possui uma lei municipal (Lei 483/2008) que não autoriza o município a receber resíduos de outras cidades. Portanto, a insegurança jurídica justifica o repensar das políticas públicas municipais.

Mas, diferentemente de outras cidades que possuem lixões a céu aberto, Curitiba trata os seus resíduos com a tecnologia e o sistema do aterro sanitário. Este é um tratamento baseado em técnicas sanitárias (impermeabilização do solo, compactação e cobertura diária das células de lixo, coleta e tratamento de gases, coleta e tratamento do chorume), entre outros procedimentos técnico-operacionais responsáveis em evitar os aspectos negativos da deposição final do lixo, ou seja, proliferação de ratos e moscas, exalação do mau cheiro, contaminação dos lençóis freáticos e o surgimento de doenças. Este método exige um correto gerenciamento do volume de lixo diário encaminhado ao aterro, bem como a elaboração de um plano de encerramento de sua vida útil. Além disso, possui limitações quando analisado o aumento da quantidade de lixo inesperada de uma região, como ocorreu com Curitiba, que ocasiona a limitação da vida útil do aterro, transformando sua substituição uma tarefa difícil e custosa.

As organizações da sociedade civil, como a Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária (Amar), a Associação Atmosfera para o desenvolvimento sustentável (AADS) e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama), contestam a eficiência do tratamento realizado no Aterro da Caximba, argumentando que está longe de traduzir o ideal para o meio ambiente, pois o processo de tratamento gerenciado pela Prefeitura de Curitiba não corresponde aos padrões exigidos pela própria legislação estadual.

Apesar dos esforços empreendidos para o tratamento do chorume (principal subproduto do lixo tratado) pelos órgãos responsáveis por esta questão da Prefeitura de Curitiba, não há tecnologia hábil e suficiente para concluir o processo de tratamento adequado. Segundo o engenheiro agrônomo e técnico da Organização Não Governamental (ONG) Atmosfera, José Paulo Loureiro, isso reflete o despreparo da prefeitura para lidar com o lixo que a cidade produz. “O aterro existe desde 1989, sempre poluiu muito e nunca conseguiu cumprir esses índices”. Argumenta ainda que a Amar demandou uma ação civil contra o aterro do Caximba em 1991, situação esta que até os dias de hoje não se apresenta resolvida.

O estudo de caso do Aterro do Caximba leva ao questionamento, por exemplo, de como os riscos urbano-ambientais acarretam um repensar da gestão urbana, que em vários municípios, tal qual Curitiba, é uma gestão em que demanda uma escala metropolitana. Neste aspecto atinente à competência da gestão de resíduos sólidos, os consórcios públicos contribuem para uma gestão conjunta de problemas urbanos que ultrapassam a escala local e demandam institutos de gestão associada e cooperação entre os entes federados, como os consórcios, disciplinados na Lei 11.107 de 2005.

2 A INSEGURANÇA JURÍDICA NAS DECISÕES AMBIENTAIS

Uma das maiores preocupações em relação ao estudo do direito ambiental é justamente a efetividade das leis ambientais. Respectivamente, em relação ao aterro da Caximba, vê-se que a sociedade, alarmada, não está informada o suficiente quando o assunto a ser debatido é o destino dos resíduos sólidos no município.

Além disso, as decisões judiciais em matéria ambiental evocam o conceito de precaução e risco, ambos abertos, e muitas vezes acabam por não integrarem o princípio do desenvolvimento sustentável.

No caso de Curitiba, a licitação que decidirá o grupo de empresas que construirá a nova usina (usina, pois o edital prevê a utilização de outros meios de tratamento do lixo, assim reduzindo a utilização do aterro) para tratamento do lixo do consórcio de Curitiba e região metropolitana está com sérios problemas devido à insegurança jurídica gerada por ações judiciais que paralisam o processo. O impasse está na área de utilização para a Usina, visto que na região metropolitana de Curitiba há grande parte de áreas de mananciais, restando algumas opções, como Fazenda Rio Grande, Mandirituba e o próprio bairro do Caximba.

As ações judiciais têm obtido êxito, como por exemplo, o ocorrido no município de Mandirituba. Houve no dia 18/08/2009, a concessão da liminar, visando à

suspensão do tramite do projeto de Lei 0004/2009, perante a Câmara de Vereadores de Mandirituba, que trata da alteração da lei que “proíbe o ingresso de lixo de outros municípios nessa cidade”. A liminar visou à suspensão do trâmite tendo em vista haver um requerimento prévio ao pedido de urgência da discussão da lei de consulta popular. Portanto, não há certeza quanto à legislação de Mandirituba.

No tocante à área com licença prévia ambiental localizada no Bairro da Caximba, recentemente, aos 05/08/2009 concedeu o Tribunal de Justiça do Paraná por meio da decisão do Desembargador Rosene Arão de Cristo Pereira, uma liminar no Agravo de Instrumento ingressado pela Aliança para o Desenvolvimento Comunitário da Caximba – Adecom, processo nº 604303-4 que tramita na 5ª Câmara Cível.

A decisão, em sede de liminar, conferiu a tutela inibitória preventiva executiva à agravante (Adecom), a fim de impossibilitar que se promovam atos concretos de instalação de novo aterro sanitário no bairro Caximba. O Consórcio Intermunicipal para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos – Conresol, Município de Araucária, Município de Almirante Tamandaré, Município de Balsa Nova, Município de Bocaiúva do Sul, Município de Campina Grande do Sul, Município de Campo Largo, Município de Campo Magro, Município de Colombo, Município de Contenda, Município de Curitiba, Município de Fazenda Rio Grande, Município de Mandirituba, Município de São José dos Pinhais, Município de Piraquara, Município de Quatro Barras, Município de Quitandinha e Instituto Ambiental do Estado do Paraná – IAP, estão impedidos pela Justiça de instalar a usina nesta área. A Adecon ajuizou a ação Civil Pública com fim de não ver instalado novo empreendimento de “aterro sanitário” no bairro Caximba, alegando do risco de danos ambientais tendo em vista o passivo ambiental já existente na região.

Essa dificuldade para achar um local dificulta a execução do projeto e do início dos estudos da região e do solo, extremamente necessários para a instalação de uma usina de tratamento de lixo. As fases do licenciamento ambiental avançam lentamente.

A autonomia das cidades, a falta de um órgão supra municipal com autonomia própria e o conflito de interesses coletivos acabam dificultando as ações ambientais tão necessárias à adequada gestão dos resíduos sólidos urbanos. Os poderes públicos não devem ficar omissos.

3 A RESPONSABILIDADE DOS MUNICÍPIOS NA GESTÃO METROPOLITANA E SUSTENTÁVEL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

A política urbana pressupõe o ordenamento da vida das pessoas nas cidades e nos grandes centros metropolitanos. Normas viárias, gestão de resíduos sólidos, normas

edilícias e de controle de uso do solo urbano, políticas habitacionais e de saneamento fazem parte de um grande rol de dispositivos jurídicos voltados à regulamentação deste complexo território, salutar à vida humana e às suas atividades sociais e econômicas. “A questão urbana é um dos afloramentos, ao nível da estrutura de superfície, das contradições que se produzem ao nível da estrutura profunda das sociedades capitalistas” (SANTOS, 2001, p.60). A formulação de uma política urbana eficaz depende de uma análise conjuntural dos efeitos do sistema capitalista na estrutura da superfície.

O ordenamento jurídico brasileiro, na esteira de outros modelos legislativos, prevê na Constituição Federal princípios do direito urbanístico, além de instrumentos de gestão urbana, voltados ao bem estar da coletividade. Mas a história constitucional nacional nem sempre se apresentou desta forma. Mukai (2002) denuncia a falta de sistematização legal do urbanismo, que causou prejuízos à ordenação da vida das cidades². Com efeito, dada a divisão de competências, os assuntos urbanísticos são de competência concorrente federal, estadual e municipal, já que a planificação físico-social do solo, a ordenação das áreas urbanas e urbanizáveis e o policiamento administrativo das construções interessam a todas as esferas estatais.

Mesmo com o advento da Constituição de 1988, que contém dispositivos que tratam especificamente da política urbana e consagra o princípio da função social da propriedade e das cidades³, a legislação urbanística continua a ser uma

[...] colcha de retalhos, sem nenhuma sistematização coerente de suas normas para todo o território nacional. A setorialização dos assuntos, legislações específicas e conexas com o urbanismo, o casuísmo prejudicial, e especialmente a falta de normas e sanções adequadas para o controle e fiscalização do uso do solo urbano, fazem do nosso direito do urbanismo uma matéria cujo estudo e sistematização é quase tarefa de construção, antes que de simples análise e pesquisa (MUKAI, 2002, p.69).

Diante da ausência de sistematização, busca-se analisar a compreensão do que vem a ser a cidade do ponto de vista do direito. Defronte à aclamada ausência de fronteiras decorrente da expansão descontrolada e da própria fragmentariedade do tecido urbano, será possível regulamentar juridicamente a cidade? O desafio que se impõe é o de tomar um fenômeno vivo, mutante, híbrido e multifacetário como um simples objeto do direito, como um bem jurídico garantido de proteção constitucional.

2 A este respeito, tem-se que a Constituição de 1946 foi omissa sobre o urbanismo.

3 Art. 182, art. 5º. A função social da propriedade foi elevada a princípio constitucional no art. 160, III da CF de 1969. As constituições de 1946 e a Carta de 1967 não dispuseram expressamente sobre o urbanismo.

A conotação da cidade enquanto objeto protegido pelo direito conduz a outro questionamento: no que se refere às cidades, qual o direito que as protegem? Um sistema jurídico originário de um paradigma legalista – liberal ou um sistema jurídico novo, assegurador de interesses difusos ou coletivos? Esta questão remete a respostas contraditórias no que diz respeito à acepção jurídica do direito à cidade. À luz da primeira perspectiva, o direito à cidade representa o direito de propriedade: a soma de lotes, a regulação das relações de vizinhança e o poder de polícia legitimado a agir por intermédio dos instrumentos jurídicos tradicionais, oriundos do direito administrativo: as limitações administrativas urbanísticas, as desapropriações e os tributos regulatórios. A cidade, neste aspecto, é a expressão da soma de direitos individuais de propriedade.

Ocorre que ao direito urbano se interliga o direito ambiental, uma vez que dentre as competências locais dos municípios está a proteção do meio ambiente. Neste tocante, a gestão dos riscos urbanos permanece em debate, seja pela existência de múltiplos microssistemas e suas múltiplas causalidades ou das pequenas – mas permanentes – forças degradativas, tal qual a poluição do solo decorrente do descarte dos resíduos sólidos urbanos. A responsabilidade solidária do poder público e dos particulares é imprescindível à resolução dos conflitos entre os valores de preservação ambiental e demais valores sociais.

A sustentabilidade pressupõe o controle e gestão de riscos e incentiva o poder local a cumprir uma função essencial na adoção de políticas públicas voltadas à sua efetivação. O município é um espaço político cujos atores podem verificar de forma direta as peculiaridades ambientais de sua localidade, condizentes às características geofísicas determinantes de condições ambientais, as quais indicarão previamente possíveis dificuldades na organização territorial.

As políticas de gestão de resíduos sólidos, embora devam estar embasadas em diretrizes originárias de legislação estadual e até mesmo federal (mesmo que até o momento não haja uma lei de política nacional de resíduos sólidos), demandam dos municípios a responsabilidade jurídica de criar uma política municipal de gestão dos resíduos sólidos que tenha como base os princípios da prevenção, sustentabilidade e responsabilidade. A lei 11.445 de 2007 inaugura este novo paradigma com a atenção voltada à autonomia do município e a responsabilidade de estes entes federativos desenvolverem seu plano municipal de resíduos sólidos. Ademais, é no ambiente local que se solucionam questões de ordem global, bem como a sustentabilidade.

Entretanto, embora a Constituição Federal de 1998 atribua a autonomia plena aos municípios e a legislação ambiental forneça as bases principiológicas para uma gestão sustentável dos resíduos sólidos, a tendência do crescimento das cidades e a

formação de aglomerados urbanos não está prevista no ordenamento jurídico brasileiro como um espaço com competência própria.

Sendo assim, as cidades, tal qual Curitiba, expandem suas franjas urbanas e em uma interconexão social e ambiental os limites territoriais se fundem em uma cidade metrópole. Não há como realizar, com precisão, uma exata definição do que é Curitiba, São José dos Pinhais, Araucária ou Campo Largo, por exemplo. Há uma unicidade espacial e uma diversidade de territórios legais. Nesta situação, os municípios devem gerir inúmeras questões e políticas públicas de forma integrada, já que os problemas dos resíduos sólidos, transporte, proteção ambiental e de saúde, por exemplo, interessam concomitantemente a todos.

Neste sentido, os consórcios públicos surgem como um instrumento jurídico apto a gerenciar problemas atinentes a questões supra-locais, que envolvem vários entes da federação. Em razão de uma espacialidade comum, o gerenciamento dos resíduos sólidos metropolitano se constitui em uma ferramenta importante para os municípios.

A lei 11.107 de 2005 prevê a possibilidade de uma gestão supramunicipal através de consórcios. E, por tal motivo, os municípios da região metropolitana de Curitiba optaram em unir forças para tratar de forma conjunta o problema do lixo urbano. Todavia, uma questão de especial atenção deve ser dada às responsabilidades de cada ente participante do consórcio, principalmente no tocante à legislação ambiental.

A exemplo das discussões do consórcio, há municípios que não permitem aterros em seu território. Entendemos que estes municípios sequer poderiam ser parte integrante deste Consórcio. Outra questão que merece discussões é a atinente ao passivo ambiental de um consórcio, tal qual o que será deixado no próprio município de Curitiba pelo Caximba. Estarão todos os municípios contribuintes com a destinação de seu lixo neste aterro solidariamente responsáveis pelo passivo ambiental a ser deixado às futuras gerações?

Sendo assim, através do presente estudo, viabilizou-se analisar a legislação urbano-ambiental brasileira no tocante à temática dos resíduos sólidos urbanos. Considerando que o direito ambiental possui uma interface com o direito urbanístico, e é da competência municipal a gestão dos resíduos sólidos, observou-se que é da responsabilidade do gestor público municipal a destinação adequada dos resíduos de seu município.

Com a existência de instrumentos públicos que permitem a gestão associada e a concretização do federalismo regional, os consórcios intermunicipais para o tratamento de resíduos sólidos urbanos se caracterizam como uma solução jurídica e

tecnológica a municípios que estão interligados e cujas franjas urbanas se mesclam em um território supra municipal.

Assim, há a possibilidade de enfrentarem questões ambientais e sociais em conjunto. Para tanto, a legislação municipal destes entes em cooperação devem estar em consonância. E o Estado, por sua vez, deve viabilizar estas alternativas, inclusive participando como parte do Consórcio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão dos resíduos sólidos urbanos ainda é incipiente no Brasil. Muito embora haja um corpo principiológico e normativo do Direito Ambiental, faz-se necessário ao gestor urbano atrelar os princípios do direito urbano ao direito ambiental. Com a existência de instrumentos públicos que permitem a gestão associada e a concretização do federalismo regional, os consórcios intermunicipais para o tratamento de resíduos sólidos urbanos se caracterizam como uma solução jurídica e tecnológica a municípios que estão interligados e cujas franjas urbanas se mesclam em um território supra municipal.

Assim, há a possibilidade de enfrentarem questões ambientais e sociais em conjunto. Para tanto, a legislação municipal destes entes em cooperação devem estar em consonância.

No tocante aos resíduos sólidos, o consórcio intermunicipal permite a municípios que se encontram em uma especialidade próxima a gerir em conjunto questões de interesse ambiental e social, tal qual os resíduos sólidos urbanos. Mas estes instrumentos devem ser aprimorados e a responsabilidade ambiental, definida com exatidão.

REFERÊNCIAS

- BECK, U. **La sociedad del riesgo**: hacia una nueva modernidad. Madrid: Paidós, 1998.
- BUSSI, M. P. D. Gestão democrática da cidade. In: DALLARI, A. A.; FERRAZ, S. (Orgs.). **Estatuto da cidade**: comentários à lei federal 10.257/2001. São Paulo: Malheiros, 2003. p.322-341.
- CARRERA, F. **Cidade sustentável**: utopia ou realidade? Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2005.
- CARVALHO, A. L. S. Gestão democrática no estatuto da cidade: aspectos jurídicos da experiência de Porto Alegre – dos instrumentos de gestão democrática urbana. In: PRESTES, V. B. (Org.) **Temas de direito urbano-ambiental**. Belo Horizonte: Forum, 2006. p.87-108.

CENCI, D. R. et al. **Estudo de partes da região sudoeste de Curitiba e da APA do Passaúna:** elementos para a caracterização da área. Curitiba: UFPR, 2006. Trabalho apresentado a Oficina II, Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná.

DALLARI, A. A. et al. **Estatuto da cidade.** São Paulo: Malheiros, 2003.

DALLARI, D. A. **O que é participação política.** 14.ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

DAVIS, M. **Planeta favela.** São Paulo: Boitempo, 2006.

DEMAJOROVIC, J. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental.** São Paulo: Senac, 2003.

DIAS, D. S. **Desenvolvimento urbano.** Curitiba: Juruá, 2002.

DOWBOR, L. **O que é poder local.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

FERNANDES, E. Estatuto da cidade: promovendo o encontro das agendas “verde” e “marrom”. In: FERREIRA, H. S.; LEITE, J. R. M. (Orgs.) **Estado de direito ambiental:** tendências – aspectos constitucionais e diagnósticos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p.293-330.

FERNANDEZ, M. A. (Comp). **Ciudades em riesgo:** degradación ambiental, riesgos urbanos y desastres en America Latina. Lima: La Red, 1996.

FISCHER, T. (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais:** marcos teóricos e avaliação. Salvador: Associação Educacional Leonardo da Vinci, 2002.

_____. **Poder local:** governo e cidadania. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1993.

FRANCISCO, C. A. **Estatuto da cidade comentado.** São Paulo: J. de Oliveira, 2001.

GALBRAITH, J. K. **O Pensamento econômico em perspectiva:** uma historia critica. São Paulo: Pioneira, 1989.

GIDDENS, A. **Para além da esquerda e da direita.** São Paulo: UNESP, 1996.

GORE, A. Direção: Davis Guggenheim. Estados Unidos: Lawrence Bender Productions. **Uma verdade inconveniente.** 2006. 1 DVD.

KASSMAYER, K. **Desenvolvimento sustentável:** uma passagem de seu conceito à aplicabilidade urbana. 2005. 210p. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico e Social) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2005.

LEFF, E. **La complejidad ambiental.** Disponível em: <<http://www.prodema.ufpb.br/revistagaia/>>. Acesso em: 15 jun.2007.

LEUZINGER, M. D. **Meio ambiente:** propriedade e repartição constitucional de competências. Rio de Janeiro: Esplanada, 2002.

MACHADO, M. R. A. **Sociedade do risco e direito penal:** uma avaliação de novas tendências político-criminais. São Paulo: IBCCrim, 2005.

MARX, K. **O capital.** São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

MOTTA, R. S. **Econômica ambiental.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

MUKAI, T. **Direito urbano-ambiental brasileiro.** 2.ed. São Paulo: Dialética, 2002.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 12.ed. Porto: Edições Afrontamento, 2001.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SISINNO, C. L. S. (Org.). **Resíduos sólidos, ambiente e saúde**: uma visão multidisciplinar. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

SOARES, G. F. S. **Direito internacional do meio ambiente**: emergência, obrigações e responsabilidades. São Paulo: Atlas, 2001.

WOLKMER, A. C. **Ideologia, estado e direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO NA FORMAÇÃO DO SUJEITO ÉTICO

Ítalo Kiyomi Ishikawa*

Vagner Sassi**

RESUMO

O crescente interesse da sociedade contemporânea pela ética, em vista de assegurar um real compromisso e engajamento socialmente responsável, necessita de clareza e de uma conceituação que não seja meramente prescritiva. Pensadores contemporâneos, como Foucault, apresentam a ética em seu sentido originário, como uma valorização do sujeito diante de si mesmo, como uma arte de vida. Com base nesses pressupostos, o presente artigo propõe uma investigação da ética a partir dos processos pelos quais os sujeitos podem se constituir livre e criativamente como tais.

Palavras-chave: ética; subjetividade; estética da existência; cuidado de si.

* Acadêmico do 2º ano do curso de Direito. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2008) da FAE Centro Universitário. E-mail: italo_ishikawa@hotmail.com

** Doutor em Filosofia (PUCRS). Professor da FAE Centro Universitário. Orientador do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2008) da FAE Centro Universitário. E-mail: vagner.sassi@bomjesus.br

INTRODUÇÃO

O tema da ética tem sido amplamente usado nos mais diversos campos do saber e com as mais distintas conotações. Multiplicam-se os discursos sobre ética na política, bioética, responsabilidade social e empresarial, códigos de ética, regras de conduta profissional etc. No entanto, ainda que polissêmica e oferecendo possibilidades de variadas interpretações, a concepção que se tem de ética sempre pressupõe uma conotação essencialmente particularista e moral.

Em meio a tantos e heterogêneos discursos, o presente artigo se propõe a uma reflexão que aborde a ética em seu sentido originário e não apenas derivado (moral). Considerada assim em sua propriedade, a ética surge então não tanto como a correção da ação moral, mas como as formas pelas quais o sujeito se constitui como sujeito ético diante de si mesmo, elevando a si, através de práticas livremente assumidas, a uma estilização moral da existência.

A necessidade de tal compreensão originária da ética surge em decorrência da crise moral presente na sociedade contemporânea. No momento em que a mera reformulação e substituição de códigos morais não surtem mais qualquer efeito para a compreensão da existência humana, urge ultrapassar o aspecto factual de ações e comportamentos em vista de uma abordagem verdadeiramente dinâmica e criativa do agir humano a partir do que lhe é essencial.

Considerando a amplitude da questão proposta, bem como as limitações inerentes a esta apresentação, o presente artigo se propõe a discorrer sobre três temas, a saber, sexualidade, estética da existência e processos de subjetivação.

Em um primeiro momento, apresenta-se, a modo de fundamentação teórica, uma síntese das investigações realizadas por Michel Foucault e que foram expostas na sua obra intitulada *História da Sexualidade*, publicada em três volumes entre 1976 e 1984. Considerando que a sexualidade é um dentre os modos históricos pelos quais o ser humano faz a experiência de constituir-se enquanto sujeito, cumpre observar as formas como os gregos abordaram a liberdade ativa do sujeito ético.

A partir das observações de Foucault (1985a), bem como dos desdobramentos do seu conceito de Cuidado de Si, propõe-se uma pesquisa em termos de crítica a toda e qualquer abordagem ética de caráter necessário e universal elaborada em fundamentos rígidos em termos de códigos e normas. Considerando a primazia da experiência e do caráter relacional do ser humano, ressalta-se a necessidade de uma compreensão da ética enquanto estética da existência.

As conclusões da pesquisa, recolhidas em um terceiro e último momento, direcionam-se para os modos concretos como tal estética da existência acontece

em termos de processos de subjetivação. Considerando que a compreensão do ser humano na modernidade se dá em termos de sujeito, apresenta-se, a título de conclusão, um questionamento em favor de novas formas de subjetividade e da criação inventiva de novos modos de existência e estilos de vida.

Ainda que em sua brevidade, a trajetória do presente artigo envolve uma análise crítica da mentalidade ética contemporânea, ressaltando os modos como o ser humano pode fazer a experiência de si mesmo enquanto sujeito. Em termos de um pensamento radical, talvez seja esta uma das principais tarefas a que o ser humano é hoje convocado em vista de um real compromisso e engajamento ético e socialmente responsável.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

A correção da ação moral sempre foi objeto do saber filosófico, ora enfatizando princípios que qualificam a ação como boa, conceituação característica das éticas deontológicas; ora valorizando os resultados e as consequências como critérios para a moralidade, característica das éticas teleológicas.

O pensamento contemporâneo, todavia, não se dirige para a ação moral, mas parte em busca da pergunta pelo sujeito da ação. A questão “a que preço se pode falar a verdade de nós mesmos?” perpassa toda investigação ética. Ao se perguntar pelo sujeito da ação moral, não só se inverte a busca filosófica pela eticidade da ação, mas se opera uma virada no itinerário do pensamento que se detém no sujeito historicamente construído.

Para o desenvolvimento de tal temática, torna-se relevante considerar as investigações desenvolvidas por Michel Foucault (1926-1984). Foucault foi um dos mais originais pensadores do século XX, sendo que suas ideias tiveram grande impacto na filosofia, na história, na psicologia e nas ciências sociais.

No primeiro volume de seu livro *História da Sexualidade: A Vontade de Saber*, Foucault (1985a) desvenda os discursos que se produziram em torno da sexualidade no Ocidente, nos últimos 300 anos. Ele observa que nenhuma sociedade tem falado tanto e tão prolixamente sobre o sexo, a ponto deste se tornar objeto da ciência, da educação, da religião, da estatística etc. Assim, a formação do sujeito ético atravessa sua sexualidade, não mais como a *aphrodísia* grega, mas como uma *scientia sexualis*.

Em 1215, o Concílio de Latrão decidiu-se por colocar o desejo, além do sexo, em discurso: aos cristãos é dado o dever de confessar, além dos desvios, traições, promiscuidades e perversões, todo tipo de desejo vão; toda vontade obscura do coração

tem de ser inquirida. Somente a confissão e a interpretação do desejo pode garantir a pureza da alma, que deve ser conquistada através da eliminação dos pensamentos impuros e por práticas penitenciais.

No século XVI, a pedagogia apropriou-se do discurso sobre o sexo da prática cristã e o aplicou na educação: o sexo da criança é o segredo que todos sabem e deve ser escondido. Na latente sexualidade juvenil repousa o perigo da degradação moral, da perversão da mente e do enfraquecimento do corpo. A casa burguesa será o ambiente onde os bons costumes da higiene, dos bons modos e da interdição em torno ao sexo da criança.

No século XVIII, os discursos populistas em torno da nação possibilitaram o surgimento da estatística, e o sexo se tornou, nas mãos das políticas nacionalistas, objeto de controle demográfico. O futuro da nação depende do bom uso que se tem do sexo por parte da população, por isso se instaurará, por um lado, tantas medidas de controle sobre a natalidade e, de outro lado, os discursos eugênicos de aperfeiçoamento da raça.

Na virada do século XVIII para o século XIX, no ambiente vitoriano da Europa, surge a psicanálise, com suas revelações avassaladoras que chocarão a moral burguesa. A insistência de Freud em encontrar o sexo latente, nem que seja numa instância inconsciente, em todos os discursos do sujeito, coloca definitivamente a sexualidade como matriz de constituição do sujeito moderno. Conte algo sobre o seu sexo e ele contará o seu segredo.

Na *História da Sexualidade: O Uso dos Prazeres*, Foucault (1984) faz um recuo histórico para a Grécia antiga, no século IV a.C, a fim de encontrar nos textos clássicos a antiga concepção em torno dos prazeres. A intenção não é a de resgatar a valorização grega dos prazeres do sexo, mas demonstrar o porquê tais prazeres surgiam como campo moral, e as formas pelas quais o homem grego fazia uma estetização moral das práticas sexuais constituindo-se, assim, como sujeito ético.

Na Antiguidade não havia uma instituição que legislasse a respeito do lícito e do ilícito no âmbito das práticas sexuais. Na Grécia do século IV a.C não havia nada parecido com a entidade eclesiástica que regulava os comportamentos na Idade Média. Nesse sentido, não havia uma legislação proibitiva das práticas sexuais na Grécia antiga, sendo o comportamento sexual aceito livremente em várias práticas como a vida sexual fora do casamento e o amor aos rapazes.

A investigação de Foucault (1984) mostra que a reflexão sobre os prazeres, por parte dos filósofos e dos moralistas gregos, surgiu independente da inexistência da proibição. A reflexão sobre a sexualidade surgiu num campo onde suas práticas não eram condenadas. Ela não se movia a partir de uma valorização ontológica sobre o

sexo, como se fosse por natureza algo mal que devesse ser reprimido e eliminado, mas sim como uma modulação e uma estilização dos comportamentos.

Embora a prática do sexo não fosse alvo de uma proibição categórica, os filósofos antigos pensaram uma estilização dos comportamentos sexuais em torno de uma rarefação dos atos, controle de intensidade e em alguns casos e circunstâncias até mesmo de abstenção. Essa modulação surgiu de forma distinta de lei, mas como uma proposta moral. Mas por que os gregos fizeram essa reflexão, se as práticas sexuais não eram objeto por si mesmo de condenação moral? Porque a força dos prazeres coloca em risco a liberdade e o autocontrole do sujeito diante de si mesmo.

Para a cosmovisão naturalista dos gregos, a natureza foi sábia ao inscrever no ser humano um intenso desejo pelo sexo oposto e um grande prazer no ato de sua reprodução, desejo e prazer que se tornam estímulos para que a espécie se perpetue. Porém, esse prazer tende naturalmente ao excesso, o que leva à necessidade de uma rarefação dos atos. Em vistas desse autodomínio os gregos pensaram uma grande dietética em torno dos prazeres, que não regulava em torno do permitido e do proibido, mas prescrevia as condições nas quais as práticas poderiam ser boas e produtivas.

No terceiro volume da *História da Sexualidade: O Cuidado de Si*, Foucault (1985b) analisa o átimo dado a Sócrates como uma modulação dos comportamentos. O Cuidado de Si era o processo pelo qual o sujeito passava ao governo de si próprio, elevando sua vida ao que conceitualmente Foucault (1985) denomina de estética da existência. Esta é condição impreterível para a constituição do sujeito ético: sem o governo de si não é possível de se pensar num sujeito capaz de formar relações éticas, visto que a relação ética primeira é do sujeito para consigo próprio.

O grande mandamento dado pelo oráculo de Delfos a Sócrates, *Conhece-te a ti mesmo*, tornou-se o princípio pelo qual a filosofia tem sido interpretada como um saber sobre si mesmo, como o conhecimento da própria psique que pode levar o sujeito à verdade. A interpretação de Foucault, porém, é de que a tarefa de Sócrates não era de um autoconhecimento subjetivo. Mas aquilo pelo qual Sócrates se ocupou, assim como suas exortações a Atenas, era em torno do *Cuidado de Si*.

Por essa razão, cumpre notar que a ética grega não era feita pela submissão a um código moral nem a conformidade a preceitos transcendentais, mas ela se constituiu lá onde justamente não havia a interdição obrigatória. Sócrates, Platão e Aristóteles pensaram no uso dos prazeres não em termos de prescrição do correto e do incorreto; mas, pela natureza do sexo em mover-se ao excesso, este se apresentava como terreno de disputa do sujeito consigo próprio, onde o que está em jogo não é a correção da ação, mas o governo de si mesmo.

Os prazeres corriam livremente na prática dos homens gregos, sem se tornarem motivo para reprovação moral, mas a autogovernabilidade do temperante e do continente o qualificava para a conquista de si por si, condição impreterível para o governo dos outros. Pelo *Cuidado de Si*, busca-se as práticas que formam o sujeito diante de si mesmo, e a matéria da ética, onde o objeto da pesquisa é o próprio sujeito, é sua alma. As práticas do Cuidado de Si que constituem o sujeito são exercícios onde há o embate entre o querer (desejar) e a liberdade (responsabilidade).

A presente reflexão tem importância não como um estudo histórico da formação e transformação do conceito de sexualidade, mas antes porque ressalta que o sujeito se constitui historicamente. A análise das formas de subjetivação, assim como a contraposição às formas de subjetivação precedentes, contribui para a compreensão daquele que hoje emerge como o sujeito hodierno, que não mais reduz a ética à mera observância de um código de regras.

Segundo Foucault (2004, p.96),

[...] por toda uma série de razões, a idéia de uma moral como obediência a um código de regras está presentemente em um processo de desaparecimento, já desapareceu. E à essa ausência de moral responde, deve responder, uma busca de uma estética da existência.

2 ANÁLISE E RESULTADOS DA PESQUISA

A principal contribuição da presente pesquisa está em propor, a partir de uma análise crítica do conceito de “moral”, um tipo de relação do indivíduo consigo mesmo pautada pela liberdade. Em outras palavras, trata-se de colocar o ser humano no centro da reflexão, mas um ser humano liberado dos atributos que lhe foram dados pelo saber moderno, pelo poder disciplinador e por uma determinada forma de moral de antemão já sempre orientada para regras e normas.

Cumpre, de início, observar que a palavra “moral” comporta uma grande ambiguidade, uma vez que

[...] por moral entende-se um conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as igrejas, etc [...] Porém, por moral entende-se igualmente o comportamento real dos indivíduos em relação às regras e aos valores que lhes são propostos (FOUCAULT, 1984, p.75).

Esta ambiguidade, contudo, só é possível a partir de uma certa relação a si, isto é, uma constituição de si enquanto “sujeito moral”. Quando se toma em conta que

a ética é um modo de relacionamento do ser humano consigo mesmo, então não se trata mais de investigar um conteúdo (um “o quê”), nem de propor um fundamento que volte a legitimar um código; mas antes de perguntar-se pelo “como”, a saber, pelo modo como o indivíduo se constitui como sujeito ético de suas ações.

A questão que inquirir as formas pelas quais o sujeito se valoriza diante de si mesmo introduz a dinâmica da existência: existência humana que está em constante transformação e diversidade. A investigação dos modos que conduzem o homem à sua autovalorização leva à constatação de que os fundamentos da ação humana não são imutáveis e estáveis em todas as condições, mas são móveis e altamente transformáveis. Perguntar pelo “como” em relação à constituição do indivíduo como sujeito de suas ações supõe aceitar a variabilidade e a diversidade, pensar a ética como criação de e a partir da liberdade e pensar o sujeito como obra, obra de si mesmo, obra de arte.

A ética, na Antiguidade, mostra um tipo de relação do homem consigo mesmo que não se baseia nem na universalidade de um fundamento nem em uma reflexão sistemática sobre o sujeito como um dado prévio à experiência e à ação. Na moral grega se respeita o caráter individual da conduta: a escolha do modo de vida é uma questão pessoal e o trabalho sobre a própria vida se apóia em um Cuidado de Si que não tem caráter normativo nem pretende se organizar em forma de código.

Fundamental na moral grega é precisamente o papel do trabalho sobre si mesmo, o papel de uma estetização do sujeito moral. Da afinidade para com tal princípio nasce a proposta de basear a moral na escolha pessoal do indivíduo, entender o sujeito como forma, que cada um deve elaborar, trabalhar e constituir segundo critérios de estilo. Este seria, resumidamente, o esquema de uma estética da existência, que é ausente em sociedades altamente normativas como as hoje existentes.

Atento a isso, digna de atenção é a observação de Foucault (1995, p.261):

O que me surpreende é o fato de que, em nossa sociedade, a arte tenha se transformado em algo relacionado apenas a objetos e não a indivíduos ou à vida; que a arte seja algo especializado ou feito por especialistas que são artistas. Entretanto, não poderia a vida de todos se transformar numa obra de arte? Por que deveria uma lâmpada ou uma casa ser um objeto de arte, e não a nossa vida?

Diferente da investigação e do trabalho científico, a arte envolve todo um conjunto aberto e variável de técnicas de construção e processos de criação. Trata-se, portanto, de colocar tudo isso nas mãos de cada indivíduo para que ele mesmo produza sua própria vida e gerencie sua própria liberdade. E o caráter ético implica justamente em colocar as condições para que o próprio indivíduo seja artista ou artífice de sua própria existência.

Tal proposta de criar a si mesmo como uma obra de arte está desligada de qualquer tipo de esteticismo fantasioso e inconsequente. A escolha pessoal da própria forma de vida, que se situa na base da estética da existência, não se produz em um espaço vazio, mas no âmbito da experiência que gera um desenho no qual algumas escolhas são possíveis e outras não são. Não é uma escolha totalmente deliberada que ignora os movimentos do tecido social.

Como observou-se anteriormente, os gregos pretendiam dar um estilo à vida deles e utilizavam técnicas para estilizar sua conduta, realizando um constante trabalho sobre si mesmos e uma constante reflexão sobre esse mesmo trabalho. Mas a constituição do indivíduo como sujeito se realizava em um marco regido por princípios e limites que se impunham como condições: princípios e limites que, mesmo não sendo eternos, não podiam também ser mudados de qualquer forma e a qualquer momento.

Nesse sentido, cumpre ressaltar que a ética compreendida como uma estética da existência propicia uma maior possibilidade de escolhas pessoais e convida a considerar a própria vida como uma obra de arte, o que se acha possibilitado e limitado pelos domínios do saber e construções normativas que hoje constituem o ser humano como sujeito/objeto de determinados conhecimentos e poderes.

Além de libertar a ética de um reducionismo moral, esta proposta baseada no “como”, a saber, no modo como o indivíduo se constitui como sujeito de suas ações, ressalta dois aspectos essenciais à busca da Verdade e ao cultivo da Liberdade, a saber, a crítica e a experiência.

Compreendida enquanto “modo crítico”, a ética enquanto estética da existência encontra em sua base o fato de que os domínios de saber e os dispositivos de poder que condicionam a experiência e desenham a margem de possibilidades da época não são necessários nem imutáveis. Em outras palavras, os limites impostos pelo *status quo* se evidenciam como tantos outros lugares de transgressão possíveis, que devem ser considerados criticamente tendo em conta sua radical contingência.

Aliás, a própria experiência histórica mostra que os limites são variáveis e que os fundamentos são mutáveis. Por esse motivo, a escolha do estilo deve questionar criticamente a experiência que constitui o atual sistema de relações.

Compreendida enquanto “modo de experiência”, a ética enquanto estética da existência propõe colocar à prova tanto os limites impostos à experiência, como a própria condição de sujeito construída pelos próprios limites. A crítica permanente da presente época histórica e de seu próprio eu se apresenta ao sujeito ao mesmo tempo como um deslocamento de limites e como Cuidado de Si. Ao enfatizar o caráter prático da ética, o próprio sujeito é objeto de preocupação, de trabalho.

Por tudo quanto se apresentou, conclui-se que no centro da ética enquanto estética da existência se situa a questão da liberdade. A crítica e a experiência como componentes essenciais da ética têm como tarefa levar tão longe quanto possível o trabalho da liberdade. Com relação à ética, a liberdade é condição e objeto, pois a liberdade é condição ontológica da ética, e a ética é a forma reflexiva que adota a liberdade.

Tal ideia de que a liberdade seja objeto de uma construção é algo que, em certa medida, contrasta poderosamente com boa parte do pensamento que hoje serve de base tanto para as opiniões quanto para a ação individual e coletiva. Desde a Revolução Francesa, acostumou-se a pensar a liberdade como um direito, como algo que, em qualquer caso, se tem ou não se tem, perde-se ou conquista-se. Percebe-se, porém, que a liberdade é antes um processo complexo engendrado pela reflexão, prática e atitude.

A reflexão, a prática e a atitude se aplicam sobre o sujeito: o próprio ser humano enquanto ser historicamente determinado, em parte por relações de poder-saber, mas, ao mesmo tempo, sujeito a transformações, capaz de enfraquecer as fronteiras, os limites que o constituem por meio de um trabalho sobre si mesmo, em exercício prático-crítico, uma estética da existência.

É dessa maneira que o sujeito se constitui segundo alguns limites contingentes que, em sua contingência, enunciam sua possibilidade de transformação e, assim, a transformabilidade do sujeito. Compreende-se, assim, que tal concepção de pensamento e de filosofia exclua o refúgio da identidade e se precaveja contra as armadilhas do fundamento: desprender-se de si mesmo é o exercício prático e crítico que corrói os limites e desloca o fundamento.

Nesse sentido, a presente pesquisa chega, como resultado, a uma ética, um *ethos* entendido não como observância de códigos de normas e leis universais, mas antes como conjunção de atitude e exercício, a saber, um modo de relação com respeito à atualidade, escolha voluntária de uma forma de ser ou tipo de relação consigo mesmo, com os outros e com a verdade.

Em termos de pensamento e filosofia, a liberdade é simultaneamente condição, objeto e objetivo. O presente é contingência que nos configura e também possibilidade de transgressão. O trabalho do indivíduo sobre ele mesmo, que transforma suas relações com os outros e com a verdade, é um exercício de liberdade que transgride os limite da contingência. A ética é um exercício por meio do qual o sujeito se desprende de si, convencido de que no presente existem mais liberdades possíveis, mais possibilidades de recriar o futuro do que se possa imaginar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como observado no decorrer do presente artigo, a questão acerca da ética é inseparável de uma indagação a respeito das práticas pelas quais o ser humano faz a experiência de constituir-se enquanto sujeito. Isso se confirma nas investigações de Michel Foucault (1984), quando este chama a atenção para a maneira como o indivíduo pode, na história, fazer a experiência dele mesmo enquanto sujeito de uma sexualidade. Resta, portanto, um esclarecimento acerca de como entender que tal sujeito se constitua historicamente.

O interesse pela subjetividade não representa uma particularidade temática, mas aponta para uma investigação de caráter ontológico, a saber, pertinente à compreensão que se tem da essência do próprio ser humano na modernidade. Isto porque, nos processos que constituem a subjetividade, encontra-se uma vigência milenar que envolve formações discursivas e dispositivos de poder da sociedade na qual se está hoje imerso, como se no presente repercutisse uma história muito mais longa: a história dos processos pelos quais nos tornamos sujeitos.

Nesse sentido, a subjetividade pressupõe um processo de subjetivação, visto que não existe constituição do sujeito moral sem modos de subjetivação. Em outras palavras, toda experiência que concretiza uma subjetividade envolve modos historicamente peculiares de se fazer uma experiência de si. Nisso não se contradiz o caráter universal e singular, uma vez que toda subjetividade expressa algo de impessoal porque supõe processos de subjetivação onde se dá a repartição de singularidades. Assim, a subjetividade é um efeito universal que provém de um processo singular.

Mas se as subjetividades estão envolvidas por processos de subjetivação que vão além da forma subjetiva, então o sujeito dispõe de um caráter dinâmico que lhe confere uma dimensão temporal ou transformacional. Esta dimensão própria do ser humano possibilita, portanto, a relação da subjetividade com a história. E é a respeito dessa relação que se torna possível propor o que se poderia chamar uma nova e originária compreensão da ética, bem como uma história dos processos de subjetivação moral e das práticas de si destinadas a assegurá-la.

É esta a proposta que perpassou a presente pesquisa: um empenho em favor de novas formas de subjetividade e em favor de novas modalidades de existência e estilos de vida. Ora, isso só é possível porque o conceito de subjetividade, além de sua alçada teórica, contém uma perspectiva pragmática, justamente por envolver uma postura diante da vida. Em resumo, o conceito de subjetividade, bem como o conceito de ética, deve necessariamente envolver um modo de vida.

O problema da relação entre ética e subjetividade tem sido um tema muito debatido no pensamento contemporâneo e, por igual razão, mostrado-se extremamente profícuo. Mas também é um assunto bastante polêmico porque implica, de maneira incisiva, um modo de vida. Nesse sentido, cumpre restituir à Filosofia sua relação originária com a vida, a saber, com modos de viver. Afinal, que outra coisa é a Filosofia senão o movimento pelo qual nos libertamos - com esforços, hesitações, sonhos e ilusões - daquilo que se passa por verdadeiro, a fim de buscar a felicidade?

Na sociedade contemporânea, quando se multiplicam os discursos sobre ética sem suficiente clareza acerca do que a mesma implica e significa, a presente reflexão se apresenta como necessária e urgente. Indispensável para a transformação das molduras de pensamento, para a modificação dos valores estabelecidos, e para todo o trabalho que se faz para pensar diversamente, para fazer diversamente, para tornar-se diferente e melhor do que se é. Porque sem a reinvenção de si se torna impensável todo e qualquer engajamento socialmente transformador e responsável.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, I. L. **Foucault e crítica do sujeito**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2008.
- BIRMAN, J. **Entre cuidado e saber de si**: sobre Foucault e a psicanálise. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- DREYFUS, H. E.; RABINOW, P. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: M. Fontes, 2006.
- _____. **A história da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1985a.
- _____. **A história da sexualidade**: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1985b.
- _____. **A história da sexualidade**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- _____. **Michel Foucault, ditos e escritos**: estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- _____. Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p.253-291.
- RAJCHMAN, J. **Foucault**: a liberdade da filosofia. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- REVEL, J. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. São Paulo: Clara Luz, 2005.
- RUSS, J. **Pensamento ético contemporâneo**. São Paulo: Paulus, 1999.

PROJETO PORTAL DA COMUNIDADE – CIÊNCIA E TECNOLOGIA A SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES

Priscila Dranka*
Francisco Carlos Lopes da Silva**

RESUMO

No final do século XX ocorreram transformações tecno-científicas que provocaram mudanças nas estruturas sociais, políticas e econômicas no mundo contemporâneo. Neste contexto, houve a ascensão do debate em torno da sociedade da informação que é caracterizada pelo domínio das tecnologias da informação e comunicação (TICs) em quase todas as esferas da vida. Com base nisto, este artigo tem por objetivo geral investigar a interação social das comunidades participantes do projeto Portal da Comunidade. E para atingir tal finalidade, foram propostos os seguintes objetivos específicos: realizar um estudo teórico sobre o tema, desenvolver um estudo de caso sobre o projeto Portal da Comunidade, comprovar as hipóteses levantadas e apresentar relatório de pesquisa. A pesquisa, cujo caráter é qualitativo, constitui-se de estudo de caso do projeto Portal da comunidade que é utilizado como instrumento de desenvolvimento econômico e de fortalecimento do potencial associativo das comunidades de baixa renda em Curitiba e região metropolitana. Como referencial teórico se apoia em Castells (2000), Takahashi (2000), Cunha *et al.* (2004), Cruz (2004), entre outros estudiosos desta era digital. Como resultado desta pesquisa destaca-se: a comprovação das hipóteses levantadas; a constatação da importância da atuação do governo, das empresas, do terceiro setor e da população civil em prol de ações em inclusão digital; o governo eletrônico é um canal eficiente de prestação de serviços públicos; a articulação e interação das comunidades de baixa renda em prol da inclusão digital proporcionam um maior desenvolvimento social, econômico e político.

Palavras-chave: sociedade da informação; tecnologias da informação e comunicação (TICs); governo eletrônico; comunidades de baixa renda.

* Acadêmica do 2º ano do curso de Administração. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2008) da FAE Centro Universitário. E-mail: priscila_dranka@hotmail.com

** Doutor em Engenharia de Produção (UFSC). Professor da FAE Centro Universitário. Orientador do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2008) da FAE Centro Universitário. E-mail: francisco@fae.edu

INTRODUÇÃO

No final do século XX, ocorreram transformações tecno-científicas que provocaram mudanças nas estruturas sociais, políticas e econômicas no mundo contemporâneo. Neste contexto, houve a ascensão do debate em torno da sociedade da informação que é caracterizada pelo domínio das tecnologias da informação e comunicação (TICs) em quase todas as esferas da vida. Nesta era digital, verifica-se uma grande desigualdade existente entre pessoas e nações em termos de conhecimento e posse das tecnologias da informação. Deste modo, nota-se que a sociedade da informação apresenta caráter excludente e ao mesmo tempo faz emergir uma infraestrutura tecnológica que permite uma nova modalidade de interação social mediada pelas tecnologias da informação.

Neste contexto, o presente artigo tem como finalidade investigar a interação social das comunidades participantes do projeto Portal da Comunidade. E para atingir tal finalidade, foram propostos os seguintes objetivos específicos: realizar um estudo teórico sobre o tema, desenvolver um estudo de caso sobre o projeto Portal da Comunidade, comprovar as hipóteses levantadas e apresentar relatório de pesquisa.

O principal método utilizado nesta pesquisa é de caráter qualitativo e se constitui de um estudo de caso do projeto Portal da Comunidade que é empregado como instrumento de desenvolvimento econômico e de fortalecimento do potencial associativo das comunidades de baixa renda localizadas em Curitiba e na região metropolitana.

Os instrumentos de coleta de dados propostos para esta pesquisa estão embasados na pesquisa qualitativa, como mencionado anteriormente, e estão dispostos da seguinte forma: observação de campo; leitura de documentos e entrevistas com um representante governamental e líderes de duas comunidades participantes do projeto Portal da Comunidade.

As entrevistas foram realizadas, no período de abril e maio de 2009, com o coordenador do projeto Portal da Comunidade, Rodrigo Schmidt, com a responsável pela Associação de proteção à Infância Vovô Vitorino, Maria Julia, e com o presidente da Associação de Moradores e Amigos da Vila Pompéia, Nelson Petrule. Assim, para estabelecer associações lógicas entre comportamentos e a percepção da interação social nas comunidades, ou seja, fenômeno singular condicionado por variáveis dificilmente replicáveis em outros ambientes, não se demandou uma amostra ampla, mas suficiente para apoiar o estudo dos principais temas que gravitam ao redor do problema de pesquisa.

O trabalho de Fischer (2008) indica que a análise dos dados permite unir a leitura dos signos e a experimentação, visando gerar evidências sobre o fenômeno estudado. Seguindo Bardin (2000), dentre as diferentes possibilidades de categorização na análise de conteúdos, a investigação dos temas ou análise temática é rápida e eficaz para a compreensão das significações manifestadas em discursos diretos. O processo envolveu a observação de regularidades no discurso dos respondentes, buscando-se expressões dentro de categorias que tivessem convergência interna e divergência externa. A amostra considera atributos de ordem pessoal, estrutural e o histórico socioeconômico.

O artigo está dividido em 13 seções, além da introdução e considerações finais: na primeira seção se apresenta o conceito de sociedade da informação; na segunda seção é retratado o panorama da exclusão digital; na terceira seção se aborda o histórico da *Internet* no Brasil; na quarta seção são apresentadas as características referentes à exclusão digital brasileira; na quinta seção se relata a importância de ações em inclusão digital; na sexta seção se apresenta a atuação do governo eletrônico na busca da inclusão digital; na sétima seção se expõe o Programa Sociedade da Informação (Socinfo); na oitava seção se mostra a importância dos telecentros na democratização dos meios eletrônicos; na nona seção se evidencia a atuação das empresas em ações que promovam a inclusão digital; na décima seção é apresentado o caso Sadia no combate à exclusão digital; a décima primeira seção trabalha com as ações das organizações não governamentais em inclusão digital enfatizando o Comitê de Democratização da Informática (CDI); a décima segunda seção apresenta o projeto Portal da Comunidade – Secretaria especial de Relações com a comunidade – Governo do Estado do Paraná; e, por fim, a décima terceira seção apresenta a análise do discurso das Comunidades do Projeto Portal da Comunidade investigadas.

1 A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Um olhar atento aos resultados obtidos com a Primeira Revolução Industrial e a Segunda Revolução Industrial indica que os fatores econômicos, culturais e influências tecnológicas fizeram brotar a Terceira Revolução Industrial ou Revolução Técnico-Científico-Informacional. O berço desse movimento se encontra na Califórnia – Estados Unidos na segunda metade do século XX, cujas transformações se evidenciaram nas áreas da tecnologia da informação, processamento e comunicação.

Diante do exposto, já não havia dúvidas de que as nações careciam de esforços redobrados para superar os atrasos históricos que distanciavam o mundo

desenvolvido, em desenvolvimento ou não desenvolvido, buscando recursos tecnológicos e científicos para minimizar a exclusão social e econômica.

Neste contexto, surge a discussão em torno da sociedade da informação. Esta sociedade se constitui de um fenômeno global que representa uma profunda mudança na organização da sociedade e da economia, visto que a estrutura e a dinâmica das atividades socioeconômicas inevitavelmente serão afetadas pelas informações proporcionadas pelas tecnologias de informação e comunicação (TICs) (TAKAHASHI, 2000).

A sociedade da informação está inserida no contexto de globalização econômica e o modelo político adotado é o neoliberalismo. Esta sociedade também é marcada pela dependência do uso das tecnologias da informação em várias esferas da vida e pela acumulação flexível de capitais em que se exige maior flexibilidade e racionalização do processo produtivo. A “sociedade em rede” (CASTELLS, 2000) formou um novo paradigma tecnológico que expõe o conhecimento como sua principal marca. Neste contexto da sociedade informacional, tem-se como cenário a desvalorização de mão-de-obra em favor do desenvolvimento econômico, o que amplia o grau de exclusão social no mundo. Paralelo e articulado a esse movimento, constata-se a acumulação flexível e o neoliberalismo como fatores responsáveis pela redução do papel do governo em políticas sociais.

2 EXCLUSÃO DIGITAL

As tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) não só ampliam o conhecimento humano, mas elevam o grau de desigualdade entre países ricos e pobres. Assim, enquanto as nações privilegiadas em termos econômicos desfrutam das vantagens auferidas pelas tecnologias informacionais, a maioria dos países de Terceiro Mundo não possuem a mesma oportunidade de desenvolvimento social e econômico promovido pelo uso intensivo dessas tecnologias.

Nesta perspectiva, Castells (2000) relata que há enormes áreas no mundo e grandes parcelas da população desconectadas desta era digital. Segundo o autor espanhol, as áreas desconectadas são espacialmente e culturalmente descontínuas deste novo contexto de evolução das tecnologias de informação.

Jeremy Rifkin (2001) relatou que a Ilha de Manhattan possuía mais computadores e linhas telefônicas do que todo o continente africano. Diante do exposto, verifica-se que existe uma brutal desigualdade digital e social no contexto mundial em que é

visível que os menos favorecidos estão à margem das tecnologias da informação e comunicação, seja por falta de oportunidades, ou por falta de políticas sociais sérias em educação e infraestruturas tecnológicas.

3 A INTERNET NO BRASIL

A *Internet* foi inserida no Brasil em 1988. Em 1991, uma linha internacional foi conectada à Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (Fapesp), pioneira na iniciativa da conexão brasileira em rede, para que fosse possível o acesso à *Internet* por parte das instituições educacionais, entidades sem fins lucrativos e órgãos governamentais (CUNHA *et al.*, 2004).

Em 1992, ocorreu a segunda conexão brasileira à *Internet*, com o projeto Rede Rio Computadores (RR), em que doze entidades foram conectadas a um *backbone*. Neste mesmo ano, foi ampliada a Rede Nacional de Pesquisa (RNP), pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, sendo que, foi criado um *backbone* e linhas de acesso à *Internet* foram espalhadas pelo país. Por fim, em 1995, o Ministério da Ciência e da Tecnologia autorizou a comercialização da rede com o provedor de acesso privado (CUNHA *et al.*, 2004).

4 EXCLUSÃO DIGITAL BRASILEIRA

As estatísticas mostram que, desde a introdução da *Internet* no Brasil, ocorreu um crescimento vertiginoso no número de *hosts* o que levou o país a ocupar a nona posição no *ranking* mundial nesta categoria. No entanto, para competir com os países de primeiro mundo, tem-se muito a fazer em termos de inclusão digital (CUNHA *et al.*, 2004).

Dados recentes do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (Cetic) evidenciaram que até o ano de 2007 quase a metade (47%) da população brasileira jamais havia utilizado um computador. O mesmo estudo indica que apenas 24% dos domicílios brasileiros possuem computadores. Já em termos da posse e do uso das tecnologias da informação e comunicação houve um crescimento, sendo em 2006 esses índices de 60% e 20%, respectivamente.

Observa-se que quanto maior for o grau de escolaridade, maior é o acesso ao computador e à *Internet*. No Brasil, há milhares de pessoas que não possuem o

ensino fundamental completo, sendo estes denominados de analfabetos funcionais. Assim, para designar a população digitalmente excluída surgiu uma nova expressão – “analfabetos digitais” (DIMENSTEIN, 1997).

As ações e projetos em inclusão digital, no Brasil, ainda possuem pequena dimensão em vista das gigantescas áreas de exclusão social e digital vivenciadas por pessoas e regiões no país. Para democratizar o acesso às tecnologias informacionais é imprescindível a participação do governo, do setor privado, de organizações não governamentais e da sociedade civil em prol da inclusão digital (POCHMMAN; AMORIM, 2003).

5 INCLUSÃO DIGITAL

A inclusão digital é socialmente justa e economicamente viável, visto que traz benefícios políticos, econômicos e sociais para todos os segmentos da sociedade atuantes neste processo (CUNHA *et al.*, 2004).

Os governos municipal, estadual e federal devem desempenhar seu papel em inclusão digital promovendo o acesso a computadores e telefonia a um menor custo para microempresas, organizações não governamentais e pequenos municípios, de tal modo que seja viabilizado o acesso coletivo nas formas comerciais, pública e comunitária para todos os segmentos da população. Além de proporcionar meios físicos de acesso às tecnologias informacionais, também é necessário que o governo capacite os usuários para melhor utilização da *Internet*, de forma que todas as camadas sociais sejam beneficiadas com as informações contidas na rede, uma vez que, todos têm o direito de exercer plenamente a cidadania, por todos os meios, sejam eles digitais ou não (CUNHA *et al.*, 2004).

As empresas e o terceiro setor vêm desempenhando excelentes experiências em inclusão digital. Desta forma, com a participação de todos os segmentos econômicos em favor da conexão em rede da população digitalmente excluída, tem-se uma sociedade mais justa e igualitária.

6 O GOVERNO E A INCLUSÃO DIGITAL: O CASO DO GOVERNO ELETRÔNICO

A união das Tecnologias da Informação e Comunicação, nesta era digital, oferece mecanismos poderosos e baratos para o aprimoramento da democracia, redução da desigualdade social e desenvolvimento econômico. Assim, tem-se a aplicação das

tecnologias da informação nas esferas governamentais para melhoria dos serviços direcionados ao público.

O processo de elaboração do governo eletrônico iniciou em 1999 e foi concluído em 2000 com a publicação do documento “Livro Verde”. Este documento propôs o estabelecimento de um novo paradigma cultural de inclusão digital, visando o cidadão, a redução de custos, melhoria dos serviços públicos, entre outros. O processo de implantação do governo eletrônico foi coordenado por Tadao Takahashi que faz parte da coordenação do projeto Sociedade da Informação (SOCINFO) do Ministério da Ciência e Tecnologia (CUNHA *et al.*, 2004).

Existem diversos serviços de governo eletrônico disponíveis ao cidadão na Internet, destacando: entrega de declarações do imposto de renda; emissão de certidões de pagamentos de impostos; divulgação de editais de compras governamentais; cadastramento de fornecedores governamentais; acompanhamento de processos judiciais; acesso a indicadores econômicos e sociais e a dados dos censos; prestação de informações sobre aposentadorias e benefícios da previdência social; envio de mensagens pelos Correios; informações sobre programas do Governo Federal (CUNHA *et al.*, 2004).

O governo eletrônico enfatiza o desenvolvimento de projetos para a melhoria do serviço direto ao público em quatro funções centrais: educação e treinamento, saúde, segurança pública e justiça (CUNHA *et al.*, 2004).

7 PROGRAMA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (SOCINFO)

O Programa Sociedade da Informação foi o resultado de um trabalho do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, iniciado em 1996. Mas, as atividades do programa foram iniciadas a partir de agosto de 1999, tendo por base o “Livro Verde” que dita as diretrizes e metas do programa Sociedade da Informação. Este documento aborda os seguintes aspectos: ampliação do acesso, meios de conectividade, formação de recursos humanos, incentivo à pesquisa e desenvolvimento, comércio eletrônico, entre outros (TAKAHASHI, 2000).

O Programa Sociedade da Informação tem por objetivo integrar e coordenar ações para a utilização das tecnologias de informação e comunicação, de forma a contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade e, ao mesmo tempo, contribuir para que a economia do país tenha condições de competir no mercado global. A execução do programa pressupõe o compartilhamento de responsabilidades entre os setores: governo, iniciativa privada e sociedade civil (TAKAHASHI, 2000).

8 TELECENTROS

O investimento em alternativas de compartilhamento do acesso à Internet é uma estratégia importante para ampliar o acesso aos serviços eletrônicos, pois se devem analisar as dificuldades econômicas da maioria da população em arcar com os custos relativos ao acesso às redes digitais.

O telecentro é um termo genérico que é utilizado para denominar as instalações que prestam serviços eletrônicos para as camadas sociais menos favorecidas, principalmente em áreas afastadas dos centros urbanos (TAKAHASHI, 2000).

O Observatório Nacional de Inclusão Digital (Onid) é uma iniciativa do Governo Federal em conjunto com a sociedade civil organizada que atua na coleta e disponibilização de informações para se avaliar as ações de inclusão digital. Assim sendo, o Onid disponibiliza a toda a sociedade brasileira dados mapeados de todos os telecentros existentes no Brasil.

Conforme os dados disponibilizados no site do Observatório Nacional de Inclusão digital, entre 2008 e 2009, foram registrados 5.201 telecentros espalhados por todo o território nacional, sendo que 2.130 municípios possuem telecentros. Em relação à população do país, tem-se 30,63 telecentros por milhão de habitantes.

9 O PAPEL DAS EMPRESAS NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DIGITAL

A globalização proporcionou uma maior interação econômica, social, cultural e política entre os países, e o mundo se tornou uma rede de conexões digitais em que é inevitável a utilização das tecnologias da informação e comunicação por parte das empresas e do governo.

As empresas que adotam ações de combate à exclusão digital interna possuem muitos benefícios, entre eles: melhores resultados em gestão do conhecimento, qualificação da mão-de-obra, um acesso mais eficiente da informação pelos funcionários, elevação da qualidade do capital humano e social, desenvolvimento da comunidade, melhoria do clima interno, retenção de talentos, diminuição da troca de funcionários e aumento da autoestima (CRUZ, 2004).

Há inúmeras ações de inclusão digital realizadas pelas empresas nas comunidades, destacando as seguintes: doação de computadores, estímulo ao voluntariado corporativo, patrocínio do desenvolvimento de tecnologias que auxiliem o processo de inclusão digital, capacitação de professores de escolas públicas, apoio a centros comunitários e a escolas de informática, criação de conteúdos didáticos

que ajudem no dia a dia dos integrantes das comunidades e criação de centros comunitários de informática (CRUZ, 2004).

10 SADIA

Desde a primeira parceria da Sadia com o Comitê para Democratização da Informática (CDI) foram criadas mais cinco Escolas de Informática e Cidadania (EICs). As unidades são localizadas perto das fábricas em que metade das vagas é direcionada aos funcionários e seus familiares que possuem baixa renda, e o restante é disponibilizado para as pessoas da comunidade. A finalidade do projeto é fazer com que seus integrantes utilizem o computador e a Internet como ferramentas que auxiliem na mudança da realidade em que vivem. Esse foi um dos caminhos encontrados pela Sadia no combate à exclusão digital (CRUZ, 2004).

11 A IMPORTÂNCIA DE AÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS EM INCLUSÃO DIGITAL

As Organizações Não Governamentais possuem fundamental importância nesta era digital, pois atuam na inserção das classes sociais de baixa renda na sociedade da informação.

O Comitê para Democratização da Informática é uma organização não governamental que tem por objetivo a inclusão social utilizando as tecnologias da informação para promover a cidadania nas comunidades em que atua. O CDI está distribuído em comitês regionais localizados em várias cidades brasileiras e internacionais. Por intermédio do CDI foi criada a Escola de Informática e Cidadania (EIC) que propõe a alfabetização digital de pessoas com baixa renda (CUNHA *et al.*, 2004).

12 ANÁLISE DO DISCURSO E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

12.1 Apresentação do Projeto Portal da Comunidade – Secretaria Especial de Relações com a Comunidade – Governo do Estado do Paraná

O projeto Portal da Comunidade foi implementado no ano de 2003 visando promover a inclusão social e digital das comunidades de baixa renda de Curitiba e região metropolitana, por meio do desenvolvimento socioeconômico decorrente da

utilização do portal eletrônico. A gestão do projeto é feita pela Secretaria Especial de Relações com a Comunidade (Serc) do governo do estado do Paraná, sendo o projeto coordenado por Rodrigo Schmidt.

De acordo com as informações disponibilizadas no site Portal da Comunidade (2008) o objetivo do projeto é:

capacitar lideranças comunitárias, tornando-as multiplicadoras de conhecimentos e oportunidades, promovendo a inclusão social e digital, estimulando a participação popular, para que haja a implementação de alternativas próprias de promoção econômica, social e cultural, transformando assim a qualidade de vida dos cidadãos paranaenses, aproximando desta forma a sociedade civil organizada do governo estadual (PORTAL DA COMUNIDADE, 2008).

Ainda, segundo o site Portal da Comunidade (2008), estão aptas a participar do projeto: “[...] toda Comunidade legalmente constituída como Associação de Moradores, Clube de Mães, Pastorais Sociais, Corporações Voluntárias, entre outras”. Assim, participam do projeto Portal da Comunidade trinta e oito comunidades legalmente constituídas, localizadas nos bairros de Curitiba e nos municípios da região metropolitana.

O projeto Portal da Comunidade conta com parcerias para a capacitação das lideranças comunitárias, sendo os principais parceiros: Celepar (Companhia de Informática do Paraná), FAE Centro Universitário, Essei (Escola Superior de Estudos Empresariais e Informática) e Sesc-PR (Serviço Social do Comércio).

12.2 Análise do Discurso das Comunidades Investigadas

Tendo em vista o objetivo desta pesquisa, foram investigadas e analisadas duas comunidades participantes do projeto Portal da Comunidade, sendo elas a Associação de Proteção à Infância Vovô Vitorino e a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Pompéia. Em seguida, serão caracterizadas as devidas comunidades.

A Associação de Proteção à Infância Vovô Vitorino surgiu no ano 1994 mediante a sensibilização da família Vitorino frente à situação das crianças que este morador ajudava em sua humilde casa por intermédio de alimentação e entretenimento. Então, a família Vitorino, com o apoio dos moradores da comunidade, criou legalmente a Associação de Proteção à Infância Vovô Vitorino, que tem por objetivo apoiar a comunidade, principalmente as crianças. Desde então, esta associação foi se ampliando com a ajuda de mutirões comunitários, do governo e de empresas.

A Associação dos moradores e amigos da Vila Pompéia surgiu em 1979 com uma diretoria composta inicialmente por doze pessoas que possuía como objetivo o

desenvolvimento da região. Assim sendo, muito foi conquistado a partir deste período até os dias atuais em termos de desenvolvimento como a vinda de setores comerciais (farmácia, mercado) e públicos (escolas, creches, unidade de saúde) para a região. Atualmente, a associação possui 275 pessoas associadas com o perfil socioeconômico baixo. O principal objetivo da associação é reivindicar os direitos da comunidade.

Constatou-se que as duas comunidades estão localizadas no bairro do Tatuquara na cidade de Curitiba e possuem como características socioeconômicas o alto índice de violência, tráfico de drogas, pessoas com baixa renda, alto índice de desemprego e carência em muitos serviços públicos (uma unidade SUS com poucos médicos, pequeno número de escolas e creches, falta de asfaltamento e saneamento básico em muitas regiões do bairro).

Ambas as comunidades foram integradas ao projeto no ano de 2006 devido ao estímulo da Secretaria Especial de Relações com a Comunidade do governo do Paraná. Assim, Rodrigo Schmidt afirma: *“As comunidades são convidadas a participar do projeto após uma avaliação de suas atividades, devendo existir por parte das lideranças o comprometimento em atuar como agentes multiplicadores de conhecimentos e oportunidades em suas respectivas comunidades, através das ferramentas disponibilizadas pelo programa”*.

Deste modo, com o relato de Rodrigo Schmidt, verificou-se a importância das comunidades estarem devidamente regulamentadas segundo a legislação operante e legitimadas perante a população local. Ainda neste sentido, observou-se a necessidade do comprometimento das lideranças comunitárias na disseminação do conhecimento em computação e *Internet* por toda comunidade, utilizando-se as ferramentas disponibilizadas pelo governo em conjunto com suas parcerias.

Com relação à infraestrutura e equipamentos, observou-se que o governo do estado do Paraná por intermédio da Secretaria Especial de Relações com a Comunidade doou um microcomputador para cada comunidade participante do projeto e, além disso, por meio de suas parcerias, principalmente universidades, promoveu a capacitação de integrantes das comunidades. Com base nas informações disponibilizadas no site Portal da Comunidade (2008), os cursos de capacitação consistem em: “[...] módulos de desenvolvimento pessoal, tecnologia da informação, gestão e empreendedorismo”.

Deste modo, percebe-se que o governo do estado do Paraná disponibilizou às comunidades de baixa renda a infraestrutura e o conhecimento necessário para a inserção dessas pessoas na sociedade da informação por meio da implementação do projeto Portal da Comunidade.

Averiguou-se que a Associação de Proteção à Infância Vovô Vitorino disponibiliza o acesso ao portal eletrônico para grande parte do bairro Tatuquara e possui grande

participação da comunidade, enquanto a Associação dos moradores e amigos da Vila Pompéia apenas dá suporte à vila em que está inserida e o número de pessoas que acessam ao portal eletrônico nesta comunidade ainda é baixo. Tendo em vista esta perspectiva, Maria Julia diz: *“Além dos moradores e visitantes da Vila Jardim da Ordem em que a Associação de Proteção à Infância Vovô Vitorino está introduzida, o projeto engloba pessoas das seguintes vilas do bairro Tatuquara: Moradias Paraná, Santa Cecília, Santa Tereza, Bela Vista, ocupações Beira Rio e Laguna. Participam do projeto cerca de 60 a 70 pessoas por mês”*. Já Nelson Petrúle relata: *“Participam do projeto os moradores e visitantes da Vila Pompéia. São registrados por mês cerca de 15 a 16 usuários em contato com o portal”*.

Por meio das afirmações acima, pode-se notar que o estímulo por meio de canais de divulgação e as ações de inclusão digital produzem resultados positivos na inserção de comunidades de baixa renda na sociedade informacional. Assim, têm-se mecanismos consistentes no combate ao analfabetismo digital.

Constatou-se que, em ambas as comunidades entrevistadas, o acesso ao portal, pelos jovens, é maior em relação aos adultos e idosos. Desta forma, Maria Julia afirma: *“Como é grande a participação dos jovens no portal eletrônico é reservada a segunda-feira para o uso do portal pelos adolescentes”*. E, Nelson Petrúle diz: *“A participação no portal é maior na faixa etária entre 16 a 20 anos”*.

A partir dos relatos acima, pode-se notar que os jovens possuem maior facilidade no uso do portal eletrônico devido o fato de estarem inseridos desde pequenos nesta era digital e, deste modo, possuem maior capacitação técnica em comparação aos adultos e idosos.

Verificou-se que tanto na Associação de Proteção à Infância Vovô Vitorino quanto na Associação de Moradores e amigos da Vila Pompéia o serviço mais utilizado é de governo eletrônico. Segundo os líderes das duas comunidades, os jovens utilizam a *Internet* para pesquisas escolares; os adultos para a preparação do currículo; declarar ou se isentar do imposto de renda; tirar a segunda via do talão de água ou luz; fazer consultas ao Detran; e os idosos para acessar a página do INSS e dar a entrada no processo da aposentadoria, e utilizar os serviços de governo eletrônico citados acima na descrição dos serviços utilizados pelos adultos.

Com base nos discursos acima, averiguou-se que por meio do acesso ao computador e à *Internet*, as comunidades de baixa renda de Curitiba e região metropolitana ficaram próximas das informações e serviços disponibilizados pelo governo. Assim, verifica-se a importância do papel do governo na democratização dos meios eletrônicos para que a população de baixa renda possa desfrutar efetivamente de seus

direitos de cidadãos, tendo em vista que poderão ter acesso aos serviços governamentais pelos meios eletrônicos nas grandes áreas propostas pelo governo: saúde, educação, segurança e justiça. Além disso, pode-se constatar que o portal eletrônico ainda auxilia na educação dos jovens e na busca de emprego pelos adultos.

De acordo com Maria Julia, as dificuldades encontradas pela comunidade no uso do portal eletrônico são: equipamentos ultrapassados que não possuem atuais ferramentas como a entrada para CD e DVD; falta de conhecimento técnico por parte de alguns adultos e idosos; tempo curto para utilização da *Internet*, pois dependendo do dia há muita procura; infraestrutura pequena (um terminal que liga 8 linhas de computadores, o que impossibilita aumentar o número de linhas). Já, segundo Nelson Petrúle, as dificuldades da comunidade em acessar o portal eletrônico são: um computador lento e antigo sem atuais ferramentas; falta de maior número de equipamentos; o computador constantemente vai para o conserto; infraestrutura pequena; tempo de espera longo para o usuário, pois o equipamento é lento; não há meios de divulgação do projeto; poucos usuários detêm conhecimento em informática.

Em relação às afirmações acima, pode-se verificar dificuldades em termos de infraestrutura pequena e falta de conhecimento técnico por grande parte dos usuários. Assim, nota-se que é fundamental a participação do governo, da população civil e do setor privado em ações de inclusão digital, seja promovendo a melhoria em infraestrutura, ou criando mecanismos de capacitação coletiva para que os moradores das comunidades possam ter acesso a serviços por meio do portal eletrônico. Por outro lado, observa-se a necessidade dos líderes comunitários se organizarem em zelar os equipamentos e promover ações de inclusão digital na comunidade.

Com a instalação do projeto Portal da Comunidade na Associação de Proteção à Infância Vovô Vitorino ocorreram, segundo Maria Julia, os seguintes benefícios para a comunidade: acesso no bairro a serviços prestados pelo governo e sem nenhum custo adicional; curso de computação sem nenhum custo para o usuário; jovens têm maior capacitação técnica em computação; o monitor, responsável pelo auxílio aos usuários no uso da *Internet*, explica as funcionalidades do portal eletrônico. Já, de acordo com Nelson Petrúle, os benefícios gerados pelo portal eletrônico na Vila Pompéia são: acesso no bairro a serviços prestados pelo governo eletrônico e uma monitora para auxiliar os usuários.

Por meio da análise dos relatos de Maria Julia e Nelson Petrúle, pode-se constatar que o portal eletrônico é uma ferramenta de cidadania, visto que estimula a população de baixa renda a se utilizar dos benefícios proporcionados pela *Internet*.

A partir de relatos dos líderes das comunidades, observou-se a necessidade de ações que desencadeiem a promoção de inclusão digital para pessoas com deficiência. Pois, todas as pessoas devem exercer seus direitos de cidadãos e ter condições igualitárias no uso do portal eletrônico na comunidade em que está inserida. Outro fator é criar canais de comunicação na comunidade para que os moradores possam saber da existência do portal e, assim, participarem do projeto.

A Associação de Moradores e Amigos da Vila Pompéia não tem ações de inclusão digital. Já as ações de inclusão digital promovidas pela Associação de Proteção à Infância Vovô Vitorino são descritas da seguinte forma por Maria Julia: *“Curso de informática básica, digitação e Internet. Estes cursos são ministrados na segunda-feira, na quarta-feira e na sexta-feira. Curso de informática para auxiliar os porteiros da comunidade. Com o apoio dos alunos da PUC-PR e da empresa Petrobrás serão implantados alguns cursos como a montagem e manutenção de microcomputadores. Estes cursos serão realizados nos finais de semana em que cada turma terá 20 alunos”*.

Segundo a afirmação acima, notou-se a importância do planejamento de ações em inclusão digital que promovam a capacitação coletiva em tecnologia da informação para que um maior número de pessoas participe dos benefícios da sociedade da informação. Para isto, é necessário que as lideranças comunitárias planejem suas ações e criem estratégias em inclusão digital para que efetivamente possam capacitar a comunidade por meio de cursos e treinamentos.

De acordo com Maria Julia, foram desencadeadas as seguintes iniciativas com a presença do portal eletrônico: *“Procura de empregos; divulgação dos projetos comunitários: ‘reciclar é viver’, ‘adolescer é viver’; doações; venda de produtos”*. Já Nelson Petrúle diz que *“o projeto proporcionou o encontro de emprego por parte de alguns usuários do projeto”*.

As informações obtidas acima confirmam a importância das ações em inclusão digital que auxiliem no desenvolvimento socioeconômico das comunidades de baixa renda. Assim, as comunidades que elaboram planos sérios de ação em inclusão digital otimizam os resultados provenientes do portal eletrônico. Outro aspecto observado nas afirmações dos líderes comunitários é no que se refere a ações que promovam o desenvolvimento econômico que se limitam a busca por empregos.

A análise do material discursivo indica que Associação de Proteção à Infância Vovô Vitorino detém mais fatores de sucesso (meios de divulgação, maior número de equipamentos, maior participação comunitária, entre outros) de utilização do portal eletrônico em relação à Associação de Moradores e Amigos da Vila Pompéia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos um novo período na história. A base dessa revolução é o progresso técnico, científico e de informação, e se todo planeta é praticamente coberto por um sistema técnico, conclui-se que é possível e necessário difundir o “novo”, já que a produção e informações globalizadas permitem emergência de lucro, constituem o motor da atividade econômica e antes de tudo, permitem a redução de desigualdades sócio-política e econômica.

Este processo revolucionário se inicia a partir da década de 1970 com o uso intensivo das tecnologias da informação por grande parte da sociedade mundial, o que causou mudanças nas estruturas sociais e econômicas. Este fenômeno, então, passou a ser denominado pelos sociólogos de Sociedade da Informação. Esta sociedade está inserida num contexto de globalização econômica e o modelo político adotado é o neoliberalismo. O Estado Neoliberal propõe que o Estado deve intervir minimamente na economia, o que ocasionou a redução do papel do governo em políticas sociais.

A partir destes acontecimentos, notou-se um grande avanço teórico em torno das transformações sociais, econômicas e políticas que avançam na sociedade da informação decorrente da intensa utilização das tecnologias da informação em quase todas as esferas do conhecimento humano. Ao mesmo tempo, surge a preocupação em relação a ações de combate à exclusão digital, visto que há um elevado contingente populacional excluído dos benefícios gerados pelo uso das tecnologias informacionais. Neste cenário, verifica-se a importância da atuação do governo, das empresas e do terceiro setor em favor de ações e projetos que desencadeiem o desenvolvimento social e econômico das regiões digitalmente excluídas.

De acordo com objetivo específico desta pesquisa, o estudo de caso do projeto Portal da Comunidade permitiu a comprovação das seguintes hipóteses levantadas: o sucesso do portal eletrônico decorre do conhecimento técnico em tecnologias da informação pelas comunidades; a acessibilidade e disponibilidade de equipamentos desencadeiam o sucesso do projeto; outro fator que pode gerar o insucesso ou sucesso da utilização do portal é a ausência ou presença de pessoas capacitadas para dar orientações sobre o uso, aliada a cursos (informática básica, digitação; *Internet*, entre outros) e treinamentos; também se leva em consideração que o insucesso pode decorrer da falta do planejamento das ações do projeto. Além disso, podem-se verificar outros fatores que desencadeiam no sucesso ou insucesso do portal eletrônico nas comunidades de baixa renda de Curitiba e região metropolitana, sendo: canais de divulgação, organização dos líderes comunitários, articulação na aquisição de parcerias pela comunidade, participação da comunidade, ações em inclusão digital, entre outros.

Por meio desta pesquisa, pode-se verificar a importância do papel do governo no desenvolvimento de políticas de inclusão digital por intermédio da disponibilização de infraestrutura e da capacitação necessária para que as comunidades de baixa renda possam acessar gratuitamente os serviços eletrônicos, tais como: realizar a declaração ou isenção do imposto de renda; tirar a segunda via do talão de água ou luz; fazer consultas ao Detran; entre outros. Deste modo, visualiza-se o portal eletrônico como uma ferramenta de cidadania, visto que auxilia na inserção dos menos favorecidos economicamente aos benefícios provenientes das tecnologias informacionais.

Outro fator relevante apresentado neste artigo, é que as comunidades participantes do projeto Portal da Comunidade possuem limitações em termos de desenvolvimento econômico. Com base neste aspecto, observou-se que os objetivos econômicos das comunidades estão ligados apenas a busca de emprego por parte dos usuários. Ou seja, não foram visualizados mecanismos consistentes de geração de renda provenientes da utilização do portal. Assim, verifica-se a necessidade de uma maior organização comunitária que promova ações que visem a inserção dos microempresários e de pessoas que ofertam trabalho (pedreiros, costureiras, trabalhos domésticos, entre outros) na comunidade a utilizarem do computador e da *Internet* como uma ferramenta em prol de uma dinâmica econômica na região.

Contatou-se, nesta pesquisa, que a maior parte dos usuários do portal eletrônico são jovens, pois estes possuem facilidades na interação com o portal eletrônico pelo fato de possuírem maior capacitação técnica em relação aos adultos e idosos.

Com base neste artigo, notou-se a importância das comunidades estarem em conformidade com a legislação e serem legitimadas pela população local. Desta forma, estas comunidades auferem vantagens na luta em prol dos objetivos socioeconômicos e políticos da região em que estão inseridas, pois podem participar de programas governamentais e não governamentais em favor do desenvolvimento comunitário.

A partir dos dados analisados nesta pesquisa, verificou-se que a iniciativa do Governo do Paraná em inclusão digital proporcionou a redução do analfabetismo digital e a redução das desigualdades entre pessoas e regiões no estado.

Portanto, é possível, depois deste estudo, pensar na realização de um mundo solidário e de bem-estar, em que todos têm o direito de participar dos benefícios gerados pelas tecnologias informacionais.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILLI, P.; SADER, E. **Pós-neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- APRENDENDO com as pesquisas. Disponível em: <http://www.ead.unicamp.br/trabalho_pesquisa/Pesq_estcaso.htm>. Acesso em: 10 jan. 2009.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA – ABPHE. 4ª Conferência Internacional de História de Empresas. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/congresso1999/textos/carl_4c.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2009.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2000.
- CAMELY, N. C. **Acumulação flexível de capital no pós-fordismo**: notas sobre processos de organização da produção e do trabalho. Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos – CEBRASPO. Disponível em: <<http://www.cebraspo.com.br/Boletins/14/b14m02.html>>. Acesso em: 24 fev. 2009.
- CAMINHOS PARA INCLUSÃO DIGITAL. Disponível em: <http://caminhoinclusaodigital.wikidot.com/exclusao_digital>. Acesso em: 23 dez. 2008.
- CASTELLS, M. **A galáxia da Internet**. São Paulo: J. Zahar, 2001.
- _____. **A sociedade em rede**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- COMCIÊNCIA: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. Disponível em: <www.comciencia.br/reportagens>. Acesso em: 02 jan. 2009.
- COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. Disponível em: <<http://www.cetic.br/usuarios/tic/2007/index.htm>>. Acesso em: 01 jul. 2009.
- CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO SUL – CODESUL. Disponível em: <www.codesul.com.br/downloadFonte.php>. Acesso em: 25 fev. 2009.
- CRUZ, R. **O que as empresas podem fazer pela inclusão digital**. São Paulo: Instituto Ethos, 2004.
- CUNHA, M. A. et al. **E-gov.br**: a próxima revolução brasileira: eficiência, qualidade e democracia, o governo eletrônico no Brasil e no mundo. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
- DIMENSTEIN, G. Computador cria novos analfabetos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Caderno 11, p.5-11, 25 maio 1997.
- FISCHER, R. M. **Confiança como fator de redução da vulnerabilidade humana no ambiente de trabalho**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.
- FUNDAÇÃO BUNGE. Disponível em: <www.fundacaobunge.org.br/site/dicionario_de_cidadania>. Acesso em: 25 fev. 2009.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1997.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HERCKERT, W. **Capital humano**. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos/caphum/caphum.shtml>>. Acesso em: 13 fev. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA – IBRE. Disponível em: <www2.fgv.br/ibre/cps/mapa_exclusao/apresentacao/textoprincipalacessado>. Acesso em: 23 dez. 2008.

INSTITUTO DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – IME-USP. Disponível em: <<http://www.ime.usp.br/~is/ddt/mac339/projetos/2001/michel/castells-resenha.htm>>. Acesso em: 02 jan. 2009.

INTERFACE – COMUNICAÇÃO, SAÚDE E EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://www.interface.org.br/revista4/ensaio2.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2009.

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa**: características, usos e possibilidades. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

OBSERVATÓRIO NACIONAL DE INCLUSÃO DIGITAL – ONID. Disponível em: <<http://onid.org.br>>. Acesso em: 14 maio 2009.

POCHMANN, M.; AMORIM, R. **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

PORTAL DA COMUNIDADE. Disponível em: <<http://www.portaldacomunidade.pr.gov.br/>>. Acesso em: 15 dez. 2008.

RIFKIN, J. **A era do acesso**: transição de mercados convencionais para networks e o nascimento de uma nova economia. São Paulo: Makron Books, 2001.

SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE – SCIELO. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=20100-19652000000200010&script=sci_arttext&teng=pt>. Acesso em: 23 dez. 2008.

SILVA, F. C. L. **Tecnologia e interação social**: o poder econômico e associativo das comunidades. Campinas, 2008. Mimeografado.

TAKAHASHI, T. **Sociedade da informação**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e da Tecnologia, 2000.

WIKIPÉDIA: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso em: 23 dez. 2008.

YIN, R. K. **Case study search**: design and methods. Thousand Oaks, Calif.: Sage Publications, 1990.

PROPOSTA DE MODELO PARA GESTÃO DA INFORMAÇÃO COMO ATIVO PRINCIPAL DE PROCESSOS DE NEGÓCIOS

Willian Siqueira Rodriguez*
Marcos Aurelio Pchek Laureano**

RESUMO

Este artigo descreve um modelo que permite as empresas ou organizações incorporarem a gestão da informação como parte do seu processo de negócios. A partir da utilização desse modelo, pretende-se aprofundar o conhecimento sobre os riscos relacionados à Segurança da Informação. O modelo desenvolvido é baseado na estrutura de tomada de decisão utilizada em Sistemas de Informações Gerenciais que abrangem os níveis estratégico, tático e operacional de uma empresa ou organização. A norma ISO 17799 foi utilizada para definição dos objetivos de controle a serem implementados.

Palavras-chave: dados; informação; conhecimento; gestão do conhecimento; segurança da informação.

* Acadêmico do 2º ano do curso de Tecnologia em Sistemas para Internet. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2008) da FAE Centro Universitário. E-mail: williansrz@gmail.com

* Mestre em Informática Aplicada (PUCPR). Professor do Instituto Federal do Paraná – IFPR. Orientador do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2008) da FAE Centro Universitário. E-mail: marcos.laureano@gmail.com

INTRODUÇÃO

O mundo globalizado tornou a informação o principal patrimônio de empresas e organizações. Este patrimônio está sob constante risco e a cada dia se torna mais difícil mantê-lo em segurança. O descuido nessa área pode causar prejuízos significativos, e muitas vezes irreversíveis.

Atualmente, é mais do que necessário o conhecimento desses riscos, os danos que eles podem causar. Estamos vivendo um momento em que é de vital importância para empresas e organizações manterem políticas de segurança.

Manter políticas de segurança é uma necessidade requerida para proteger as informações de empresas, organizações ou de pessoas, aplica-se tanto às informações corporativas quanto às pessoais envolvidas no negócio.

Entende-se por informação todo e qualquer conteúdo ou dado que tenha valor para alguma organização ou pessoa. Ela pode estar guardada para uso restrito ou exposta ao público para consulta ou aquisição.

A segurança de uma determinada informação pode ser afetada por fatores comportamentais das pessoas que a utilizam, pelo ambiente ou infraestrutura que a cerca ou por pessoas mal intencionadas que têm o objetivo de furtar, destruir ou modificar tal informação.

O desenvolvimento do tema proposto é importante pelo fato de que a análise do cenário atual demonstra que o crescimento e o sucesso das organizações atuais estão diretamente relacionados à necessidade de se manter uma infraestrutura de Tecnologia da Informação segura e confiável. A dependência atual das organizações e empresas da sua infraestrutura de Tecnologia da Informação, associada às oportunidades, benefícios e riscos inerentes a essa área, exige que essas organizações passem a considerar a necessidade de um melhor gerenciamento das questões relacionadas à Tecnologia da Informação.

1 DADO E INFORMAÇÃO

Informação é o resultado do processamento, manipulação e organização de dados de tal forma que represente uma modificação (quantitativa ou qualitativa) no conhecimento do sistema (pessoa, animal ou máquina) que a recebe.

A informação é um recurso efetivo e inexorável para as organizações, principalmente quando planejada e disponibilizada de forma personalizada com qualidade inquestionável e preferencialmente antecipada para facilitar decisões.

A informação é o dado com uma interpretação lógica ou natural dada a ele por seu usuário. A informação com valor altamente significativo pode representar grande poder para quem a possui. A informação contém valor, pois está integrada com os processos, pessoas e tecnologias.

2 PROPRIEDADE DA INFORMAÇÃO

Toda a informação produzida por uma companhia, ou por ela adquirida, é considerada de sua propriedade, sendo parte do seu patrimônio, não importando a forma de apresentação ou armazenamento. Esta informação, como parte do seu patrimônio, deve ser adequadamente protegida.

3 GESTÃO DA INFORMAÇÃO

A Gestão da Informação é um processo que consiste nas atividades de busca, identificação, classificação, processamento, armazenamento e disseminação de informações, independentemente do formato ou meio em que se encontra (seja em documentos físicos ou digitais). Seu objetivo é fazer com que as informações cheguem às pessoas que necessitam delas para tomar decisões no momento certo.

De acordo com o item 5.2 da ISO/IEC 17799:2005, o objetivo da classificação da informação é assegurar que os ativos da informação recebam um nível adequado de proteção. A informação deve ser classificada para indicar a importância, a prioridade e o nível de proteção. A informação possui vários níveis de sensibilidade e criticidade. Alguns itens podem necessitar de um nível adicional de proteção ou tratamento especial. Um sistema de classificação da informação deve ser usado para definir um conjunto apropriado de níveis de proteção e determinar a necessidade de medidas especiais de tratamento.

4 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A Segurança da Informação se refere à proteção existente sobre as informações de uma determinada empresa ou pessoa, isto é, aplica-se tanto às informações corporativas quanto às pessoais. Entende-se por informação todo e qualquer conteúdo ou dado que tenha valor para alguma organização ou pessoa.

Ela pode estar guardada para uso restrito ou exposta ao público para consulta ou aquisição.

Podem ser estabelecidas métricas (com o uso ou não de ferramentas) para a definição do nível de segurança existente e, com isto, serem estabelecidas as bases para análise da melhoria ou piora da situação de segurança existente. A segurança de uma determinada informação pode ser afetada por fatores comportamentais de seus usuários pelo ambiente ou infraestrutura que a cerca ou por pessoas mal intencionadas que têm o objetivo de furtar, destruir ou modificar tal informação.

A organização depende de sistemas de informação, e devido ao surgimento de novas tecnologias e formas de trabalho, como, redes virtuais privadas e os funcionários móveis, as empresas começaram a despertar para a necessidade de segurança, uma vez que se tornaram vulneráveis a um número maior de ameaças.

As redes de computadores, e consequentemente, a *Internet*, mudaram as formas como se usam sistemas de informação. As possibilidades e oportunidades de utilização são muito mais amplas que em sistemas fechados, assim como os riscos à privacidade e integridade da informação. Portanto, é muito importante que mecanismos de segurança de sistemas de informação sejam projetados de maneira a prevenir acessos não autorizados aos recursos e informações contidas nesses sistemas (LAUREANO, 2004). Segurança é a base para dar às empresas a possibilidade e a liberdade necessária para a criação de novas oportunidades de negócio. É evidente que os negócios estão cada vez mais dependentes das tecnologias e estas precisam estar de tal forma a proporcionar confidencialidade, integridade e disponibilidade (ASSOCIAÇÃO..., 2003; KRAUSE; TIPTON, 1999; ALBUQUERQUE; RIBEIRO, 2002).

Atualmente, o conceito de Segurança da Informação está padronizado pela norma ISO/IEC 17799:2005, influenciada pelo padrão inglês (*British Standard*) BS 7799. A série de normas ISO/IEC 27000 foram reservadas para tratar de padrões de Segurança da Informação, incluindo a complementação ao trabalho original do padrão inglês. A ISO/IEC 27002:2005 continua sendo considerada formalmente como 17799:2005 para fins históricos.

5 PROTEÇÃO DA INFORMAÇÃO

Entre as inúmeras tendências que explodiram em tecnologia, poucas assumiram o *status* de imprescindível. Ao fazer uma comparação, ainda que os sistemas de *Enterprise Resource Planning* (ERP) e *Customer Relationship Management* (CRM) sejam de vital importância para a rotina corporativa, ou que soluções de *Business Intelligence*

e *Balanced Scorecard* permitam aos negócios atingir patamares invejáveis de lucratividade, a Segurança da Informação é a única que não pode faltar em nenhuma hipótese. É ela que protege o bem maior das companhias, ou seja, a informação estratégica.

Para entender a importância da proteção das informações, basta pensar no prejuízo que causaria para os negócios a posse desses dados pela concorrência ou por alguém mal-intencionado. Atualmente, o período é de revisão de processos e de avaliação de soluções que protejam cada vez mais as informações corporativas, sem impactar fortemente na produtividade. Fato é que hoje a segurança é considerada estratégica e já encabeça a lista de preocupações de grandes empresas.

A Segurança deixou de ser submetida aos domínios da TI, para se tornar uma nova área que responde ao vice-presidente ou ao gestor de operações, ganhando orçamento próprio, salas específicas e, claro, prazos e demandas a serem atendidas.

Um dos maiores dilemas da Segurança da Informação está relacionado com a proteção dos ativos e a compreensão da amplitude desse conceito dentro da empresa. A ideia de ativo corporativo envolve também uma questão de difícil medição: a marca da companhia e a percepção que ela desperta no mercado. Um grande escândalo, uma falha latente ou uma brecha negligenciada podem sepultar uma companhia para sempre, ainda que ela tenha tido muito sucesso até então.

Outra questão relacionada com a Segurança da Informação, que também causa preocupação, é que se trata de um investimento sem fim, pois à medida que ela vai se fortalecendo, os ataques cada vez mais vão se sofisticando também.

6 SEGURANÇA NÃO ESTÁ APENAS RELACIONADA AO SOFTWARE

As experiências corporativas demonstraram que não é só de *software* que se constrói uma muralha resistente à crescente variedade de ameaças, falhas e riscos.

É preciso que as ações corporativas sejam direcionadas por um Plano Diretor de Segurança, de forma que possam estar à frente de determinadas situações de emergência e risco, uma postura mais pró-ativa que reativa. Esse plano será responsável por verificar se a corporação está destinando verba suficiente para manter o nível de segurança alinhado com as expectativas de negócios. Também apontará se as vulnerabilidades são de fato corrigidas ou se há uma falsa sensação de segurança. É muito comum haver grande disparidade entre o cenário que se pensa ter e aquilo que realmente ele é.

De forma mais ampla, esse plano deve considerar questões estratégicas, táticas e operacionais de negócios, atrelando-as a três tipos básicos de risco: humano,

tecnológico e físico. Ao longo deste artigo será abordada cada uma dessas variáveis, desde os tipos mais tradicionais de vírus que se disseminam pela rede, até as portas mais vulneráveis da empresa, passando pelo monitoramento de sua rede, seus profissionais, soluções de TI, gestão e políticas de segurança.

7 ENGENHARIA SOCIAL

Engenharia social compreende a inaptidão dos indivíduos em se manterem atualizados com diversas questões pertinentes à tecnologia da informação, além de não estarem conscientes do valor da informação que eles possuem e, portanto, não terem preocupação em proteger essa informação conscientemente. A engenharia social é aplicada em diversos setores da segurança da informação independente de sistemas computacionais, *software* e ou plataforma utilizada, o elemento mais vulnerável de qualquer sistema de segurança da informação é o ser humano, o qual possui traços comportamentais e psicológicos que o torna suscetível a ataques de engenharia social.

8 GERENCIAMENTO E ANÁLISE DE RISCOS

O gerenciamento e análise de riscos têm por objetivo identificar os riscos de segurança presentes em sistema ou recurso, fornecendo conhecimento para que sejam implementados controles eficazes de segurança.

Para entender como a atual capacidade tecnológica pode ser melhor aplicada no gerenciamento e na análise de riscos, é importante introduzir alguns conceitos relacionados a essa problemática.

- **Vulnerabilidade:** É um termo utilizado para designar um ponto fraco (falha) existente em um determinado sistema ou recurso, que tem origem intencional ou/e acidental e que poderá ser explorado, propositada ou inadvertidamente, causando prejuízo ao negócio, recurso ou sistema em questão.
- **Ameaça:** Uma circunstância ou evento cuja análise se traduz num grupo de impactos negativos sobre um sistema ou recurso e que apresenta uma ou mais vulnerabilidades passíveis de serem exploradas.
- **Fonte de ameaça:** Qualquer intenção ou método, que aponte para a exploração intencional de uma vulnerabilidade ou situação que acidentalmente possa desencadear uma vulnerabilidade.

- Risco: A exploração de uma ou mais vulnerabilidades do sistema ou recurso por parte de uma ou várias ameaças, com impacto negativo na atividade da organização.

O nível de risco causado pela exploração de uma determinada vulnerabilidade pode ser caracterizado atendendo a três fatores distintos (PEIXOTO, 2006), relacionados a seguir:

- o grau de vulnerabilidade existente;
- a probabilidade da ocorrência de um incidente de segurança (concretização de uma ameaça);
- o impacto resultante do mesmo.

9 NORMAS E PADRÕES DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A Segurança se tornou um tema importante para muitos sistemas de *software*. Com o êxito de crescimento da *Internet* o computador e os sistemas de *software* se tornaram cada vez mais interligados via rede.

As análises resultantes da pesquisa demonstram que o crescimento dos sistemas e organizações estão ligados diretamente ao aumento da necessidade das empresas e órgãos governamentais de manterem sua infraestrutura de Tecnologia da Informação com a maior segurança possível. A dependência que a maioria dessas organizações possui sobre o seu ativo de TI, exige um melhor gerenciamento de toda essa infraestrutura.

Esse estado de alerta levou ao desenvolvimento de modelos que apresentam as melhores práticas para se obter a governança da tecnologia da informação.

10 GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Hoje em dia, na maioria das organizações, a informação se tornou o ativo de maior valor estratégico para o negócio. O valor agregado a uma informação é crucial para uma organização, os sistemas e os serviços de tecnologia da informação desempenham um papel vital na coleta, análise, produção e distribuição da informação indispensável à execução do negócio das organizações. Dessa forma, tornou-se essencial o reconhecimento de que a informação é crucial, estratégica e um importante recurso que precisa de investimento e gerenciamento apropriados.

O conceito de governança da TI basicamente surgiu devido a esse cenário preocupante. Governança de TI define que a tecnologia da informação é um fator

essencial para a gestão financeira e estratégica de uma organização e não apenas um suporte aos mesmos.

A governança da TI pode ser definida como:

- a estrutura de relacionamentos entre processos e sistemas utilizados para direcionar e controlar uma empresa ou organização de modo a atingir seus objetivos corporativos, através da agregação de valor e controle dos riscos pelo uso da tecnologia da informação e seus processos (ITGI, 2001);
- a capacidade organizacional exercida pelo conselho diretor, gerente executivo e o gerente de tecnologia da informação de controlar o planejamento e implementação das estratégias de TI, permitindo a união da TI ao negócio (VAN GREMBERGEN, 2003);
- decisões corretas baseadas em um modelo que encoraje o comportamento pré-determinado quanto ao uso de TI nas organizações (WEILL; ROSS, 2004).

Para aplicar a governança da tecnologia da informação as organizações utilizam modelos que possuem as melhores práticas de gestão da tecnologia da informação. Entre todos os modelos e padrões os de maior aceitação e utilização são: o Cobit (ITGI, 2001), ITIL (OGC, 2002) e o padrão ISO/IEC 17799:2005.

11 O PADRÃO ISO/IEC 17799:2005

A ISO (*International Organization for Standardization*) e a IEC (*International Electrotechnical Commission*) formam um sistema especializado para padronização mundial.

Esse sistema é formado por entidades nacionais que são membros da ISO ou IEC e participam do desenvolvimento de padrões internacionais através de comitês técnicos estabelecidos pela respectiva organização para lidar com campos específicos de atividade técnica. Os comitês técnicos da ISO e da IEC colaboram em campos de interesse mútuo.

Os padrões internacionais são esboçados de acordo com as regras estabelecidas nas Diretivas ISO/IEC, parte 3.

No campo da tecnologia da informação, a ISO e a IEC estabeleceram um comitê técnico conjunto, ISO/IEC JTC 1.

Os rascunhos dos padrões internacionais propostos pelo comitê técnico conjunto circulam nos órgãos nacionais para votação. A publicação como um padrão internacional exige a aprovação de pelo menos 75% dos órgãos nacionais votantes.

O padrão internacional ISO/IEC 17799:2005 foi preparado pelo British Standards Institution (como BS 7799) e foi adotado, através de um procedimento especial de “regime de urgência”, pelo Comitê Técnico Conjunto ISO/IEC JTC 1, tecnologia da informação, em paralelo à sua aprovação pelos órgãos nacionais da ISO e da IEC.

Esse padrão é constituído por um conjunto de recomendações para práticas na gestão de Segurança da Informação e tem como objetivo confidencialidade, integridade e disponibilidade, que são fatores imprescindíveis para segurança e integridade das informações.

11.1 Modelo Proposto

A metodologia de implementação de Segurança analisada por esse artigo propõe de forma objetiva e clara, um conjunto de políticas e procedimentos para a proteção da informação, tendo como referência a norma ISO/IEC 17799:2005 homologada em dezembro de 2000.

Estas políticas e práticas são organizadas segundo o ciclo: diagnóstico, planejamento, implementação e monitoramento. A abrangência ou profundidade definida para cada ciclo é discutida e aprovada de acordo com as necessidades do negócio ou área de atuação da organização. Cada etapa de um ciclo gera um conjunto de produtos, na forma de políticas, procedimentos, práticas, funcionalidades de *software* ou estrutura organizacional.

De forma geral, são definidos três ciclos, que contemplam:

- infraestrutura;
- aplicações;
- engenharia social.

O ciclo da Infraestrutura compreende todos os aspectos relacionados à conectividade, tais como:

- redes locais;
- redes de longa distância;
- acessos externos;
- serviços *Internet/Intranet*;
- servidores e sistemas operacionais;
- sistemas de *backup* e *restore*;
- proteção contra vírus;
- segurança física.

O ciclo de Aplicações compreende a análise das metodologias de desenvolvimento com respeito a requisitos específicos de segurança, tais como:

- controle de acesso;
- *log*;
- documentação;
- política de senhas;
- procedimentos de *backup*.

O ciclo de Engenharia Social compreende desde a implementação de políticas de conscientização de funcionários e dirigentes até a elaboração de programas de treinamentos e divulgação de ações de segurança. São também sugeridos modelos de estruturas organizacionais para a condução das políticas de segurança.

A etapa de Diagnóstico, que compreende uma avaliação do cenário atual da Instituição, é segmentada em ações menores, que são:

- **Análise de Perímetro:** é composta de uma avaliação sistemática das condições da infraestrutura relativas às ameaças internas e externas. Como parte da avaliação do cenário poderão ser realizados, sob condições bem definidas, testes de invasão;
- **Análise de Vulnerabilidade:** são avaliadas desde a estratégia e o planejamento da instituição relativas à segurança da informação, até a análise das políticas existentes, controle de acesso físico e lógico, configurações de servidores e práticas correntes;
- **Análise de Risco e Continuidade do Negócio:** são identificadas e documentadas as vulnerabilidades e ameaças que podem colocar em risco a continuidade dos negócios da instituição, criando estratégias de continuidade das operações críticas dependentes de TI;
- **Diagnóstico de Segurança:** é apresentado um relatório detalhado descrevendo a situação atual quanto à vulnerabilidade e riscos da instituição, bem como, são apontadas recomendações de procedimentos e práticas para um reposicionamento da instituição quanto à Segurança da Informação.

Na etapa de Planejamento são detalhadas todas as ações e soluções resultantes da avaliação anterior, em particular:

- política de segurança com objetivos e atividades que reflitam os objetivos da instituição e que sejam consistentes com a sua cultura;
- desenvolvimento na organização de um entendimento dos requisitos de segurança, dos riscos potenciais e das formas de gerenciamento dos riscos;

- desenvolvimento de procedimentos para divulgação de políticas e padrões de segurança para todos os funcionários e contratados da instituição;
- plano de conscientização baseado em treinamento e educação para a segurança da informação;
- desenvolvimento de um sistema adequado para avaliar o grau de implementação e recolhimento de sugestões para uma atualização contínua das políticas de segurança.

Agora, na etapa de Implementação, todas as atividades planejadas serão implementadas levando em conta as prioridades e a abrangência acordadas com a instituição. As implementações também obedecem ao conceito de ciclos, entretanto, não existe, necessariamente, uma dependência entre atividades de um ciclo e outro, muitas delas podendo ser executadas em paralelo.

Após a implantação do modelo, os resultados das políticas implementadas devem ser visíveis para a organização.

E, por fim, a etapa de Monitoramento, considerada de grande importância como forma de preservação dos investimentos feitos para implementação de políticas e procedimentos de segurança. A experiência mostra que a falta de acompanhamento e auditorias (monitoramento) constantes levam ao relaxamento nos procedimentos que, tornam-se obsoletos em virtude da constante inovação das tecnologias ou da introdução de novas ameaças.

O monitoramento pode ainda ser desenvolvido na forma de um serviço permanente oferecido por uma empresa terceirizada, pelo setor de tecnologia da informação ou por um comitê de auditoria. O acompanhamento pode ser feito através da análise de *log* dos principais serviços, tais como: acesso ao *firewall*, acesso *web*, correio eletrônico, *ftp*, *telnet*, e da atuação direta em casos de incidentes de segurança, notificados por processo automático, no momento da ocorrência.

Para avaliar o modelo de segurança é necessária uma auditoria que deve prever os testes de penetração controlados, avaliação do controle de acesso para os diferentes tipos de usuários, verificação e análise de trilhas de auditoria, análise das políticas de antivírus e *backup*, plano de contingências e segregação de ambientes. Cada um destes aspectos podem ser tratados global ou localmente, ou seja, para toda a instituição ou apenas para uma aplicação.

- A auditoria e o diagnóstico de Segurança envolvem os seguintes itens:
- levantamento de serviços e aplicações ativas;
- detecção de vulnerabilidades;

- verificação de segurança de perímetro;
- testes de intrusão e DOS (*Denial of Service*);
- verificação de configuração e documentação de *firewalls*;
- auditoria nas regras e listas de acesso;
- análise de *logs* de sistemas e aplicações;
- análise de IDS (Intrusion Detection Systems);
- documentação de configuração VPN (*Virtual Private Network*);
- diagnóstico e recomendações gerais;
- documentação.

Como forma de comunicação entre instituições que estão distantes fisicamente, o modelo sugere a implantação de uma VPN (*Virtual Private Network*).

O objetivo do modelo proposto e descrito é estabelecer regras claras e bem documentadas do acesso aos recursos computacionais. A implantação desse modelo visa à mitigação dos riscos da exploração indevida e insegura da informação de uma organização ou empresa.

CONCLUSÃO

Este artigo apresentou a proposta de um modelo que permite a empresas ou organizações incorporarem a gestão da informação como parte do seu processo de negócios.

A motivação para a utilização dessa estrutura surgiu na identificação de que os processos de segurança da informação atualmente não estão disseminados de forma clara para empresas e organizações.

A Informação é o patrimônio mais precioso que as empresas possuem, por essa razão, desenvolver, aplicar e manter uma Política de Segurança é fundamental.

Uma informação incorreta circulando dentro da organização ou o vazamento de assuntos confidenciais podem causar um desastre de proporções irreversíveis, tanto no aspecto financeiro como na imagem da empresa.

A proteção está diretamente vinculada aos privilégios de acesso, armazenamento e distribuição da Informação.

Níveis de acesso, privilégio e autorizações devem ser claramente definidos nesta política. Na maioria dos casos, deverá ser nominal, determinando especificamente qual

o profissional interno da empresa que pode utilizar a Informação, em procedimento bem claro.

A Tecnologia de Segurança está cada vez progredindo mais na busca da melhor forma de proteção. Sistemas de vídeo monitoram e gravam a circulação de pessoas. Sistemas de biometria permitem acesso através da validação da impressão digital ou da íris.

Novos conceitos são amplamente discutidos ultrapassando a área de TI, indo principalmente para a área jurídica, para que se evite o excesso de controle e não se atinja a privacidade do cidadão.

Diante de todos esses aspectos, é possível afirmar que a Segurança de Informação está relacionada com métodos de proteção aplicados sobre um conjunto de dados no sentido de preservar o valor que possui para um indivíduo ou uma organização.

A proteção dessas informações deve ser aplicada em suas características básicas protegendo os aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade, não estando restritos somente a sistemas computacionais, informações eletrônicas ou sistemas de armazenamento. O conceito se aplica a todos os aspectos de proteção de informações e dados.

REFERÊNCIAS

ALBERTS, C.; DOROFEE, A. **Managing information security risks: the octaveSM approach**. Boston: Adilson Wesley, 2002.

ALBUQUERQUE, R.; RIBEIRO, B. **Segurança no desenvolvimento de software: como desenvolver sistemas seguros e avaliar a segurança de aplicações desenvolvidas com base na ISO 15.408**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO/IEC 17799: tecnologia da informação: código de prática para gestão da segurança da informação. Rio de Janeiro, 2003.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION: INTERNATIONAL ELETROTECHNICAL COMMITTEE. **ISO/IEC 17799:2005** code of practice for information security management, 2005.

IT GOVERNANCE INSTITUTE - ITGI. **COBIT: control objectives for information and related technology**. Rolling Meadows, Ill: The Foundation, 2000.

_____. **Information security governance: guidance for boards of directors and executive management**. Rolling Meadows, Ill: The Foundation, 2001.

KRAUSE, M; TIPTON, H. F. (Ed.). **Handbook of information security management**. Boca Raton, Fla: Auerbach, 1999.

LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. **Sistemas de informação gerenciais**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

LAUREANO, M. A. P. **Uma abordagem para a proteção de detectores de intrusão baseadas em máquinas virtuais**. 2004. 103p. Dissertação (Mestrado em Informática Aplicada) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2004.

_____. Segurança como estratégia de gestão da informação. **Revista Economia & Tecnologia**, Campinas, v.8, n.3, p.38-44, abr./jun. 2005.

OFFICE OF GOVERNMENT COMMERCE - OGC. **ITIL: the key to managing IT services – best practice for service support**. London, 2002.

PEIXOTO, M. C. P. **Engenharia social e segurança da informação na gestão corporativa**. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

PELTIER, T.; PELTIER, J.; BLACKLEY, J. Information security fundamentals. **Auerbach Publications**, Boca Raton, v.1, n.2, p.13-45., oct. 2003.

REZENDE, D. A. **Sistemas de informações organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Tecnologia da informação integrada à inteligência empresarial**. São Paulo: Atlas, 2002.

SETZER, W. V. Dado, informação, conhecimento e competência. **DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, n.27 p.6-7, dez. 1999.

VAN GREMBERGEN, Wim. **Strategies for Information Technology Governance**. Idea Group Publishing, 2003.

WEILL, P.; ROSS, J. W. **IT Governance: how top performers manage IT decision rights for superior results**. Boston: Harvard Business School, 2004.

REFLEXÕES SOBRE A INFLUÊNCIA DAS TECNOLOGIAS NA HISTÓRIA DA MÚSICA

Geovany Nery Mendonça*

Solange Aparecida de Campos Costa**

RESUMO

A contemporaneidade é marcada pelo avassalador progresso científico e tecnológico, assumido nos diversos âmbitos da vida humana. Indiferentemente, a arte sofre influência de tais avanços, cabendo ao artista encontrar novas perspectivas para a sua obra. A música, não obstante desta realidade, é também expressão de obra artística, sendo possibilidade de linguagem e expressão de seu tempo. O filósofo alemão, T. W. Adorno, em sua concepção de música contemporânea, afirma que o ouvinte de música se depara com as novas tecnologias, novos meios de comunicação de massa e difusão cultural, onde, estes, por sua vez, estão sempre fazendo experiências com regras comunicativas, buscando avançar na tecnologia de confecção musical como produto mercadológico e nos mecanismos de interação desses produtos com seus consumidores, ele é provocado a uma constante renovação de sua percepção.

Contudo, o modelo capitalista monopolizador de captação da variedade musical do mundo tem como efeito a padronização do gosto e das ideias correntes, tendo uso-fruto das novas tecnologias de gravação e reprodução para possibilitar o trânsito dos mais diferentes estilos musicais.

Cabe ao artista, portanto, em meios artísticos contemporâneos encontrar novas perspectivas para a música, sendo esta a expressão mais intensa daquilo que é o homem e sua realidade social, assumindo sua característica antropológica e de linguagem.

Esse artigo almeja, portanto, abordar como as tecnologias influenciaram a produção musical ao longo do tempo, da antiguidade à contemporaneidade, dando ênfase em como no mundo atual o uso dessas tecnologias cunhou uma nova concepção de arte musical.

Palavras-chave: filosofia; música; técnica; linguagem; contemporaneidade.

* Acadêmico do 3º ano do curso de Filosofia. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2008) da FAE Centro Universitário. E-mail: geovanyneri@yahoo.com.br

** Mestre em Letras (UFPR). Professora da FAE Centro Universitário. Orientadora do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2008) da FAE Centro Universitário. E-mail: solange@terra1.tur.br

INTRODUÇÃO

A contemporaneidade é um período marcado de inúmeras inovações tecnológicas e o avassalador avanço das ciências. Constantemente, o indivíduo se depara com tecnologias cada vez mais sofisticadas nos mais diversos âmbitos de sua vida. Essas mudanças, comuns a nossa época, também são objetos usados e discutidos pelo artista e todos aqueles que se propõem a pensar a realidade e a representá-la na obra de arte. A arte, que tem o seu percurso na tradição histórica como a representação do Belo e expressão sócio-cultural, coloca ao artista a importante missão de expor em sua obra a abstração que ele faz da realidade em que se está inserido, captando elementos sensíveis de seu contexto histórico e transformando-os em linguagem e constatação de modelos que engendram a sociedade. Nesta perspectiva, ver-se-á também a música, que, dentre os tantos modelos artísticos, traz consigo a possibilidade de expressão da realidade vivida, caracterizando-se como linguagem.

Essa linguagem musical sempre foi alvo de reflexão de filósofos e semiólogos que durante a história viram na música signos e comunicação que a transformassem em linguagem, podendo ser vislumbrada em shows, cinemas, discotecas e na própria canção cantada pelo cantor.

A música se tornou objeto de estudos desses homens ao discutirem a linguagem como signo e comunicação e a partir daí ver na música uma conotação linguística, identificando a linguagem como um sistema, uma técnica, um procedimento composicional.

Todavia, a música deve ser analisada dentro de sua época¹, para assim se poder reconhecer a própria caminhada da música como experiência vivida e transcrita pelo autor e que se transfigura como linguagem de seu tempo.

Assim sendo, faz-se necessário analisar cada época histórica da música, reconhecendo suas características em cada período e sua contextualização, buscando por fim compreender o resultado final da música que se apresenta em nossa contemporaneidade e como os avanços tecnológicos atualmente interferem na sua produção e na discussão sobre a arte.

1 A MÚSICA NO ESTADO SELVAGEM E BARBÁRIE

Desde que o homem organizara a sua existência em sociedade, fizera-se necessária alguma comunicação entre eles, que permitisse uma coexistência pacífica,

1 Deve se levar em conta a história, mas, sobretudo, a experiência do autor e dentro de sua própria realidade sócio-cultural.

partilhada por todos. E, toda a comunicação social decorrente desta necessidade é produto de uma evolução das relações mantidas pelos seres vivos com o mundo que os circundam.

Ao denominarmos aqui estado selvagem do homem, quer-se referir ao período plistocênico que antecede a era paleolítica². Neste período, o homem começa a dar sinais de linguagem, ao mostrar vontade de comunicar-se com o outro, mesmo que seja para alertá-lo sobre um eventual perigo ou fato particular de seu mundo. Para essa expressividade humana, o homem fazia uso apenas de alguns gestuais e sinais sonoros, cujo seu uso denomina-se *modo de comunicação plistocênico*³. O homem somente consegue gesticular a linguagem a partir do momento em que ela se torna necessária no processo de trabalho.

Neste sentido, a influência das novas tecnologias já iniciara neste período, onde as transformações e evolução histórica da sociedade humana decorrem das forças produtivas, ou seja, das habilidades e competências que o homem vai adquirindo no manuseio dos instrumentos de trabalho e nas formas de relacionamentos que se estabelecem entre os membros da sociedade enquanto empenhados na produção.

Estas tecnologias⁴ e forças produtivas exigiram dos membros da sociedade uma cooperação mais efetiva entre si, bem como a possibilidade de que essa *tecnologia* fosse constantemente transmitida de geração a geração. Exigia-se, portanto, uma alteração das *relações de produção*, alteração esta que implicava a necessidade de um tipo específico de instrumento que permitisse aos membros da sociedade uma comunicação para a qual já não era suficiente o antigo modo de comunicação plistocênico. Assim, demonstra-se a necessidade do homem em sempre estar inovando e procurando meios e formas de transmissão de mensagem tanto em corrente verbal como em forma musical, decorrente das transformações do desenvolvimento das *forças produtivas* e consequente transformação das *relações de produção*.

2 “Acreditava Morgan que, nesta longa fase de infância da humanidade, os homens ainda habitavam os bosques tropicais e semitropicais e viviam, pelo menos parcialmente, nas árvores. Só assim se poderia explicar a sua sobrevivência em meio às feras selvagens. Para alimentar-se, coletavam os alimentos disponíveis, como frutos, nozes e raízes” (SCHURMANN, 1990, p.14).

3 “As condições fisiológicas permitem ao homem emitir uma grande variedade de sons articulados distintos. E um determinado som, ou grupo de sons, uma palavra pode associar-se com um fato particular ou grupo de fatos do mundo exterior” (CHILDE, 1966, p.43).

4 Quando se fala em tecnologia no estado selvagem do homem, está se abordando o uso feito pelo homem de certos instrumentos de trabalho de madeira, de osso, e de pedra lascada, bem como o fogo que aprendera a manipular, fazendo-os já na fase média de seu período selvagem (SCHURMANN, 1990, p.14).

O estreito vínculo existente entre os diversos modos de comunicação e as *forças produtivas* é bem característico de todo este *período de infância* da cultura humana. Somente muito mais tarde é que a linguagem verbal, juntamente com outros modos de comunicação, pôde ingressar em uma outra classe de manifestações culturais, como, por exemplo, as obras literárias, as quais, acompanhadas de muitas outras, hoje se enquadram no conceito de *obras de arte* e cujas funções sociais ainda merecerão ser trabalhadas numa análise mais aprofundada, buscando reconhecê-las mais especificamente.

Na fase inferior do estado selvagem, as primitivas manifestações sonoras faziam parte das manifestações pliocênicas, sendo classificadas como pertencentes ao campo da comunicação acional, vindo a constituir um campo linguístico de manifestação musical⁵.

A música, neste período, desvinculou-se de sua função meramente comunicativa, passando a funcionar como *instrumentos de trabalhos mágicos e religiosos*. A função mágica sendo mais antiga que a função religiosa, dominava não apenas as manifestações musicais como também todo tipo de arte existente⁶.

Deste modo, pode-se descrever a irrefutável probabilidade de que a música do estado selvagem tenha sido tão naturalista quanto as pinturas encontradas e que, com uma determinada manifestação sonora, o homem poderia também se apossar de espíritos⁷.

O homem, no estado selvagem, desenvolvia suas práticas de magia voltado à representação e à posse de tal animal, porém, ao fazer uso destas práticas ele reproduz, no sentido de que a reprodução de um objeto de certa forma pressupõe uma espécie de identidade com o objeto que lhe servira de modelo.

No início da barbárie, período que, segundo a sistematização de Morgan⁸, sucede ao estado selvagem, se nos apresenta o panorama inteiramente novo da *arte*

5 Ao se falar em música, especificamente, neste período, quer se designar globalmente todas as manifestações sonoras praticadas pelo homem com os mais diversos fins, com exclusão apenas dos atos de fala.

6 Pode-se destacar modelos artísticos deste período histórico como representações pictóricas rupestres que ainda se preservaram da era paleolítica, que representava quase exclusivamente animais, caracterizando-se por um naturalismo surpreendente, além da prática da magia (SCHURMANN, 1990).

7 Por exemplo, o relinchar de um cavalo selvagem, o homem julgara apossar-se não apenas do relinchar, mas também do próprio cavalo (SCHURMANN, 1990).

8 As teses de Morgan tem sido retomadas por F. Engels na obra “Origem da família, da propriedade privada e do estado”.

neolítica. Assim, torna-se inovadora a reprodução, pois, neste período o homem tem suas preocupações voltadas para uma fiel reprodução. Agora, as manifestações já não servem para reprodução, mas sim, para se referir e ao mesmo tempo toma um caráter eminentemente simbólico⁹.

Na cultura bárbara, teve-se a aderência de novas tecnologias que fizeram que os homens pudessem produzir muitos frutos no cultivo de vegetais e nas domesticações e criação de animais para a própria sobrevivência, tendo em vista que, eles começavam a se estruturar socialmente em grupos consanguíneos, tornando esta uma característica da sociedade bárbara¹⁰. Nestas gens os indivíduos eram livres e cada um era responsável pela defesa da liberdade de todos, não existindo diferenças entre direitos e deveres, pois todos se sentiam responsáveis pela coletividade, onde, por exemplo, não se questionavam se era um direito ou um dever a participação de todos nos assuntos de interesses comunitários. Assim, muitos dos valores éticos que temos em nossa sociedade tiveram seu início na sociedade bárbara como, por exemplo, amor ao próximo, a lealdade, a coragem, a honestidade, a sinceridade etc. Todavia, seria utópico pensar que uma sociedade que de tal modo organizada não precisaria de alguns cuidados muitos especiais para se preservar de interferências individuais que poderiam comprometer a coesão coletiva. Assim, seu maior princípio era zelar pelo coletivo.

Mesmo que o homem na barbárie talvez não tivesse tomado conhecimento de tal grau de estrutura social atingida e de sua manutenção, já havia desenvolvido sua ideologia – uma concepção de mundo – que se por um lado era reflexo da sua capacidade de organização social, por outro lado era garantia para a manutenção da mesma. Assim, tais práticas de magia desenvolvidas pelos selvagens, onde o homem julgava que através deles pudessem atuar diretamente sobre a natureza, agora passavam a dirigir

9 “Os desenhos rupestres do Neolítico interpretam a figura humana por meio de duas ou três simples formas geométricas, por exemplo, mediante uma reta vertical e dois semicírculos, voltados um para cima e o outro para baixo, para os braços e as pernas. Os menires, os quais se tem pretendido ver retratos abreviados dos mortos, mostram na sua plástica a mesma abstração avançada. Sobre a lápide plana dessas tumbas, a cabeça, que mantém com a natureza nem sequer a mínima semelhança da forma redonda, está separada do tronco, isto é, da parte oblonga da própria pedra, só por uma linha; os olhos são indicados por dois pontos; o nariz é unido à boca ou às sobrelanceias formando uma só figura geométrica. O homem se identifica pelo acréscimo de armas, a mulher por dois hemisférios que indicam, os seios. A mudança de estilo que conduz a estas formas de arte completamente abstratas pressupõe uma revolução total da cultura, que representa talvez o corte mais profundo que se tem verificado na história da humanidade” (HAUSER, 1969, p.26).

10 Morgan mostra que os grupos de indivíduos consanguíneos, designados por nomes de animais nas tribos de índios norte-americanos, são essencialmente idênticos às geneas dos gregos e às gentes dos romanos e que essa gens se nos apresenta como uma instituição comum a todos os povos bárbaros, até sua passagem à civilização (ENGELS, 1980, p.69).

sua atenção sobre os espíritos que os governam, substituindo a magia pelos sortilégios e conjurações, que por meio dos quais o homem perseguia o objetivo de seduzir os espíritos para que os auxiliassem nas soluções de problemas surgidos em seus trabalhos e contribuindo progressivamente para o domínio da natureza.

Em todos estes ritos religiosos, a música desempenhava o papel fundamental e o mais importante, tendo o poder de convocar os espíritos como o de assegurar as condições necessárias para a preservação das estruturas sociais. Para tanto, a melodia cantada assumia um papel importante, por meio dela eram contadas histórias, transmitindo valores e princípios éticos indispensáveis para a estrutura social gentílica.

É importante notar que o uso de tecnologias fez com que o homem também criasse instrumentos como percussões, harpas e já dava indícios de criações de flautas. Para o canto, se havia o hábito de frequentemente convidar o povo para cantar junto qualificando esta manifestação musical como *canto responsorial*, tendo a participação ativa de todos os membros da comunidade¹¹.

Já na fase superior da barbárie, entre os europeus antes de formarem as cidades, desenvolveram-se cantos de poetas-músicos ambulantes – os *bardos*, *escaldos* e *rapsodos* – que em suas declamações musicais louvavam os deuses por seus grandes feitos, enaltecendo sua bravura, coragem, lealdade e seu espírito aventureiro.

Assim, as funções sociais da música na barbárie foram perdendo sua vinculação imediata às forças produtivas e assumindo outra categoria de relações sociais que não faziam parte das relações de produção. Na barbárie, a música se apresentava como ingredientes de modos de comunicação mais complexos, excluindo qualquer ideia de alguma atividade exclusivamente musical. Porém, este fato por si só não é suficiente para descartar qualquer tentativa de análise de tais manifestações musicais que estão de certa forma ligados à linguagem musical.

11 As práticas musicais, portanto, muitas vezes associadas a outras manifestações, eram os ingredientes de determinados tipos de rituais que se configuravam num modo de comunicação específico, através do qual se estabelecia contato com seres sobrenaturais, com o objetivo de conjurá-los para atuarem favoravelmente à sociedade humana. devem ter sido muitas as manifestações musicais da barbárie vinculadas a tais rituais. Como seus remanescentes, conhecemos aqueles ainda em uso, por exemplo, no âmbito das religiões afro-brasileiras, onde o som de batucadas e cantorias contribui com a dança para a invocação dos orixás. Bruno Nettl faz referência aos primitivos jogos de esconder ainda praticado em diversas aldeias indígenas norte-americanas. Formam-se dois grupos de jogadores: enquanto um trata de esconder o pequeno objeto, o outro se empenha em encontrá-lo. o jogo frequentemente vem acompanhado de música, na medida em que o primeiro grupo canta canções com o objetivo tanto de invocar uma ajuda sobrenatural para dificultar a tarefa dos adversários, como de camuflar as expressões faciais dos jogadores, a fim de evitar que o esconderijo seja revelado por gestos, risos ou outras atitudes involuntárias (SCHURMANN, 1990).

2 A MÚSICA NA CIVILIZAÇÃO E NO PERÍODO GREGO

O crescente número de indivíduos na sociedade fizera com que o povo se organizasse em grupos maiores formando as civilizações. Além do crescimento massivo populacional, a estrutura gentílica que se tinha, já não respondia aos interesses humanos e sociais vigentes. O homem evoluíra suas forças produtivas, possibilitando a dominação da natureza, o atendimento de suas necessidades de forma mais cômoda e o aumento da possibilidade de sobrevivência humana¹². Gordon Childe qualifica a passagem da barbárie à civilização como *Revolução Urbana* devido à importância que se atribui a essa formação de cidades¹³.

Devido ao grande número de indivíduos na sociedade, gerou-se uma divisão do trabalho cada vez maior, resultando na diversificação das atividades que, por sua vez, implicavam no complexo conjunto das camadas sociais e sobretudo o acúmulo desigual de riquezas e poder na mão de certas camadas em detrimento às outras¹⁴.

Evidentemente que a transformação de aldeias bárbaras em cidades civilizadas representa um longo período de transição. Muitas características das civilizações já havia em seus tempos embrionários, no fim da barbárie, assim como em outras localidades as aldeias bárbaras sobreviveram por um considerável espaço de tempo.

A música neste período transitório se portou como *entretenimento*¹⁵ às classes que eram favorecidas em termos de poder e riqueza. Observa-se, neste período, o caráter classista que se inicia após o estabelecimento de novas formações próprias

12 “O homem aprendeu a usar a força do boi e dos ventos, inventou o arado, o carro de rodas e o barco a vela, descobriu os processos químicos da fundição dos minérios e as propriedades físicas dos metais, e começou a desenvolver um calendário solar adequado” (CHILDE, 1966, p.111).

13 Embora uma gens, na medida que se tornava excessivo o número de seus membros, normalmente se cindia em vários núcleos, o crescimento acabava por assumir tais proporções que a tendência agora já era a substituição das aldeias por cidades, o que implicava na transformação de uma vida ainda tipicamente rural em uma vida urbana (SCHURMANN, 1990).

14 “Com a expansão do comércio, o dinheiro, a usura, a propriedade territorial e a hipoteca progrediram rapidamente; a centralização e a concentração das riquezas surgiram nas mãos de uma classe pouco numerosa, o que se fez acompanhar do empobrecimento das massas e do aumento numérico dos pobres” (ENGELS, 1980, p.133).

15 “A música como entretenimento ocorre somente nas regiões onde tanto a cultura como o estilo musical adquiriram uma relativa complexidade. Uma dessas regiões é a África Negra, onde certos potentados reais, como os soberanos de Ashanti e Dahomey, empregaram músicos profissionais que atuam exclusivamente para o regozijo do rei” (SCHURMANN, 1990, p.33).

da civilização¹⁶. Pode-se argumentar ainda que, a música, da mesma forma como na barbárie, tinha entre suas principais funções a manutenção do sistema da sociedade gentílica; assim também acontece no momento de fixação da civilização, isto é, agora se lhe exige uma função vinculada à natureza do Estado, uma função específica que contribuisse para a formação e a consolidação da estrutura de classes.

O Estado, portanto, para se consolidar de forma duradoura na dominação de classe, acabaria por criar meios de coerção capazes de impedir que as classes dominadas se rebelassem e tomassem o poder. Entre os meios de coerção usados, destaca-se a repressão, de ordem militar e policial, como a persuasão, de ordem ideológica, sendo que nas primeiras formações sociais da civilização, principalmente no âmbito desta última, caberia um papel relevante à cultura em geral, de modo especial à arte e à música. Foi assim que, instituída ora como essencial, ora como complementar, passar-se-ia a exercer a *dominação cultural*¹⁷.

A nível de persuasão, a dominação cultural consistia na divulgação e imposição de uma concepção do mundo, ou interpretação da realidade – de uma *ideologia* –

16 “Na época neróica, as quatro tribos atenienses ainda estavam instaladas em diferentes territórios da Ática. A constituição baseava-se na assembleia do povo, no conselho e no basiléu. Até onde alcança a história escrita, encontramos a terra já repartida e como propriedade privada, o que corresponde à produção e ao comércio de mercadorias relativamente desenvolvido da fase superior da barbárie. Como consequência da compra e venda de terra e da crescente divisão do trabalho entre a agricultura e os ofícios manuais, o comércio e a navegação, nos territórios dessas tribos passaram a fixar residência habitantes que, embora fossem do mesmo povo, não faziam parte daquelas corporações e, por conseguinte, eram estranhos a elas e ao local. Isso desequilibrava de tal modo a organização gentílica que se tornou necessária modificá-la e adotou-se a constituição atribuída a Teseu. A principal mudança foi a instituição de uma administração central em Atenas. A segunda instituição de Teseu foi a divisão de todo o povo em três classes: os *eupátridas*, ou nobres, os *geômoros*, ou agricultores, e os *demiurgos*, ou artesãos, garantindo-se para os nobres a exclusividade do exercício das funções públicas” (ENGELS, 1980, p.88).

17 No âmbito das artes plásticas, M. Pedrosa mostra como “a imagem, ao longo dos séculos, está destinada a difundir os símbolos de poder e a ‘persuadir’ o povo a aceitar a autoridade estabelecida. Desde a época egípcia até os fins da Idade Média, as figuras aparecem representadas em tamanhos diferentes, numa escala hierárquica, que é uma forma simbólica de representar e de transmitir ao povo a ideia do poder. Vejam-se os retratos dos faraós, dos funcionários da Suméria ou dos reis de Assur, ou da imagem de Deus no Código de Hamurábi, que é ainda maior que a do rei: o maior tamanho expressa o maior poder” Também na prática da narração de estórias observa-se que, paralelamente à epopéia herdada da barbárie, desenvolvia-se uma lírica que deve ter sido mais eficaz para atender os interesses do Estado. Segundo A. Hauser, tratava-se de “poetas gnômicos, como Sólon, elegíacos, como Tirteu e Teógnis, líricos corais, como simónides e Píndaro, que se dirigiam, desde o início, à nobreza, já não com divertidas estórias de aventuras, mas com severos ensinamentos morais, conselhos e advertências. Sua poesia era, ao mesmo tempo, expressão de sentimentos pessoais, propaganda política e filosofia moral. Os poetas eram os educadores e os guias espirituais, e já não mais os simples homens que divertiam seus concidadãos e outros membros de sua classe: sua missão residia em manter acesa na nobreza a consciência dos perigos e tornar a evocar na sua memória as recordações da sua grandeza” (PEDROSA, 1980, p.102).

que, uma vez aceita por todos, mesmo pelas classes dominadas, teria a capacidade de esvaziar quaisquer ideias contrárias que pudessem favorecer uma alteração fundamental do sistema vigente. Mas, embora tenha sido sobretudo neste sentido, no âmbito exclusivo da persuasão, que se praticava – e ainda se pratica – a dominação cultural, não há dúvida de que, principalmente nas primeiras formações sociais civilizadas, ela em muitos casos se aproximava consideravelmente da coerção repressiva¹⁸.

Assim se explica o fato de que, desde o início da civilização europeia, a partir das Cidades-Estados da Antiguidade Grega, a cultura oficial do Estado era rigidamente regulamentada e imposta a todos os cidadãos, ficando toda tendência inovadora para os processos que hoje chamaríamos de *liberdade da criação* ou *criatividade*, sujeita a uma severa marginalização¹⁹.

A música, para os gregos, era dirigida a toda a população, “por ocasião de todas as comemorações nacionais, sobretudo nos Jogos Olímpicos, a música ocupava sempre um lugar de destaque” (SCHURMANN, 1990, p.36), observando que Olímpia era o local mais importante de propaganda da Grécia, o local onde se formava a opinião pública do país e a consciência de unidade nacional da aristocracia.

Diante deste panorama que se apresenta, constata-se que com a cisão da sociedade em duas partes, sob a forma de classe dominante e classes dominadas ou populares, teve início também a cisão da cultura. A cultura dominante, além de entretenimento da classe dominante é atribuída à função autoritária de dominação cultural, enquanto a cultura popular constitui um instrumento das classes populares, com que estas procuram dar respostas às suas próprias necessidades culturais. Embora dominada, e restringindo-se frequentemente a reproduzir à sua maneira a cultura dominante, está sempre inerente à cultura popular a tendência de se emancipar²⁰.

18 M. pedrosa cita as estátuas da cultura oficial do Império Romano, como a de Augusto e a equestre de Marco Aurélio: “Originalmente, sob o cavalo havia a figura do inimigo ferido, de um bárbaro caído. Além disso, as estátuas equestres dos imperadores tinham um poder extraordinário. Diante delas eram realizadas as execuções públicas e os prisioneiros podiam obter o perdão e apelar para o imperador se conseguissem tocá-las” (PEDROSA, 1980, p.102).

19 Platão chega a propor uma efetiva repressão de tais tendências, dizendo que “é preciso que os Conselheiros de Estado cuidem para que este não se deteriore, para que não se introduzam inovações contrárias à ordem nem à ginástica e nem à música. Deve-se evitar o surgimento de uma nova espécie de música, porque esta colocaria em perigo o todo. Nunca se pode alterar a essência da música sem que daí resultem abaladas as leis fundamentais do Estado” (SCHURMANN, 1990, p.35).

20 Esta oposição – ou, melhor, *contradição* – entre cultura dominante e popular tem sido objeto de importantes discussões. Tanto que, Adorno sendo um dos pensadores da Teoria Crítica, é também um dos pensadores que nos orientará nesta reflexão que aprofundaremos posteriormente. Outra filósofa que pode auxiliar em nossos esclarecimentos quanto a este assunto abordado é Marilena Chauí (CHAUÍ, 1981).

Cabe observar ainda que é somente na medida em que surge a civilização que se pode aplicar o termo *cultura popular* com o seu real significado de *cultura das classes populares*,²¹ termo este que se opõe não a conceitos vagos e indeterminados, como *cultura erudita*, mas à *cultura dominante*, e que pressupõe, como condição necessária para sua existência, o processo da *dominação cultural*.

Ao se referir à música praticada na clássica civilização grega, encontra-se uma grande dificuldade pelo fato que poucos registros de música da época chegaram aos dias atuais, dificultando qualquer tentativa de análise pormenorizada²².

Todavia, justifica-se a música deste período ainda baseada nos tradicionais cantos provenientes da barbárie. Seria neles que a cultura oficial do Estado encontraria modelos de estruturas musicais, as quais, tendo sido consideradas anteriormente como sendo de origem sobrenatural e divina²³, agora podiam ser utilizadas e adaptadas para exercer as novas funções de portadoras de determinados valores éticos favoráveis às relações de produção vigentes. Trata-se dos chamados *nomoi*.²⁴ Provavelmente se

21 Usa-se aqui o termo *cultura popular* para se referir a *cultura do povo* e não como comumente se entende: um conjunto de produtos culturais destinados ao *consumo de massa*.

22 Essas dificuldades também foram encontradas e expressas por várias pessoas que se dispuseram a debruçar-se sob a luz da música grega. Lia Tomás, sendo também uma das referências em estudos de comunicação e semiótica descreve em seu livro a dificuldade que encontrou ao falar da música grega: “Sabemos que cada área específica da história possui uma escola ou um personagem, cuja vida ou feitos tenham sido obscurecidos por inúmeras razões: escassez de documentação, opiniões contraditórias tanto de seus contemporâneos como de autores posteriores, constantes referências em períodos distintos, entre outros. Assim, torna-se difícil estabelecer até que ponto todas as informações que permeiam esses personagens e suas realizações são passíveis de serem verificadas, se possuem um fundo verídico ou se pertencem a uma construção do imaginário” (TOMÁS, 2002, p.22).

23 Mesmo assumindo características próprias de seu tempo, a música em período grego também resguardou seu caráter mágico herdado de seus antecedentes nos cantos órficos e mitos mais antigos como Orfeu e Dioniso. Neles, encontram-se uma união indissolúvel entre o canto e o som da lira, além de uma potência mágica e obscura que subverte as leis naturais e que propicia a reconciliação dos princípios opostos que regem a natureza em uma unidade – vida-morte, bem-mal, entre outros.

24 *Nomos* (plural: *nomoi*). “Os primitivos compositores gregos eram verdadeiros compositores – e de nenhuma forma autênticos criadores –, pois se limitavam a elaborar suas concepções musicais em cima de tipos consagrados, em lugar de produzir obras alimentadas pela própria invenção. Utilizando um *nomos* tradicional, adaptavam-lhe poesias distintas e possivelmente mesmo lhe aplicavam novos ritmos. Suas tarefas, neste sentido, não podiam produzir nada de muito extraordinário, uma vez que os *nomos* gregos, esquema musical revelado pelos deuses, obedecia aos mesmos princípios que o *samán* dos antigos cantores da Índia e o *raga* dos indianos modernos” (SUBIRÁ, 1947, p.101). Para se ter uma ideia dos processos aí envolvidos, basta observar como, também na nossa cultura cotidiana atual, um enunciado verbal, por exemplo, “acorrentado ninguém pode amar”, quando cantado adquire um poder expressivo que vai além daquele que existe quando emitido sem a intervenção da música.

procedeu de alguma espécie de seleção entre os modelos disponíveis, de forma que os valores éticos que se lhes atribuía correspondessem às demandas decorrentes da necessidade de garantir a manutenção da nova organização social própria à estrutura de classes, pela qual o Estado havia assumido a responsabilidade. Ora, naturalmente esta exigência haveria de implicar que a estrutura musical se tornasse apropriada para favorecer substancialmente a competência social dos atos de fala verbais existentes nos respectivos e, necessariamente, influir sobre os mesmos para que, a nível de atos elocutórios, viessem a funcionar como atos de persuasão.²⁵ Foi a partir do desenvolvimento de tais cantos que resultara, no período clássico da cultura grega, aquele modo de comunicação que hoje é designado pelo termo *canto monódico* ou *monodia* e que, durante um longo período constituiria a principal manifestação musical da cultura dominante.

Para se manter os valores éticos e sua função social, denota-se ainda que, a música neste período estava inserida na educação de modo que contribuísse para a formação do homem grego.

Além de sua função social, a música na Antiguidade Grega recebe a sua própria identidade, a começar pelo termo música tal como se cunha atualmente. O termo música provém do termo grego *mousiké*²⁶ e tem seu radical formado partir do termo *mousa* que quer designar musas; arte, ciência; canto; palavra persuasiva. Tal relação é feita pelo fato de que para os gregos as Musas sempre foram as deusas da educação. Isto equivalia, na época clássica, ao conhecimento da literatura, ou seja, sobretudo a poesia, estritamente ligada com a música e a dança, as Musas foram, primeiramente, aproximadas de forma mais estreita, com as manifestações literárias que compreendiam a música.

Inegável é o importante papel que a música assume na Antiguidade grega²⁷. A música desempenhava um forte papel na educação ao capacitar as almas indivíduos, vinculada a palavra falada, o *logos*. Por esta vinculação, é que se criará divergências de ideias, pois pensadores como Platão argumentarão que a música, por estar ligada à poesia – sendo esta uma modo cantado de se falar – distanciará as pessoas das ideias das coisas, criando alusões naqueles que ainda não conheceram a luz²⁸.

25 Denota-se isso nas tragédias gregas onde o coro, bem como a peça em si, também exercia a função social.

26 “A palavra *mousiké*, adjetivo de *mousikós*, considerada em si, significa musical, aquilo que se relaciona com as Musas. Usa-se *mousiké*, subentendendo-se *techné* ou *episteme*. *Mousiké* tem, portanto, a raiz de *mousa* e por isto torna-se clara a relação com as Musas” (ROQUE, [s.d.], p.29).

27 Em Platão, ver (III,398a-402E; 411 e 412; IV, 424a-c; VII, 530 e 531a-c; IX, 591c-d; X, 614a-621d); *Fedon* (60 e 61a); *Fedro* (248d); *Leis* (II, 658-659; VII, 802a-d) *Timeu* (47-48, 53a-b, 90d); em Aristóteles, *Política* (VIII – em certas edições, o livro VIII corresponde ao livro V).

28 Aqui se faz menção ao mito da caverna de Platão.

3 A MÚSICA NO PERÍODO MEDIEVAL

Tendo o império romano adotado o cristianismo como religião oficial que se expandiu para todo o ocidente, além de ter seu domínio político-social através de sua ideologia por cerca de 800 anos, vai se sobrepor a elementos locais, demonstrando que tudo passa a validar se for feito em *Nomine Dei*.

À medida que a nova crença ia conquistando os pagãos, juntaram-se a esse canto hinos nos quais as alusões às divindades gregas e orientais eram substituídas por aclamações e doxologias à glória do Senhor.

Toda a cultura volta-se para a *Glória de Deus*, bem como a literatura apoiada no contexto religioso-cristão; a música torna-se música sacra a qual o copista assume um grande papel, o trabalho *mágico*²⁹ de transcrever as literaturas e as músicas. Para justificar esse caráter sacro adotado nas artes, surgem pensadores como Santo Agostinho, Boécio, Hildegard Von Bingen além de muitos outros que de alguma forma influenciaram neste movimento.

Quanto à música, cabe, neste começo de era, inaugurar uma nova concepção: a *música bizantina*. Muito do que se produziu neste período se perdeu na história, possuindo apenas um único fragmento em papiro de um hino cristão que data dos fins do séc. III. Conquanto escrito segundo a notação grega de Alípio, é o primeiro exemplo de hino cristão e a sua importância é portanto excepcional. Ao contrário do que muitos julgam, este fragmento não é o último exemplo de música grega, sendo iludidos pela notação grega, mas denota a forte presença de várias melodias transcritas em sua produção.

Uma lacuna se fez na história após estas composições do século III até o século IX, onde até então não se havia muitos escritos. Somente no século IX se legou livros completos de canto eclesiástico em notação musical. Esta lacuna tornou obscuro o trânsito do canto eclesiástico cristão dos seus centros mais importantes, a saber: Jerusalém e Antioquia para Constantinopla, então o centro político do império do Oriente, que se torna também o seu centro religioso e estabelece a sua liturgia própria. Esta liturgia já não era a de um centro monástico onde o culto de Deus era praticado dia e noite; era a liturgia da grande Igreja do imperador, e este tinha o mais alto poder em matéria civil e religiosa: era ao mesmo tempo autocrata e o Grande Sacerdote. As cerimônias às quais assistia na qualidade de chefe de Estado eram reguladas segundo um rito de aclamações entoadas pelas facções dos – Azuis – e dos – Verdes –. Quando,

29 Considera-se mágico pelo fato de que grande maioria da população era analfabeta e associa ao copista a veneração de seu trabalho, vendo-o como supersticioso.

na qualidade de chefe da Igreja, achava-se presente, uma música processional e aclamações litúrgicas entoadas pelo clero acompanhavam-no ao dirigir para Santa Sofia. Estas aclamações constituem um sistema de clamores e de respostas entre o solista e o coro. Começam pelo grito, três vezes repetido, de “Viva o Imperador”.

Durante a época de Justiniano, o Grande, o repertório não era vasto pela dificuldade dos cantores decorarem as melodias. Posteriormente, quando o número de festividades aumentou e vários poemas foram escritos sobre uma mesma melodia, já existente, foi introduzido um sistema de signos musicais para fixar melodias. É exatamente o que se passou com o canto gregoriano. Neste sistema era inútil considerar os intervalos. Bastava indicar movimentos ascendentes ou descendentes, pois os cantores sabiam de cor se tratava-se de uma terceira, de uma quarta ou mesmo de uma quinta. Em contrapartida, tinha-se o maior cuidado em fixar as mudanças rítmicas e dinâmicas de tal modo que as palavras e a música seguiam unidas miraculosamente. Um dos grandes autores cristãos que orientou o pensamento sobre a arte bizantina foi o pseudo-Dinis, o Areopagita, autor do tratado *Da Hierarquia Celeste* que afirma que há no céu uma hierarquia celeste, uma ordem sagrada, uma imagem da beleza divina. A hierarquia eclesiástica é o seu equivalente na terra. As duas formam os degraus de uma escada que vai do mais humilde eclesiástico às mais altas fileiras da Tríada, lá onde os serafins dançam em redor de Deus e os seus lábios, jamais silenciosos, cantam hinos à sua glória.

A música celeste destes hinos não é perceptível, nem mesmo nas fileiras inferiores da Tríada, mas é lhes revelada pelos serafins. Descendo os degraus da escada mística, a revelação atinge as fileiras daqueles que possuem a inspiração divina, os profetas e os santos, que ouvem um delicado eco dos hinos celestes que podem então transmitir aos músicos inspirados, isto é, àqueles que escrevem hinos.

Deste modo, os hinos e os cânticos da Igreja são o reflexo da música espiritual tornada audível ao ouvido humano. O músico é simplesmente o humilde instrumento da graça divina. Ele sabe que somente pode cantar melodias que chegam ao mundo como o eco imperfeito dos hinos celestes.

No decurso do século XV, particularmente após a queda de Constantinopla, o canto bizantino entrou em decadência. Os cantores eram forçados a aceitar o método de canto e gamas turcas, porque tinham de ensinar a música às crianças turcas ricas. Igualmente adotaram a maneira de desenvolver artificialmente as melodias por meio de *coloraturas*. A história da música bizantina termina, por conseguinte, com a queda de Constantinopla.

Todavia, é a partir do século VII que a música bizantina preclara uma nova forma de organização musical organizada por São Gregório Magno, assumindo o grande papel pastoral e se responsabilizando por sua função social de necessariamente

organizar a música de forma a favorecer a difusão da ideologia corrente. Compreende-se que o *sistema modal* instituído para reger a organização mélica do Canto Gregoriano deve ser entendido como “um princípio disciplinador”, com o auxílio do qual se tratava de estabelecer uma ordem adequada no universo ainda caótico e incontrollável do material sonoro musical. Este princípio viria a compreender um sistema de oito escalas, isto é, de oito formas de repertório mélico, pelo qual, seguindo o modelo dos *modos* da Antiguidade, se estabelecia uma organização racional das alturas sonoras envolvidas na monodia até então.

Necessariamente, denota-se que o canto cristão tem sua proveniência de muitas fontes: melopeias hebraicas recebidas através das igrejas da Síria, cantos gregos e romanos tradicionais, canções populares com novas palavras e criações originais de caráter místico, às quais nem sempre foram estranhos os ritmos e danças. Muitos cantos paleocristãos devem ter aceitado o microtonalismo que o culto mozárabe ainda exibia na Península Ibérica depois da unificação do país sob reis católicos. Porém, tirando estas e outras poucas exceções, foi prevalecendo, na prática romana, a tradição erudita herdada da música grega, com o seu severo diatonismo. Assim, o canto cristão, transformando-se em católico, universal, sob o signo de Roma, adquiriu, com Gregório Magno, feições definitivamente ocidentais.

O Canto Gregoriano assume, sem dúvida, uma grande relevância ao querer dotar a liturgia da austeridade pesada e opressora necessária para o exercício do complexo sistema cultural e ideológico que a Igreja havia edificado sobre as bases do cristianismo a fim de poder desempenhar como única detentora da cultura dominante, a função social que lhe havia sido consignada.

Esta austeridade pesada e opressora também está presente nas formas arquitetônicas do *estilo romântico*, que se expandira a partir dos mosteiros organizados de forma unitária principalmente sob a regra dos beneditinos. Segundo Hauser (1969), seria natural relacionar não apenas as proporções, mas também as formas pesadas, amplas e poderosas da arquitetura romântica com o poder político de seus construtores e considerar esta arquitetura romântica como a expressão de uma rígida autoridade de classe e um espírito de casta fechado³⁰.

30 *Historia Social de la Literatura y el Arte*, Vol.1, p. 242. A. Ponce nos dá uma ideia do poder social exercido em nome dessa austeridade, em se referindo às *escolas monásticas*, que eram as únicas instituições de ensino a que o povo tinha acesso. Nestas escolas, entretanto, “não se ensinava a ler e nem a escrever. A finalidade não era instruir a plebe, mas familiarizar as massas camponesas com as doutrinas cristãs e, ao mesmo tempo, mantê-las dóceis e conformadas” (SCHURMANN, 1990, p.62). De fato, não tinha sentido perder tempo com a educação do povo, se, de acordo com a opinião dos monges, os trabalhadores, pelo simples fato de serem analfabetos, “apresentavam maior resistência à fadiga e eram capazes de suportar uma tarefa mais longa e mais penosa” (SCHURMANN, 1990, p.65).

Enquanto, por todo o primeiro milênio da era cristã, a monodia exercia uma absoluta predominância em todas as atividades musicais, chegaria o momento em que se tornariam cada vez mais frequentes as fontes que se referem a manifestações polifônicas.

Com o surgimento das primeiras manifestações de uma polifonia principiante – o assim chamado *organum*, onde várias vozes se movimentam por trajetórias paralelas – nas atividades desenvolvidas no âmbito dos mosteiros. Isto se fundamenta no fato de que os documentos mais antigos que nos informam sobre tais práticas, realmente são de origem monástica. Não se deve esquecer, entretanto, que, nessa época, as instituições da Igreja eram as únicas que se encontravam em condições de documentar quaisquer manifestações culturais, sejam elas eclesiásticas ou profanas. Seria perfeitamente compreensível, portanto, que a Igreja através de seus intelectuais orgânicos – que eram os monges –, tratasse de registrar certas manifestações profanas, principalmente na medida em que estas diziam respeito a um campo tão importante a nível ideológico como era o caso da prática musical. Por outro lado, tudo indica que o clero, que, na sua preocupação de desincumbir-se da melhor forma possível de suas atribuições de dominação cultural, havia instituído o canto monódico, cuja eficácia por muito tempo ainda não dava os mínimos indícios de desgaste, dificilmente assumiria atitudes capazes de conduzir a uma efetiva ruptura da predominância deste modo de comunicação³¹.

No entanto, julga-se fundamental ressaltar que, na medida em que a música da cultura dominante – que era a monodia executada pela Igreja – configurava-se como uma música essencialmente vocal, o uso dos instrumentos só poderiam ter sido próprio à música da cultura popular. No caso de se comprovar um papel decisivo das práticas instrumentais nas primeiras manifestações polifônicas, portanto, concluir-se-á também sobre a origem popular das mesmas – tendo em vista também as inovações instrumentais crescentes neste período e a retomada vigorosa de instrumentos antigos.

Quanto à inserção da heterofonia na cultura popular da Idade Média, tudo indica que era uma música vinculada principalmente às festividades socialmente importantes na vida cotidiana do povo e não há dúvida de que por meio de tais práticas diretamente provenientes da tradição bárbara, acabaria por esclarecer-se uma real oposição aos valores instituídos pela cultura dominante.

³¹ Assim, a explicação, por exemplo, que se nos apresenta Ambros, segundo a qual o *organum* teria sido um fenômeno peculiar para cujo surgimento deviam ter atribuído principalmente as “especulações teóricas e experimentações práticas” efetuadas por alguns monges excêntricos, hoje já não pode ser aceita. De fato, os historiadores mais modernos freqüentemente atribuem a origem do *organum* às tradicionais manifestações da cultura popular, que gradualmente teriam sido absorvidas pela Igreja (SCHURMANN, 1990, p.65).

Evidentemente que tais manifestações heterofônicas de forma alguma não se enquadram no conceito de polifonia, pois este conceito implica estruturas musicais baseadas na simultaneidade de duas ou mais vozes que se movimentam segundo trajetórias distintas. Não resta dúvida, entretanto, que certos princípios inerentes à heterofonia – como a distinção entre consonâncias e dissonâncias – podiam ser aplicados à música vocal, dando origem a embrionárias formas polifônicas e desencadeando um processo inovador que implicaria em profundas alterações do próprio modo de cantar. E este processo se deu em diversas regiões geográficas, em momentos históricos distintos e resultando em formas de canto também diferenciadas, entre as quais se destacam o *gymel*, o *faux-boudon* e o *organum paralelo*.

Denota-se que as novas formas de canto polifônico que então começam a delinear-se não foram senão o resultado dos esforços desenvolvidos pelas classes populares para dar respostas à crescente exploração e injustiça a que o sistema feudal as submetia. O surgimento dessas primeiras manifestações polifônicas vem qualificar-se, portanto, a nível político como a emergência de formas ainda incipientes de *movimentos sociais*. Verdadeiramente, no estado de relativa dispersão em que se encontrava a população rural, estes movimentos não dispunham ainda das condições necessárias para aquela realização que, logo após, verificar-se-ia por ocasião da retomada intensiva do desenvolvimento das cidades.

4 A MÚSICA NA MODERNIDADE³²

A polifonia surgida no final do século XII nas igrejas denominadas *Ars Antiqua* consistia numa característica excepcional de fundir a música religiosa com a música profana, resultando na polifonia, movimento que perdurou até a metade do século XIV. Substituído pela *Ars Nova*, o Pré-Renascimento na música, o profano sobrepôs-se ao religioso, predominando a liberdade na melodia e no texto, características que marcariam um novo período, a Modernidade.

A Idade Média foi um período que muitos pensadores e historiadores consideravam numa perspectiva negativista de “Idade das Trevas”. Ao contrário, este período obteve uma importância crucial para o surgimento da modernidade, pois, foi esse período que possibilitou a música moderna ter suas características singulares. No baixo

³² Delimitar-se-á o surgimento da Idade Moderna a partir do final do século XIV e início do século XV, com a ascensão da vida comercial e o progresso do estilo de vida urbano em burgos e a estruturação social em classes.

medieval, a música começa a dar indícios de um vindouro casamento de inspiração e técnica³³, possibilitando a música moderna construir suas bases em pressupostos teóricos emergidos em estudos³⁴ da música medieval, aplicando-os à medida que crescia a complexidade das estruturas polifônicas.

Tudo isso se valida e se constata, ao passo que, a primazia da produção polifônica se havia transferido dos antigos domínios da Borgonha à Itália e, principalmente, por ocasião do florescimento da Alta Renascença, no século XVI. Quanto ao processo histórico dessa transferência do centro da produção polifônica para a Itália, cabe ainda ressaltar que muitas das cidades Italianas, como Florença, Veneza e Gênova, haviam se desenvolvido numa certa independência em relação às monarquias. A administração municipal encontrara aí as condições necessárias para assumir um poder de Estado próprio, caracterizado por formas de governos geralmente republicanos. O grande comércio que então se desenvolvera era substancialmente distinto daquele dos domínios de França e Borgonha. Os italianos não comerciavam apenas com os produtos da sua própria indústria ou com as matérias primas necessárias para a mesma, mas passaram a exercer uma espécie de monopólio sobre uma parte muito substancial de todo o comércio internacional da época.

O período moderno foi um período de inúmeras transformações que, posteriormente, marcariam as inovações e as técnicas tal qual se tem na contemporaneidade, contemplando até o pensamento filosófico que assume rumos inovadores para a técnica e a vida social.

Cabe ressaltar, ainda, que o surgimento da imprensa no século XV foi um dos marcos de transição para o período moderno, pois através da imprensa, começa-se a maior divulgação de escritos que até então somente a Igreja continha o acesso, selecionando aquilo que fosse de mais valia para a manutenção de seu poder hegemônico. Em contrapartida, a difusão dos escritos possibilitados pela imprensa fez com que, posteriormente, a Igreja perdesse o caráter hegemônico através da Reforma Protestante que, por sua vez, ingressou em meios sociais a inúmeras inovações, como a Bíblia em língua vernácula.

A música, neste aspecto, assume uma nova postura, pois assim como a bíblia passa a ser escrita em língua vernácula, a música começa a se expandir e criar características próprias em cada região (MAGNANI, 1989), favorecendo a criação de

33 Ao falar de técnica, quer se designar, aqui, a progresso científico que já começa a ter sinais neste período e o aprimoramento de técnicas vocais e teorias musicais.

34 Estes estudos são das tais possibilidades de transformações e visualização de esquemas musicais, classificando intervalos harmônicos.

novos estilos musicais, além de aprimoramentos musicais com a criação de novos instrumentos e aperfeiçoamento de instrumentos já existentes.

A Idade Moderna é o período de Revoluções. Estas, por sua vez, ocorreram em meios civis, científicos e filosóficos. No plano civil, destaca-se a supressão da forma feudal pelo mercantilismo emergente, forma primordial do capitalismo, elevando uma nova classe ao poder, a burguesia, desenhando-se, assim, um novo mapa econômico-geográfico³⁵. No plano científico, as revoluções surgem a partir de Copérnico, que apresenta uma nova compreensão de mundo, tirando da Terra e do próprio Homem o seu *status* de centro do Universo³⁶. Surgem, também, neste período, nomes como Newton e Darwin, que formulam novas teorias em modelos mecanicistas confirmando nova concepção de homem e de mundo. No plano filosófico, destacam-se as figuras de Nicolau de Cusa, Maquiavel e Descartes, cada um contribuindo de maneiras distintas, mas, igualmente importantes. Nicolau de Cusa apresenta os conceitos de homem como *microcosmo*³⁷, e da *Douta Ignorância*³⁸. Em Maquiavel, inaugura-se uma nova concepção de política, não estando esta atrelada a modelos ideais, a uma ética de princípios, mas sim, uma ética de resultados. No *Príncipe*, o bom governante é aquele que mantém domínio político, o governante eficaz, não preocupado necessariamente com implicações éticas. Já Descartes apresenta o novo método para conhecimento das coisas, a dúvida. Com isso, surge o método que possibilitaria o avanço técnico-científico tal como se conhece atualmente.

A modernidade trouxe, assim como na sociedade, um progresso à música que assumira uma nova conotação, o sistema tonal. A linguagem musical, cujos primeiros indícios – como linguagem propriamente dita – situa-se na polifonia renascentista que, não chegara, entretanto, à sua plena realização senão após a evolução de novos princípios musicais próprios ao chamado *sistema tonal*. Na época que se completava

35 Deu-se, 1494, o *Tratado de Tordesilhas* assinado por Portugal e Espanha, que dividia as terras a leste como propriedades portuguesas e as terras a oeste como propriedades espanholas. Outro exemplo: a rota para as Índias passando pelo Cabo da Boa Esperança destitui do Mediterrâneo da hegemonia das rotas comerciais.

36 Esta revolução ficou conhecida como revolução Copernicana que posteriormente é aprofundada por Galileu, evidenciando-a cientificamente.

37 Isto ocorre em nível ontológico geral, porque o homem contrai dentro de si próprio todas as coisas e, em nível ontológico especial e gnosiológico, porque, sendo dotado de mente e conhecimento, é *complicação das complicações*, sendo a mente humana a imagem de Deus.

38 Consiste em que o homem mesmo que chegue a um alto grau de conhecimento sobre as coisas, ainda é mínimo diante de sua infinitude, sendo constatada pela desproporção estrutural da mente humana (finita) e os objetos (infinitos).

esta evolução, isto é, na primeira metade do século XVIII, a música já era considerada como sendo não apenas uma espécie de linguagem, mas, sobretudo, um modo de comunicação que obedeceria a certas determinações, as quais acabariam por ser englobadas num sistema filosófico-musical sob a denominação de *teoria dos afetos*. Segundo tais determinações, a música viera estabelecer-se como a linguagem mais adequada sempre que se tratava de expressar ou provocar certos sentimentos, emoções e paixões, ou seja, os *afetos* humanos³⁹.

Posteriormente, a teoria dos afetos sofreu sérias objeções, pondo-se em dúvida se realmente pudesse tratar-se na música de expressar sentimentos, emoções e paixões, qualquer que fosse a natureza. Por mais bem fundamentadas que sejam essas críticas, entretanto, não resta dúvida de que, na época do estabelecimento do sistema tonal, tanto os produtores como os usuários das estruturas musicais consideravam as mesmas como formas de comunicação linguística, as quais, a nível de atos elocutórios, constituíam manifestações destinadas à expressão de afetos.

Observa-se que foi de suma importância do desenvolvimento científico, filosófico bem como das forças produtivas para o estabelecimento do sistema tonal. Assim como as transformações ocorridas apontavam para um novo tempo, a música tonal apontava para uma nova perspectiva: demonstrar por si mesmo aquilo que é o homem e seu período histórico.

5 A MÚSICA CONTEMPORÂNEA

O fato que marcou a transição do período moderno para o contemporâneo foi a Revolução Francesa, considerada como prova definitiva da maturidade burguesa, ascendendo o Capitalismo.

No século XVIII, na França, os burgueses já lideravam as finanças, o comércio, a indústria, enfim, todas as atividades centrais do Capitalismo que, por outro lado ainda encontrava resquícios de objeção pela mentalidade feudalista.

³⁹ É o que mostram, entre outros, os seguintes fragmentos de textos de pensadores da época: Charles Batteux: “A música fala por meios sonoros e esta linguagem é diretamente acessível. Já Cícero dizia que a cada afeto estão associados um som e um gesto. Nada mais natural, então, de que concluir que de uma seqüência adequada de tais sons ou gestos venha resultar um discurso coerente” (SCHUMANN, 1990, p.120). D’Alembert: “A música aos poucos tem-se tornado uma espécie de discurso, uma linguagem, mediante a qual se expressam os diversos sentimentos ou paixões. Qualquer música destituída dessa forma de expressão teria tão pouco sentido quanto uma seqüência de palavras que, embora sonoramente harmoniosas, apenas se sucedem sem obedecer a uma ordem ou coerência lógica” (SCHUMANN, 1990, p. 120).

Todavia, devido ao massivo crescimento do Capitalismo, tendo em vista as grandes transformações econômicas, políticas e sociais subsequentes, emergidas no final do século XVIII e início do século XIX, houve a necessidade de novas formas de regulação e justificação do modelo capitalista vigente, dando margem para o surgimento das doutrinas liberalistas.

As bases do Liberalismo, que havia surgido com o Iluminismo, contestavam o mercantilismo e defendiam os princípios burgueses: propriedade privada, individualismo econômico, liberdade de comércio e de produção, respeito às leis naturais da economia, liberdade de contrato de trabalho (salário e jornada) sem controle do Estado ou pressão dos sindicatos. Seus teóricos, Adam Smith e David Ricardo, eram ferrenhos defensores da economia de mercado.

Em se tratando de Arte, é preciso ter claro que o século XIX iniciou-se em meio às guerras napoleônicas, sofrendo influência da Revolução Francesa e da Revolução Industrial que espelhavam o antagonismo entre progresso tecnológico e condições sociais – sobretudo no que se refere à exploração operária.

Indiferentemente, no campo filosófico, o antagonismo se refletia nas múltiplas formas de pensar a realidade. Se com o Círculo de Viena a filosofia se volta para a análise científica da realidade e dos objetos de conhecimento, outros iriam avançar para a análise dialética como se deu na Escola de Frankfurt. Pensadores como Emanuel Kant (1724-1804), que se destacou com sua crítica da razão pura, e Georg Wilhelm Hegel (1770-1831), com *Dialética Idealista*, obras que inspiraram o materialismo de Karl Marx e a *Dialética Negativa* de Theodor W. Adorno.

O conceito de dialética⁴⁰ foi desenvolvido por Marx a partir da doutrina de Hegel, como um método de compreensão e análise da realidade, considerada essencialmente contraditória e em permanente mudança. A doutrina idealista de Hegel supunha que eram as ideias, o pensamento, que criavam a realidade e faziam o mundo se mover. Para Marx e Engels, no entanto, as ideias eram, na verdade, reflexo da realidade, constituindo – ideias e realidade – um todo integrado e interdependente. Marx aprofunda esta reflexão numa análise da sociedade capitalista, demonstrando como o capitalismo tornou o homem alienado⁴¹.

40 Termo que provem do grego *dialekikós* que significa arte do diálogo.

41 A palavra alienação quer designar, em Marx, o mistério de ser ou não ser, pois uma pessoa alienada carece de si mesmo, se tornando sua própria negação. Assim, alienação se refere a diminuição da capacidade dos indivíduos em pensar em agir por si próprio. A sobrevivência do homem implica uma transformação da natureza e do outro à sua imagem e semelhança, o que impõe uma transformação de si mesmo à imagem e semelhança do mundo e do outro. Viver para o homem é objetivar-se, lançar-se fora de si.

Influenciado por tais pensadores citados, Adorno desenvolve uma reflexão muito mais profunda que Marx, apontando para a Indústria Cultural⁴². Segundo o autor, pela Indústria Cultural, o homem não passa de mero instrumento de trabalho e de consumo, ou seja, objeto. O homem é tão bem manipulado e ideologizado que até mesmo o seu lazer se torna extensão do trabalho. Assim, a Indústria Cultural que tem como guia a racionalidade técnica esclarecida, prepara as mentes para um esquematismo que é oferecido pela indústria da cultura, visualizado pelos usuários como “conselho de quem entende”. O consumidor não precisa se dar ao trabalho de pensar, é só escolher. Nessa perspectiva é formada, pela Indústria Cultural, a Cultura de Massas.

Para Adorno, a arte e, indiferentemente, a música, também estão rendidas a meios comerciais, utilizando os objetos artísticos para a manipulação das massas. A música, nesse sentido, por mais desprendida de ideologias mercantilistas, acaba se tornando alvo da Indústria Cultural ao satisfazer a vontade da massa. Adorno classifica o compositor que se deixa seduzir pela cultura de massas, almejando o sucesso através de fórmulas conhecidas, a fim de agradar ao público, como “reacionário” e coloca como exemplo o russo Igor Stravinsky (1882-1971). Este, por sua vez, foi um dos mais emblemáticos da música, por ser um compositor eclético que escreveu obras arrojadas como peças tonais. Em resposta a tal problema, Adorno coloca como solução um novo modelo de música cunhado como “progressista”. Como referência o autor cita o compositor Arnold Schoenberg (1874-1951) que, engajado com a própria arte, não visualizando outra alternativa senão a atitude negativa de se opor a tudo que seja “fácil”, tudo que seduza, por assim dizer, a audição. Adorno defende o radicalismo de Schoenberg que através do dodecafonismo emerge-se contra o sistema tonal que se havia até então, quebrando o vínculo da tradição musical e lançando novas perspectivas para a música contemporânea.

Mas, o mundo contemporâneo não é puramente “pessimista” como vê Adorno, é também palco de grandes inovações tecnológicas e em linguagens musicais⁴³. Consequentemente, instaura-se um novo paradigma musical, a música é interativa. Por mais que a música erudita seja apreciada em sua grande maioria por pessoas “eruditas” e, o MPB e o POP sejam não apenas gêneros musicais, mas sim, um processo de comercialização de atitudes, ideias e comportamentos, elas dialogam entre si, ao passo que, numa música de MPB podem-se encontrar instrumentos que, até então, pertenciam somente à música erudita, além de novas técnicas e instrumentos populares encontrados em meios eruditos.

42 Este conceito quer designar os meios e fatores que impedem a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e decidir conscientemente.

43 Por exemplo: o surgimento da música eletrônica, do teatro musical, da integração de novas mídias como o computador, o rádio e a televisão, novas técnicas instrumentais e também, as contribuições da música popular, do jazz e das variações musicais surgidas pelo mundo.

CONCLUSÃO

Constata-se no início do século XXI, que o diferencial em relação à época de Adorno é a revolução tecnológica das mídias de comunicação e informação. O próprio conceito de arte está se transformando devido a sua simbiose com a técnica e o *design*.

O objeto artístico perdeu completamente a sua aura, fragmentando-se nas partículas sonoras, gestos e pixels das mídias e redes digitais. Novas formas de comunicação musical e meta-musical estão surgindo neste processo.

Mas, o mundo contemporâneo não é puramente “pessimista” como vê Adorno, é também palco de grandes inovações tecnológicas e em linguagens musicais⁴⁴. Consequentemente, instaura-se um novo paradigma musical, a música é interativa. Por mais que a música erudita seja apreciada em sua grande maioria por pessoas “eruditas” e, o MPB e o POP sejam não apenas gêneros musicais, mas sim, um processo de comercialização de atitudes, ideias e comportamentos, elas dialogam entre si, ao passo que, numa música de MPB podem-se encontrar instrumentos que, até então, pertenciam somente à música erudita, além de novas técnicas e instrumentos populares encontrados em meios eruditos.

A música contemporânea, mesmo que para Adorno esteja rendida a meios mercadológicos e subvertida a interesses ideológicos, contempla e expressa aquilo que é o próprio homem, exercendo a sua função antropológica. A música reflete aquilo que o homem sente de si mesmo, sendo este que a compõe, e transmite aquilo que é comum à humanidade do homem. Um exemplo que se pode demonstrar é a composição de músicas com sentimentos de carinho e afeto, encantando não somente a um pequeno grupo de ouvintes, mas a uma sociedade global. Aquilo que encanta os ouvintes não é simplesmente letra e melodia, mas, o ouvinte ao ouvi-la em sua totalidade, mesmo não pertencendo ao mesmo ciclo social do compositor, é apreendido pela própria música, pois ela fala também de sua realidade. Assim, a música atual não corresponde meramente ao grupo de ouvintes locais de uma determinada região geográfica, mas, corresponde à sociedade global, onde todos, mesmo em situações e localizações distintas, vivem os mesmos caos urbanos, medos, alegrias e dilemas, os quais a música, por ser resultado da própria realidade humana, consegue expressar tais sentimentos que todos podem compreender, assumindo portanto, sua função antropológica.

44 Por exemplo: o surgimento da música eletrônica, do teatro musical, da integração de novas mídias como o computador, o rádio e a televisão, novas técnicas instrumentais e também, as contribuições da música popular, do jazz e das variações musicais surgidas pelo mundo.

Ao ouvir uma música nos meios de comunicações, por mais que se diga que ela foi escolhida para transmitir uma ideologia e que ela, muitas vezes, chega a ser apelativa em seu conteúdo, ainda expressa o homem e a sociedade em que está inserido, porque a música, mesmo sendo escolhida pela Indústria Cultural, responde aos interesses da massa que a quer ouvir, caso contrário, o seu sucesso estaria comprometido por não corresponder ao gosto do público. As apelações verbais e até mesmo sonoras querem transmitir ao indivíduo aquilo que é a sua realidade, não existindo mais valores éticos que sejam ideais, mas éticas individuais (LIPOVISKY, 2005). O homem atua em sua individualidade, preocupando-se com valores e sentimentos que lhe sejam agradáveis. Assim, a música corresponde àquilo que ele realmente é, e apresenta-o à realidade desvelada tal qual ela é.

A música contemporânea, portanto, revela novas possibilidades artísticas, exigindo do artista uma criatividade inovadora, inexistindo modelos formais e ideais, mas sim, expressões da realidade humana⁴⁵.

Em suma, o trabalho apreendido nesta pesquisa pôde demonstrar que a música em todo o seu percurso histórico esteve sempre atrelada à realidade em que o homem estava inserido e de suas inovações tecnológicas, proporcionando ao século XXI ser a expressão desveladora de sua mais concreta realidade humana e da sociedade global.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- ADORNO, T. W. **Filosofia da nova música**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- ARISTÓTELES. **A política**. Lisboa: Presença, 1965.
- ARRUDA, J. J. A.; PILETTI, N. **Toda a história**: história geral e história do Brasil. 8.ed. São Paulo: Ática, 1999.
- BASTOS, F. **Panorama das ideias estéticas no ocidente**. Brasília: UnB, 1987.
- CARVALHO, J. J. **Transformações da sensibilidade musical contemporânea**. Brasília: Unb, 1999 (Série Antropologia, 266).
- CARVALHO, J. J.; SEGATO, R. **Sistemas abertos e territórios fechados**: para uma nova compreensão das interfaces entre música e identidades sociais. Brasília: Universidade de Brasília, 1994 (Série Antropologia, 164).

45 Para visualizar melhor o que se disse acerca da música contemporânea, confira as produções musicais de Mark Mancina contidas na trilha sonora do filme August Rush; composições artísticas de Karlheinz Stockhausen, apocalíptica, Wild são algumas das descrições da música contemporânea atual.

- CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**. São Paulo: Cortez, 1981.
- CHILDE, V. G. **A evolução cultural do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- ENGELS, F. **Obras escolhidas**: origem da família, da propriedade privada e do estado. São Paulo: Alfa Omega, 1980.
- FREITAS, V. **Adorno & a arte contemporânea**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.
- HAUSER, A. **Historia social de la literatura y el arte**. Madrid: Guadarrama, 1969.
- HIRSCHIBERGER, J. **História da filosofia moderna**. São Paulo: Herder, 1960.
- JAEGER, W. **Paidéia, a formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- JIMENEZ, M. **Para ler Adorno**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.
- LIMA, L. C. **Teoria da cultura de massa**. 7.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- LIPOVETSKY, G. **A era do vazio**: ensaios sobre o individualismo contemporâneo. São Paulo: Manole, 2005.
- MAGNANI, S. **Expressão e comunicação na linguagem da música**. Belo Horizonte: UFMG, 1989.
- MARTINS, J. B. **Antropologia da música brasileira**. São Paulo: Obelisco, 1978.
- PAREYSON, L. **Os problemas da estética**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- PEDROSA, M. Arte culta e arte popular. **Arte em Revista**, São Paulo, v.2, n.3, 1980.
- PEREIRA, I. **Dicionário grego-português**. 7.ed. Braga: Livraria Apostolado da Imprensa, 1990.
- PLATÃO. **Diálogos**. 5.ed. São Paulo: Cultrix, 1972.
- _____. **Fédon**. 4.ed. Coimbra: Atlântida, 1967.
- _____. **A república**. São Paulo: M. Claret, 2007.
- READER'S DIGEST BRASIL. **Grandes acontecimentos que transformaram o mundo**. Rio de Janeiro: Reader's Digest Brasil, 2001.
- ROLLAND, M. **A música**: das origens à actualidade. Barcelos: Arcádia, 1965.
- ROQUE, M. L. **O conceito de mousiké na civilização grega**, [s.d]. 154p. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade "Sedes Sapientiae", Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, [s.d].
- SCHURMANN, E. F. **A música como linguagem**: uma abordagem histórica. 2.ed., São Paulo: Brasiliense, 1990.
- STEFANI, G. **Para entender a música**. 2.ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989.
- SUBIRÁ, J. **Historia de la música**. Barcelona: Salvat, 1947.
- TINHORÃO, J. R. **Pequena história da música popular**. São Paulo: Círculo do Livro, [s.d.].
- TOMÁS, L. **Ouvir o lógos**: música e filosofia. São Paulo: Unesp, 2002.